



**UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA**

# **COBERTURA JORNALÍSTICA DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL: O DISCURSO NOTICIOSO NA ESFERA LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL**

JOURNALISTIC COVERAGE OF VENEZUELAN MIGRATION IN BRAZIL: THE  
NEWS DISCOURSE IN THE LOCAL, NATIONAL, AND INTERNATIONAL

Tese de Doutorado

Timóteo Westin de Camargo César

Orientador:

Doutor Jorge Pedro Sousa

Dezembro de 2025



**COBERTURA JORNALÍSTICA DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL: O  
DISCURSO NOTICIOSO NA ESFERA LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL**

JOURNALISTIC COVERAGE OF VENEZUELAN MIGRATION IN BRAZIL: THE NEWS  
DISCOURSE IN THE LOCAL, NATIONAL, AND INTERNATIONAL

Tese de Doutorado

Timóteo Westin de Camargo César

Orientador:

Doutor Jorge Pedro Sousa

Dezembro de 2025



© 2025

Timóteo Westin de Camargo César

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS



Timóteo Westin de Camargo César

COBERTURA JORNALÍSTICA DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL: O  
DISCURSO NOTICIOSO NA ESFERA LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL



---

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa  
como parte dos requisitos para obtenção do grau de  
Doutor em Ciências da Comunicação, sob orientação  
do Prof Doutor Jorge Pedro Sousa.



À memória do meu amigo e mestre Gilberto Gonçalves, jornalista de alma  
e ser humanos admirável e inesquecível.



## **Agradecimentos**

A trajetória do pesquisador não é, em nenhum momento, um caminho solitário. Expresso a minha gratidão a todos aqueles que a acompanharam e, assim, tornaram possível e mais leve chegar até aqui. Ao meu orientador, professor doutor Jorge Pedro Sousa, que me acolheu como orientando, partilhando generosamente a sua experiência e reconhecida autoridade nos estudos do jornalismo em Portugal e no Brasil. A autonomia que me foi concedida permitiu a escolha de caminhos originais e arranjos criativos, enquanto as suas opiniões e direcionamentos, sempre claros e assertivos, balizaram o trabalho e dão respaldo aos resultados alcançados.

Agradeço aos colegas e professores do doutoramento na Universidade Fernando Pessoa, que partilharam conhecimentos valiosos para esta pesquisa e para a vida académica como um todo. À minha família, Graziela e Liz, que interromperam projetos de vida e rotinas por um tempo para cruzar o Atlântico e oferecer o amparo afetivo desde a primeira menção ao doutoramento até a última página desta tese. Ao amigo Filipe Stopa, que fez do período vivido em Portugal uma verdadeira aventura, deixando marcas duradouras como o laço de nossa amizade.

Por fim, a todos que, com presença, amizade, incentivo, compreensão, silêncios e paciência, suportaram a companhia deste pesquisador e, como disse no início, tornaram este caminho académico povoado, afetivo e agradável.



## Resumo

Esta tese analisa a cobertura jornalística da migração venezuelana ao Brasil pela fronteira de Roraima, examinando como o fenômeno é construído discursivamente nas esferas local, nacional e internacional. O estudo parte da migração venezuelana como deslocamento massivo no sul global e articula um enquadramento teórico que integra estudos de migrações, antropologia das fronteiras e teorias do jornalismo. O corpus é constituído por 731 textos publicados entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2020 nos jornais Folha de Boa Vista, Folha de S. Paulo e Diário de Notícias, todos com referência direta ou indireta à migração venezuelana e menção ao estado de Roraima ou às suas cidades fronteiriças. A pesquisa adota um desenho de estudo de casos múltiplos, no qual cada jornal corresponde a um caso analítico, e combina análise de conteúdo com três camadas articuladas: mapeamento quantitativo e descritivo do corpus, identificação de padrões temáticos e lexicais (incluindo modelagem automática de tópicos) e leitura qualitativa aprofundada, com ênfase em conjuntos de matérias publicados em agosto de 2018 sobre episódios críticos como o fechamento e a reabertura de fronteira, ataques a migrantes, interiorização e um surto de sarampo. Os resultados mostram que a Folha de Boa Vista ancora a cobertura em fontes públicas e institucionais locais, com alta incidência de textos de uma única fonte e predominância de enquadramentos ligados a segurança e fronteira, nos quais a pressão sobre serviços públicos e a gestão da ordem se sobrepõem à dimensão humanitária. A Folha de S. Paulo, por sua vez, combina reportagens próprias, colunas e editoriais, articulando a crise em Roraima com agendas nacionais de políticas públicas, disputas federativas e debates sobre direitos, com maior diversidade de fontes e presença mais visível de migrantes como atores da narrativa. O Diário de Notícias adota um fio condutor transnacional humanitário, com perfil predominantemente informativo e pluralidade de fontes, articulando agências internacionais, imprensa brasileira e contextualização para o público português, e consolidando uma leitura que combina política externa, direitos humanos e saúde. Em conjunto, as três esferas constroem representações que oscilam entre a fuga, a invasão e

o êxodo, hierarquizando de forma implícita migrantes desejados e indesejados e expondo tensões entre integração e controle, o que confirma o papel do jornalismo como instância central na disputa simbólica pelo estatuto público da migração venezuelana no Brasil.

Palavras-chave: cobertura jornalística; migração venezuelana; Roraima; esferas de cobertura; análise de conteúdo; valores-notícia.

## **Abstract**

This thesis analyzes the news coverage of Venezuelan migration to Brazil through the border of the state of Roraima, examining how the phenomenon is discursively constructed in local, national and international spheres. The study takes Venezuelan migration as a mass displacement in the global South and articulates a theoretical framework that brings together migration studies, the anthropology of borders and journalism theory. The corpus comprises 731 texts published between January 2017 and February 2020 in the newspapers *Folha de Boa Vista*, *Folha de S. Paulo* and *Diário de Notícias*, all of which make direct or indirect reference to Venezuelan migration and mention the state of Roraima or its border towns. The research adopts a multiple-case study design, in which each newspaper constitutes an analytical case, and combines content analysis with three articulated layers: quantitative and descriptive mapping of the corpus, identification of thematic and lexical patterns (including automated topic modeling), and in-depth qualitative reading, with emphasis on sets of stories published in August 2018 about critical episodes such as the closure and reopening of the border, attacks on migrants, the federal relocation programme (*interiorização*) and a measles outbreak. The findings show that *Folha de Boa Vista* grounds its coverage in local public and institutional sources, with a high incidence of single-source stories and a predominance of frames linked to security and border control, in which pressure on public services and the management of order prevail over the humanitarian dimension. *Folha de S. Paulo*, in turn, combines staff reporting, opinion columns and editorials, linking the crisis in Roraima to national policy agendas, federal disputes and debates on rights, with greater diversity of sources and a more visible presence of migrants as narrative actors. *Diário de Notícias* adopts a transnational humanitarian thread, with a predominantly informative profile and a plurality of sources, bringing together international agencies, Brazilian media and contextualization for the Portuguese public, and consolidating a reading that combines foreign policy, human rights and health.

Taken together, the three spheres produce representations that oscillate between flight, invasion and exodus, implicitly hierarchizing desired and undesired migrants and exposing tensions between integration and control, thus confirming the role of journalism as a central arena in the symbolic dispute over the public status of Venezuelan migration in Brazil.

Keywords: news coverage; Venezuelan migration; Roraima; spheres of coverage; content analysis; news values.

## Sommaire

Cette thèse analyse la couverture journalistique de la migration vénézuélienne vers le Brésil par la frontière de l'État de Roraima, en examinant comment le phénomène est construit discursivement dans les sphères locale, nationale et internationale. L'étude part de la migration vénézuélienne comme déplacement massif dans le Sud global et articule un cadre théorique qui intègre les études migratoires, l'anthropologie des frontières et les théories du journalisme. Le corpus est constitué de 731 textes publiés entre janvier 2017 et février 2020 dans les journaux Folha de Boa Vista, Folha de S. Paulo et Diário de Notícias, qui font tous référence, directement ou indirectement, à la migration vénézuélienne et mentionnent l'État de Roraima ou ses villes frontalières. La recherche adopte un dessin d'étude de cas multiples, dans lequel chaque journal correspond à un cas analytique, et combine une analyse de contenu structurée en trois dimensions articulées : cartographie quantitative et descriptive du corpus, identification des configurations thématiques et lexicales (y compris la modélisation automatique de thèmes) et lecture qualitative approfondie, avec un accent particulier sur des ensembles de textes publiés en août 2018 à propos d'épisodes critiques tels que la fermeture et la réouverture de la frontière, les attaques contre les migrants, le programme fédéral de répartition territoriale (interiorização) et une flambée de rougeole. Les résultats montrent que la Folha de Boa Vista ancre sa couverture dans des sources publiques et institutionnelles locales, avec une forte incidence de textes fondés sur une seule source et une prédominance de cadrages liés à la sécurité et au contrôle frontalier, où la pression sur les services publics et la gestion de l'ordre priment sur la dimension humanitaire. La Folha de S. Paulo, pour sa part, combine reportages, chroniques et éditoriaux, en articulant la crise à Roraima avec les agendas nationaux de politiques publiques, les disputes fédératives et les débats sur les droits, tout en présentant une plus grande diversité de sources et une présence plus visible des migrants comme acteurs du récit. Le Diário de Notícias adopte un fil conducteur humanitaire transnational, avec un profil majoritairement informatif et une pluralité de sources, en articulant agences internationales, presse brésilienne et

contextualisation pour le public portugais, et consolide une lecture qui combine politique étrangère, droits humains et santé. Ensemble, les trois sphères produisent des représentations qui oscillent entre la fuite, l'invasion et l'exode, hiérarchisant de manière implicite des migrants désirés et indésirables et exposant des tensions entre intégration et contrôle, ce qui confirme le rôle du journalisme comme instance centrale dans la dispute symbolique autour du statut public de la migration vénézuélienne au Brésil.

Mots-clés : couverture journalistique ; migration vénézuélienne ; Roraima ; sphères de couverture ; analyse de contenu ; valeurs-nouvelles journalistiques.

## Resumen

Esta tesis analiza la cobertura periodística de la migración venezolana hacia Brasil a través de la frontera del estado de Roraima, examinando cómo el fenómeno se construye discursivamente en las esferas local, nacional e internacional. El estudio parte de la migración venezolana como desplazamiento masivo en el Sur global y articula un marco teórico que integra estudios migratorios, antropología de las fronteras y teorías del periodismo. El corpus está constituido por 731 textos publicados entre enero de 2017 y febrero de 2020 en los periódicos Folha de Boa Vista, Folha de S. Paulo y Diário de Notícias, todos con referencia directa o indirecta a la migración venezolana y mención al estado de Roraima o a sus ciudades fronterizas. La investigación adopta un diseño de estudio de casos múltiples, en el que cada periódico corresponde a un caso analítico, y combina el análisis de contenido en tres capas articuladas: mapeo cuantitativo y descriptivo del corpus, identificación de patrones temáticos y léxicos (incluida la modelización automática de temas) y lectura cualitativa en profundidad, con énfasis en conjuntos de textos publicados en agosto de 2018 sobre episodios críticos como el cierre y la reapertura de la frontera, los ataques a migrantes, el programa federal de reubicación interna (interiorização) y un brote de sarampión. Los resultados muestran que Folha de Boa Vista ancla su cobertura en fuentes públicas e institucionales locales, con alta incidencia de textos de una sola fuente y predominio de encuadres centrados en la seguridad y el control fronterizo, en los que la presión sobre los servicios públicos y la gestión del orden se imponen a la dimensión humanitaria. Folha de S. Paulo, a su vez, combina reportajes propios, columnas de opinión y editoriales, articulando la crisis en Roraima con agendas nacionales de políticas públicas, disputas federativas y debates sobre derechos, con mayor diversidad de fuentes y presencia más visible de migrantes como actores de la narrativa. Diário de Notícias adopta un hilo conductor humanitario transnacional, con perfil predominantemente informativo y pluralidad de fuentes,

articulando agencias internacionales, prensa brasileña y contextualización para el público portugués, y consolida una lectura que combina política exterior, derechos humanos y salud. En conjunto, las tres esferas producen representaciones que oscilan entre la huida, la invasión y el éxodo, jerarquizando de forma implícita a migrantes deseados e indeseados y exponiendo tensiones entre integración y control, lo que confirma el papel del periodismo como instancia central en la disputa simbólica por el estatuto público de la migración venezolana en Brasil.

Palabras clave: cobertura periodística; migración venezolana; Roraima; esferas de cobertura; análisis de contenido; valores-noticia.

## Índice Geral

<b>Introdução</b>	01
<b>Capítulo I – A Invenção das Diferenças</b>	11
1.1. Da Unidade Biológica à Cultura com Aspas	13
1.2. Coesão Social como mecanismo de diferenciação	16
<b>Capítulo II – Jornalismo no Contexto dos Encontros</b>	21
2.1. Do Fato à Notícia: Noticiabilidade e Poder Simbólico	25
2.2. Enquadramento Midiático	32
2.3. Jornalismo e Migração nas Esferas Local, Nacional e Internacional	35
<b>Capítulo III – Teorias e Conceitos Migratórios</b>	41
3.1. Enquadramento Formal das Migrações	41
3.2. Refúgio e Refugiados	45
3.3. Teorias fundamentais das migrações	48
3.3.1. <i>Repulsão e Atração</i>	49
3.3.2. <i>Teoria neoclássica</i>	52
3.3.3. <i>Novos Economistas</i>	52
3.3.4. <i>Teoria do Mercado de Trabalho Dual</i>	53
3.3.5. <i>Teorias Marxistas</i>	54
3.3.6. <i>Segmentação do Mercado de Trabalho</i>	54
3.3.7. <i>Sistemas Mundiais</i>	55
3.4. O paradoxo da imigrante econômico	57
3.5. Oportunidades e segurança: outras faces da migração econômica	58
3.6. Desejados e Indesejados	60
<b>Capítulo IV – As relações da Venezuela com Portugal e Brasil</b>	63
4.1. Portugal e Venezuela: migrações, integração e retornos	64
4.1.1. <i>Da Colonização a Independência</i>	65
4.1.2. <i>Presença Contemporânea</i>	68
4.1.3. <i>Transnacionalismo e retornos</i>	71
4.2. Brasil e Venezuela: vazios, rivalidades e convergências	74
4.2.1. <i>Revolução e Imperialismo (1810 a 1910)</i>	76

<i>4.2.2 Reconfigurações Estratégicas na América do Sul</i>	78
<i>4.2.3. A Busca por Grandeza Regional nas décadas de 1970 a 1990</i>	80
<i>4.2.4. Da Competição à Parceria (2000-2010)</i>	83
<b>Capítulo V – Crises e Diáspora Venezuelana</b>	86
<b>5.1. As Crises Venezuelanas</b>	86
<i>5.1.1. Configurações Estruturais Anteriores ao Chavismo</i>	87
<i>5.1.2. Estruturas Econômicas do Colapso</i>	88
<i>5.1.3. Da Democracia ao Chavismo</i>	89
<i>5.1.4 Ascensão e primeiros anos (1999 a 2002)</i>	89
<i>5.1.5. Consolidação e enfrentamento (2003 a 2006)</i>	90
<i>5.1.6. Expansão e autoritarismo inicial (2007 a 2012)</i>	91
<i>5.1.7. Chavismo sem Chávez e colapso econômico (2013 a 2015)</i>	91
<i>5.1.8. Autoritarismo Consolidado (2016 em diante)</i>	92
<b>5.2. A Diáspora Venezuelana</b>	95
<i>5.2.1. Europa e EUA</i>	96
<i>5.2.2. América Latina</i>	99
<i>5.2.3. Migração Venezuelana ao Brasil</i>	101
<i>5.2.4. Nova Lei de Migração</i>	104
<i>5.2.5. Refúgio no Brasil</i>	106
<i>5.2.6. Ilha das Guianas e o Gargalo de Pacaraima</i>	108
<i>5.2.7. Impactos sociais e percepção</i>	112
<i>5.2.8. Operação Acolhida e estratégias de Resposta</i>	116
<b>CAPÍTULO VI – Análise das esferas de cobertura jornalística</b>	120
<b>6.1. Percurso metodológico</b>	120
<b>6.2. O Corpus</b>	124
<i>6.2.1. Folha de Boa Vista</i>	128
<i>6.2.2. Folha de S. Paulo</i>	129
<i>6.2.3. Diário de Notícias</i>	130
<b>6.3. Primeira Camada: O Enquadramento Midiático</b>	131
<i>6.3.1. Considerações Preliminares</i>	133
<i>6.3.2. Enquadramentos predominantes por veículo</i>	136
<b>6.3.2.1. Folha de Boa Vista: fronteira e segurança</b>	136

6.3.2.2. Folha de S. Paulo: políticas públicas e gestão federal	137
6.3.2.3. Diário de Notícias: geopolitização e diplomacia humanitária	138
6.3.3. <i>Alocação de Tópicos nos Títulos</i>	139
6.3.4. <i>Composição e recorrência de tópicos</i>	140
6.3.5. <i>Dimensão institucional e representações estatais</i>	141
6.3.6. <i>Representações humanitárias e sujeitos migrantes</i>	142
6.4. Segunda Camada: Características Jornalísticas e Marcas de Apuração	144
6.4.1. <i>Panorama do Corpus Integral</i>	145
6.4.2. <i>Gêneros Textuais</i>	148
6.4.2.1. Gêneros na Folha de Boa Vista	148
6.4.2.2. Gêneros na Folha de S. Paulo	150
6.4.2.3. Gêneros no Diário de Notícias	151
6.4.3. <i>Classificação das Fontes</i>	153
6.4.3.1. Panorama de uso das Fontes	155
6.4.4. <i>Valores-notícia</i>	158
6.5. Terceira Camada: Questões Migratórias	163
6.5.1. <i>Representações Valorativas da Migração</i>	163
6.5.2. <i>Fatores de Repulsão e Atração</i>	165
6.5.3. <i>Integração e Controle</i>	167
6.5.4. <i>Identificação e Interseccionalidade</i>	169
6.5.5. <i>Considerações sobre os Marcadores Migratório</i>	172
6.6. Cobertura nas esferas local, nacional e internacional	174
6.6.1. <i>Matérias Comparadas</i>	175
6.6.1.1. Reabertura da Fronteira em Pacaraima	175
6.6.1.2. Conflitos em Pacaraima	181
6.6.1.3. Interiorização de migrantes	187
6.6.1.4. Retorno do Sarampo ao Brasil	193
6.6.2. <i>Matérias Exclusivas</i>	197
6.6.2.1. Folha de Boa Vista	197
6.6.2.2. Folha de S. Paulo	201
6.6.2.3. Diário de Notícias	204
6.6.3. <i>Considerações Finais Sobre as Esferas de Cobertura</i>	207
6.6.3.1. A Esfera Local: Folha de Boa Vista	208

<b>6.6.3.2. A Esfera Nacional: Folha de S. Paulo</b>	212
<b>6.6.3.3. A Esfera Internacional: Diário de Notícias</b>	217
<b>Conclusão</b>	223
<b>Referência do Corpus</b>	233
<b>Bibliografia</b>	239

## Índice de Figuras

Figura 1: <i>Pontos de entrada e saída de migrantes venezuelanos (2017–2025)</i>	101
Figura 2: <i>Ilha das Guianas e Mapa de densidade populacional</i>	111
Figura 3: <i>Cobertura em três esferas da violência em Pacaraima</i>	141



## Índice de Gráficos

Gráfico 1: <i>Brasil e Venezuela: Distanciamento e aproximação (1810–2010)</i>	77
Gráfico 2: <i>Entradas e saídas anuais de migrantes venezuelanos (2017–2025)</i>	102
Gráfico 3: <i>Distribuição cronológica mensal das publicações nos três veículos</i>	133
Gráfico 4: <i>Entradas de migrantes por Pacaraima, de 2017 a 2020</i>	133
Gráfico 5: <i>Convergência de publicações em agosto de 2018</i>	144
Gráfico 6: <i>Médias e medianas de Extensão dos textos publicados</i>	146
Gráfico 7: <i>Distribuição dos gêneros textuais</i>	151
Gráfico 8: <i>Número de fontes mobilizadas por matéria</i>	155
Gráfico 9: <i>Comparação dos grupos das fontes principais</i>	156
Gráfico 10: <i>Comparação dos grupos das fontes totais</i>	157
Gráfico 11: <i>Presença de Fontes Migrantes</i>	158
Gráfico 12: <i>Valores-notícia observados no recorte de agosto de 2018</i>	162
Gráfico 13: <i>Fatores de Atração e Repulsão</i>	166
Gráfico 14: <i>Integração e Controle</i>	168
Gráfico 15: <i>Distribuição diária das publicações – agosto de 2018</i>	174



## Índice de Tabelas

Tabela 1: <i>Distâncias rodoviárias entre Pacaraima: Venezuela e do Brasil</i>	109
Tabela 2: <i>Distribuição de textos por esferas e volume</i>	124



## Lista de Abreviaturas, Siglas, Símbolos ou Acrónimos

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	Acción Democrática (partido político venezuelano)
AGU	Advocacia-Geral da União
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ANC	Assembleia Nacional Constituinte (da Venezuela)
AP	Associated Press (agência internacional de notícias)
BBC	British Broadcasting Corporation
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Bloco de países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CFM	Conselho Federal de Medicina
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente (partido político)
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DN	Diário de Notícias (Lisboa)
DNA	Ácido desoxirribonucleico
DPU	Defensoria Pública da União
EFE	Agência EFE (agência de notícias espanhola)
EUA	Estados Unidos da América
FBV	Folha de Boa Vista
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FSP	Folha de S. Paulo
GFMD	Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento
IBAS	(India-Brazil-South Africa Dialogue Forum)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE	Instituto Nacional de Estadística (Venezuela)

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IOM	International Organization for Migration
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDA	Latent Dirichlet Allocation (modelo probabilístico de tópicos)
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (partido político brasileiro)
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
ME	Milhões de euros (abreviação usada nos títulos do Diário de Notícias)
MPE–RR	Ministério Público do Estado de Roraima
MPF	Ministério Público Federal
MPF–RR	Ministério Público Federal em Roraima
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PP	Partido Progressista (partido político brasileiro)
PRA	Posto de Recepção e Apoio (Operação Acolhida)
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RJ	Rio de Janeiro
RNEST	Refinaria Abreu e Lima (Refinaria do Nordeste Abreu e Lima)
RR	Roraima
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Portugal)
SESAU	Secretaria de Estado da Saúde de Roraima
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SINCRE	Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
STI	Sistema de Tráfego Internacional (da Polícia Federal)
TAP	Transportes Aéreos Portugueses (companhia aérea portuguesa)
TFD	Tratamento Fora do Domicílio
TPS	Temporary Protected Status (status de proteção temporária, EUA)

TRF	Tribunal Regional Federal
UE	União Europeia
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UOL	Universo Online (portal de internet do Grupo Folha)
USAID	United States Agency for International Development
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VENECO	Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira



## Introdução

Esta tese investiga a cobertura jornalística da migração venezuelana ao Brasil, tomando como referência três jornais situados em esferas distintas de atuação – a Folha de Boa Vista (local), Folha de S. Paulo (nacional) e o Diário de Notícias (internacional) – para compreender como esse fluxo migratório é narrado, problematizado e inserido no debate público pelo jornalismo profissional.

Como se espera de um trabalho em nível de doutoramento, a pesquisa se inscreve no esforço coletivo de produzir conhecimento novo ancorado em procedimentos sistemáticos de investigação, em diálogo crítico com uma tradição teórica consolidada e com a intenção explícita de oferecer respostas a problemas que são, ao mesmo tempo, científicos e sociais. Assim, o percurso empírico e metodológico aqui proposto prolonga e tensiona debates prévios sobre jornalismo, migrações, fronteiras e esferas públicas, rearticulando autores clássicos e contemporâneos do campo da comunicação, dos estudos migratórios e das ciências sociais, ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios concretos colocados por uma crise humanitária em curso, que redefine fronteiras políticas, redes de solidariedade e regimes de visibilidade pública em escala regional e global.

Talvez o primeiro resultado relevante desta pesquisa esteja justamente no modo como ela escolhe o ponto de partida. A migração venezuelana é uma das maiores movimentações populacionais do início do século XXI: estima-se que, até novembro de 2024, cerca de 7,89 milhões de venezuelanos tenham deixado o país de origem, dos quais aproximadamente 6,87 milhões se distribuíram pelos países da América Latina e do Caribe (R4V, 2025). Outros levantamentos apontam que o êxodo alcançou a marca de 8 milhões de pessoas vivendo fora da Venezuela até 2023 (Bull & Rosales, 2023). Trata-se, portanto, de um fenômeno reconhecidamente global – nos números, nas agendas diplomáticas, nos organismos internacionais e nas políticas de acolhimento e controle. Ainda assim, o eixo analítico desta tese desloca o olhar para aquilo que, muitas vezes, permanece em segundo plano nas estatísticas agregadas: o fato de que toda migração, por mais massiva que seja, também se concretiza em espaços locais muito

específicos, onde corpos, rotinas e conflitos se cruzam em escala microlocal, em ruas, abrigos, repartições, praças e fronteiras administradas.

No caso da migração venezuelana ao Brasil, esse recorte microscópico adquire contornos extremos na fronteira norte. Embora os cerca de 673 mil venezuelanos oficialmente registrados no país representem apenas 0,34% da população brasileira (OBMigra, 2025), a concentração do fluxo em Roraima produz um cenário de desproporção difícil de encontrar em outros pontos do mapa. Roraima é o estado menos populoso do Brasil, com população estimada em 716.793 habitantes e crescimento de 12,6% apenas entre 2023 e 2024 (IBGE, 2024), e, até setembro de 2025, aproximadamente 1,4 milhão de pessoas cruzaram a única fronteira terrestre dotada de estrada e estrutura migratória entre Brasil e Venezuela, na cidade roraimense de Pacaraima - um contingente equivalente a 196% da população total do estado (OBMigra, 2025).

Esse gargalo se torna ainda mais eloquente quando reduzido à escala da cidade fronteiriça. Pacaraima tinha pouco mais de 7 mil habitantes urbanos em 2016 e, mesmo com o crescimento registrado nas estimativas mais recentes, sua população urbana gira em torno de 9 mil habitantes (IBGE, 2016, 2022). Sobre esse núcleo demográfico minúsculo, espremido entre o escudo das Guianas e a floresta amazônica densa, recaiu, em menos de uma década, a passagem de um contingente equivalente a cerca de 150 vezes sua população – algo em torno de 15.000% do total de moradores urbanos —, em uma região historicamente marcada por vazios demográficos, longas distâncias, rios encachoeirados e virtual isolamento em relação aos grandes centros brasileiros. Em nenhuma outra fronteira terrestre da Venezuela com países vizinhos se registrou, até aqui, um fluxo proporcionalmente tão intenso, o que torna Pacaraima um laboratório privilegiado para observar como se entrelaçam fronteira, migração e política pública em escala hiperlocal.

Do ponto de vista do jornalismo, seria razoável supor que a atenção mediática a esse processo se organizasse sobretudo a partir da proximidade geográfica e dos efeitos diretos sobre a sociedade receptora, conforme sugerem os estudos sobre critérios de noticiabilidade. A cena empírica que fundamenta esta tese, contudo, apresenta uma combinação rara e, por isso mesmo, especial. Por um lado, há a presença esperada da imprensa local, representada pela Folha de Boa Vista, que acompanha cotidianamente os impactos da chegada, permanência e circulação de venezuelanos em Boa Vista,

Pacaraima e outras localidades roraimenses. Por outro, a Folha de S. Paulo, diário de referência nacional, insere a mesma fronteira amazônica na agenda de um público majoritariamente urbano, distante milhares de quilômetros de Roraima, recontextualizando o fenômeno migratório em disputas políticas, econômicas e humanitárias de alcance nacional. A isso se soma um terceiro olhar, menos previsível: o de um jornal europeu, o português Diário de Notícias, que dedica cobertura sistemática à fronteira Brasil-Venezuela, inserindo a diáspora venezuelana em sua face local roraimense em uma constelação de vínculos históricos, econômicos e afetivos que, há décadas, aproximam Portugal, Venezuela e Brasil, das antigas redes da diáspora luso-venezuelana aos acordos de cooperação e às tensões recentes entre Lisboa e Caracas.

Desse modo, a situação estudada configura um cenário singular: um mesmo conjunto temático e factual – o fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos que atravessam a fronteira terrestre de Pacaraima rumo ao estado brasileiro de Roraima – é enquadrado simultaneamente por três esferas de imprensa situadas em posições muito distintas no espaço geográfico e no campo jornalístico. Ao confrontar a cobertura da Folha de Boa Vista, da Folha de S. Paulo e do Diário de Notícias, esta tese explora precisamente essa combinação rara entre global e hiperlocal, tomando a fronteira amazônica como ponto de interseção entre agendas internacionais, políticas nacionais e experiências cotidianas de migração forçada.

A migração venezuelana ao Brasil pela fronteira de Roraima tornou-se, em menos de uma década, um dos processos de deslocamento humano mais expressivos da história recente do país de destino, com impactos diretos sobre políticas públicas, coesão social e disputas pelo sentido do que é crise, acolhimento e fronteira. Esta tese toma esse processo como objeto empírico para interrogar o papel do jornalismo na mediação dos encontros entre migrantes e populações locais, examinando como diferentes esferas de produção noticiosa constroem, estabilizam ou tensionam narrativas sobre a presença venezuelana no território brasileiro.

Embora a análise dos textos tenha recortes bem definidos, tratamos a migração venezuelana como um fenômeno dinâmico, que não tem necessariamente um início identificável, pois se insere em redes históricas de deslocamento na América do Sul e em diásporas transnacionais que antecedem a crise recente, e tampouco é limitado a um fim dentro do recorte temporal desta pesquisa. Ao longo do trabalho, mobilizamos dados tão recentes quanto possível justamente para indicar que o estudo se insere em

uma questão maior, em curso, cujos desdobramentos seguem em aberto. Assim, os recortes são instrumentos analíticos, e não fronteiras rígidas para a compreensão do fenômeno.

O problema científico de partida pode ser resumido da seguinte forma: como a cobertura jornalística da migração venezuelana ao Brasil, produzida em diferentes esferas (local, nacional e internacional), participa da construção pública desse processo como problema social, humanitário, de segurança e de gestão de fronteiras? Partimos da hipótese de que o jornalismo não apenas registra a presença de migrantes, mas contribui de maneira decisiva para a produção de fronteiras simbólicas entre estabelecidos e *outsiders*, dialogando com disputas em torno de reconhecimento, pertença e legitimidade política. Nessa perspectiva, o discurso noticioso é tratado como espaço privilegiado para observar como se articulam, no plano simbólico, acolhimento e rejeição, integração e controle.

O estado da questão indica que a literatura sobre jornalismo e migrações se consolidou sobretudo no contexto europeu e norte-americano, com forte incidência de abordagens centradas em enquadramentos e em padrões de cobertura em larga escala (Entman, 1993; Flaounas et al., 2013). Nesse eixo, predominam estudos que analisam a construção de estereótipos e a associação entre fluxos migratórios, segurança e criminalidade, bem como discussões sobre fronteiras, refúgio e deslocamentos forçados, frequentemente em chave de controle e contenção (Heidenreich et al., 2019; Stefoni & Brito, 2019). No Brasil, a produção recente tem ampliado a atenção sobre a migração venezuelana, com ênfase em políticas públicas e direitos, além de desdobramentos em dimensões como trabalho e integração social, acompanhando a consolidação do tema na agenda institucional (Oliveira, 2017; OBMigra, 2023). Ainda assim, permanecem relativamente escassos, em escala suficiente para constituírem um subcampo estabilizado, os estudos que combinam análise sistemática de corpora jornalísticos extensos com leitura qualitativa de casos, de modo a articular padrões gerais e mecanismos discursivos em profundidade (Domínguez Chenguayen, 2021). Esta tese se insere nesse intervalo, articulando contribuições da antropologia das fronteiras, dos estudos sobre coesão social e das teorias do jornalismo para examinar o discurso noticioso em três jornais situados em contextos distintos.

O objeto de investigação é o discurso jornalístico sobre a migração venezuelana ao Brasil, tal como produzido em três veículos: a Folha de Boa Vista, jornal diário sediado

em Roraima; a Folha de S. Paulo, que ocupa posição central no campo jornalístico brasileiro; e o Diário de Notícias, de Lisboa, que representa uma esfera internacional com laços históricos e migratórios com o Brasil e com a Venezuela. A escolha desses jornais busca compor um desenho comparativo em que diferentes posições geográficas, econômicas e históricas em relação ao fenômeno migratório se traduzem em regimes de visibilidade e em modos distintos de narrar a crise.

Do ponto de vista temporal, trabalhamos com um corpus mais amplo de matérias sobre a migração venezuelana, produzido ao longo de um período plurianual, a partir do qual realizamos mapeamentos descritivos, e com um recorte qualitativo específico: o mês de agosto de 2018. Este recorte concentra acontecimentos-chave na fronteira de Pacaraima e constitui um momento de inflexão na atenção pública e institucional ao tema, com episódios de violência, decisões judiciais e medidas emergenciais de gestão do fluxo migratório. Justifica-se, assim, a necessidade de tratar agosto de 2018 com maior densidade qualitativa, por meio de leitura detalhada das matérias, análise das fontes mobilizadas, dos enquadramentos predominantes e das marcas discursivas de integração, controle e receptibilidade. Esse *zoom* qualitativo permite observar, em escala micro, tensões que os números e gráficos do mapeamento extensivo não tornam plenamente visíveis.

A justificação do objeto repousa em três dimensões principais. Em primeiro lugar, trata-se de um fenômeno de alta relevância social, que reorganiza fluxos populacionais, pressiona sistemas de saúde, educação e assistência social e reativa debates sobre soberania, fronteira e direitos humanos. Em segundo lugar, o jornalismo ocupa lugar estratégico nessa configuração, ao definir quais aspectos da migração serão tematizados, que atores terão voz, quais metáforas e categorias serão mobilizadas e que soluções serão sugeridas ou naturalizadas. Em terceiro, a comparação entre esferas local, nacional e internacional permite evidenciar assimetrias de recursos, rotinas e públicos que, longe de serem detalhes contextuais, ajudam a explicar diferenças marcantes nos modos de representar os migrantes e a própria crise.

O objetivo geral da tese é analisar comparativamente a cobertura jornalística da migração venezuelana ao Brasil pela fronteira de Roraima nas esferas local, nacional e internacional, com foco nas formas de construção do discurso noticioso sobre migrantes e refugiados venezuelanos. Como desdobramentos desse objetivo, estabelecemos como objetivos específicos: (a) mapear a presença e a distribuição temática das notícias sobre

a migração venezuelana nos três jornais; (b) identificar e comparar os principais enquadramentos midiáticos mobilizados na cobertura, com atenção às categorias de crise, segurança, ajuda humanitária, política pública e cotidiano; (c) examinar os padrões de uso de fontes jornalísticas, classificando-as em grupos e avaliando o perfil de ação do jornalista; (d) analisar como se articulam, nas narrativas, elementos de integração e de controle, bem como diferentes graus de receptibilidade em relação aos migrantes; e (e) observar, de forma complementar, como critérios de noticiabilidade ajudam a compreender a seleção de acontecimentos que entram em pauta, sem que os valores-notícia assumam, contudo, a posição central do modelo analítico.

As hipóteses que orientam o percurso investigativo podem ser resumidas em três proposições. A primeira é que a cobertura local, produzida em Roraima, tenderia a refletir de forma mais direta as tensões da coesão social em um contexto de forte assimetria entre estabelecidos e recém-chegados, com predominância de fontes oficiais e institucionais e baixa presença de migrantes como sujeitos de fala, ainda que o impacto material do fluxo seja mais intenso nessa esfera. A segunda é que a esfera nacional, representada pela Folha de S. Paulo, produziria um tratamento mais diversificado em termos de fontes e enquadramentos, articulando a crise migratória a debates sobre políticas públicas, direitos humanos e conjuntura política nacional, com maior capacidade de distanciamento analítico. A terceira é que a esfera internacional, representada pelo Diário de Notícias, tenderia a associar o caso venezuelano a repertórios mais amplos sobre crise migratória, refúgio e circulação transnacional, mobilizando referências históricas e geopolíticas que escapam parcialmente à agenda local e nacional brasileiras.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa articula o desenho de estudo de casos múltiplos de Yin (2015), em que cada jornal constitui um caso a ser analisado individualmente e em comparação, com procedimentos de análise de conteúdo inspirados em Bardin (2011). O corpus principal é constituído por matérias jornalísticas publicadas nos três jornais sobre a migração venezuelana, em recortes temporais definidos. O percurso empírico combina uma etapa de pré-análise, em que se organiza o material, delimita-se o corpus e se constroem categorias; uma etapa de exploração, na qual se realizam codificações sistemáticas, mapeamentos quantitativos descritivos e modelagens temáticas automatizadas; e uma etapa de tratamento e interpretação, em que os resultados são articulados às bases teóricas. Em alguns momentos, recorreremos à

ferramenta de modelagem de tópicos *Latent Dirichlet Allocation* (Blei, Ng, & Jordan 2003) para detectar padrões de coocorrência lexical em corpora extensos, complementando, mas não substituindo, a leitura qualitativa das matérias.

Entre as dimensões analíticas mobilizadas, ocupam lugar central: (a) a classificação e leitura das fontes jornalísticas, com atenção à presença de migrantes como fontes cidadãos; (b) a análise dos enquadramentos midiáticos predominantes, entendidos como esquemas interpretativos que organizam a narrativa sobre a migração; e (c) a observação de eixos de integração e controle que permeiam as matérias, em diálogo com categorias como receptibilidade, segurança, ordem pública e direitos. Os valores-notícia, embora integrem o quadro teórico, são tratados como ferramenta complementar para compreender a seleção e hierarquização de acontecimentos, e não como eixo principal dos resultados.

Em termos de organização do material empírico e de transparência dos procedimentos, a tese incorpora, ao final, uma secção específica de referências do corpus, na qual reunimos, em conjunto, todas as matérias jornalísticas citadas na análise, acompanhadas de links de acesso. Ao longo do texto, essas matérias são identificadas segundo o padrão APA, com ano seguido de letra (por exemplo, Folha de Boa Vista, 2018a, 2018b, etc.), de modo a permitir o cruzamento imediato entre citações e a lista final. Nas passagens em que foi necessário comentar trechos específicos de textos jornalísticos, adotamos a numeração de parágrafos, o que facilita a conferência, a replicação do procedimento e a revisão por pares.

A contribuição esperada da pesquisa é dupla. No plano empírico, buscamos oferecer um retrato denso da cobertura jornalística da migração venezuelana em três esferas que se entrecruzam, evidenciando continuidades e rupturas entre elas e trazendo à tona modos de narrar a crise que impactam diretamente a percepção pública dos migrantes. No plano teórico-metodológico, pretende-se demonstrar a viabilidade de articular estudo de casos múltiplos, análise de conteúdo e ferramentas computacionais em pesquisas sobre jornalismo e migrações, preservando o rigor da leitura qualitativa e a atenção às especificidades de cada contexto.

Por fim, a estrutura da tese distribui-se em seis capítulos centrais, além desta introdução, das conclusões e dos elementos posteriores. Os três primeiros capítulos estabelecem o quadro teórico de base. O Capítulo I, A ‘Invenção das Diferenças’,

articula uma reflexão sobre a produção de diferenças sociais e culturais: da passagem da unidade biológica à mobilização das fronteiras étnicas e à coesão social como mecanismos de diferenciação. Em seguida, o Capítulo II, ‘Jornalismo no Contexto dos Encontros’, apresenta debates elementares do campo comunicacional, como noticiabilidade e poder simbólico, enquadramento midiático e o lugar da migração nas esferas local, nacional e internacional. O Capítulo III, ‘Teorias e Conceitos Migratórios’ fecha este grupo teórico basilar com uma visão sistemática do campo das teorias e conceitos migratórios. São apresentadas as principais formas de enquadramento formal das migrações, as noções de refúgio e refugiados e um painel das teorias fundamentais (repulsão e atração, teoria neoclássica, novos economistas, teoria do mercado de trabalho dual, abordagens marxistas, segmentação do mercado de trabalho e sistemas mundiais), avançando ainda sobre questões como o paradoxo do imigrante econômico, os vínculos entre oportunidades e segurança e a produção simbólica de migrantes desejados e indesejados.

O Capítulo IV, ‘As relações da Venezuela com Portugal e Brasil’, desloca o olhar para os vínculos históricos, políticos e culturais que aproximam esses três países, situando a crise venezuelana em uma temporalidade mais longa. No primeiro movimento, são examinados os processos de colonização e independência e a formação de redes migratórias entre Portugal e Venezuela, incluindo a presença contemporânea de comunidades luso-venezuelanas e os fluxos de transnacionalismo e retorno. Em seguida, o capítulo se dedica às relações entre Brasil e Venezuela, discutindo os vazios demográficos e geopolíticos na fronteira norte, as rivalidades e convergências ao longo do século XX, as reconfigurações estratégicas na América do Sul e a passagem de um cenário de competição à parceria, com a busca de grandeza regional e a reconfiguração sul-americana entre as décadas de 1970 e 2010.

O Capítulo V, ‘Crises e diáspora venezuelana’, aprofunda o contexto interno da Venezuela e os desdobramentos externos do êxodo. Na primeira parte, são analisadas as configurações estruturais anteriores ao chavismo, as bases econômicas do colapso, a trajetória que vai da democracia ao chavismo e as diferentes fases políticas (ascensão e primeiros anos, consolidação e enfrentamento, expansão com autoritarismo inicial, chavismo sem Chávez e colapso econômico, autoritarismo consolidado e reconfiguração internacional). Na segunda parte, o foco recai sobre a diáspora venezuelana em múltiplas direções – Europa, Estados Unidos e América Latina –, com atenção

específica à migração venezuelana ao Brasil. São discutidas a nova Lei de Migração, as políticas de refúgio no Brasil, o papel simbólico e geográfico da ilha das Guianas e o gargalo de Pacaraima, bem como os impactos sociais e as percepções públicas sobre a presença venezuelana e as respostas institucionais articuladas, entre as quais se destaca a Operação Acolhida.

O Capítulo VI, ‘Análise das esferas de cobertura jornalística’, concentra o núcleo empírico da pesquisa. Parte da apresentação do percurso metodológico e do corpus, caracterizando cada jornal em termos de história, posição no campo e perfil de público. Em seguida, organiza a análise em três camadas principais. A primeira camada trata do enquadramento midiático, com considerações preliminares, identificação de enquadramentos predominantes por veículo, exame dos tópicos alocados nos títulos, da composição e recorrência temática e das representações institucionais, estatais e humanitárias. A segunda camada aborda as características jornalísticas e marcas de apuração, incluindo panorama do corpus integral, distribuição de gêneros textuais por jornal, classificação e panorama de uso das fontes, além da discussão dos valores-notícia em chave complementar. A terceira camada, dedicada às questões migratórias, retoma conceitos e teorias trabalhados no segundo segmento do Capítulo I, para analisar as representações valorativas da migração, os fatores de repulsão e atração, os eixos de integração e controle, a identificação e a interseccionalidade de grupos migrantes, culminando na configuração de marcadores que distinguem migrantes desejados e indesejados. Ao longo do capítulo, a apresentação dos resultados assume um movimento espiralado: cada camada retoma e aprofunda achados anteriores, confirmando tendências, tensionando interpretações e abrindo novas perguntas, até chegar às seções finais do Capítulo IV, em que os resultados são reunidos em interpretações sintéticas sobre as esferas local, nacional e internacional, que são aplicadas tanto em conjuntos de matérias comparadas (reabertura da fronteira em Pacaraima, conflitos na cidade, interiorização de migrantes e retorno do sarampo ao Brasil) quanto em matérias exclusivas de cada jornal. Assim, coube às ‘Considerações Finais’ retomar o problema de partida, sintetizar os principais achados, discutir limites e indicar caminhos possíveis para pesquisas futuras, reafirmando que a migração venezuelana, enquanto fenômeno histórico em curso, continuará a desafiar o jornalismo e as ciências sociais.



## Capítulo I – A Invenção das Diferenças

Somos una especie en viaje  
No tenemos pertenencias, sino equipaje  
Vamos con el polen en el viento  
Estamos vivos porque estamos en movimiento (...)  
Yo no soy de aquí, pero tú tampoco  
*Jorge Drexler, 2004*

Somos um animal migratório que ao longo de milhares de anos deixou pegadas por quase toda a superfície do planeta. O percurso e ocupação de tantos espaços pela nossa espécie são bem observados por diversas áreas do conhecimento científico e são tratados como fenômenos naturais pela biologia. Em 2017, por exemplo, Veldhuis e Underdown publicaram no *Annals of Human Biology da Society for the Study of Human Biology*, o artigo ‘Human biology of migration’, reunindo apontamentos de pesquisadores de várias áreas em torno da questão: como a migração influencia e molda a biologia humana? Da mesma forma que ocorre em outras espécies migratórias, os humanos podem ser dotados de características biológicas, como a capacidade de orientação e resiliência ao clima. Em via oposta, a prática da migração constante é também, em tese, um fio condutor de processos de transformações biológicas evolutivas, sustenta o artigo.

“Somos uma espécie em viagem” (Drexler, 2004), escreveu o autor da epígrafe deste texto em um manifesto artístico, que revela uma perplexidade frente à trama de aceitação e repúdio a migrantes em diversos contextos contemporâneos. Somos mamíferos migratórios, biologicamente dotados da capacidade e do hábito de migrar.

Evocamos brevemente a perspectiva naturalista – na qual não vamos nos aprofundar – para contextualizar um contraste socialmente incômodo: como indivíduos e grupos de uma espécie migratória, que segue em movimento contínuo, podem ser tão refratários a outros do seu tipo biológico, por causa do mesmo processo social pelo qual gerações anteriores destes também passaram?

Não pretendemos invadir mais a competência da etologia humana no que tange à compreensão do *homo sapiens* enquanto espécie capaz de deslocar-se e adaptar-se a novos ambientes com sua experiência modificando inclusive sua genética. Nosso ponto de partida e chegada são fenômenos sociais. A persistência dos deslocamentos ao longo da história resultou e resulta em encontros entre grupos socialmente diferenciados em dinâmicas nas quais geralmente um dos lados está mais arraigado simbolicamente a um pedaço de terra onde estavam estacionados há mais tempo.

Os deslocamentos humanos são questão central nas ciências humanas e ocupam uma importante prateleira do pensamento social que vamos explorar ao longo deste trabalho. No que se refere ao Jornalismo, os deslocamentos humanos são também uma importante fonte de interesse e, ao passo que a mensagem publicada pelos media influencia na acolhida e/ou rejeição e na ação política nos grupos de destino. Nos tópicos a seguir, propomos um enlace de ideias e perspectivas interdisciplinares que vão nos permitir tanto o aprofundamento no tema quanto a construção de elementos analíticos para a pesquisa.

A divisão do mundo entre ‘nós’ e ‘outros’ remonta às origens pré-históricas dos agrupamentos humanos. Assim, antes de apresentar as perspectivas teóricas específicas, é importante contextualizar os movimentos científicos dedicados à compreensão das diferenças entre grupos humanos distintos. Afinal, muitos problemas sociais atuais vêm da persistência de acepções coloniais e religiosas, além de novos paradigmas contemporâneos das relações entre humanos.

Quando europeus se lançaram ao mar no fim do século XV, descortinando um mundo ampliado e marcado por encontros humanos tão inéditos quanto contrastantes, o pensamento corrente sobre os humanos diferentes tinha como base o que dizia a Igreja Católica. Um bom exemplo disso são as bulas papais *Sublimis Deus* de 1537 e *Immensa Pastorum* de 1741 que, em suma, atestaram a humanidade de índios e africanos, respectivamente. Importa ressaltar que os recém contatados nativos americanos obtiveram tal 'graça' com mais de 200 anos de antecedência em relação aos africanos, vizinhos mais próximos e mais conhecidos dos europeus.

Além da predominância da perspectiva religiosa, os relatos de viajantes europeus ao novo mundo inauguraram um gênero literário, marcado por narrativas muitas vezes fantasiosas apresentadas às audiências europeias, nas quais a exuberância natural de

terras quentes era pincelada com monstruosidades e magias. Assim, a discussão sobre a humanidade desses seres tornou-se algo recorrente dentro do senso comum ocidental, e entrelaça-se também na ciência.

### **1.1. Da Unidade Biológica à Cultura com Aspas**

Já era início do século XIX quando a embrionária Antropologia se apresentou como um olhar científico especializado nas diferenças entre os grupos humanos e passou, conseqüentemente, a justapor e comparar os chamado ‘povos primitivos’ e as ‘civilizações modernas’. A questão da existência da alma e de supostos níveis de humanidade foram atualizadas pela estruturação científica, e uma concepção fundamental: a unidade biológica humana.

Influenciado pelo evolucionismo de Darwin, Edward Tylor, considerado o pai da Etnologia, definiu como *cultura* a soma total de conhecimento, crenças, arte, moral, costumes e direito adquiridos pelos seres humanos na convivência em sociedade. É a cultura, então, e não a natureza ou a alma e/ou o espírito, o elemento principal de diferenciação dos humanos entre si. Embora mantivesse a ideia de que as culturas têm um ponto de partida e estágios evolutivos comuns que diferenciavam hierarquicamente as sociedades avançadas das primitivas, a base do pensamento de Tylor era a unidade biológica dos seres humanos (Cuche, 1999).

Franz Boas, por sua vez, lançou as bases da antropologia moderna ao contrapor o evolucionismo de Tylor e conceber cada sociedade como um sistema integrado, resultado de um processo histórico único. Assim, Boas contesta qualquer comparação de culturas utilizando outra como parâmetro (Boas, 1940).

Na antropologia de Tylor, persiste como prática o estudo de sociedades exóticas, tidas como atrasadas, como a intenção de enxergar nelas um suposto passado social da civilização ocidental. A partir de Boas e de Malinowski – que criou a etnografia, um método baseado na observação *in loco* – a Antropologia passou a ater-se a essas sociedades tidas como diferentes aos olhos ocidentais, contudo tendo como parâmetro o estudo particular e sistemático de cada cultura. A Antropologia ajudou a produzir um arcabouço metodológico para o estudo das diferenças dentro de sociedades em geral, mesmo as mais complexas, independente de não ter ou não a marca do exotismo (Hall, 2006).

À medida que a Antropologia rompeu com o evolucionismo cultural já em seus estágios iniciais, a dicotomia entre sociedades primitivas e avançadas perdeu força.

Consequentemente, as fronteiras de pesquisa entre a Antropologia e a Sociologia tornaram-se mais permeáveis. O estudo das sociedades modernas industrializadas era predominantemente conduzido pela Sociologia, enquanto a Antropologia se ocupava dos grupos étnicos ou exóticos, conforme percebido pela lente ocidental eurocêntrica.

Em meados do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o processo de descolonização e uma série de conflitos reivindicatórios, particularmente na África, revelaram que o pertencimento étnico não era exclusivamente uma perspectiva dos colonizadores.

(...) reivindicações rotuladas como 'étnicas', que emergem simultaneamente em sociedades industrializadas e em sociedades do Terceiro Mundo, ressurgem em nações rotuladas como multiétnicas, assim como em sociedades supostamente homogêneas culturalmente: regionalismos na França e na Grã-Bretanha, conflitos linguísticos no Canadá e na Bélgica, questões de nacionalidade no leste europeu, tribalismo na África (Poutignat & Streiff-Fenart, 1995, p. 33).

Neste contexto, cresce a percepção de que “a etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1995). A padronização e o individualismo da modernidade são questionados, enquanto os observadores científicos e políticos passam a perceber o potencial – e os perigos – do nacionalismo étnico e do racismo a ele associado. O conceito de etnicidade emerge nos anos 1950, particularmente no contexto africano da antropologia social britânica e na sociologia e ciência política dos Estados Unidos. O período pós-guerra e de descolonização na África deu início ao que Jean Copans (1992) descreve como a “crítica política da antropologia”. Esse debate, sobre o uso do conhecimento antropológico e as responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos, ganhou relevância internacional e perdurou ao longo dos anos 1960 (Gonçalves, 2004).

Fredrik Barth inaugura uma nova ênfase no estudo do tema com o ensaio *Grupos Étnicos e Suas Fronteiras* (Poutignat & Streiff-Fenart, 1995). Barth percebe a cultura como um elemento submisso à possibilidade de mobilização no sentido de criar ou

manter fronteiras de diferenciação entre povos em situações de contato. Nessa perspectiva, o antropólogo passa a olhar atentamente não apenas para a cultura particular de um grupo, mas também para “como, por meio das mudanças sociais, políticas e culturais de sua história, os grupos étnicos conseguem manter os limites que os distinguem de outros?” (Lapierre, 1995, p. 18).

Assim, a despeito das diferenças essencialmente culturais, são chamados grupos étnicos as “populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem” (Cunha, 1987, p. 116). O eixo das investigações sobre etnicidade passa “da história e da constituição interna de grupos distintos para as fronteiras étnicas e a manutenção dessas fronteiras” (Cunha, 1987, p.118).

A análise das características interacionais e organizacionais das relações interétnicas não deu atenção suficiente às questões referentes à manutenção das fronteiras. Talvez isso tenha acontecido porque os antropólogos raciocinaram baseados em uma ideia condutora (...) Tinha-se a tendência a pensar em termos de povos diferentes, com diferentes histórias e culturas, encontrando-os e acomodando-os uns aos outros, geralmente num contexto colonial (Barth, 1995, p. 199).

Para Barth (1995), a descontinuidade das mudanças culturais é fundamental para compreender os grupos étnicos e sua resiliência identitária, em contraste com deslocamentos e outros fatores externos. Conforme destaca Barth (1995, p. 189), os “grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores”, caracterizando-se pela organização da interação entre as pessoas. Para ele, os grupos étnicos são “suportes de cultura”, significando que sua classificação não está condicionada à cultura, mas sim à forma como decidem demonstrar os traços particulares da mesma (Barth, 1995, p. 191). Dessa forma, a identidade contrastiva se revela um conceito essencial para a compreensão das relações interétnicas contemporâneas.

Por meio da manutenção das fronteiras culturais e sociais, os grupos étnicos asseguram a continuidade de suas identidades distintivas, mesmo frente à globalização e aos

processos de homogeneização cultural. Assim, a identidade contrastiva não apenas reflete a resistência cultural, mas também a adaptação e a resiliência dos grupos humanos em contextos de mudança constante.

Também sob a perspectiva relacional e contrastiva, temos uma vertente teórica que se aproxima de nossa proposta de pensar o jornalismo no contexto migratório. A noção de ‘zonas de contato’, formulada por Pratt (1999), parte de uma analogia com as línguas de contato na linguística e serviu de âncora teórica metodológica em pesquisa anterior (Camargo, 2017) para analisar o jornalismo sobre povos indígenas em Roraima.

*Zona de contato* é um conceito construído a partir de uma analogia com as línguas de contato observadas na linguística, que se apresentam como formas de promover a comunicação, ainda que precária, entre povos de falas diferentes e que podem “acabar por tornar-se o modo de falar de povos que viveram em situação de contato mesmo após a materialidade desse contato não existir mais” (Pratt, 1999).

Assim, no contexto de interação entre povos, zonas de contato são espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação, onde estes encontros são marcados por diálogos provisórios e localizados entre os atores envolvidos (Pratt, 1999, p. 27).

A perspectiva de Pratt dialoga diretamente com a virada proposta por Barth, que desloca o foco da substância cultural interna dos grupos para as fronteiras étnicas e para os mecanismos de sua manutenção, e do que Cunha (1986) chama de cultura com aspas, ou seja, a apropriação estratégica da própria noção de cultura por grupos étnicos para formular reivindicações, produzir contraste e disputar reconhecimento político.

## **1.2. Coesão Social como mecanismo de diferenciação**

A diferenciação social é um tema central nos estudos sociais, abrangendo diversas dimensões da vida coletiva, como a estruturação das classes sociais, a distribuição de

recursos e o acesso ao poder. Em termos gerais, que descreveremos brevemente a seguir, refere-se à forma como as sociedades dividem e classificam os indivíduos e grupos menores com base em características como riqueza, prestígio, poder e capital cultural.

Pierre Bourdieu propõe que a sociedade é estruturada em campos sociais onde diferentes formas de capital – econômico, cultural, social e simbólico – determinam as posições e as relações de poder entre os agentes (Bourdieu, 1986). Já Giddens (1984) destaca a importância das instituições na manutenção das estruturas de diferenciação social. Wright (1997) baseia-se numa análise marxista, para examinar como as relações de produção e o controle dos meios de produção estruturam as classes sociais e as desigualdades resultantes. Neste trabalho daremos atenção especial a uma abordagem específica: a coesão social, uma vez que, como veremos mais à diante, é este componente da diferenciação o que mais incide na questão migratória venezuelana ao Brasil – contexto no qual nem a diferenciação econômica, nem a cultural formal ou simbólica são tangíveis ou notáveis. Em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Elias & Scotson (1994) investigam as dinâmicas de poder, exclusão social e coesão social em uma comunidade inglesa. O foco são as relações entre dois grupos sociais distintos: um desfrutava de um status elevado e privilégios sociais, e outros eram marginalizados e estigmatizados pela comunidade, apesar de não terem entre si diferenças de classe, nacionalidade ou etnia observáveis. A obra explora como os processos de estigmatização e exclusão são mantidos e reforçados ao longo do tempo, revelando as estruturas subjacentes de poder que perpetuam a desigualdade social.

O estudo de campo foi realizado em uma pequena comunidade suburbana composta por dois grupos principais: um estabelecido, composto por moradores de longa data, e o grupo outsider, que eram os recém-chegados ao bairro. Os estabelecidos formavam um grupo coeso, com fortes laços sociais e uma identidade coletiva bem definida, enquanto os outsiders eram frequentemente vistos como uma ameaça à ordem social e eram sujeitos a estigmatização e exclusão. Elias usou entrevistas e observações para entender as interações entre esses grupos e como as dinâmicas de poder se manifestavam na vida cotidiana (Elias & Scotson, 1994).

Uma das principais conclusões do estudo é que os processos de estigmatização e exclusão não são apenas produtos de preconceitos individuais, mas estão profundamente enraizados nas estruturas sociais e nas relações de poder. Os estabelecidos usavam seu

status e suas redes sociais para manter a exclusão dos outsiders, reforçando assim a coesão interna do seu grupo. Esses mecanismos de exclusão e estigmatização podem ser aplicados a diversos outros contextos, como a exclusão de imigrantes em bairros urbanos ou a marginalização de minorias étnicas em sociedades multiculturais (Wouters, 2007; Mennell, 1992). A ideia de que a coesão interna de um grupo pode ser fortalecida através da marginalização de um ‘outro’ é uma contribuição importante para o pensamento social, influenciando estudos posteriores sobre desigualdade, identidade social e conflito intergrupais (Mennell, 1992).

Os estudos sobre migrações têm aplicado as ideias de Elias para compreender as dinâmicas de integração e exclusão dos migrantes nas sociedades de acolhimento. Essa perspectiva é particularmente relevante para os estudos migratórios, onde os migrantes frequentemente estão invariavelmente posicionados como *outsiders* em relação aos nativos estabelecidos. Pesquisas como as de Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) exploram como as redes sociais e as práticas culturais dos migrantes contribuem para a formação de novas identidades e para a renegociação das fronteiras sociais. O trabalho do trio introduz o conceito de transnacionalismo como quadro analítico para compreender migrações contemporâneas, argumentando que muitos migrantes não podem ser vistos como desenraizados, mas sim como transmigrantes: indivíduos que constroem e mantêm campos sociais que conectam simultaneamente seus países de origem e de destino. É esse o caso concreto da comunidade luso-venezuelana da qual falaremos no capítulo seguinte. Outro exemplo de estudos que seguem a premissa de Elias é o de Favell (2001), que analisa a integração dos migrantes na Europa, evidenciando como a coesão social pode ser tanto um facilitador quanto uma barreira para a inclusão. Favell compara políticas de integração de imigrantes na França e no Reino Unido, explorando como diferentes concepções de cidadania e modelos de integração moldam as respostas nacionais à imigração.

A articulação das ideias de fronteiras identitárias de Barth, as zonas de contato de Pratt e a coesão social descrita por Elias, nos oferece um arcabouço teórico original e denso para pensar as dinâmicas sociais em contextos de migração. Esse substrato é fundamental diante do desafio de pesquisar um fenômeno que se dá um contexto histórico relativamente novo – um deslocamento humano massivo circunscrito ao sul global – um campo de estudos em que as perspectivas mais recorrentes são produzidas a

partir da percepção das sociedades de destino que são, geralmente, social, cultural e economicamente discrepantes dos grupos migrantes.

Tendo em vista o objetivo central deste estudo, temos que o jornalismo opera dentro dessas zonas de contato, mediando as interações entre grupos estabelecidos e migrantes, e influenciando a coesão social através da construção de narrativas que podem reforçar ou desafiar a estigmatização. Ao reportar sobre migrações, os meios de comunicação não apenas registram eventos, mas também participam ativamente na definição das fronteiras culturais e na negociação das identidades. Portanto, pensar as práticas jornalísticas é crucial para entender como as representações midiáticas podem promover a inclusão ou a exclusão dos migrantes.



## Capítulo II – Jornalismo no Contexto dos Encontros

O jornalismo encontra nas zonas de contato um paradigma analítico central. Se essas zonas operam como espaços de trocas simbólicas e como linguagem transicional entre mundos distintos, o jornalismo tende a ocupar a posição de ‘língua nativa’ de um dos lados. Esse descompasso apoia-se em dois aspectos. Em primeiro lugar, o jornalismo é um produto histórico da modernidade ocidental, com raízes, instituições e rotinas fortemente ancoradas nesse horizonte cultural. Em segundo lugar, sob a chave deontológica, reivindica para si a prerrogativa de mediar os encontros entre grupos em contato, definindo o que será visível, audível e inteligível no espaço público. A tensão entre esses dois planos oferece uma chave para examinar a cobertura jornalística de questões migratórias, em outros contextos, e para vislumbrar caminhos em que o jornalismo se inscreva de forma positiva no já tenso diálogo intercultural que caracteriza as migrações.

Honneth (2003) diferencia conhecimento de reconhecimento e posiciona a comunicação social como ator fundamental:

Se por conhecimento de uma pessoa entendemos exprimir sua identificação enquanto indivíduo (...), por ‘reconhecimento’ entendemos um ato expressivo com o qual este conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Contrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um valor social. (Honneth, 2003, p. 98)

Partindo dessa perspectiva, Cardoso de Oliveira (2006) trata a ideia de *moral do reconhecimento* como elemento crítico no estudo das identidades de grupos, construídas no contato com sociedades nacionais nas quais o jornalismo atua como forma predominante de mediação da realidade. No contexto dos deslocamentos e diásporas, a identidade dos grupos é continuamente moldada e reforçada por meio de processos de reconhecimento. Ou seja, a imprensa não apenas informa sobre a presença de migrantes,

mas desempenha também um papel crucial na formação de percepções públicas e na legitimação de suas identidades.

Para grupos migrantes, o jornalismo insere-se na balança que contrapõe a sua demanda por autorrepresentação, ou seja, a possibilidade de definir-se e apresentar-se ao outro sob seus próprios termos, e a representação exercida constantemente por parte do lado anfitrião, mais coeso e com um ecossistema comunicacional consolidado. A visibilidade e a representação dos migrantes impactam diretamente sua integração e aceitação na sociedade anfitriã. Por exemplo: Se os meios de comunicação adotassem narrativas reconhecendo positivamente a presença de migrantes, destacando suas contribuições e humanizando suas experiências, promoveriam na sociedade de destino um ambiente de reconhecimento que validaria a identidade desses grupos. Em contrapartida, representações estereotipadas, mesmo que partam de algum conhecimento, podem fortalecer a marginalização e prejudicar o processo de integração.

É o que Bourdieu chama de poder de nomear, isto é, a capacidade de impor classificações legítimas no espaço social, definindo categorias que estruturam a percepção da realidade. Para o autor, nomear não é um ato neutro, mas um exercício de poder simbólico que confere autoridade a quem detém essa prerrogativa, influenciando práticas sociais e relações de dominação. Assim, a linguagem opera como instrumento de construção social, pois “o poder de nomear é o poder de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo” (Bourdieu, 1997, p. 163). Um exemplo simples que trataremos em profundidade na formulação das categorias analíticas é que tratar a migração venezuelana em Roraima como uma invasão mobiliza a percepção conflitiva do encontro, enquanto uma linguagem humanitária, que reforce as demandas sociais e o caráter involuntário do fluxo, tem potencial de fomentar a receptividade ou, ao menos, abrandar o estranhamento.

Não cabe ao pesquisador tecer juízos de valor, embora a tentação de fazê-lo o ronde sobretudo quando estuda um problema social de alto impacto humano. Em vez disso, tratamos o jornalismo como um elemento histórico e ideologicamente associado a direitos tidos como universais no contexto liberal ocidental. Com este lastro posicionamos o jornalismo mais ou menos distante de ideais subjetivos que são parte inerentes de sua existência contemporânea.

Não há consenso sobre um mito de origem ou evento fundador do jornalismo tal como o conhecemos hoje. Contudo, parece não haver dúvidas de seu berço é ocidental. Sousa (2024) resume a questão:

Há argumentos para considerar que o jornalismo é um fenómeno historicamente acumulativo e que não tem um início definido; há argumentos para o considerar um produto que emergiu na Modernidade, quando um conjunto de circunstâncias, entre as quais a invenção da prensa moderna de caracteres móveis por Gutenberg, facultou o surgimento de periódicos noticiosos impressos elaborados por indivíduos que faziam da sua edição uma ocupação, mas ainda não uma profissão; há, também, argumentos para considerar o jornalismo uma invenção da Revolução Industrial, pois é neste momento que, num contexto propício, surgiram meios jornalísticos de difusão massiva e se assistiu à profissionalização do jornalismo e ao seu ensino como uma atividade técnica de obtenção, processamento e difusão de notícias (Sousa, 2024, p. 12).

O autor identifica ao longo da história manifestações comunicacionais que precedem a formação do jornalismo contemporâneo. Na Antiguidade, a literatura e a historiografia clássica, representadas por autores como Heródoto e Tucídides, apresentam estruturas narrativas que envolvem o relato de eventos, a preocupação com a veracidade e o registro de fatos com base em testemunhos; nesse período, as Atas romanas (*acta diurna*) funcionam como um dispositivo oficial de divulgação de acontecimentos administrativos, jurídicos e militares, sendo fixadas em locais públicos. Na Idade, conforma-se um cenário em que relatos de viajantes, crônicas, panfletos e boletins manuscritos eram produzidos em contextos religiosos ou para autoridades seculares, no qual a circulação de informação também ocorre por meio de pregadores e jograis, enquanto cartas de mercadores e relatórios diplomáticos informam sobre eventos em outras regiões, num contexto marcado pela predominância da oralidade.

Na transição entre o Renascimento e a Modernidade, a invenção da tipografia por Gutenberg contribui para a ampliação da circulação da informação, com o aparecimento de folhetos informativos, *avvisi* italianos e relatos de batalhas, cujos conteúdos aproximam-se do modelo de informação factual que caracteriza o jornalismo moderno

Munaro (2014) enfatiza o surgimento de uma *cultura da notícia*, a partir da circulação de gazetas em cidades mediterrâneas no século XVI e XVII. Contudo, para o autor, o jornalismo moderno é um advento indelevelmente ligado à formação de um espaço público na Europa, o que veio efetivamente a ocorrer de fato no final do século XVII e início de XVIII. Assim, o jornalismo praticado na atualidade é resultado da dispersão de práticas profissionais afins da França, Inglaterra, Holanda e Alemanha – as quais “forjaram estratégias discursivas para o delineamento de sua profissão” (Munaro, 2015, p. 14). Logo, o conjunto de técnicas, valores, padrões estéticos e retórica conformam-se a partir desse contexto de mensagens e recepção, essencialmente ocidental.

Portando, seja entendido como um fenômeno mais datado ou um processo milenar, o jornalismo como o conhecemos hoje, é configurado quando as condições materiais, tecnológicas e sociopolíticas permitiram a emergência de periódicos de ampla circulação, sustentados por empresas, e operados por profissionais que passaram a especializar-se na comunicação dos fatos e contexto imediatos. Neste cenário, o jornalismo torna-se uma instituição social estável, com normas, rotinas e finalidades definidas, cuja função central é a produção, mediação e disseminação de notícias e interpretações sobre a atualidade. O jornalismo passa, assim, a atuar como mediador simbólico relevante, quando não o principal, entre os indivíduos e o mundo, instituindo-se como prática informativa sistemática, guiada pela intencionalidade de verdade objetiva, pela regularidade da produção e pela responsabilidade pública que lhe é conferida (Sousa, 2024).

Ao admitirmos que o jornalismo depende de um público para se transformar, e que sua consolidação não resulta de um processo autocentrado, no qual o jornalista emergiria como em uma gênese espontânea, mas se inscreve em uma relação dialética com a sociedade que fornece pautas, argumentos e constrói rituais de leitura, percebemos também que se tornou fundamental projetar padrões normativos capazes de tornar sua linguagem mais confiável (Munaro, 2015, p. 10). Nessa perspectiva, a linhagem do jornalismo localiza-se mais no contexto histórico: europeu, marcado pela ascensão burguesa, pelos avanços da tecnologia de impressão e circulação e, sobretudo, pela emergência de relativa liberdade de expressão, publicação e crítica.

O jornalismo faz ainda uma escala decisiva no novo mundo, sem que isso implique em qualquer ruptura com sua matriz europeia. As práticas desenvolvidas nos Estados Unidos, particularmente quando o país emergia como uma nova potência mundial entre

os séculos XIX e XX, contribuíram de modo decisivo para moldar ética e esteticamente as notícias de lidas nos jornais em todo o mundo e até hoje.

A matriz ocidental do jornalismo evidencia-se, sobretudo, na centralidade atribuída à objetividade pragmática, na influência das tecnologias de comunicação desenvolvidas e adaptadas nesse contexto, nas demandas de públicos moldados por essas mediações e em rotinas produtivas quase sempre aceleradas. Nessa perspectiva, a inserção do jornalismo nas zonas de contato, tal como delimitadas neste estudo, mesmo quando praticado no Sul Global, tende a reproduzir valores e discursos coloniais. Esses valores, por sua vez, também não são estranhos ao público, pois são consumidos em larga escala, sem rupturas significativas, desde antes dos processos de descolonização.

### **2.1. Do Fato à Notícia: Noticiabilidade e Poder Simbólico**

O jornalismo aceita simultaneamente uma grande diversidade definições, que vão desde a percepção deste como um conjunto de técnicas industriais e intelectuais até aquelas que o consideram uma ciência autônoma. A perspectiva de Benedeti (2009) sintetiza uma percepção ampla que abre um bom espaço de articulação interdisciplinar, como proposto por este trabalho:

O jornalismo é uma atividade de mediação de conhecimento fundamentada em compromissos éticos, socialmente institucionalizados, e realizada por meio de uma linguagem específica que reconstrói, com base em significações compartilhadas pela sociedade, os recortes da realidade atual (Benedeti, 2009, p. 50).

A mediação do fato à notícia se dá no epicentro dos conflitos intrínsecos do jornalismo. Ele atende ao interesse público por meio de execução privada; constitui-se em uma instituição social concretizada por meio de organizações empresariais; relaciona-se simultaneamente com cidadãos enquanto público e consumidores enquanto audiência; tem, de um lado, o anseio por transparência e verdade objetiva e, do outro, a lida com a aparência do mundo; pretende ser exato e preciso, contudo, baseia-se no trabalho sob pressão temporal; divide-se entre a atuação no senso comum e a possibilidade da exposição do dissenso (Traquina, 2005).

Traquina (2012) entende que, enquanto disciplina, o estudo do jornalismo e da mídia é apenas um segmento reduzido dentro do amplo campo da comunicação social, que por sua vez compete por espaço de maneira desigual com disciplinas mais tradicionais entre as ciências humanas. Porém, sob a perspectiva do poder simbólico, o jornalismo é uma atividade intelectual que se configura como um campo poderoso, frequentemente se sobrepondo às demais ciências na difusão do conhecimento e do que é tido por realidade. Traquina baseia-se na crítica de Bourdieu (1997) à concorrência do jornalismo no campo intelectual, onde este teria um caráter monopolizador.

A existência de um campo implica a existência de um número ilimitado de agentes sociais (jogadores) que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias jornalísticas; um enjeu ou prêmio que os ‘jogadores’ disputam, as notícias; e um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e sua construção (Traquina, 2012, p. 24).

Bourdieu define campo como “um espaço social estruturado, um campo de forças, com dominantes e dominados. O interior desse espaço é marcado pelas relações de desigualdade e pelas lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (Bourdieu, 1997, p. 57).

O campo jornalístico constituiu-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre os jornais que ofereciam antes de tudo ‘notícias’ de preferência ‘sensacionais’ ou melhor ‘sensacionalistas’, e jornais que propunham análises e ‘comentários’, aplicados em marcar sua distinção com relação aos primeiros afirmando abertamente valores de ‘objetividade’; ele é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou princípios internos e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores, portanto na cifra de

venda (*Bestsellers*) e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, nesse caso, inseparavelmente um veredito do mercado (Bourdieu, 1930, p. 105).

Traquina identifica no campo jornalístico a existência de dois polos: o positivo ideológico e o negativo econômico. No ideológico, o jornalismo funciona como um serviço público, que leva informações necessárias para a cidadania e protege a sociedade dos abusos de poder dos governantes. No econômico, está associado

ao cheiro do dinheiro e a práticas como o sensacionalismo, em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto que agarra os leitores/ouvintes/à audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional (Traquina, 2012, p. 27–28).

Essas considerações sobre o campo jornalístico são o alicerce para avançarmos para o estudo da matéria-prima do jornalismo: a notícia. Temos então as notícias como uma “construção social”, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação, e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio de um saber, precisamente o que é notícia (Traquina, 2012, p. 28).

Por que um fato se torna notícia e outro não? “Notícia é tudo aquilo que jornalistas definem como tal”, sintetiza Gieber (1964, p. 175). Para ele, que foi um dos primeiros teóricos da teoria do *gatekeeper*, a notícia é, sobretudo, uma convenção estabelecida por seu produtor. Para Graber (1989), o círculo daqueles que decidem o que é notícia é maior. A construção da notícia se dá a partir da interação entre o jornalista e as suas fontes. Nessa perspectiva, os fornecedores de informação são personagens cruciais na definição do que deve receber a atenção da mídia.

Sigal (1986) defende que notícia não é o que jornalistas definem, mas sim o que as suas fontes dizem, invertendo a lógica de Gieber. A notícia sofre ainda a influência das organizações midiáticas, das rotinas produtivas e das regras jornalísticas. Do ponto de vista da teoria do conhecimento,

notícia são o resultado do processamento de informações advindas da realidade social de acordo com regras jornalísticas e são, portanto, partes constituintes da realidade midiática que o jornalismo produz (Quadros & Sponholz, 2006, p. 4).

A teoria do *gatekeeper* é resultado das primeiras tentativas de entender e sistematizar o que é notícia. O nome é uma metáfora da suposta prerrogativa do jornalista de atuar como seletor no canal de comunicação entre o fato em si e o receptor. Pena (2013) resume a ideia, explicando que, diante de muitos acontecimentos, só se tornam notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão. E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador, ou *gatekeeper*, que é o próprio jornalista.

O conceito de *gatekeeper* originalmente foi cunhado pelo psicólogo Kurt Lewin, desenvolvido em um estudo de 1947 sobre problemas ligados à modificação de hábitos alimentares. No caso do jornalismo, há um indivíduo, ou um grupo, que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia. Os “portões são regidos por regras imparciais ou por um grupo com poder de tomar a decisão de deixar entrar ou rejeitar uma notícia” (White, 1999, p.142).

White (1950) utilizou este conceito para estudar o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos canais organizativos dos órgãos de informação e, sobretudo, para individualizar os pontos que atuam como cancelas e que estabelecem que a informação passe ou seja rejeitada. White observou que “a comunicação é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (White, 1950, p. 390). O tempo é um vetor fundamental: “quanto mais tarde do dia chegavam as notícias, maior era a proporção de anotação *sem espaço* ou *não serviria*” (White, 1950, p.392).

A utilização dos portões nas redações se transforma em instrumento de controle social da informação: Para Donohue, Tichenor & Olien (1970), o *gatekeeping* na comunicação de massas inclui todas as formas de controle da informação, que podem estabelecer-se nas decisões acerca da codificação das mensagens, da seleção, da formação da mensagem ou das componentes.

Assim, uma segunda vertente da busca por compreender o que faz um fato ser notícia, busca sistematizar os valores por trás das escolhas dos *gatekeeper*. O estudo do *newsmaking* tem como ênfase mensurar o potencial de percepção pelo jornalista e

transformação pelo jornal dos acontecimentos cotidianos em notícia. Portanto, tem a atenção centrada especialmente no emissor, “no caso o profissional da informação, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e sua narrativa, a notícia” (Hohlfeldt, 2003, p. 203). Diferente do caráter quantitativo dos estudos do *gatekeeper*, os estudiosos do *newsmaking*, como Golding e Elliott, utilizaram a observação participante como método de pesquisa.

Os dados são recolhidos pelo investigador presente no ambiente estudado, a partir da observação sistemática e interações com as pessoas que põem em prática os processos seletivos (Wolf, 2003). Golding e Elliott (1979) retomam a discussão do agendamento ao propor uma questão central para o *newsmaking*: qual imagem do mundo é transmitida pelos noticiários de que maneira essa representação se relaciona com as exigências cotidianas da produção de notícias.

Essas perguntas definem o âmbito e expõem os problemas de que se ocupa a abordagem do *newsmaking*. Essa abordagem articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. As conexões e as relações existentes entre os dois aspectos constituem o ponto central deste tipo de pesquisa (Wolf, 2003).

A cultura profissional pode ser definida como um conjunto de “retóricas e táticas, códigos, estereótipos e símbolos relativos aos meios de comunicação de massa, que criam e mantêm paradigmas profissionais e autoimagem” (Hohlfeldt, 2003, p. 208). São as convenções de organização deste trabalho que vão definir o que é notícia e legitimá-las. Essa perspectiva sustenta um conceito fundamental: a noticiabilidade.

A noticiabilidade é um conjunto de regras práticas que abrange um corpus de conhecimento profissional que, implícita e explicitamente, justifica os procedimentos operacionais e editoriais dos órgãos de comunicação em sua transformação dos acontecimentos em narrativas jornalísticas. Reúne o conjunto de qualidades dos acontecimentos que permitem uma construção narrativa jornalística e que os recomendam enquanto informação jornalística (Hohlfeldt, 2001, p.209).

Embora essa percepção não forneça uma resposta hermética ao conceito de notícia, oferece um caminho bem pavimentado para o entendimento do processo de noticiar:

O acontecimento se transforma em notícia quando, trabalhado pelo órgão de informação, entra na agenda do público receptor. (...) Noticiar é um processo organizado que implica uma perspectiva prática dos acontecimentos, uma série produtiva que vai da pragmaticidade à factibilidade, num processo múltiplo de descontextualização e recontextualização de cada fato, enquanto narrativa jornalística. A noticiabilidade está regada por valores-notícia, conjunto de elementos e princípios através dos quais os acontecimentos são avaliados pelos meios de comunicação e seus profissionais em sua potencialidade de produção de resultados e novos eventos, se transformados em notícia (Hohlfeldt, 2001, p. 208).

As qualidades dos acontecimentos noticiáveis são chamadas por autores do *newsmaking* como ‘valor-notícia’. Estes seriam “quase infinitos” (Hohlfeldt, 2001, p. 209). As listas dos valores-notícia variam bastante de acordo com seu autor, embora a fundo tenham essencialmente muitas semelhanças e intercessões. Lage (2001), por exemplo, trabalha com proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana, destacando a articulação entre inserção social do público e capacidade de identificação com os acontecimentos. Chaparro, por sua vez, enfatiza atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade e surpresa, com atenção especial à dimensão narrativa e à forma como o texto jornalístico atrai e mantém o interesse do leitor (Silva, 2005)

Temos neste ponto um parâmetro objetivo da análise de conteúdo que nos servirá aos objetivos desta pesquisa mais a diante. Os valores-notícias são essenciais por, como destaca Stuart Hall, funcionam como um código ideológico que delinea um mapa cultural, atuando como uma estrutura social profunda e oculta, sustentada por um conhecimento consensual sobre o mundo (Ponte, 2004). Não há neutralidade ou naturalidade neles: “eles formam um código que vê o mundo de uma forma muito particular (peculiar até). Os valores-notícia são, de fato, um código ideológico” (Traquina, 2008, p. 115–116).

Devido à variabilidade e subjetividade, neste trabalho a lista de valores-notícia não foi tomada de um único autor, mas composta especificamente para a análise do corpus, em função do recorte temático centrado na migração venezuelana, na fronteira, nas políticas

públicas e nas disputas institucionais. A opção metodológica foi organizar essa lista a partir da moldura proposta por Traquina entre valores de seleção e valores de construção (Traquina, 2008), recorrendo, para alimentar cada grupo, a autores de referência. A lista final resulta, assim, de uma compilação original: combina o modelo clássico de Galtung e Ruge (1965), as sistematizações luso-brasileiras, em especial Erbolato, Traquina, Chaparro e Lage.

Os valores-notícia clássicos de Galtung e Ruge (1965) foram criados a partir da observação de publicações em jornais noruegueses sobre crises internacionais da época, o que se aproxima da nossa proposta. Os autores identificaram fatores como proximidade cultural, relevância, continuidade, composição, referência a nações e pessoas de elite e preferência por acontecimentos negativos. Esses fatores ajudam a entender por que a crise migratória venezuelana, os conflitos de fronteira e as decisões judiciais emergem com tanta força no noticiário: combinam proximidade geográfica e simbólica, alto impacto social, presença de atores estatais e internacionais e forte carga de negatividade. A lista utilizada nesta pesquisa retoma essas dimensões como base para categorias: proximidade, relevância, referência à continuidade, proeminência e conflito/controvérsia.

Em seguida, essa base internacional é aproximada das contribuições brasileiras sistematizadas por Silva (2005). Erbolato (2001) destaca, entre outros, proximidade, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, originalidade e repercussão, evidenciando o peso de critérios ligados a impacto, interesse humano e política editorial. Chaparro organiza sua lista em torno de atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, consequências, curiosidade, dramaticidade e surpresa, reforçando o lugar do conflito e da dramaticidade na construção da notícia. Lage trabalha com proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana (Silva, 2005). Em conjunto, esses autores permitem calibrar categorias como atualidade, proximidade, impacto, interesse humano e identificação social ao contexto do jornalismo brasileiro, o que é crucial quando se analisa a cobertura de veículos como Folha de Boa Vista, Folha de S. Paulo e Diário de Notícias.

A moldura final é dada pela proposta de Traquina (2008), que define noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que conferem a um acontecimento valor como notícia e distingue explicitamente entre valores de seleção e valores de construção,

apoiando-se na discussão de critérios substantivos e contextuais em Wolf (2003). A partir dessa divisão, a pesquisa organiza os valores de seleção como aqueles que explicam por que um acontecimento entra na agenda: importância, proximidade, relevância, atualidade/atualização, proeminência dos atores, imprevisibilidade/ineditismo, conflito/controvérsia e referência à continuidade. Os valores de construção, por sua vez, descrevem como o acontecimento é narrado: personalização, dramatização, simplificação, amplificação e visualização.

Desse percurso resulta uma lista de valores-notícia construída para este objeto, mas ancorada em referenciais reconhecidos. Os valores de seleção dialogam com os fatores de noticiabilidade de Galtung e Ruge (1965), com os critérios de Erbolato, Chaparro e Lage, e com os critérios substantivos e contextuais de Traquina (2008) e Wolf (2003). São eles: importância, proximidade, relevância, atualidade/atualização, conflito/controvérsia, continuidade, personalização, dramatização, simplificação e amplificação.

## **2.2. Enquadramento Midiático**

Enquanto os valores-notícia explicitam quais atributos tornam um acontecimento potencialmente noticiável, o enquadramento midiático, mais conhecido pelo termo em inglês '*media framing*' desloca o foco do *se* e *quando* um fato será publicado para o *como*. O foco recai na maneira como esses critérios se combinam em esquemas relativamente estabilizados de interpretação. Em outras palavras, não se trata apenas de definir quais eventos entram na pauta, mas de determinar sob que perspectiva, com quais ângulos, vieses, atores centrais, relações causais e julgamentos morais esses eventos serão apresentados ao público.

O ponto de partida clássico para compreender esse processo está na obra do sociólogo interacionista Erving Goffman. Em *Frame Analysis*, Goffman (1974) propõe que os indivíduos utilizam esquemas de interpretação para responder, em situações concretas, à pergunta *o que está acontecendo aqui?*. Esses *frames* são estruturas cognitivas e culturais que organizam a experiência, permitindo reconhecer um evento como conflito, acidente, rotina administrativa, espetáculo político ou problema moral, entre muitas possibilidades. Quando essa matriz é transposta para o campo da mídia, fala-se em enquadramento midiático para designar o modo como o jornalismo seleciona elementos

de um acontecimento, estabelece relações entre eles e lhes atribui significados predominantes.

Tradicionalmente o estudo sobre enquadramentos em textos jornalísticos concretos é realizado por meio da leitura e exame de títulos, *leads*, fontes acionadas, categorias descritivas, metáforas e ausências significativas. Nesta pesquisa utilizaremos como ferramenta um algoritmo computacional baseado em contagem e probabilidade – o *Latent Dirichlet Allocation* (LDA) – para detectar enquadramentos predominantes a partir da recorrência de palavras e das relações entre elas. Os resultados obtidos estarão ancorados a outros marcadores pontuais para conferência e interpretação de resultados.

A análise de enquadramento midiático baseia-se, tradicionalmente, na leitura manual sistematizada de corpora jornalísticos, combinando procedimentos de análise de conteúdo com identificação qualitativa de padrões interpretativos. Em pesquisas inspiradas por Entman (1993), por exemplo, define-se um corpus, constrói-se um protocolo de codificação com categorias derivadas da definição de frame (definição de problema, causas, avaliações morais, recomendações de tratamento) e procede-se à leitura de cada texto, registrando, de forma padronizada, como esses elementos aparecem.

Em outros estudos, como os de Gamson e Modigliani (1989), o foco recai na identificação de pacotes interpretativos, o que implica uma leitura intensiva e comparativa de notícias, editoriais, imagens e outros gêneros, buscando repertórios recorrentes de metáforas, *slogans*, exemplos e narrativas. O núcleo do método é a codificação sistemática: definem-se unidades de análise (matéria, parágrafo, título/*lead*), aplica-se um livro de códigos e, quando a pesquisa tem desenho quantitativo, calcula-se a frequência e a combinação dos frames encontrados.

A incorporação de métodos automatizados consolida uma vertente de análise de enquadramento apoiada em grandes bases de dados jornalísticos. No campo do jornalismo, o artigo ‘Research methods in the age of digital journalism: Massive-scale automated analysis of new-scontent – Topics, style and gender’ mostra como dicionários, aprendizado de máquina e modelagem de tópicos podem ser combinados para analisar, de forma padronizada, *corpora* extensos de notícias, estimando a distribuição de temas, estilos de escrita e marcadores de gênero em diferentes veículos e países (Flaounas et al., 2013).

Entre os trabalhos recentes de *media framing* baseados em corpora extensos, o artigo ‘Media framing dynamics of the “European refugee crisis”: A comparative topic modelling approach’ analisa 130.042 textos de 24 veículos na Hungria, Alemanha, Suécia, Reino Unido e Espanha (Heidenreich et al., 2019). A partir de modelos de tópicos em cinco idiomas, os autores identificam frames específicos por país, como segurança de fronteira, ajuda humanitária e política de refúgio da União Europeia. Em seguida mostram esses enquadramentos predominam ou são menos frequentes ao longo do tempo em resposta a eventos-chave da crise. O resultado central é a combinação entre dinâmicas comuns – picos de atenção quando há “crises” visíveis – e diferenças nacionais marcantes na forma como refugiados e políticas migratórias são narrados.

O artigo ‘Unequal framing in times of hardship? How newspapers from Germany, Spain, the United Kingdom and Switzerland portray Syrian and Ukrainian refugees – Evidence from a deductive and inductive automated content analysis’ aplica LDA e validação manual a 84.623 matérias publicadas entre 2014 e 2022, identificando onze frames genéricos e específicos, agrupados em quatro macro categorias: enquadramentos de destino, ameaça, valor e contextualização (Hoffmann & Hameleers, 2024). Os resultados mostram um padrão assimétrico: refugiados sírios aparecem predominantemente em frames de ameaça e em enquadramentos contextuais que enfatizam problemas e riscos, enquanto refugiados ucranianos são enquadrados com mais frequência em termos humanitários e de vitimização.

Já ‘Framing migration through the crisis era 2015–2022: A content and semantic network analysis of the Greek press’ examina 9.840 artigos de opinião de três grandes veículos gregos ao longo de sete anos (Kollias et al., 2025). Combinando codificação de categorias de conteúdo e análise de redes semânticas, os autores identificam dois *frames* dominantes: um enquadramento de ameaça política, centrado na ascensão da extrema direita, e um frame dual de segurança–humanitarismo, que articula preocupações securitárias e exigências de proteção de direitos. Os resultados mostram que a migração é construída simultaneamente como problema de ordem e questão humanitária, tensionando concepções de segurança, democracia e direitos humanos.

### **2.3. Jornalismo e Migração nas Esferas Local, Nacional e Internacional**

O jornalismo é uma prática comunicativa diversa e adaptável, que se manifesta de formas distintas em diferentes contextos: “Não há um jornalismo. Há vários jornalismos, porque também há vários órgãos jornalísticos, vários jornalistas, várias pessoas que podem ser equiparadas a jornalistas, vários contextos em que se faz jornalismo”, afirma Sousa (2001, p. 15). “O jornalismo que se faz na imprensa regional e local, por exemplo, é diferente do jornalismo que se faz nos grandes jornais e revistas” (Sousa, 2001, p. 15). Portanto, quando lida com migrações, o jornalismo não se organiza de maneira uniforme nas diferentes esferas de cobertura, mas tende a produzir narrativas, prioridades e enquadramentos distintos conforme o lugar de onde fala. Essa é uma premissa analítica que se busca aprofundar por meio do estudo comparativo da cobertura jornalística da migração venezuelana ao Brasil pela fronteira do estado de Roraima. Antes de avançar para a análise empírica, vamos apresentar aqui algumas hipóteses gerais, tecidas a partir da observação participante com o fenômeno social e do contato com estudo afins.

Uma mesma dinâmica migratória tende a adquirir relevâncias, léxicos e focos distintos quando narrada por veículos ancorados no território de chegada, por redações sediadas em centros nacionais de decisão política ou por meios de comunicação internacionais. A ideia de proximidade como valor-notícia ajuda a compreender essa variação: quanto menor a distância geográfica, social e simbólica em relação ao fluxo migratório, maior a tendência de enquadrar a migração como questão concreta, cotidiana e urgente; à medida que a distância aumenta, ganham espaço leituras mais abstratas, que articulam o fenômeno a agendas nacionais ou a disputas geopolíticas mais amplas (Brinca, Amaral, & Camponez, 2012).

No plano local, partimos da hipótese de que a cobertura emerge da fricção direta entre fluxos migratórios e a vida ordinária de cidades e regiões de fronteira. Nessas condições, a migração tenderia a aparecer ligada à pressão sobre serviços públicos, à reorganização de espaços urbanos, à segurança e a conflitos pontuais, com redações em regime de atenção contínua a decisões administrativas, operações e episódios de violência.

Na esfera nacional, o mesmo fenômeno migratório seja reconfigurado como questão de política pública, disputa federativa e debate sobre direitos. Os fluxos de fronteira seriam

reposicionados como problema de Estado, associado à responsabilidade do governo central, à coordenação entre entes federativos, a compromissos internacionais e à gestão de crises humanitárias. O distanciamento geográfico favorece enquadramentos mais abstratos, ligados a categorias como governança, responsabilidade federal ou crise de direitos humanos.

Já na esfera internacional, jornalismo tende a enquadrar as migrações em narrativas de crise humanitária, instabilidade política e risco de conflito, que são temas de relevância mundial. A atenção recairia, portanto, sobre janelas de crise e decisões emblemáticas, lidas à luz de agendas multilaterais, da atuação de organismos internacionais e das relações entre Estados. A migração pode ser configurada como parte de fluxos transnacionais mais amplos e se essa perspectiva, ancorada no país de origem da cobertura e em seu público-alvo, condiciona a forma como migrantes e países de destino são representados.

O estudo dessas três esferas de cobertura tem como desafio a constatação teórica prévia de que jornalismo e migração não constituem uma relação única e estável, mas um campo de representações moduladas por escalas de observação, rotinas produtivas e disputas simbólicas específicas. Um mesmo dispositivo de política migratória ou um mesmo episódio de conflito pode ser narrado, no plano local, como questão de sobrevivência cotidiana e gestão de serviços; em âmbito nacional, como teste para a legitimidade do Estado e a consistência das políticas públicas; e, no cenário internacional, como sintoma de tensões humanitárias e geopolíticas globais.

Autores como Brinca, Amaral e Camponez (2012) relacionam o jornalismo local à ideia de proximidade, para além do critério de noticiabilidade. Brinca (2012) entende que a comunicação social em contextos regionais deve assumir um papel ativo no desenvolvimento das regiões onde opera. Isso envolve informar, mediar a comunicação entre diferentes agentes de poder e cidadãos, promover a participação, organizar debates e eventos, e criar conteúdos que incentivem a interação e a coesão social. A proximidade é, assim, vista como uma forma de jornalismo, que está intimamente ligada ao território e à comunidade, funcionando como uma argamassa simbólica que une e fortalece o tecido social de uma região. Amaral (2012) acrescenta que, mesmo em um cenário de volatilidade, com mudanças endógenas e exógenas, como as novas tecnologias a pressão do mercado, a imprensa regional tem um papel central na

revitalização do espaço público local e na promoção de uma cidadania ativa, que se opõe à cidadania mínima e fraca.

Camponez (2012) ressalta a tensão entre proximidade e objetividade no jornalismo, destacando que a proximidade geográfica e cultural dos jornalistas com suas comunidades pode influenciar negativamente a cobertura noticiosa, comprometendo a imparcialidade e a integridade profissional. Essa proximidade pode sujeitar os jornalistas a pressões sociais e econômicas, tornando-os vulneráveis a influências de fontes locais, elites ou à necessidade de manter boas relações comunitárias para assegurar a viabilidade econômica do meio de comunicação. Além disso, o envolvimento dos jornalistas em causas locais pode evoluir para um ativismo que, mesmo sendo bem-intencionado, arrisca transformar o jornalismo em propaganda, comprometendo sua objetividade e a função crítica essencial da profissão.

Enquanto o jornalismo local ou de proximidade é um objeto de pesquisa mais delimitado, embora complexo, pensar o jornalismo nacional e internacional como um todo é um desafio maior. Assim, optamos por tratar aqui de um ponto, que está relacionado mais diretamente com o tema de nossa pesquisa: a relação entre jornalismo e identidade nacional e, por conseguinte, a sua relação com outras nacionalidades.

No âmbito nacional, o jornalismo pode atuar como forma de contribuir com narrativas que refletem a identidade coletiva de uma nação, utilizando desde eventos esportivos até marcos culturais e históricos para reforçar um sentimento de unidade e pertencimento entre os cidadãos. Em ‘Nationalism and National Identity in North America’, Byrd (2023) explora como a mídia nos Estados Unidos e no Canadá frequentemente constrói narrativas que reforçam a identidade coletiva da nação por meio da cobertura jornalística. Valores como democracia liberal e direitos de propriedade costumam ser destacados nesses países. No México, por sua vez, a identidade nacional é frequentemente associada na imprensa ao conceito de *mestizaje*, combinando elementos europeus e indígenas, o que reflete uma narrativa inclusiva que celebra a diversidade étnica do país.

Quando se trata de olhar para os *outsiders*, como os refugiados que chegam à Europa, o estudo já citado de Heidenreich et al (2019) mostra diferenças significativas na abordagem da cobertura jornalística nacional e internacional, influenciadas por fatores

contextuais e culturais específicos de cada país, resultando em uma diversidade de narrativas e percepções públicas sobre a crise (Heidenreich et al., 2019).:

O estudo sugere que a posição geográfica e o papel de cada país na rota dos refugiados influenciam fortemente os enquadramentos adotados: países mais próximos da rota dos Bálcãs, como Hungria e Alemanha, tendem a tratar a crise como questão de fronteira, com ênfase em segurança e controle, enquanto países mais distantes, como o Reino Unido, privilegiam imagens de campos de refugiados e problemas a eles associados. As tradições jornalísticas modulam essas escolhas, como se observa na Suécia, que destaca relatos de interesse humano e enfatiza dimensões empáticas e humanitárias, em contraste com a Espanha, que focaliza sobretudo a política da União Europeia. Além disso, em países fortemente receptores, como Alemanha e Suécia, ganham relevo enquadramentos relacionados ao impacto dos refugiados sobre o bem-estar social e a economia, ao passo que, em contextos que não figuram como destinos principais, como a Hungria, prevalecem perspectivas defensivas e de reforço de fronteiras. Do ponto de vista temporal, observa-se ainda uma mudança de ênfase: enquadramentos de interesse humano e ajuda humanitária são mais presentes nas fases iniciais da cobertura, enquanto frames centrados em política e segurança tendem a predominar nos momentos de pico da crise (Heidenreich et al., 2019).

No contexto latino-americano, estudos sobre asilo, refúgio e migrações mapeiam, com metodologias distintas, como a mídia constrói sentidos. No Brasil, a dissertação *Jornalismo para paz ou para a guerra: o refugiado na cobertura jornalística brasileira*, de Anelise Zanoni Cardoso (2013), parte do referencial do *Jornalismo para a Paz*, derivado dos *Peace Studies*, para analisar como o discurso jornalístico participa da construção social da figura do refugiado. A autora argumenta que o refúgio é um fenômeno historicamente recorrente, mas para o qual o mundo moderno ainda resiste a adaptar-se; nesse cenário, a figura do refugiado emerge em uma paisagem social que tende a rejeitar a diferença. A partir de uma análise sistemática da cobertura jornalística brasileira, a pesquisa mostra que o jornalismo, tomado como acontecimento e como realidade sobre o fenômeno, constrói espaços limitados que estreitam realidades, identidades e significados associados aos refugiados, favorecendo enquadramentos que os apresentam sobretudo como problema, ameaça ou vítima, e não como sujeitos de direitos ou agentes políticos.

Na Colômbia, o artigo ‘Imaginarios de exclusión y amenaza en torno al inmigrante venezolano en Colombia’, de Aliaga, Baracaldo, Pinto e Gissi (2018), analisa notícias dos jornais *El Tiempo* e *El Espectador* nos anos de 2016 e 2017, justamente quando o fluxo de venezuelanos aumentou de forma significativa. Com base nas teorias dos imaginários sociais de Manuel Baeza, de nacionalismo em Habermas e de incerteza social, de Appadurai, os autores realizam uma análise qualitativa das notícias para identificar como a imprensa escrita participa da construção do imaginário sobre o imigrante. O estudo conclui que as categorias teóricas se materializam em um imaginário social excludente, no qual a imigração venezuelana é reiteradamente configurada como ameaça. As notícias reforçam a ideia de insegurança, tensões identitárias e risco para a coesão nacional, contribuindo para legitimar atitudes de rejeição e políticas de controle mais duras.

No caso peruano, o artigo ‘Metáforas, representación discursiva y migración venezolana en el Perú: hacia un análisis crítico-cognitivo del discurso de la prensa escrita peruana’, de Frank Joseph Domínguez Chenguayen (2021), parte do diálogo entre análise crítica do discurso e linguística cognitiva para examinar as metáforas e esquemas conceptuais usados pela imprensa ao representar a migração venezuelana. O estudo identifica expressões metafóricas recorrentes, como a ideia de que venezuelanos ‘inundaram o país’, e mostra como elas não são apenas recursos estilísticos, mas formas de enquadrar migrantes como perigo ou ameaça para o território. Essas metáforas contribuem para naturalizar a visão da migração como fenômeno prejudicial, perigoso e a ser contido, reforçando discursos xenófobos e práticas de exclusão na esfera pública peruana.

No Chile, o artigo de Stefoni & Brito, ‘Migraciones y migrantes en los medios de prensa en Chile: la delicada relación entre las políticas de control y los procesos de racialización’ (2019), analisa 197 notícias publicadas entre abril de 2018 e agosto de 2019 em meios de imprensa on-line. Os autores investigam a sobreposição entre o discurso político do governo Piñera e o discurso midiático sobre migrações, mostrando uma relação estreita entre representações racializadas e estereotipadas dos migrantes e a adoção de políticas de controle. A pesquisa demonstra que os meios de comunicação se tornam um espaço hegemonizado pelo Ministério do Interior, onde a migração é reiteradamente enquadrada como problema, associada a estereótipos específicos: haitianos descritos como pobres, marginais e vulneráveis; venezuelanos vinculados a crise, emergência e descontrole. O artigo destaca ainda a eficácia político-discursiva da

ideia de ‘ordenar a casa’, metáfora dominante que simplifica a complexidade do fenômeno migratório e legitima medidas de endurecimento e filtragem do ingresso de estrangeiros.

Na Argentina, o artigo de Melella & Jensen (2022), ‘La migración venezolana en la prensa argentina. Estudio comparativo entre Clarín y Página 12’, compara 38 notícias publicadas entre 2015 e 2019 (29 em Clarín e 9 em Página 12) com base na análise crítica do discurso. As autoras mostram que a representação midiática da migração venezuelana é marcada por um conflito político–ideológico nacional: no *Clarín*, predominam três eixos temáticos: migração como crise e tragédia, políticas migratórias seletivas e migração desejada, articulados por metáforas de êxodo e catástrofe, pela legitimação do *Programa Venezuela* do governo Macri e pela construção do venezuelano como migrante qualificado e bem-vindo, em contraste com outras migrações regionalizadas tratadas de modo mais estigmatizado. No *Página 12*, os dois eixos centrais são a crítica política interna ao governo Macri e a defesa da legitimidade do regime venezuelano: a migração aparece como recurso para evidenciar contradições nas políticas de direitos humanos da gestão argentina, e para denunciar o alinhamento do país a estratégias de desestabilização lideradas por potências centrais. Em ambos os jornais, a cobertura recorre com frequência à emoção e a um jogo dos números, mas oferece pouco espaço às vozes dos próprios migrantes e a especialistas em migrações, o que reforça a tendência à politização do fenômeno em chave doméstica e à relativa invisibilização de suas dimensões estruturais e cotidianas.

## **Capítulo III – Teorias e Conceitos Migratórios**

Nossa pesquisa se desenvolve no campo da Ciência da Comunicação, que define sua perspectiva central e o ambiente de produção acadêmica. Por essa razão, neste tópico dedicado às migrações em seu enquadramento formal, jurídico e teórico, dedicaremos atenção específica à apresentação e à discussão de conceitos fundamentais de outras áreas do conhecimento, como direito internacional, economia e das relações internacionais.

Se as migrações estão no DNA humano, são também um fenômeno onipresente na História. A história social dos agrupamentos humanos é também a história dos deslocamentos. Assim, evitaremos retomar a história geral das migrações e, do mesmo modo, não abordaremos aspectos ligados à biologia humana, porque isso nos levaria a uma digressão extensa e nos afastaria dos objetivos deste trabalho. Por ora, concentramos a análise no pensamento contemporâneo sobre as migrações, formulado sobretudo no pós-guerra, a partir da Europa e dos Estados Unidos, e nas revisões críticas produzidas fora desse eixo. Essas contribuições ampliam o campo como um todo e se vinculam diretamente ao fenômeno observado nesta pesquisa: uma migração em massa no século XXI, com origem e destino no Sul Global, produzida por conjunturas próprias de um mundo distinto daquele que configurou o pós-guerra.

Antes das discussões teóricas, contudo, trataremos das categorias formais, ou jurídicas, referentes à migração, partindo de um arcabouço conceitual de terminologias e categorias relacionados às migrações. Além de introduzir a questão, a apresentação dessas categorias também define o léxico que utilizamos ao longo da pesquisa para representar as migrações e seus atores.

### **3.1. Enquadramento formal das migrações**

Enquanto a perspectiva social teórica e aplicada sobre os deslocamentos humanos se dá em ambientes acadêmicos mais dinâmicos, a definição de categorias formais provém das esferas jurídicas, nacional e internacional. Em linhas gerais, essas categorias equilibram-se entre o poder dos estados nacionais de definir migrantes de acordo com

seus interesses e a pressão de entidades supranacionais de tratar a questão migratória sob uma perspectiva global convergente.

Wimmer e Glick Schiller (2002) discutem esse dilema ao criticar um *nacionalismo metodológico*, que se refere à tendência de tratar o estado-nação como a principal unidade de análise em questões de migração internacional. Para os autores, isso limita a compreensão das migrações como fenômenos que envolvem múltiplas jurisdições e realidades supranacionais, exigindo, portanto, uma governança mais cooperativa. Em contrapartida, o sistema jurídico tradicional, centrado em estados soberanos, muitas vezes ignora a complexidade desse fenômeno, tratando os migrantes de acordo com demandas políticas, econômicas e culturais.

A perspectiva da Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2023), que se alinha com outras agências da ONU como ACNUR e ACNUDH, valoriza a centralidade das ações supranacionais e da cooperação internacional para lidar com as migrações. Para a OIM, iniciativas como o Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento (GFMD) demonstram que, à medida que a migração se torna um fenômeno global, é necessário que as políticas sejam coordenadas em âmbito internacional, considerando não apenas os interesses dos estados, mas também os direitos e as necessidades dos migrantes, independentemente de sua filiação nacional. Assim, no contexto da globalização, mesmo que os estados nacionais mantenham grande autonomia sobre as questões migratórias em seu território, há pressão constante por medidas supranacional e cooperativa.

Trataremos das categorias formais das migrações a partir de conceitos elementares que nos servem tanto de respaldo semântico quanto de lastro teórico para a observação do fenômeno. Para isso, utilizaremos prioritariamente expressões pactuadas no âmbito supranacional, com destaque para aquelas reunidas no Glossary on Migration (IOM, 2019). Mais do que uma simples compilação de verbetes, o documento sistematiza termos correntes na academia e no senso comum e propõe parâmetros normativos para a gestão supranacional das migrações.

O Glossário de Migração da OIM (IOM, 2019) define o migrante internacional como qualquer pessoa que se desloca de seu país de origem para outro, com o propósito de residir temporária ou permanentemente, onde será considerada não nacional. A atual versão do glossário agrega atualizações importantes demandadas por migrações

recentes, como a haitiana e a venezuelana. Um exemplo é o reconhecimento de uma variedade maior de motivações que levam as pessoas a migrarem, incluindo fatores econômicos, ambientais, sociais e políticos. Além disso, enfatiza a necessidade de evitar a criminalização dos migrantes em situação irregular, ao adotar termos como *migrante em situação irregular* em vez de *imigrante ilegal*, que carrega conotações pejorativas e estigmatizantes (IOM, 2019).

As categorias formais são fundamentadas em definições jurídicas que, como destacado por Places (2010), tentam ordenar o fenômeno migratório de maneira racional e sistemática. No entanto, esse processo de categorização é tudo menos neutro, especialmente quando aplicado a não cidadãos, que são excluídos dos processos decisórios e, muitas vezes, marginalizados pelas políticas estatais (Figueiredo, 2020). Para esta pesquisa, destacamos cinco categorias formais, conforme descritas no Glossário de Migração da OIM são:

- 1) **Cidadão nacional:** Definido como o indivíduo que, por nascimento ou naturalização, é considerado membro da comunidade política de um Estado, com direito a todos os privilégios civis e políticos. O conceito de nacionalidade, baseado em princípios como o *jus soli* (local de nascimento) e o *jus sanguinis* (descendência), é central para entender quem é incluído ou excluído da cidadania plena.
- 2) **Estrangeiro:** Qualquer pessoa que não é considerada nacional pelo país onde reside. Estrangeiros, em geral, têm direitos políticos e sociais limitados, como de votar e de acessar serviços sociais. Essa distinção é reforçada pelas exigências legais, como a necessidade de vistos, que regulam o acesso de estrangeiros ao território nacional.
- 3) **Emigrante:** O indivíduo que deixa seu país de origem com a intenção de se estabelecer em outro país. A emigração é vista como o movimento de saída, oposto à imigração, que é o processo de entrada no país de destino.
- 4) **Imigrante:** A pessoa que se desloca para outro país com a intenção de se estabelecer. A definição de imigrante é diretamente ligada à regularidade da permanência no novo país, sendo o imigrante regular aquele que possui autorização

legal para residir e trabalhar, enquanto o imigrante em situação irregular é aquele que permanece sem a devida autorização.

- 5) **Imigrante naturalizado:** Refere-se àquele que adquire a nacionalidade do país de destino após um processo formal, seja por casamento, tempo de permanência ou outros critérios dados pela legislação nacional.

Importante destacar que migrante e emigrante são definições formais que diferem entre si essencialmente pela perspectiva do estado de origem ou destino. Assim, um cidadão nacional venezuelano que cruza a fronteira e ingressa no Brasil é um emigrante para a Venezuela e um imigrante aos olhos do Estado brasileiro. Por isso adoramos o uso prioritário da expressão ‘migrante’, que carrega um sentido amplo na definição dos cidadãos deslocados ou em deslocamento.

Outra definição relevante para os estudos das migrações, é o conceito de diáspora. O termo define “indivíduos e membros de redes, associações e comunidades que deixaram seu país de origem, mas mantêm vínculos com suas pátrias” (IOM, 2019, p. 28). Este conceito inclui tanto expatriados temporários quanto migrantes de longa data e suas gerações subsequentes. Figueiredo (2020) reforça que as diásporas desempenham um papel importante nas dinâmicas transnacionais, pois promovem fluxos econômicos e culturais entre o país de origem e o país de destino.

O conceito de diáspora é frequentemente discutido em conjunto com a noção de *comunidades transnacionais*, visto que os migrantes mantêm múltiplos vínculos com diferentes localidades, destacando a complexidade das interações globais que envolvem tanto o deslocamento físico quanto a manutenção de conexões identitárias e afetivas. Em diversas situações que atendem às características acima, a migração venezuelana ao Brasil e a outras regiões do mundo pode ser entendida com uma diáspora. Um dos melhores exemplos da transnacionalidade é a comunidade luso-venezuelana, sobre a qual falaremos no próximo capítulo.

O Glossário de Migração da OIM também introduz novas categorias que refletem a complexidade dos movimentos migratórios contemporâneos. Uma dessas categorias é a *migração ambiental*, que abrange pessoas forçadas a se deslocar devido a desastres naturais ou mudanças climáticas. Outra contribuição significativa é o conceito de

*migrante em trânsito*, que difere do modelo tradicional de origem–destino e reconhece que a migração pode ser um processo contínuo, onde os planos e os destinos podem mudar ao longo da jornada.

### **3.2. Refúgio e refugiados**

Destacamos a categoria de refúgio em detrimento das demais porque além dela se relacionar especificamente com a emigração venezuelana ao Brasil, a trajetória do enquadramento legal do status de refúgio acompanha mudanças nos movimentos de deslocamento humanos a partir do pós-guerra. Ademais, diversos movimentos de deslocamento em massa nas últimas décadas trouxeram o tema às pautas jornalísticas e ao seu uso franco em discussões tanto acadêmicas quanto no senso comum.

Refúgio é uma forma de proteção internacional oferecida por um país a uma pessoa que saiu de seu país de origem devido a fundado temor de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opinião política (IOM, 2019). A primeira definição internacional de refúgio tem como base o ‘Estatuto dos Refugiados’, elaborado pela Convenção da ONU de 1951. O tratado estabelece em seu artigo 1º o critério de proteção internacional para indivíduos cujas vidas e liberdades estão ameaçadas devido a tais perseguições.

Pessoa que receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país. (Organização Internacional para as Migrações [OIM], 2019, p. 63)

O estatuto de refúgio surgiu como uma resposta humanitária às crises do pós-segunda Guerra Mundial, com a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 1950 e a subsequente formulação da Convenção de 1951. O restringia-se inicialmente aos deslocados europeus, estabelecendo critérios específicos para a concessão de refúgio e delimitando sua aplicação a eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. Apenas na década seguinte uma emenda ao Estatuto do Refugiado –

o Protocolo de 1967 – removeu as limitações temporais e geográficas, tornando a proteção aplicável a refugiados de qualquer parte do mundo, independentemente da data em que ocorresse a perseguição. A Declaração de Cartagena de 1984, mais de 30 anos depois, expandiu o conceito de refugiado para incluir pessoas que fogem de graves distúrbios públicos, violência generalizada ou violações maciças dos direitos humanos (Reis, 2014; Figueiredo, 2020).

Para Figueiredo (2020), embora o estatuto tenha evoluído, persistem limitações relacionadas à sua operacionalização, principalmente em relação aos refugiados que não se enquadram nos critérios tradicionais da Convenção de 1951. Para a autora, a política de refúgio se torna seletiva e excludente quando não considera novos contextos de perseguição, como questões ambientais e a perseguição de gênero. Para ela, os instrumentos internacionais vigentes na prática não acompanham a evolução das formas de vulnerabilidade e, por isso, muitos indivíduos em situações de risco não são reconhecidos como refugiados (Figueiredo, 2020).

Reis e Menezes (2014) criticam o alcance da proteção ao refugiado, ressaltando que a legislação internacional, ao ser aplicada de forma rígida, pode perpetuar a vulnerabilidade de muitos que buscam proteção. Segundo elas, há uma tensão constante entre o compromisso dos Estados com a soberania nacional e a obrigação de proteção aos direitos humanos. Essa ambiguidade se reflete na adoção de políticas restritivas de asilo e na prática de fechamento de fronteiras para evitar a chegada de refugiados. Ela sugere que a comunidade internacional deve reconsiderar as normas existentes, ampliando os critérios de reconhecimento de refugiados e fortalecendo os mecanismos de solidariedade internacional (Reis e Menezes, 2014)

Portanto, o desenvolvimento histórico do estatuto de refúgio reflete tanto avanços no alcance da proteção internacional quanto desafios persistentes para garantir sua efetividade frente às novas formas de vulnerabilidade. As críticas de Figueiredo (2020) e Reis e Menezes (2014) convergem ao enfatizar a necessidade de adaptação do regime internacional de refúgio para lidar com as demandas contemporâneas, seja por meio da inclusão de novos critérios de proteção, seja pela flexibilização das normas vigentes, de modo a assegurar que a proteção aos refugiados responda de forma eficaz às realidades migratórias do século XXI.

Um dos exemplos mais significativos de adequação de legislações internacionais e nacionais a fluxos migratórios específicos ocorre justamente para atender demandas da migração em massa a partir da Venezuela. Dedicaremos mais à frente um espaço maior à legislação migratória brasileira, mas vale aqui antecipar a dinâmica que envolve o ideário supranacional e as singularidades de cada fluxo.

Outro grupo de pessoas migrantes que impactou recentemente o Direito Internacional dos Refugiados no Brasil foi o de provenientes da Venezuela. A partir do ano de 2015 teve início o aumento do ingresso destas pessoas no Brasil, levando as autoridades a construírem respostas para esse deslocamento intra regional, o qual é o mais expressivo no território brasileiro, contando com mais de 800 mil ingressos e com a permanência em território brasileiro de mais de 400 mil pessoas, segundo dados divulgados em abril de 2022 (Jubilut, Jarochinski Silva, & Kosiak, 2023, p. 399).

No contexto brasileiro, a primeira mudança significativa foi em 2017, quando a Resolução Normativa nº 129 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) estabeleceu a concessão de autorização de residência para cidadãos venezuelanos, sob o argumento da proximidade geográfica e da ausência de benefícios do visto Mercosul, considerando que a Venezuela não fazia parte das normas de livre circulação do bloco. Embora essa medida representasse um passo importante para a regularização dos migrantes, foi alvo de críticas por não reconhecer plenamente a condição de refúgio, visto que muitos dos migrantes atendiam aos critérios internacionais para a concessão do status de refugiado, relacionados à violação sistemática de direitos humanos (Jubilut, Jarochinski Silva, & Kosiak, 2023).

Em 2019, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão colegiado do Estado brasileiro responsável por avaliar e decidir sobre pedidos de refúgio no país, revisou essa abordagem e reconheceu que a situação na Venezuela configurava graves violações de direitos humanos. Essa mudança de política resultou em um crescimento expressivo no número de refugiados no Brasil, com mais de 53.000 venezuelanos sendo reconhecidos como refugiados em um único ato do conselho, em janeiro de 2022.

Em 2023, o Brasil registrou o maior número de reconhecimentos de refugiados da história, com 77.193, levando o país ao total de 143.033 refugiados acolhidos. As solicitações de venezuelanos compuseram a maior parte dos pedidos, somando 112.644, o que representa 81,4% do total. Nacionalidades que até 2018 encabeçavam a lista de refugiados reconhecidos pelo Brasil têm atualmente bem menos representatividade: haitianos (5,6%), cubanos (2,9%), angolanos (1,7%) e bengalis (1,2%). O Brasil também registrou o crescimento de pedidos realizados por mulheres, crianças e adolescentes, refletindo mudanças nos padrões migratórios e nas necessidades de proteção internacional (OBMigra, 2023).

### **3.3. Teorias fundamentais das migrações**

Enquanto a categorização formal ou jurídica dos migrantes no mundo globalizado envolve a dualidade entre a autonomia dos Estados nacionais e a demanda por abordagens supranacionais, no enquadramento teórico do fenômeno social observamos outra dualidade recorrente: a tendência a supor que os migrantes sempre se enquadram como refugiados ou como migrantes econômicos. Essa percepção é problemática, por razões que discutiremos a seguir. Ainda assim, convém tomá-la como ponto de partida para pensarmos as ideias contemporâneas que estruturam os estudos sobre deslocamentos humanos.

No século XX, sobretudo na segunda metade, o enfoque econômico tornou-se a lente predominante para interpretar diversos fenômenos sociais, entre eles as migrações. O contexto de reconstrução e crescimento econômico nas regiões envolvidas nos grandes conflitos globais e na subsequente Guerra Fria favoreceu a consolidação de teorias que priorizam a economia como eixo explicativo dos movimentos populacionais. Esse período foi marcado pela necessidade de mão de obra para sustentar a expansão industrial nos países desenvolvidos, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, o que impulsionou migrações em massa de trabalhadores oriundos de regiões periféricas. Nesse cenário, teorias como a da migração por desequilíbrio econômico (Todaro, 1969) e a nova economia das migrações laborais ganharam proeminência ao tratar a migração como estratégia racional de maximização de renda e minimização de riscos para indivíduos e famílias. A prevalência dessa abordagem reflete as transformações globais do período.

A teoria da mobilidade de capital e trabalho e o modelo de mercados de trabalho segmentados exemplificam como a dinâmica migratória foi interpretada dentro de um quadro de forças econômicas e políticas globais. Esse foco produziu leituras que destacam a função estrutural da migração na redistribuição internacional da força de trabalho, condicionada por políticas nacionais e internacionais de controle migratório, contribuindo para uma compreensão mais instrumental e funcionalista do fenômeno. Embora úteis para explicar demandas imediatas do mercado de trabalho, tais teorias muitas vezes deixam em segundo plano dimensões sociais, culturais e políticas que também moldam os fluxos migratórios.

Teorias voltadas à relação entre imigração e economia examinam a imigração como expressão de desigualdades econômicas globais e de necessidades específicas de determinados setores produtivos. A teoria neoclássica entende a migração como escolha individual orientada pela busca de melhores salários e oportunidades; a teoria do mercado de trabalho dual a interpreta como resposta à demanda por trabalhadores em segmentos precários e desvalorizados nos países de destino; e a teoria dos sistemas mundiais situa os fluxos migratórios em um contexto de dependência e exploração, vinculando-os à expansão do capitalismo global em direção às periferias. Ao articular essas perspectivas, observamos uma rede de relações de causa e efeito que conforma os movimentos populacionais e reflete dinâmicas de poder e desigualdade no sistema mundial (Figueiredo, 2020).

### ***3.3.1. Repulsão e Atração***

Everett Lee, demógrafo e sociólogo norte-americano, foi um dos pioneiros na formalização das teorias migratórias modernas. Sua obra, *A Theory of Migration*, publicada em 1966, trouxe uma contribuição fundamental ao sugerir que a migração internacional resulta da interação entre fatores que empurram os indivíduos a deixarem seus países de origem e fatores que os “atraem” para os países de destino. Segundo a teoria de *push and pull factors* de Lee, fatores de repulsão, como instabilidade política, falta de oportunidades econômicas e condições de vida adversas, incentivam a saída de indivíduos de suas localidades. Em contrapartida, fatores de atração, como melhores condições de emprego, segurança social e oportunidades educacionais, orientam as escolhas migratórias em direção a novos territórios.

Lee (1966) define a migração como uma mudança de residência que pode ser permanente ou semipermanente. Para ele, independentemente de ser de curta ou longa duração, todo movimento migratório envolve um ponto de origem, um destino e obstáculos intervenientes. Em cada uma dessas etapas, estão presentes fatores de atração e repulsão. A capacidade de superar os obstáculos varia conforme os recursos, condições físicas e psicológicas dos migrantes:

Em todas as áreas, existem inúmeros fatores que atuam para manter as pessoas dentro da área ou para atraí-las a ela, e há outros que tendem a repelir essas pessoas. Estes são representados no diagrama pelos sinais de + e - (...) Alguns desses fatores afetam a maioria das pessoas de maneira semelhante, enquanto outros afetam diferentes pessoas de formas distintas. Assim, um clima ameno é atraente e um clima desfavorável é repulsivo para quase todos; mas um bom sistema escolar pode ser considerado um + por um pai com filhos pequenos e um - por um proprietário sem filhos, devido aos altos impostos imobiliários que acarreta, ao passo que um homem solteiro sem bens tributáveis é indiferente a essa situação. É evidente que o conjunto de sinais + e - tanto na origem quanto no destino é definido de maneira distinta para cada migrante ou potencial migrante (Lee, 1966, p. 50, tradução nossa<sup>1</sup>).

---

<sup>1</sup>Traduzido do original:

In every area, there are countless factors which act to hold people within the area or attract people to it, and there are others which tend to repel them. These are shown in the diagram as + and - signs. There are others, shown as O's, to which people are essentially indifferent. Some of these factors affect most people in much the same way, while others affect different people in different ways. Thus a good climate is attractive and a bad climate is repulsive to nearly everyone; but a good school system may be counted as a + by a parent with young children and a - by a house owner with no children because of the high real estate taxes engendered, while an unmarried male without taxable property is indifferent to the situation. Clearly the set of +'s and -'s at both origin and destination is differently defined for every migrant or prospective migrant. Nevertheless, we may distinguish classes of people who react in similar fashion to the same general sets of factors at origin and destination. Indeed, since we can never specify the exact set of factors which impels or prohibits migration for a given person, we can, in general, only set forth a few which seem of special importance and note the general or average reaction of a considerable group. Needless to say, the factors that hold and attract or repel people are precisely understood neither by the social scientist nor

Lee complementa a explicação sobre os fatores de repulsão e atração destacando a diferença entre as áreas de origem e destino. Nas áreas de origem, as pessoas, por terem passado grande parte de suas vidas ali, conhecem bem as vantagens e desvantagens do local. Em contraste, no destino, há sempre um elemento de desconhecimento, que pode levar a idealizações por parte dos migrantes. Além disso, a relação dos migrantes com os lugares de origem e destino é influenciada pelos momentos específicos de seus ciclos de vida. O local de origem, associado à formação e juventude, pode ser supervalorizado, enquanto as dificuldades de assimilação no novo local podem provocar o efeito contrário.

O autor também aponta que as mesmas situações podem ser percebidas de formas distintas pelos migrantes. Lee (1966) enfatiza que obstáculos idênticos podem ser superados ou não, dependendo dos recursos e condições de cada indivíduo. Elementos como distância ou custo de transporte, triviais para alguns, podem se tornar barreiras intransponíveis para outros. Assim, as migrações dependem das condições físicas, psicológicas, familiares e do perfil de cada pessoa, influenciando suas escolhas de migrar ou permanecer.

A teoria de Lee recebe críticas, de autores como Castles e Miller e de Douglas Massey, por simplificar os processos migratórios ao tratá-los como decisões racionais guiadas principalmente por cálculos de vantagens e desvantagens individuais, deixando em segundo plano a complexidade efetiva das motivações e condicionantes que estruturam a migração. Em leituras contemporâneas do campo, esses autores sustentam que a decisão de migrar envolve fatores inter-relacionados de ordem social, cultural, política, histórica e institucional, de modo que a migração não pode ser reduzida a escolha individual, mas deve ser compreendida como processo socialmente estruturado. Assim, reconhecemos que a contribuição de Lee permanece útil como ponto de partida analítico, mas é insuficiente para explicar, isoladamente, as dinâmicas e a diversidade de trajetórias migratórias no contexto atual.

No caso específico da mobilidade entre Brasil e Venezuela, as características estruturais de ambos os países, tomadas isoladamente, não produzem um quadro claro de repulsão e atração. A dinâmica, porém, se torna mais inteligível quando examinada a partir das

---

the persons directly affected. Like Bentham's calculus of pleasure and pain, the calculus of +'s and -'s at origin and destination is always inexact (Lee, 1966, p.50).

percepções e trajetórias individuais, que revelam como fatores pessoais, familiares e contextuais se articulam na decisão de migrar. Da mesma forma, investigaremos se essa dualidade se manifesta no discurso noticioso, nas três camadas de cobertura.

### ***3.3.2. Teoria neoclássica***

Em linhas gerais, a premissa de economistas neoclássicos, como Lewis (1954) e Harris e Todaro (1970), é que os deslocamentos humanos ocorrem essencialmente devido às diferenças salariais entre países de origem e de destino. No plano macroeconômico, os salários seriam determinados pelo equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho nos mercados regionais. Em um cenário de escassez de mão-de-obra de um mercado frente à abundância em outro, a tendência seria que os salários fossem mais altos onde há menor quantidade de trabalhadores. A migração, assim, funcionaria como um mecanismo de equilíbrio entre essas regiões, levando trabalhadores de áreas com salários mais baixos para aquelas onde os salários são mais elevados, até que ocorra um equilíbrio salarial (Massey et al., 1993).

No nível microeconômico, os migrantes, ao buscar maximizar seus ganhos, calculam os custos e benefícios da migração. Decidem migrar com base na expectativa de obter melhores empregos e salários, desde que os benefícios esperados superem os custos de curto prazo. Nesse contexto, o movimento migratório é visto como a busca de indivíduos por melhores rendas em outros países (Massey et al., 1993).

### ***3.3.3. Novos Economistas***

As chamadas teorias dos novos economistas (Figueiredo, 2020) se estruturam a partir de uma crítica às abordagens neoclássicas, que tendem a explicar a migração como resposta direta a diferenciais salariais entre países. Em vez de reduzir o movimento a uma decisão individual orientada apenas por renda, esses autores deslocam o foco para a unidade doméstica e para a gestão coletiva de riscos. Nesse sentido, Massey (1993) sustenta que a migração pode operar como estratégia familiar de diversificação e proteção econômica, perspectiva sintetizada na formulação abaixo:

Um ponto central dessa nova abordagem é que as decisões migratórias não são tomadas por indivíduos isolados, mas por unidades mais amplas de pessoas relacionadas – geralmente famílias ou domicílios – nas quais se age coletivamente não apenas para maximizar a renda esperada, mas também para minimizar riscos e reduzir limitações associadas a diferentes falhas de mercado, para além do mercado de trabalho” (Massey et al., 1993, p. 67, tradução nossa<sup>2</sup>).

Além disso, as demandas nos mercados de trabalho dos países de destino podem ser determinantes mais relevantes para a atração de migrantes do que os níveis salariais. Nesse sentido, os novos economistas destacam que, embora a busca por maiores salários seja um fator importante, ele não é o único nem o principal determinante dos fluxos migratórios. Ao contrário, a migração deve ser vista como uma decisão estratégica em um contexto de incertezas estruturais dos mercados globais.

#### ***3.3.4. Teoria do Mercado de Trabalho Dual***

A teoria do mercado de trabalho dual apresenta uma perspectiva distinta das abordagens microeconômicas que se concentram na decisão individual ou familiar de migrar. Em contraste com as teorias neoclássicas e dos novos economistas, que enfatizam a escolha racional dos migrantes com base em cálculos de custos e benefícios, a teoria do mercado de trabalho dual desloca o foco para as necessidades estruturais dos países de destino. Segundo essa teoria, a imigração internacional de trabalho é impulsionada principalmente pela demanda por mão-de-obra barata e flexível em sociedades industriais avançadas. O recrutamento de trabalhadores migrantes é frequentemente facilitado por políticas públicas de governos ou diretamente por empregadores, refletindo uma necessidade econômica inerente das economias desenvolvidas por

---

<sup>2</sup> Traduzido do original:

A key insight of this new approach is that migration decisions are not made by isolated individual actors, but by larger units of related people - typically families or households-in which people act collectively not only to maximize expected income, but also to minimize risks and to loosen constraints associated with a variety of market failures, apart from those in the labor market" (Massey et al., 1993, p.64-68)

trabalhadores que ocupem postos de trabalho menos atraentes para a força de trabalho local (Massey et al., 1993).

Essa teoria propõe que, nas economias desenvolvidas, há uma divisão estrutural do mercado de trabalho em dois segmentos principais: o primário, que oferece emprego estável, bem remunerado e com oportunidades de ascensão, e o secundário, caracterizado por empregos precários, de baixa remuneração, sem estabilidade e com poucas chances de mobilidade ascendente. O segmento secundário é frequentemente preenchido por trabalhadores migrantes, que são recrutados para ocupar postos que os trabalhadores nativos não desejam. Assim, a imigração não é vista como uma decisão autônoma do migrante, mas como uma resposta direta à demanda criada pelas dinâmicas do mercado de trabalho nos países de destino (Massey et al., 1993).

### *3.3.5. Teorias Marxistas*

Segundo Sasaki e Assis (2000), as teorias marxistas partem da concepção de que o capitalismo necessita de uma reserva de trabalhadores para funcionar adequadamente. No contexto das migrações, isso se manifesta, por exemplo, pela grande presença de trabalhadores migrantes temporários em países europeus como França e Alemanha. Os autores mencionam três estudiosos que sustentam essa teoria: Richmond (1988), Castles e Kosak (1973), e Portes (1981).

Richmond (1988), por exemplo, observa que, nas sociedades industriais, os trabalhadores nativos tendem a se beneficiar dos sindicatos e do estado de bem-estar social, formando uma “aristocracia de trabalho”, que não se dispõe a ocupar empregos de baixa remuneração que exigem trabalho manual intenso e longas jornadas. Nesse cenário, os empregadores incentivam a migração de trabalhadores de países menos desenvolvidos para desempenhar funções subalternas e mal remuneradas, sem, no entanto, estimular sua permanência ou conceder-lhes benefícios de cidadania nos países de destino. Castles e Kosak (1973) aplicaram essa teoria em pesquisas no contexto europeu, enquanto Portes (1981) analisou sua aplicação nos Estados Unidos.

### *3.3.6. Segmentação do Mercado de Trabalho*

As teorias da segmentação sustentam que o mercado é dividido em segmentos específicos de trabalhadores, organizados por critérios como nacionalidade, etnia ou

gênero (Sasaki & Assis, 2000). Nas sociedades industriais desenvolvidas, essas teorias apontam que os imigrantes, minorias étnicas e mulheres tendem a ser alocados em posições marginais e secundárias, ocupando empregos não qualificados, enquanto os trabalhadores nativos, por sua vez, ficam com postos mais bem remunerados e protegidos por direitos, como o acesso a sindicatos e mercados de trabalho internos controlados por grandes corporações.

A segmentação é mantida por redes sociais e práticas institucionais discriminatórias que limitam o acesso dos migrantes a melhores oportunidades, confinando-os a empregos temporários e de baixa remuneração. Imigrantes indocumentados, em particular, estão mais vulneráveis a essas dinâmicas, e mulheres e minorias étnicas enfrentam ainda maior exploração devido à discriminação adicional que sofrem no mercado de trabalho secundário. Piore e Doeringer analisam essa complementaridade, na qual trabalhadores nativos ocupam postos primários, que oferecem boa remuneração e oportunidades de ascensão, enquanto os imigrantes são relegados a postos secundários, marcados pela baixa qualificação e limitada mobilidade.

### ***3.3.7. Sistemas Mundiais***

A teoria dos sistemas mundiais oferece uma explicação distinta para a relação entre economia e migração, diferenciando-se das abordagens anteriores que interpretavam os fluxos migratórios como respostas a demandas específicas de mercados de trabalho em países industrializados (Massey et al., 1993). Fundamentada no trabalho de Wallerstein (1974), a teoria associa a migração internacional à estrutura do mercado mundial que, desde o século XI, tem se expandido continuamente. Autores como Castells (1989) e Bauman (2017) também contribuem para esse quadro teórico.

Para a teoria dos sistemas mundiais, a migração surge naturalmente das rupturas e deslocamentos inerentes ao desenvolvimento capitalista, que, ao expandir-se a partir de centros econômicos como a Europa Ocidental, América do Norte, Oceania e Japão, incorpora crescentes porções da população mundial ao mercado global. A influência e controle dos mercados sobre a terra, as matérias-primas e o trabalho nas regiões periféricas inevitavelmente geram fluxos migratórios, muitos dos quais direcionados para fora dessas regiões.

Assim, os deslocamentos humanos acompanhariam a organização política e econômica de um mercado global em expansão. Sassen (1988), alinhado a essa perspectiva, introduz o conceito de internacionalização das produções, sustentando que a flexibilização da estrutura tradicional do emprego não se limita a questões locais de mercado de trabalho, mas reflete transformações globais. Para o autor, a imigração é essencialmente um fenômeno urbano, concentrado nos grandes centros das economias desenvolvidas, onde ocorre uma reorganização produtiva que resulta na proliferação de oficinas clandestinas e no trabalho informal domiciliar.

**Tabela 1**  
*Teorias migratórias: pensadores, período e críticas*

<b>Teoria</b>	<b>Resumo</b>	<b>Autores</b>	<b>Período</b>	<b>Críticas</b>
<b>Repulsão e Atração</b>	Migração advinda do encontro de fatores repelentes na origem e atrativos no destino.	Everett Lee	Década de 1960	Simplifica a decisão migratória, desconsiderando aspectos subjetivos
<b>Teoria Neoclássica</b>	Migração como escolha racional para melhorar a renda, baseada em diferenças salariais.	Arthur Lewis, Michael Todaro	1950–1970	Reduz o fenômeno a variáveis econômicas, ignorando dimensões sociais
<b>Novos Economistas</b>	Decisão migratória estratégica e coletiva, visando diversificar riscos.	Douglas Massey, Stark	Décadas de 1980–1990	Pode não abarcar todas as motivações, omitindo fatores sociais e institucionais
<b>Mercado de Trabalho Dual</b>	Migração motivada pela demanda por mão-de-obra em empregos precários.	Douglas Massey, Michael Piore	Décadas de 1970–1980	Ignora a agência individual e a complexidade cultural na escolha migratória.
<b>Teorias Marxistas</b>	Migração como mecanismo de exploração que preenche vagas subalternas.	Richmond e Portes	Análises e revisões – fim do século XX	Explicação reducionista, que não reconhece a autonomia dos migrantes.
<b>Segmentação do Mercado de Trabalho</b>	Mercado dividido entre empregos estáveis para nativos e precários para imigrantes/minorias.	Sasaki	Décadas de 1970–1980	Pode não explicar a mobilidade entre segmentos e as mudanças impostas pela globalização.
<b>Sistemas Mundiais</b>	Fluxos migratórios decorrentes da expansão do capitalismo e inclusão das periferias.	Wallerstein, Sassen	Desde os anos 1970	Excesso de macroestruturalismo, deixando de captar escolhas individuais e contextos locais

*Nota.* Tabela elaborada pelo autor.

### 3.4. O Paradoxo do Imigrante Econômico

Figueiredo (2020) delimita a partir da obra de Castles (2000) três tipos de migrantes de acordo com o perfil econômico e laboral. Independentemente da corrente teórica, os imigrantes voluntários tendem a ser enquadrados em uma das seguintes categorias:

- 1) **Migrantes altamente qualificados e profissionais:** Atuam como gerentes, executivos, profissionais, técnicos ou em funções similares, movendo-se dentro dos mercados de trabalho internos de corporações transnacionais e organizações internacionais, ou buscando emprego através de mercados internacionais para habilidades especializadas. Muitos países adotam políticas de acolhimento para esses migrantes, criando programas específicos de migração qualificada e empresarial para atrair talentos que preencham lacunas críticas em seus mercados de trabalho.
  
- 2) **Migrantes trabalhadores temporários:** Conhecidos também como trabalhadores convidados ou trabalhadores com contrato no exterior, esses migrantes se deslocam por um período determinado, que pode variar de alguns meses a vários anos, com o objetivo principal de gerar renda para suas famílias nos países de origem por meio de remessas financeiras.
  
- 3) **Migrantes irregulares:** Este grupo inclui indivíduos frequentemente denominados migrantes indocumentados ou ilegais, que entram em um país sem os documentos e autorizações exigidas, geralmente em busca de emprego. Muitos fluxos migratórios de trabalhadores são compostos predominantemente por migrantes irregulares, cuja presença pode ser tacitamente tolerada pelos países de destino, por conta da demanda por mão-de-obra específica.

A categorização inadequada de migrantes é, como aponta Figueiredo (2020), um dos principais problemas das políticas migratórias contemporâneas, sobretudo no tratamento dado aos indivíduos que não atendem às exigências burocráticas dos países de destino. O uso disseminado do termo ‘imigrante ilegal’ carrega uma conotação criminalizadora que estigmatiza e desumaniza pessoas cuja condição documental não deve ser

confundida com criminalidade. A autora enfatiza que muitos migrantes irregulares enfrentam vulnerabilidades profundas e recorrem à migração como resposta a condições adversas, o que torna insuficientes políticas centradas em punição, prisão ou deportação, frequentes nos Estados Unidos e em alguns países europeus. Tais abordagens, além de não enfrentarem as causas estruturais da mobilidade, reforçam processos de marginalização, obscurecendo contribuições sociais, culturais e econômicas trazidas pelos migrantes e alimentando discursos xenófobos.

No debate classificatório, Figueiredo (2020) problematiza também o dualismo entre migrantes econômicos e refugiados, amplamente adotado pelo direito internacional e por políticas públicas. Embora esse enquadramento distinga refugiados como pessoas que fogem de perseguições e violações graves de direitos humanos, e migrantes econômicos como indivíduos que buscam melhores condições de vida, a autora argumenta que, na prática, tais fronteiras são porosas: condições como pobreza extrema, violência estrutural e ausência de serviços básicos podem igualmente configurar violações de direitos. A divisão rígida, portanto, tende a obscurecer trajetórias complexas, criando hierarquias de merecimento que legitimam tratamento desigual.

Além das questões jurídicas e da percepção do senso comum, a dicotomia imigrantes econômicos e refugiados, muitas vezes é incorporada nas análises e pesquisas. [...] Ao observar e compreender a sociedade, as ciências sociais participam na formulação de identidades coletivas e no enquadramento de populações em etiquetas sociais (Figueiredo, 2020 p. 58).

### **3.5. Oportunidades e segurança: outras faces da migração econômica**

Para Figueiredo (2020) a ideia de melhores condições de vida é central e mais matizada do que costuma ser tratada nas discussões sobre migração econômica, frequentemente utilizada para justificar os fluxos migratórios internacionais em direção a países desenvolvidos. Sayad (1998) e Fassin (2015) argumentam que a categorização formal de migrantes muitas vezes simplifica excessivamente a realidade complexa da mobilidade humana. A distinção entre migrantes econômicos e refugiados, por exemplo, perpetua uma dicotomia artificial entre migração voluntária e forçada, ignorando os

fatores sobrepostos que levam uma pessoa a deixar seu país. Além disso, essa distinção serve como base para políticas que favorecem o fechamento de fronteiras e a exclusão de certos grupos de migrantes.

Fassin (2015) destaca que as categorias formais podem ser instrumentalizadas politicamente para justificar a hostilidade contra determinados grupos de migrantes. A categorização de um migrante como econômico muitas vezes resulta em menor proteção legal, enquanto os refugiados, teoricamente, têm acesso a um nível maior de direitos internacionais, embora na prática enfrentem diversas formas de exclusão.

Sayad (1998) argumenta que o termo migrante econômico reúne tanto a aspiração dos indivíduos a melhorar suas condições materiais quanto as limitações impostas pelos mercados de trabalho dos países de destino. Mesmo quando buscam melhores condições, os migrantes são muitas vezes confinados a nichos específicos de emprego, geralmente aqueles menos valorizados e de baixa remuneração, que a população local tende a evitar.

No entanto, a realidade enfrentada pelos migrantes nos países de destino muitas vezes contradiz essas expectativas iniciais. Ao adentrarem um novo país, muitos migrantes enfrentam obstáculos significativos, como discriminação, xenofobia e barreiras institucionais, que dificultam sua plena integração na sociedade e no mercado de trabalho. Essas dificuldades reforçam a condição de marginalidade e exclusão, criando um paradoxo entre a busca por melhores condições de vida e a realidade de precariedade e insegurança que muitos migrantes acabam encontrando (Sayad, 1998).

A questão da imigração torna-se ainda mais complexa por não ser, na prática, um fenômeno puramente político, mas também intrinsecamente vinculado a questões morais. Além dos benefícios materiais que a sociedade de destino obtém, frequentemente baseados em uma relação desigual de poder, existem também vantagens simbólicas: sociedade que acolhe, ao se posicionar como detentora do poder, reforçada por um etnocentrismo arraigado, configura os migrantes como devedores, atribuindo a si mesma o papel de grande credora.

Por fim, Figueiredo (2020) sugere que, para entender completamente o conceito de melhores condições de vida no contexto migratório, é necessário considerar não apenas os fatores econômicos, mas também os sociais e políticos que moldam a experiência dos migrantes. Essa visão mais ampla permite compreender as motivações complexas que

levam à migração e as múltiplas dimensões que influenciam o bem-estar dos migrantes em seus destinos. Portanto, embora a economia desempenhe um papel crucial, a migração é um fenômeno multidimensional que reflete uma busca por qualidade de vida em um sentido mais amplo.

### **3.6. Desejados e Indesejados**

Figueiredo (2020), ‘Novos fluxos de imigrantes para o Sul do Brasil: O caso dos senegaleses em Porto Alegre’, observa que, apesar da multiplicidade de teorias e categorias mobilizadas para explicar a migração – bem-estar, economia, segurança e outros eixos –, no plano prático tende a emergir uma dualidade simples, organizada em torno de migrantes desejados e indesejados. A autora ressalta que essa clivagem é uma construção social e política, ancorada em critérios econômicos, culturais e históricos definidos pelas sociedades receptoras, que classificam pessoas migrantes pela utilidade percebida e pela compatibilidade simbólica com valores nacionais.

Nesse quadro, “Os migrantes qualificados, aqueles que detêm habilidades escassas ou conhecimento técnico especializado, são frequentemente vistos como agentes de desenvolvimento econômico e inovação” (Figueiredo, 2020), o que incentiva políticas seletivas de atração. Em contraste, os migrantes tidos como indesejáveis costumam ser associados a risco ou ônus social, processo que Sayad descreve ao afirmar que “o migrante é, ao mesmo tempo, desejado e rejeitado: desejado quando necessário como força de trabalho barata e rejeitado quando percebido como um intruso social e cultural” (Sayad, 1998).

Essa ambivalência se relaciona ao fato de que “a imigração nunca é um fato isolado, mas uma interdependência de fatores sociais, econômicos e políticos que influenciam tanto o emigrante quanto o imigrante” (Sayad, 1998), o que torna multifatorial a divisão desejado/indesejado, embora ela se apresente como binária no discurso público.

Figueiredo sintetiza esse ponto ao notar que, “nos contextos migratórios contemporâneos, essa categorização de desejados e indesejados é moldada pela globalização desigual e pelas políticas de imigração de cada país” (Figueiredo, 2020).

No Brasil, embora a lei recente proponha um horizonte humanitário, sua aplicação segue tensionada por essas percepções, e “a nova Lei de Imigração brasileira tenta romper com o paradigma securitário que categoriza migrantes com base em ameaças à

ordem pública e segurança, mas enfrenta desafios significativos em sua implementação prática” (Figueiredo, 2020). No mesmo sentido, Sayad (1998) lembra que “as políticas de imigração muitas vezes refletem uma tentativa de controlar não apenas o número, mas também o tipo de migrantes que cada país deseja acolher, evidenciando uma relação de poder que define quem é desejado e quem é indesejado”.

Essa síntese permite situar a migração venezuelana ao Brasil em um contexto no qual classificações aparentemente neutras encobrem disputas de valor e pertencimento, fundamentais para a análise crítica do discurso público e das políticas migratórias contemporâneas. Ela também sustenta objetivamente a formulação das categorias analíticas que serão apresentadas no capítulo dedicado à análise, além de contribuir para a interpretação dos resultados. Por fim, oferece base para compreender as relações históricas entre Venezuela, Brasil e Portugal, tema desenvolvido no capítulo seguinte.



## Capítulo IV – Relações Venezuelanas com Portugal e Brasil

Este capítulo trata das relações da Venezuela com Brasil e Portugal. Brasileiros e portugueses são os produtores e a maioria dos leitores das notícias que iremos analisar. Assim, embora não se proponha aqui avançar sobre os estudos da recepção, o contexto das relações internacionais e interações sociais desses povos com o povo e a nação venezuelana são um fator crucial e indispensável para qualquer intento de analisar cientificamente o fenômeno migratório em si e as repercussões deste na imprensa. Além disso, o vizinho sul-americano Brasil e as terras lusitanas d'além-mar são destinos importantes dos humanos deslocados pela crise migratória venezuelana.

Lembramos das já citadas ideias de Bourdieu (1974), para quem as representações sociais são intrinsecamente conectadas às estruturas de poder, às condições sociais que as sustentam; e que as relações sociais, historicamente determinadas, moldam as percepções, categorizando e hierarquizando grupos sociais. Ele entende que “as estruturas sociais e simbólicas definem o campo das representações possíveis e das formas de nomeação do mundo social” (Bourdieu, 1974, p. 21).

No título da tese temos disposto nesta ordem a sequência de esferas de cobertura jornalística: local, nacional e internacional. Neste capítulo reordenar a lista, trazendo inicialmente as relações entre Venezuela e Portugal, seguindo, respectivamente, com as relações nacionais do país caribenho com o Brasil e as regionais com o estado de Roraima. Isso mantém a linha de organização textual deste trabalho, que parte de aspectos gerais para os mais específicos, e prepara o caminho para o capítulo seguinte, onde traremos um repertório detalhado de dados quantitativos documentais sobre o deslocamento de pessoas entre Venezuela e Brasil por terra, pelo estado de Roraima.

Interessante observar que, apesar da distância transoceânica, as relações culturais entre Portugal e Venezuela são bem mais estreitas do que os laços nacionais de Brasil e Venezuela, como veremos logo em seguida. O distanciamento de Brasil e Venezuela, por sua vez, se dá em linhas gerais, por um processo de descolonização divergente (Brasil império versus Venezuela revolucionária bolivariana) e porque a fronteira entre os países coincide com uma vasta faixa de terra de baixa densidade populacional, quando não vazios absolutos, como em áreas de floresta amazônica. Pelo mesmo

isolamento o estado de Roraima, desconectado por terra de outras unidades federativas do Brasil à exceção do Amazonas, mantém com a Venezuela uma relação de interdependência econômica e sociocultural, consolidando a relação transfronteiriça como um elemento central na dinâmica regional (Rodrigues, 2018). Porém, por ser o estado menos populoso do Brasil e estar distante de grandes centros urbanos brasileiros, tal proximidade com a Venezuela não chega a ser relevante no plano nacional.

#### **4.1. Portugal e Venezuela: migrações, integração e retornos**

Uma das 24 unidades federativas da Venezuela é o estado Portuguesa. O nome, oficializado em 1909, é uma referência ao rio Portuguesa, que segundo a tradição oral foi batizado em memória a uma jovem *lusitana* que teria perdido a vida ao se afogar nas águas do anteriormente conhecido como rio Temerí. Relatos sugerem que a jovem acompanhava os conquistadores que fundaram a cidade de Guanare, hoje capital do estado (Ramos Rodríguez, 2010). Essa história, preservada por gerações, representa bem a profundidade simbólica dos laços entre Portugal e Venezuela.

O fluxo migratório entre os dois países hoje é uma via de mão dupla, marcada por características singulares. Por exemplo, o fato de que o influxo de portugueses, sob a perspectiva da Venezuela, ser um processo tardio em comparação com outros países do continente, como o Brasil e a Argentina, que desde o século XIX fomentaram políticas de atração da mão de obra imigrante, especialmente de europeus. Também pelo fenômeno recente do retorno de portugueses e luso-venezuelanos ao país europeu, com a formação de um ambiente de transnacionalidade, que possibilitou tanto a acolhida desses migrantes na América quanto o retorno e acolhimento na pátria materna. Assim, os imigrantes portugueses na Venezuela e os descendentes luso-venezuelanos que retornaram à Portugal nos últimos anos são mais do que testemunhas da diáspora venezuelana: são eles próprios participantes deste movimento. Se os portugueses não precisaram passar pelas agruras das experiências socioeconômicas mais drásticas, como a dos milhões de venezuelanos que cruzam a pé as selvas do Istmo de Darién no Panamá na esperança de chegar aos Estados Unidos, isso se dá por conta do contexto em que se deu a migração portuguesa, com destaque ao sucesso econômico e à inserção social que construíram na Venezuela.

É importante adiantar que o aspecto mais singular dessa relação é uma representação predominantemente positiva do contato entre os dois povos, tanto sob a perspectiva do senso comum quanto em obras de pesquisadores do processo publicadas nos dois lados do Atlântico. As pesquisas sobre migrações e diásporas geralmente são motivadas por questões sociais complexas, como a xenofobia. No entanto, o momento atual apresenta um contraste: um novo fluxo migratório da América para a Europa, impulsionado por um colapso econômico e social, que compromete a imagem antes vista como exemplo de integração pacífica e benefícios mútuos.

Ramos Rodríguez, autor do livro *Travesía de la Esperanza: La inmigración portuguesa en Barquisimeto (1948–1958)* (2020) resume de forma bastante singela as marcas da presença lusitana em Barquisimeto, sob o olhar da população local: “Si algún rasgo ha denotado la presencia portuguesa (...) ha sido su no intervención en política, su trabajo constante en su establecimiento, su silencio y reserva, su devoción por la Virgen de Fátima y su gusto por el fútbol.” (2012 p.350). Se essa afirmação insinua um apagamento do legado cultural português no país, veremos a seguir que a história da migração portuguesa à Venezuela a coloca na verdade um elemento formativo do país caribenho, desde a presença no período colonial até o estabelecimento contemporâneo de uma sociedade transnacional luso-venezuelana.

Além de obras de Ramos Rodríguez, consultamos os autores Saignes, em *Historia de los Portugueses en Venezuela* (1959), Da Rosa, Gandsman & Trigo (2010) em *The Portuguese in Venezuela: A continuous presence*, e Gomes (2009), em *Os portugueses na Venezuela*, para organizar a cronologia histórica que vai guiar este capítulo.

Trataremos de forma mais panorâmica os primeiros séculos, e nos aprofundaremos mais nos fatos e contextos do século XX, considerando que nosso estudo se dá no contexto contemporâneo.

#### **4.1.1. Da Colonização a Independência**

Os portugueses chegaram à Venezuela acompanhando os conquistadores espanhóis no início do século XVI. Integraram-se ao processo de colonização, atuando no comércio, na agricultura e na mineração. Apesar das tensões entre Portugal e Espanha, a proximidade linguística e cultural entre o português e o espanhol facilitou a interação inicial. Entre os pioneiros, Juan Fernández de León, natural do Algarve, destaca-se por

sua participação na fundação de cidades como Caracas e Guanare. Sua influência ampliou-se ao estabelecer conexões com a família de Simón Bolívar, futuro líder da independência venezuelana (Gomes, 2009).

Embora fossem essenciais para a economia colonial, os portugueses enfrentaram medidas restritivas, como as cédulas reais, que limitavam sua presença. Essas ações, porém, não impediram a atuação no comércio transatlântico, especialmente no tráfico de escravizados e na exportação agrícola. A expulsão dos judeus da Península Ibérica em 1492 e as restrições impostas por D. Manuel I em 1507 também levaram muitos judeus sefarditas portugueses à América. Na Venezuela, esses migrantes participaram do comércio e do tráfico de escravizados, estruturando redes comerciais significativas (Da Rosa, Gandsman & Trigo, 2010).

A partir do século XVIII, as disputas entre Portugal e Espanha sobre fronteiras na América do Sul afetaram a comunidade portuguesa na Venezuela. Durante esse período, os portugueses enfrentaram confiscações de bens e restrições impostas pelo governo espanhol, mas mantiveram sua relevância econômica e social. No final do século XVIII, portugueses chegaram a cargos administrativos na Venezuela, como o de secretário da província de Maracaibo, Diego Melo. Documentos da época indicam que portos venezuelanos registravam operações comerciais em português. Em regiões como Trujillo e Valencia, censos apontavam que quase todos os estrangeiros eram portugueses. Sobrenomes foram hispanizados, num processo de integração cultural e consolidação de sua presença no território venezuelano (Da Rosa, Gandsman & Trigo, 2010; Gomes, 2009).

Após a independência venezuelana em 1811, portugueses participaram de batalhas ao lado de líderes como Simón Bolívar e Francisco Miranda. Demonstraram lealdade à nova nação e consolidaram assim sua importância no contexto político e econômico da Venezuela. Portugal foi o primeiro país europeu a reconhecer a independência da Venezuela. Esse gesto facilitou a continuidade das migrações portuguesas e estabeleceu bases para o desenvolvimento de laços diplomáticos e econômicos entre os dois países.

No mesmo período, madeirenses começaram a migrar para a Venezuela, motivados por dificuldades econômicas em sua terra natal. Esses migrantes destacaram-se na agricultura e em atividades comerciais, ampliando sua participação na economia local (Da Rosa, Gandsman & Trigo, 2010; Gomes, 2009).

O século XX representou um período crucial para a migração portuguesa à Venezuela, caracterizado por ondas migratórias significativas em contextos históricos e políticos distintos. A primeira fase relevante inicia-se em 1936, durante o governo de Eleazar López Contreras, com a implementação da Lei de Imigração e Colonização. Esta política buscava atrair imigrantes europeus, especialmente trabalhadores considerados aptos para atividades agrícolas e industriais, como parte de uma estratégia de modernização do país. Esse movimento alinhava-se ao esforço estatal de promover a imigração controlada e substituir a escassez de mão de obra qualificada na Venezuela (Ramos Rodríguez, 2020; Acosta Saignes, 1959; Gomes, 2009).

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939–1945) e os impactos da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) intensificaram a saída de europeus em busca de melhores condições econômicas e sociais. Durante esse período, o governo venezuelano, incluindo a Junta Revolucionária de Governo (1945-1948) e a Junta Militar de Governo (1948-1950), reforçou políticas migratórias voltadas para a atração de imigrantes europeus. Os portugueses, principalmente madeirenses, integraram-se rapidamente à sociedade venezuelana, atuando em setores como agricultura e comércio, com destaque para a panificação e os pequenos negócios familiares (Ramos Rodríguez, 2020; Da Rosa, Gandsman & Trigo, 2010; Gomes, 2009).

Na década de 1950, o governo venezuelano de Marcos Pérez Jiménez (1952–1958) ampliou a política de modernização econômica e industrialização do país. Durante este período, a Venezuela experimentou um notável crescimento econômico, com grandes obras de infraestrutura. Esse cenário atraiu milhares de portugueses, que se estabeleceram principalmente nas áreas urbanas. Segundo dados censitários, o número de portugueses na Venezuela cresceu exponencialmente: de 648 em 1941, passou para 10.798 em 1950 e atingiu 40.356 em 1961, evidenciando o impacto da imigração lusa no contexto venezuelano (Ramos Rodríguez, 2020; Gomes, 2009).

A política migratória venezuelana dessa época estava, em parte, fundamentada na ideologia do “branqueamento”. A imigração europeia era promovida com o objetivo de ‘melhorar’ a composição racial da população, conforme a visão predominante das elites venezuelanas. Essa estratégia favoreceu a recepção dos portugueses, que encontraram oportunidades tanto nas cidades quanto nas áreas rurais, reforçando sua atuação no comércio, na construção civil e na agricultura (Ramos Rodríguez, 2020).

Durante este período, a contribuição portuguesa tornou-se visível em vários setores. Os portugueses consolidaram-se na panificação, no comércio e em pequenos empreendimentos familiares, com destaque para a criação de negócios de alimentos, como o Central Madeirense. Ao mesmo tempo, a fundação de associações culturais e beneficentes, como o Centro Português e a Sociedade de Beneficência de Damas Portuguesas, fortaleceu a preservação das tradições lusas e facilitou a integração da comunidade. Essas organizações desempenharam papel central na promoção de atividades sociais e educacionais, reafirmando a identidade cultural dos migrantes em um contexto de assimilação social acelerada (Da Rosa, Gandsman & Trigo, 2010; Ramos Rodríguez, 2020; Gomes, 2009).

A partir de 1958, com o início do período democrático após a queda de Pérez Jiménez, a Venezuela passou a vivenciar uma nova fase de estabilidade política. Esse contexto favoreceu ainda mais a integração dos portugueses, que, além de se estabelecerem economicamente, participaram ativamente na reconstrução da sociedade venezuelana. O aumento da população portuguesa refletiu-se em censos sucessivos, culminando em 93.029 portugueses registrados em 1981, consolidando essa comunidade como um dos pilares econômicos e culturais do país (Ramos Rodríguez, 2020).

#### ***4.1.2. Presença Contemporânea***

Estimativas recentes sobre a população portuguesa na Venezuela apresentam variações significativas, refletindo a dificuldade em obter dados precisos sobre essa comunidade. Segundo o Observatório da Emigração de Portugal (2020), cerca de 55.441 cidadãos nascidos em Portugal residiam na Venezuela em 2017. Outros estudos e representantes da comunidade portuguesa indicam números consideravelmente mais altos, estimando a presença de aproximadamente 600 mil portugueses e descendentes no país. Dependendo do critério de validação da ascendência portuguesa, há fontes que sugerem que esse número pode alcançar até 1,5 milhão de pessoas.

Essa disparidade nas estimativas evidencia a complexidade de mensurar o impacto demográfico da diáspora portuguesa na Venezuela, especialmente em um contexto de crise econômica e política que intensificou os fluxos migratórios de retorno para Portugal, particularmente para a Madeira. A falta de censos atualizados e a mobilidade transatlântica da população migrante dificultam a obtenção de números confiáveis,

agravando a dificuldade de compreensão do alcance e da distribuição da comunidade luso-venezuelana.

A presença portuguesa na Venezuela contemporânea reflete a continuidade de processos históricos que consolidaram a comunidade como uma das mais influentes entre os imigrantes no país. Emigrantes e descendentes lusitanos, em sua maioria, integraram-se à sociedade venezuelana, mantendo, entretanto, um vínculo cultural significativo com suas origens. A transmissão intergeracional de valores e práticas culturais tem sido um dos pilares que sustentam essa identidade luso-venezuelana (Ramos Rodríguez, 2020; Gomes, 2009).

Da perspectiva econômica e política, a consolidação da comunidade portuguesa está associada à sua capacidade de adaptação. Muitos dos imigrantes que inicialmente se dedicaram à agricultura ou ao comércio informal estabeleceram redes de negócios que se expandiram para diversos setores econômicos. Essa mobilidade econômica reflete-se na importância de empresas familiares no setor de alimentos e serviços. A gastronomia portuguesa, especialmente a panificação, tornou-se parte essencial da vida cotidiana venezuelana.

A preservação da identidade cultural portuguesa, por sua vez, ocorre por meio de associações culturais e educacionais, como o Centro Português de Caracas, que desempenha um papel central na promoção de eventos culturais e na manutenção da língua portuguesa. Essas instituições também atuam como espaços de convivência, fortalecendo os laços entre os membros da comunidade e promovendo uma interação construtiva com a sociedade venezuelana. Eventos culturais, como celebrações de Nossa Senhora de Fátima e festivais folclóricos, reafirmam as tradições portuguesas e sua relevância no contexto multicultural venezuelano (Gomes, 2009).

A comunidade portuguesa na Venezuela é muito dinâmica, o que se reflete nas suas numerosas associações. Contabilizam-se mais de 50 associações portuguesas e luso-venezuelanas, em Caracas e Valência, duas das maiores cidades do país. Entre elas encontramos a Associação Civil Filhos Faial, a Associação Jovens Luso-Venezuelanos, a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Luso-Venezuelana, o Clube Desportivo Português de Caracas, o Clube Bairradinos, o Clube Unión Ciclista Portugal Caracas, o Comité Damas

Portuguesas de Beneficência e Bem-Estar Social de Los Teques, a Fundación Lar de Emigrantes Portugueses em Caracas, a Junta de Beneficência Portuguesa de Vargas, a Câmara Venezuelana Madeirense. Existem também na Venezuela inúmeros centros de convívio portugueses. Há um centro português em quase todas as grandes cidades venezuelanas. Encontramos, entre outros, o Centro Português de Caracas, a Casa de Portugal em Ciudad Bolívar, a Casa de Portugal de Maturín, a Casa Portuguesa de El Tigre, o Centro Luso-Venezuelano de Catia La Mar, o Centro Luso-Venezuelano de los Valles del Tuy, o Centro Luso Venezuelano del Guárico, a Casa Portuguesa de Calabozo, o Centro Social Português de Ciudad Guayana (Gomes, 2009, p. 87)

Apesar dessa integração, a crise econômica e política que a Venezuela enfrenta desde o final dos anos 1990 impactou significativamente a comunidade portuguesa. Muitos optaram por retornar a Portugal ou migrar para outros países, como Estados Unidos, Canadá e Brasil. Este fluxo migratório reverso enfraqueceu parcialmente as redes sociais e econômicas estabelecidas, mas não apagou a relevância histórica da presença portuguesa. Aqueles que permanecem no país continuam a desempenhar um papel ativo na economia e na sociedade venezuelanas, adaptando-se às adversidades enquanto preservam sua identidade cultural (Da Rosa, Gandsman & Trigo, 2010, p. 458).

A experiência portuguesa na Venezuela contemporânea ilustra um exemplo de integração que alia a manutenção de práticas culturais ao protagonismo econômico e social. A comunidade luso-venezuelana demonstra a possibilidade de coexistência entre diferentes identidades em um mesmo espaço geográfico, contribuindo para a diversidade cultural do país. Mesmo diante de desafios políticos e econômicos, a permanência de vínculos transnacionais com Portugal fortalece a relevância dessa comunidade no cenário global e reafirma sua importância na história social e cultural venezuelana.

#### ***4.1.3. Transnacionalismo e retornos***

Ramos Rodríguez (2018) trata do processo de integração dos portugueses no estado venezuelano de Barquisimeto, destacando a contribuição desses imigrantes para a dinâmica socioeconômica local. Ele relata que a maioria das primeiras famílias

portuguesas teve entre dois e cinco filhos, que geralmente nasceram em Barquisimeto. Os luso-venezuelanos cresceram falando espanhol como língua materna, enquanto o português era utilizado principalmente no ambiente familiar. Muitos contribuíram para os negócios dos pais, ajudando nas tarefas e atividades comerciais, frequentaram escolas e colégios públicos e, posteriormente, herdaram os estabelecimentos comerciais dos progenitores, consolidando uma segunda geração de empreendedores. Em consequência dessa integração, Ramos Rodríguez (2012) afirma que

Da mesma forma, o tratamento e a relação dos habitantes de Barquisimeto foram cordiais, em termos gerais, mantendo-se em condições de hospitalidade, receptividade e amabilidade, sem episódios xenófobos ou agressões violentas. O maior contato estabelecido entre os imigrantes lusitanos e os barquisimetanos ocorreu em ambientes comerciais, pelas atividades desempenhadas pelos primeiros, como vendedor-cliente, criando-se, no imaginário popular, a imagem do ‘portuga’ da padaria, do armazém, da charcutaria ou da frutaria, de castelhano entrecortado, atitude humilde, presente nos bairros e sempre com o negócio aberto; outras vezes como patrões, vizinhos, amigos e outras relações (Ramos Rodríguez, 2018, p. 345, tradução nossa<sup>3</sup>).

Em sua obra clássica *História de los Portugueses en Venezuela* (1959), Acosta Saignes analisa a presença portuguesa desde os primórdios da colonização até o século XX. Em prefácio à segunda edição do livro, publicada nos anos 1970, o autor destaca que os portugueses – tanto os chegados nos primeiros séculos de colonização, quantos os que

---

<sup>3</sup> Traduzido do original:

De igual manera, el trato y relación de los barquisimetanos fue cordial, en términos generales, manteniéndose en condiciones de hospitalidad, receptividad amabilidad, sin hechos xenófobos o agresiones violentas. El mayor contacto establecido entre los inmigrantes lusitanos y los barquisimetanos, fue en entornos comerciales, por las labores desempeñadas por los primeros, como: vendedor-cliente, creándose dentro del imaginario popular, la imagen de “el portu” de la panadería, del abasto, de la charcutería o frutería, de castellano entrecortado, humilde actitud, presente en barrios, y siempre abierto el negocio; en otras veces como patronos, vecinos, amigos, otros (Ramos Rodríguez, 2018, p. 345).

chegaram na segunda metade do século XX – desempenharam um papel fundamental na formação econômica e cultural da Venezuela, com significativas contribuições ao comércio, agricultura e urbanização. Acosta Saignes afirmou que ampliação da presença lusitana na Venezuela por meio de novas ondas migratórias

(...) deixaria um saldo positivo: a maior parte dos portugueses que chegaram secularmente ao nosso país foi composta por gente de trabalho manual, de pobreza de linhagem transatlântica, de mãos calejadas para a tarefa não celebrada, de constância criadora no sulco, na construção urbana, no trânsito por terras muitas vezes ásperas e esquecidas (Saignes, 1959, citado em Ramos Rodríguez, 2020, p. 14, tradução nossa<sup>4</sup>).

Saignes ressalta que o fato de um dos estados da República venezuelana se chamar Portuguesa é mais do que o testemunho da intensa intervenção dos portugueses na formação da Venezuela. Mark Dinneen, em seu artigo ‘El transnacionalismo de los inmigrantes: los portugueses y luso-venezolanos en Caracas’ (2015), aborda como a perspectiva transnacional ajuda a compreender o papel dinâmico desempenhado pelos portugueses na economia e sociedade de Caracas. Ele ressalta que os imigrantes portugueses ao mesmo tempo que se integravam à sociedade nacional venezuelana, mantinham estreitos vínculos culturais com Portugal. Dinneen (2015) afirma que:

Engenhosos e enérgicos, destacaram-se na construção de redes sociais que forneciam o capital social necessário à integração e ao progresso econômico. O apoio mútuo proporcionado por essas redes era fundamental para a criação dos numerosos e variados negócios que permitiam a muitos portugueses estabelecer um forte vínculo com sua vizinhança em Caracas. (...) As redes sociais também

---

<sup>4</sup> Traduzido do original:

(...) dejaría un balance positivo: la mayor parte de los portugueses llegados secularmente a nuestro país, ha sido gente de trabajo manual, de pobreza de abolengo trasatlántico, de mano callosa para la tarea no celebrada, de constancia creadora en el surco, en la construcción urbana, en el tráfico por tierras muchas veces desapacibles y olvidadas (Saignes, 1959, citado em Ramos Rodríguez, 2020, p. 14).

serviam para criar diversas associações que ofereciam espaços comunitários portugueses que, ao reforçarem suas conexões diretas com Portugal e, segundo Portes, ao preservarem seu legado cultural original, ofereceram segurança e confiança a muitos imigrantes portugueses quando enfrentavam os desafios colocados pelo processo de adaptação (Dinnen 2015, p.33, tradução nossa<sup>5</sup>).

O autor destaca que as redes sociais, culturais e econômicas sustentaram e ainda sustentam a resiliência da comunidade lusa no país de acolhimento e reforçam os laços identitários com a terra natal. A dualidade identitária dos luso-venezuelanos é sustentada por práticas como envio de remessas, visitas regulares a Portugal e educação bilíngue. Essa identidade híbrida contribui para a adaptação da comunidade em contextos culturais distintos. As práticas transnacionais garantem a preservação cultural e fortalecem a identidade da comunidade, mesmo em cenários de crise.

No mesmo sentido, Nascimento, em ‘Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)’ (2009), ressalta que os madeirenses são vistos pela comunidade venezuelana local como trabalhadores, empreendedores e poupadores, e que essa percepção os ajudou na aceitação social, fortalecendo os laços com as comunidades locais. Assim como outros autores observam, Nascimento destaca que os portugueses em geral foram fundamentais na urbanização das cidades venezuelanas e no desenvolvimento de novas formas de consumo, em especial pela introdução de mercearias e outros comércios em bairros pobres, criando um impacto social positivo ao facilitar o acesso a bens básicos.

Em ‘Roots Migration: The Post-Return Experiences of Second-Generation Venezuelan.-Portuguese Migrants’ (2020), Isturiz sustenta que a relação dos luso-

---

<sup>5</sup> Traduzido do original:

Ingeniosos y energéticos, destacaron en la construcción de redes sociales que proveían el capital social que era necesario para la integración y el progreso económico. El apoyo mutuo proveído por esas redes era clave para la creación de los numerosos y variados negocios que permitían a muchos portugueses establecer un apego fuerte a su vecindad en Caracas. (...) Las redes sociales también servían para crear muchas asociaciones que proveían los espacios comunitarios portugueses que, reforzando sus conexiones directas con Portugal, y, según Portes, preservando su legado cultural original, han ofrecido seguridad y confianza a muchos inmigrantes portugueses cuando enfrentaban los desafíos presentados por el proceso de adaptación. (p.33)

venezuelanos com Portugal e Venezuela manteve-se forte pela manutenção de laços familiares e culturais, preservação da identidade cultural e pelo sucesso econômico dos imigrantes portugueses. Isturiz (2020) descreve:

Como era de se esperar em qualquer onda migratória em plena era da globalização, em que jamais foi tão fácil estabelecer e manter contatos transfronteiriços, os retornados de segunda geração à Madeira mantêm contatos constantes com amigos e familiares que permaneceram na Venezuela. Alguns sonham em voltar e preservam ativos importantes no país para garantir essa possibilidade; outros têm parentes próximos que ficaram para trás, com quem trocam mensagens diariamente, além de amigos a quem enviam remessas, medicamentos e outros bens que se tornaram escassos no país. Para minhas informantes mulheres, esses vínculos transnacionais têm sido um recurso social crucial no enfrentamento de sentimentos de solidão e de inadequação aos modos de ser locais (Isturiz, 2020, p. 89, tradução nossa<sup>6</sup>).

Os vínculos comunitários e familiares foram fundamentais para o apoio institucional e emocional durante o processo de retorno. A história de relações amistosas, a integração econômica, política e social, e os esforços empreendidos para a preservação de laços identitários e culturais, tanto pelos migrantes portugueses na Venezuela quanto pelos luso-venezuelanos retornados, configuram um cenário que, apesar das adversidades impostas pela crise migratória enfrentada pela Venezuela, revelou-se favorável para os portugueses.

---

<sup>6</sup> Traduzido do original:

As expected from any migration wave in the midst of a globalization era, where it has never been easier to establish and sustain cross-border contacts, second-generation returnees to Madeira are maintaining constant contacts with friends and relatives back in Venezuela. Some dream about returning and maintain important assets in Venezuela to secure that possibility, others have close relatives left-behind with whom they exchange contact daily, and friends to whom they send remittances, medicine and other goods that have gone scarce in the country. For my female informants, these transnational bonds have been a crucial social resource for battling against feelings of loneliness and of maladaptation to the local ways of being (Isturiz, 2020, p. 89).

Mesmo após séculos das primeiras ondas migratórias, os lusitanos mantêm vivas as referências culturais e simbólicas de sua terra natal, e muitos descendentes continuam a perceber Portugal como uma segunda casa. Esse legado histórico ajuda a explicar por que a sociedade portuguesa contemporânea acompanha com atenção os deslocamentos mais recentes, entre eles, a migração venezuelana para o Brasil. Do mesmo modo, esse pano de fundo compartilhado orienta parte do interesse do público português pelo tema, contribuindo para a produção de textos e reportagens que analisamos em nossa pesquisa. Assim, os discursos jornalísticos sobre a crise venezuelana e sobre a mobilidade regional não emergem isolados: eles são informados por uma memória coletiva que atravessa fronteiras e gerações, moldando tanto a prática dos jornalistas quanto a leitura que o público português faz desses novos fluxos migratórios.

#### **4.2. Brasil e Venezuela: Vazios, Rivalidades e Convergências**

José Inácio de Abreu e Lima (1794–1869) foi um militar, político, jornalista e escritor brasileiro. Nascido no Recife, em 1794, era filho de José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, conhecido como Padre Roma, figura proeminente e mártir da Revolução Pernambucana. Após a execução do pai pelas forças imperiais portuguesas, exilou-se nos Estados Unidos e, posteriormente, integrou-se às forças lideradas por Simón Bolívar na Venezuela. Nessa posição, alcançou o posto de general e desempenhou um papel relevante nos processos de independência do país caribenho e de seus vizinhos Colômbia, Equador e Bolívia (Pinto, 2011).

O nome do general brasileiro–venezuelano foi escolhido para batizar a controversa Refinaria Abreu e Lima (RNEST), uma parceria entre a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) e a PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.) em Pernambuco. A escolha foi um pedido direto do ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez em 2005, o que surpreendeu membros do governo brasileiro, que desconheciam a história do general revolucionário brasileiro. Essa situação se deu no momento de maior proximidade entre os países, sob o comando de Lula e Chaves. O desconhecimento da história de Abreu e Lima pelos brasileiros, contudo, funciona bem como uma parábola para explicar as relações entre Brasil e Venezuela, marcadas ora pela convergência, ora pela relutância e competição. Cerca de 590.000 venezuelanos têm documentação de residência no Brasil, além de mais de 140.000 refugiados reconhecidos no país. (OBMigra, 2025). Apesar da grande

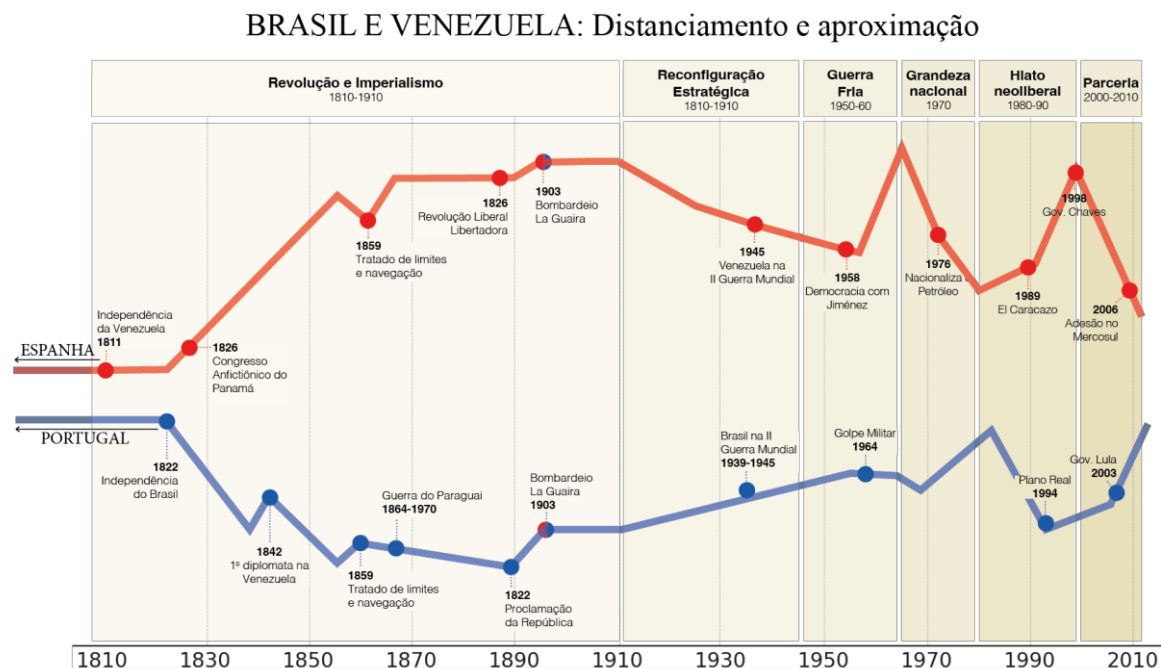
população nacional brasileira, venezuelanos ocupam posição destacada entre as nacionalidades imigrantes no país. Em algumas áreas é mais representativa, como em Roraima, onde estima-se que chegue a um quinto da população do estado. Hoje, venezuelanos residentes superam migrantes oriundos de outros fluxos massivos de países próximos, como o de haitianos e bolivianos, e de deslocamentos historicamente consolidados, como o de japoneses e de portugueses. Esses números introduzem um contraste importante para esta pesquisa: a Venezuela por séculos foi um vizinho que despertava pouca atenção dos centros mais populosos e do poder do Brasil, e hoje é uma presença dinâmica, intensa e desafiadora sob as perspectivas econômica, política e social.

Desde o século XIX, quando proclamaram suas independências, Brasil e Venezuela têm mantido uma relação marcada por movimentos de proximidade e distanciamento, influenciadas por fatores históricos, políticos e econômicos. O Brasil, apesar de ser frequentemente descrito como uma potência hegemônica, buscou consolidar sua influência por meio de práticas diplomáticas conciliatórias, evitando conflitos diretos com seus vizinhos. Essa postura contrastava com a Venezuela, cuja identidade política foi influenciada por movimentos revolucionários e, posteriormente, pela forte dependência econômica do petróleo. A instabilidade gerada por crises no setor energético comprometeu a autonomia venezuelana e reforçou ciclos de recessão e vulnerabilidade econômica, afetando suas relações com outros países sul-americanos.

A interação entre Brasil e Venezuela, portanto, não pode ser compreendida apenas pelo prisma da geopolítica tradicional, mas deve considerar a construção de imagens e representações internacionais que afetaram suas decisões estratégicas. Ao longo do tempo, essas imagens oscilaram entre a rivalidade e a cooperação, culminando em uma relação de interdependência que, em determinados momentos, fortaleceu a integração regional. A cronologia das relações bilaterais entre os dois países reflete esse processo dinâmico e será analisada a seguir. Tomamos por base a periodização proposta por Mendible & Gehre (2011) em ‘As Relações Brasil–Venezuela: imagens internacionais em perspectiva (1810–2010)’.

### Gráfico 1.

*Brasil e Venezuela: Distanciamento e aproximação (1810–2010)*



*Nota.* Infográfico elaborado pelo autor

#### 4.2.1. Revolução e Imperialismo (1810 a 1910)

O primeiro século de relações entre Brasil e Venezuela tem como ponto de partida as lutas de independência do país caribenho, que iniciam dois anos após o Rio de Janeiro tornar-se capital do império português. A formação dos Estados nacionais na América do Sul nesse período – à exceção do Brasil – ocorreu em meio a processos revolucionários que redefiniram as relações de poder na região. Brasil e Venezuela, apesar de vizinhos, seguiram trajetórias políticas distintas, marcadas pela construção de imagens contrastantes no cenário internacional.

Enquanto a Venezuela emergia como uma república revolucionária, vinculada à liderança de Simón Bolívar e ao ideal continentalista, o Brasil consolidava-se como um império monárquico, com interesses estratégicos na estabilidade da região platina e na contenção de movimentos republicanos vizinhos (Mendible & Gehre, 2011). As relações bilaterais eram, portanto, distanciadas, reflexo das prioridades distintas em suas respectivas políticas externas.

A independência da Venezuela inseriu-se no contexto das guerras de libertação da América hispânica, impulsionadas pela crise do Império Espanhol após a invasão napoleônica. A liderança de Bolívar e o ideário bolivariano projetaram uma imagem de país revolucionário e de vocação integracionista. As campanhas militares para libertar os atuais Colômbia, Equador, Peru e Bolívia evidenciaram a pretensão venezuelana de projetar-se como força política na região. O Congresso Anfictiônico do Panamá (1826) representou o ápice desse projeto, ainda que não tenha produzido efeitos duradouros. Mendible e Gehre (2011) ressaltam a relevância de José Ignacio de Abreu e Lima no contexto da independência venezuelana:

Vale destacar que no marco da gestação da independência ressaltava-se a figura do revolucionário pernambucano José Ignacio de Abreu e Lima, quem se converteria em General e *edecan* de Simon Bolívar e cuja atuação se converteu em um interessante vínculo histórico (quase espiritual) entre Venezuela e Brasil (Mendible e Gehre, 2011, p. 220).

Apesar da relevância geopolítica da Venezuela, suas dificuldades internas, como a instabilidade política e a economia, limitaram sua capacidade de consolidar uma hegemonia regional no período. O país permaneceu vulnerável à ingerência externa, especialmente da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, o que restringiu sua autonomia na definição da política externa (Gehre, 2011).

O Brasil Imperial após a independência, seguiu o sentido contrário. Ser a única monarquia na América do Sul levou ao país priorizar a política externa voltada para a garantia da integridade territorial e para a expansão da influência na Bacia do Prata (Bandeira, 2003). A manutenção da unidade territorial foi um elemento central da diplomacia imperial, especialmente diante da fragmentação observada nas ex-colônias espanholas.

A atuação brasileira na Guerra do Paraguai (1864–1870) e nas disputas fronteiriças reforçou a percepção de um Brasil expansionista e imperialista. Mesmo nos primeiros anos após a proclamação da república, a política externa do Visconde do Rio Branco enfatizou a conciliação diplomática, mas também consolidou o país como potência

regional, utilizando a superioridade militar e econômica como instrumentos de dissuasão e negociação (Cervo & Bueno, 2008).

No campo das relações bilaterais, as interações entre Brasil e Venezuela foram limitadas durante o século XIX. As fronteiras amazônicas, pouco exploradas, e as diferenças políticas contribuíram para o distanciamento entre os dois países. A primeira tentativa de aproximação ocorreu em 1842, com o envio do primeiro representante diplomático brasileiro a Caracas. No entanto, apenas em 1859 foi firmado um tratado de limites e navegação fluvial, sem impacto significativo na relação bilateral (Portillo, 1983).

A transição para a república no Brasil, em 1889, e a consolidação da ordem republicana na Venezuela, em 1899, redefiniram as bases das relações diplomáticas. No Brasil, a ascensão da política externa do Barão do Rio Branco promoveu uma revisão da imagem do país, buscando afastar a percepção de imperialismo e reforçar um discurso de cooperação regional (Bueno, 2003). Esse novo posicionamento fortaleceu a inserção brasileira em fóruns multilaterais e reforçou os laços com os Estados Unidos.

Na Venezuela, o século XIX encerrou-se com a consolidação do Estado centralizado, sob a liderança de Cipriano Castro e Juan Vicente Gómez.

Um episódio central para as relações Brasil–Venezuela nesse período foi o bombardeio de La Guaira (1902–1903), que ocorreu no contexto das pressões europeias sobre a Venezuela, após a recusa do presidente Cipriano Castro em pagar dívidas externas. Reino Unido, Alemanha e Itália impuseram um bloqueio naval e destruíram embarcações venezuelanas em retaliação (Mendible & Gehre, 2011). O Brasil, alinhado à Doutrina Monroe, não participou militarmente, mas mediou, junto aos Estados Unidos, a negociação que resultou no Protocolo de Washington (1903), comprometendo a Venezuela a destinar parte de suas receitas aduaneiras ao pagamento das dívidas (Mendible & Gehre, 2011). O episódio consolidou o Brasil como liderança regional. Ao mesmo tempo, reforçou sua diplomacia em defesa da soberania latino–americana e buscou afastar a imagem expansionista herdada do período imperial, contrariando os interesses iniciais da Venezuela (Mendible & Gehre, 2011).

#### ***4.2.2 Reconfigurações Estratégicas na América do Sul***

O período entre 1914 e 1945 foi marcado por mudanças significativas na posição internacional de Brasil e Venezuela, influenciadas pelos conflitos mundiais e pela ascensão do petróleo como elemento estratégico. A Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) redefiniram as dinâmicas de poder, forçando os países sul-americanos a reposicionar suas políticas externas diante das novas demandas globais (Mendible & Gehre, 2011).

A Venezuela, até então uma economia essencialmente agroexportadora, começou a consolidar sua posição como potência petrolífera a partir da exploração organizada do recurso a partir de 1914. A crescente dependência das potências ocidentais pelo petróleo venezuelano reforçou sua importância estratégica, intensificando os laços com os Estados Unidos e reduzindo sua tradicional vinculação com o Caribe (Farias, 2004).

O Brasil, por sua vez, aproveitou sua posição geográfica e alianças estratégicas para expandir sua influência. Durante a Segunda Guerra Mundial, sua aproximação com os Estados Unidos resultou na construção de bases militares no Nordeste e na participação na Força Expedicionária Brasileira (FEB), projetando sua imagem como ator relevante na política internacional (Bueno, 2003). Essas transformações fortaleceram a inserção global de ambos os países, mas sem impulsionar um aprofundamento significativo das relações bilaterais. Mendible & Gehre concluem que

Efetivamente, os dois países viviam de costas um para o outro: Venezuela voltada para o Caribe e subordinada à economia norte-americana; enquanto o Brasil inclinava-se à Bacia do Prata e priorizava os contatos com as Grandes Potências da Europa e com os EUA. Mesmo o advento do conflito mundial entre 1939 e 1945 não aproximou efetivamente os dois países, ainda que no plano do discurso subsistisse a lógica da solidariedade continental. Ao contrário, na prática, a Venezuela relutou em declarar guerra contra a Alemanha, o que viria a acontecer em 1945; enquanto o Brasil jogou com a equidistância pragmática entre o Eixo e os Aliados (2011, p. 226).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela intensificação da Guerra Fria e por transformações nas imagens internacionais de Brasil e Venezuela. A rivalidade entre os blocos ideológicos influenciou as relações regionais e projetou percepções contrastantes sobre os dois países. Enquanto a Venezuela consolidava uma imagem de democracia estável, o Brasil caminhou para uma representação associada ao autoritarismo após o golpe de 1964. Mendible & Gehre, destacam que “a imagem da Venezuela democrática é uma das mais fortes na história sul–americana, a ponto de ser exaltada como um ícone de estabilidade e um modelo a ser seguido” (2011, p.227).

A Venezuela, sob influência da “Doutrina Betancourt”, passou a condicionar seu reconhecimento diplomático apenas a governos democraticamente eleitos, reforçando sua identidade como defensora da democracia na América Latina. Essa postura resultou na suspensão das relações diplomáticas com o Brasil, após o golpe militar de 1964, quando Caracas interpretou o novo regime como uma ameaça à ordem democrática (Cervo, 2003). Mendible & Gehre explicam que

a política exterior venezuelana enfrentava dois regimes ditatoriais do Caribe e da América Central, Leonidas Trujillo, na República Dominicana, e a família Somoza, na Nicarágua. Assim, quando eclode o golpe militar no Brasil, bem diferente do que ocorria nos pequenos países caribenhos, a chancelaria venezuelana encontrou dificuldades em interpretar os acontecimentos, sendo levada pela afirmação da Doutrina Betancourt (2011, p. 228).

Por outro lado, o Brasil, mesmo antes do golpe, já era percebido como um país em transição para um modelo mais centralizado e alinhado com os interesses norte–americanos. Essa percepção se intensificou com a adoção de práticas repressivas pelos governos militares, consolidando uma imagem de Estado autoritário, em oposição ao modelo venezuelano de estabilidade política (Calloni, 2006).

#### ***4.2.3. A Busca por Grandeza Regional nas décadas de 1970 a 1990***

O Brasil sob a égide do regime militar e a Venezuela que se projetava como matriz democrática na região, encontram na década de 1970, ainda que por caminhos distintos,

o intento comum de consolidar suas imagens de potência regional perante o continente e o mundo. Ambos os países ampliaram sua presença internacional, reforçando percepções de prosperidade e liderança.

A nacionalização do setor petrolífero em 1976 foi um marco da estratégia venezuelana de afirmação internacional. A criação da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) consolidou o controle estatal sobre os recursos energéticos, permitindo ao país exercer maior influência geopolítica. O aumento das receitas do petróleo financiou políticas de industrialização, modernização urbana e ampliação da presença venezuelana em fóruns internacionais, projetando uma imagem de prosperidade e autonomia (Farias, 2004).

O Brasil, por sua vez, viveu um período de crescimento acelerado, vendido pelos militares como milagre econômico, impulsionado por investimentos estatais em infraestrutura e pela diversificação da matriz industrial. O regime ampliou a atuação internacional do país, fortalecendo a capacidade bélica, desenvolvendo um programa nuclear e expandindo sua presença em mercados externos. A retórica de ‘Brasil Potência’ ganhou força, simbolizando a busca por maior autonomia estratégica e projeção de influência regional (Cervo & Bueno, 2008).

A aproximação entre Brasil e Venezuela nessa década também foi facilitada pelo interesse comum em diversificar suas relações comerciais e reduzir a dependência dos Estados Unidos. O crescimento das exportações brasileiras para a Venezuela e a intensificação dos acordos de cooperação energética fortaleceram a percepção de uma parceria emergente. No entanto, essa convergência foi limitada pelas diferenças estruturais entre os dois países e pela volatilidade econômica venezuelana, dependente das flutuações dos preços do petróleo. Assim, enquanto a Venezuela utilizava o petróleo como instrumento de poder, o Brasil investia na industrialização e no fortalecimento militar como vias para a construção de sua imagem de potência regional.

As décadas de 1980 e 1990 representaram um período de fragilidade econômica e ajustes estruturais para Brasil e Venezuela. A crise da dívida externa, a instabilidade macroeconômica e a adoção de políticas neoliberais redefiniram as trajetórias dos dois países, impactando sua inserção internacional e a percepção de sua influência regional (Mendible & Gehre, 2011).

A Venezuela, altamente dependente do petróleo, sofreu os efeitos da queda nos preços internacionais, o que aprofundou seus déficits fiscais e levou a sucessivas crises

políticas. O governo implementou medidas de ajuste econômico, incluindo privatizações e abertura comercial, mas sem resolver os problemas estruturais da economia. A instabilidade culminou no ‘*Caracazo*’ de 1989, uma revolta popular contra o aumento do custo de vida e as políticas de austeridade (Farias, 2004).

No Brasil, a crise da década de 1980 foi marcada por um ciclo de hiperinflação e crescimento reduzido. A partir da década de 1990, sucessivos governos adotaram reformas neoliberais, incluindo privatizações, desregulamentação econômica e maior inserção no comércio global. A estabilização veio com o Plano Real (1994), mas à custa de ajustes fiscais rigorosos e um crescimento econômico entre baixo e moderado (Cervo & Bueno, 2008).

No cenário bilateral, Brasil e Venezuela mantiveram relações estáveis, mas sem aprofundamento estratégico. A convergência entre as políticas neoliberais dos dois países não resultou em maior cooperação regional, pois ambos enfrentavam desafios internos significativos. Somente nos anos 2000, com a ascensão de novos governos e a revalorização da integração sul-americana, essa dinâmica seria alterada (Mendible & Gehre, 2011).

#### ***4.2.4. Da Competição à Parceria: a Reconfiguração Sul-Americana (2000–2010)***

Na década anterior à derrocada econômica venezuelana e a consequente diáspora sobre a qual esta pesquisa versa, Brasil e Venezuela viveram o momento de maior aproximação e protagonismo regional conjunto. Entender essa década é um passo fundamental para lidar com as questões socioeconômicas subsequentes, sobretudo, no que tange à imagem venezuelana projetada e representada socialmente no Brasil, no contexto migratório.

Entre 2000 e 2010, Brasil e Venezuela redefiniram sua inserção regional, consolidando estratégias de cooperação política e econômica. O Brasil fortaleceu sua posição como líder diplomático na América do Sul, promovendo a integração regional por meio de mecanismos institucionais, enquanto a Venezuela, sob Hugo Chávez, adotou uma política externa baseada no uso estratégico do petróleo e na construção de um bloco político alternativo ao modelo hegemônico ocidental, fomentado pelos Estados Unidos (Barros, Lima, & Carneiro, 2022).

A política externa brasileira priorizou a diversificação de parcerias e a construção de coalizões como o BRICS e o IBAS, buscando maior protagonismo global. No âmbito regional, o Brasil impulsionou a criação da União de Nações Sul–Americanas (Unasul), e participou ativamente de iniciativas voltadas à integração econômica e energética. O primeiro governo Lula (2003–2010) enfatizou a diplomacia presidencial e ampliou sua interlocução com a Venezuela, consolidando acordos estratégicos e promovendo uma visão compartilhada sobre a necessidade de um espaço sul–americano mais autônomo. Essa parceria refletiu-se na adesão venezuelana ao Mercosul, ainda que o processo tenha enfrentado resistências de alguns membros do bloco (Barros et al., 2022).

A Venezuela, por sua vez, reforçou sua diplomacia a partir da chamada ‘Revolução Bolivariana’, promovendo alianças estratégicas com Cuba, Bolívia e Equador, além de impulsionar a criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA). O petróleo foi utilizado como ferramenta geopolítica, fortalecendo sua influência na América Latina e aproximando Caracas de atores extrarregionais como Rússia, China e Irã. Ao mesmo tempo, o país buscou consolidar sua parceria com o mercado brasileiro, tornando-se um dos principais destinos das exportações do Brasil na região (Barros et al., 2022).

A interdependência econômica entre Brasil e Venezuela foi reforçada por meio de investimentos em infraestrutura e energia. O projeto do Linhão de Guri, que interligou o sistema elétrico de Roraima – que era isolado do restante do Brasil – ao da Venezuela, garantiu suprimento energético ao estado brasileiro até sua desconexão em 2019. Além disso, o comércio bilateral cresceu significativamente, com o Brasil mantendo um superávit expressivo. Entre 2003 e 2008, as exportações brasileiras para a Venezuela aumentaram quase seis vezes, alcançando US\$ 5,13 bilhões em 2008. Empresas brasileiras, como a Petrobras e a Odebrecht, expandiram suas operações no país vizinho, beneficiando-se do financiamento do BNDES, consolidando a dependência venezuelana de capitais e serviços brasileiros (Barros et al., 2022).

Apesar do aprofundamento da cooperação, divergências começaram a emergir. O Brasil buscava liderar processos regionais por meio de uma diplomacia pragmática, enquanto a Venezuela adotava uma postura mais confrontiva e ideológica. O discurso anti–imperialista de Chávez gerava desconforto em setores da diplomacia brasileira, que preferiam um tom mais moderado e conciliador. Além disso, o início da crise

econômica venezuelana e a crescente dependência de importações brasileiras fragilizaram a sustentabilidade da relação (Barros et al., 2022).

Ainda assim, Lula e Chávez mantiveram uma relação pragmática, priorizando interesses comuns e consolidando um bloco sul-americano menos dependente dos Estados Unidos. O período de 2000 a 2010 marcou a transição de uma dinâmica de liderança isolada para uma parceria estratégica, na qual Brasil e Venezuela, apesar das diferenças políticas e econômicas, convergiram em torno do fortalecimento da América do Sul como um espaço geopolítico autônomo.



## **Capítulo V – Crises e Diáspora Venezuelana**

Este capítulo trata da crise – ou crises – venezuelanas, que culminaram na diáspora que, no momento em que compomos este capítulo, envolve aproximadamente 8 milhões de migrantes em todo o mundo (R4V, 2025). Concentramos nossa atenção aos de 2010 a 2020, seguindo a cronologia do capítulo anterior e interrompendo a cronologia no ano de 2020, quando tem lugar a pandemia de COVID-19.

Em seguida trataremos da diáspora venezuelana, a partir de sua configuração em escala global, destacando a distribuição dos fluxos entre Europa, Estados Unidos e América Latina e as diferentes formas de acolhimento e regulação adotadas nesses contextos. Em um segundo momento, examinaremos como essa diáspora se materializa no Brasil, com ênfase no papel da Nova Lei de Migração e do regime de refúgio na construção de respostas institucionais à chegada massiva de venezuelanos. Por fim, concentraremos a análise na fronteira norte e em Roraima, articulando dados sobre entradas, perfis e rotas com as políticas de interiorização e com o redesenho do lugar do Brasil no mapa regional das migrações forçadas, preparando o terreno para a análise da cobertura jornalística desenvolvida nos capítulos seguintes.

### **5.1. As Crises Venezuelanas**

Iniciaremos pela descrição e análise de características econômicas, sociais e políticas anteriores ao chavismo, as quais podem ser entendidas como uma prequela das crises eclodidas nos governos de Chávez e Maduro. Em seguida, apresentamos o frágil apogeu econômico venezuelano, sobretudo entre os anos de 2004 e 2008 quando o barril do petróleo rondava os 100 dólares, enfatizando a política econômica assistencialista e o enfraquecimento institucional como marcas do período. Os primeiros anos da crise latente, a morte de Chávez e a sucessão por Maduro completam o cenário a ser descrito para compreender a diáspora. Além das dinâmicas internas, traremos ao cerne das análises, as relações institucionais da Venezuela com o Brasil e o Mercosul, e com Portugal e com a União Europeia ao longo das oscilações constantes que marcaram o período no país caribenho.

### ***5.1.1. Configurações Estruturais Anteriores ao Chavismo***

A fim de evitar leituras simplistas ou estritamente ideológicas, nossa consulta bibliográfica se apoia em autores do campo econômico que trabalham com dados e métodos empíricos, embora a maioria adote perspectivas ortodoxas e neoliberais. Mesmo assim, é significativo que esses economistas sejam quase unânimes em afirmar que a atual crise não pode ser atribuída exclusivamente ao chavismo, ainda que mantenham críticas severas ao regime.

Ao longo do século XX, a Venezuela converteu-se na economia mais próspera da América Latina, com PIB per capita superior ao de Portugal, Espanha e Grécia entre 1900 e 1970, sustentado pela expansão acelerada da indústria petrolífera. A partir da década de 1970, porém, o país entra em trajetória de declínio: caem a produção de petróleo por habitante e o PIB per capita não petrolífero, enquanto sucessivas crises cambiais e fiscais se sucedem (Hausmann & Rodríguez, 2014). Manzano (2014) sintetiza essa dinâmica ao afirmar que, no longo prazo, a trajetória do PIB não pode ser dissociada das oscilações da produção de petróleo.

O colapso recente, aprofundado depois de 2013, retoma padrões já presentes nas crises de 1983, 1989 e 1996, marcadas por sobrevalorização cambial, déficit fiscal crônico e tentativas fracassadas de controle de preços e importações. Mais do que uma ruptura, o chavismo intensifica tendências preexistentes de uma economia política estruturada na apropriação e redistribuição da renda petrolífera, e não na diversificação produtiva ou no fortalecimento institucional (Hausmann & Rodríguez, 2014).

### ***5.1.2. Estruturas Econômicas do Colapso***

Três processos ajudam a compreender o enfraquecimento da base produtiva antes mesmo da chegada de Chávez ao poder. O primeiro está ligado ao setor petrolífero. A partir dos anos 1970, a produção entra em declínio não por exaustão das reservas, mas por escolhas de gestão e desenho institucional. A combinação de estratégias de “preservação” do recurso, aumento da carga fiscal e mudanças frequentes nas regras

reduziu a atratividade de investimentos e comprometeu a competitividade da indústria diante de novos produtores com custos menores (Manzano, 2014).

O segundo processo diz respeito ao capital público e ao setor não petrolífero. Pineda e Rodríguez (2014) mostram que, entre 1983 e o início dos anos 2000, o estoque de capital público por trabalhador no setor não petrolífero caiu cerca de um terço, com impacto direto sobre o PIB per capita. Ao funcionar como insumo complementar para a produção privada, a retração dos investimentos em infraestrutura implicou queda de produtividade e redirecionamento de investimentos para regiões com melhores condições residuais. A negligência na manutenção e reposição do capital público, mais do que resposta conjuntural a crises fiscais, configurou um fator estruturante do colapso.

Um terceiro elemento aparece no mercado de trabalho e no sistema financeiro. Reformas trabalhistas nos anos 1990 elevaram custos não salariais e endureceram regras de demissão, incentivando downsizing, informalidade e estratégias defensivas das empresas, com redução do emprego formal e queda da capacidade de modernização (Bello & Bermúdez, 2014). Em paralelo, uma crise bancária de 1989-1996 comprometeu a intermediação financeira: bancos passaram a preferir títulos públicos, reduzindo o crédito ao setor produtivo. Setores dependentes de financiamento bancário, como a indústria de transformação voltada ao mercado interno, sofreram colapsos mais agudos, e até grandes empresas passaram a depender de recursos próprios (De Krivoy, 2000; Braun, 2014; Salgado, 1999).

### ***5.1.3. Da Democracia ao Chavismo***

No plano político, a Venezuela transitou de um arranjo democrático pactuado para um regime híbrido e polarizado. O sistema de Punto Fijo, institucionalizado a partir de 1958, garantiu alternância entre *Acción Democrática* (AD) e COPEI, com base em pactos entre elites e distribuição da renda petrolífera. À medida que a crise econômica se agravou nas décadas de 1980 e 1990, esse modelo entrou em desgaste, com aumento da pobreza, perda de legitimidade e fragmentação partidária (Nascimento, 2023; Gombata, 2020).

Monaldi e Penfold (2014) e Corrales (2002) destacam que reformas como a descentralização e a eleição direta de prefeitos e governadores reduziram a hegemonia das elites nacionais, abriram espaço para novos atores regionais e multiplicaram vetores de veto. A maior competição formal não foi acompanhada de renovação das lideranças tradicionais, que permaneceram pouco permeáveis a tecnocratas e a demandas sociais emergentes (Ellner, 1993).

Nesse cenário, o chavismo emerge como resposta política à crise de representação, combinando elementos militares e civis radicais e explorando brechas institucionais. Em vez de convergir para reformas liberalizantes, como em outros países da região, a Venezuela envereda por um caminho de radicalização que a posiciona na zona cinzenta entre democracia e autoritarismo (Coppedge, 2003). A partir daí, mecanismos plebiscitários, polarização e uso seletivo de instituições passam a estruturar a competição política.

#### ***5.1.4 Ascensão e primeiros anos (1999 a 2002)***

A eleição de Hugo Chávez, em 1998, encerra o ciclo de Punto Fijo e inaugura uma agenda de reforma institucional amparada em forte mobilização popular. A nova Constituição de 1999 cria poderes Cidadão e Eleitoral, amplia mecanismos de participação e reforça a centralidade do Executivo, apoiado por setores militares e camadas populares excluídas do pacto anterior (Nascimento, 2023; Gombata, 2020).

O período inicial é, porém, marcado por severas limitações econômicas: preços do petróleo relativamente baixos, alta pobreza e desemprego urbano. A confrontação com elites empresariais, partidos tradicionais e grandes meios de comunicação culmina no golpe de abril de 2002 e em sua rápida reversão, episódio que consolida Chávez como líder de um novo bloco histórico e aprofunda a lógica plebiscitária do regime.

No plano externo, inicia-se a reaproximação com o Brasil e a intensificação de vínculos com Portugal e a União Europeia. As relações com Brasília, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, e depois com Lula, combinam pragmatismo diplomático e divergências ideológicas, enquanto a visita de Chávez a Portugal em 2001 reativa laços com a diáspora luso-venezuelana e sinaliza a busca de parceiros para além dos Estados Unidos.

### **5.1.5. Consolidação e enfrentamento (2003 a 2006)**

Após o golpe fracassado e a paralisação da PDVSA, Chávez recompõe sua coalizão, vence o referendo revogatório de 2004 e consolida um presidencialismo plebiscitário apoiado em pleitos frequentes e em forte centralidade das Forças Armadas. No campo social, expandem-se as *Misiones*, como Barrio Adentro, Mercal e Robinson, voltadas às periferias urbanas.

A alta dos preços do petróleo fornece recursos para um intervencionismo seletivo: nacionalizações pontuais, controles de câmbio e de preços e criação de fundos como o Fonden, que deslocam parcela da renda petroleira para fora dos mecanismos tradicionais de controle orçamentário (Gombata, 2020). O crescimento econômico convive com baixa transparência fiscal e crescente dependência da renda de commodities.

As relações com Brasil e Portugal ganham densidade. Com Lula, intensificam-se projetos de integração energética e apoio à entrada venezuelana no Mercosul. Com Portugal, acordos nas áreas de energia, habitação e tecnologia preparam o terreno para iniciativas como o projeto *Canaima*, posteriormente ampliado (Almeida, 2012).

### **5.1.6. Expansão e autoritarismo inicial (2007 a 2012)**

A partir de 2007, o chavismo aprofunda a centralização do poder. A derrota no referendo de 2007 não impede que o governo aprove reformas por vias alternativas, culminando em 2009 na aprovação da reeleição indefinida, marco da erosão das instâncias deliberativas tradicionais (Nascimento, 2023). Conselhos Comunais e Comunas são fortalecidos, mas progressivamente subordinados ao Executivo nacional, enquanto partidos da oposição são marginalizados.

O auge do ciclo das commodities, com preços recordes do petróleo, permite ampliar gastos sociais e o aparato estatal, mas aprofunda a dependência de importações e acelera a desindustrialização (Lander, 2017, citado por Nascimento, 2023). A política externa é usada como instrumento de projeção do projeto bolivariano. Neste contexto destacam-se acordos com Portugal – os computadores Magalhães, construção de moradias, contratos de alimentos –, e para a adesão ao Mercosul com apoio brasileiro, apesar de resistências internas (Briceño-Ruiz, 2016).

### ***5.1.7. Chavismo sem Chávez e colapso econômico (2013 a 2015)***

A morte de Chávez em 2013 inaugura uma fase marcada por incerteza institucional e perda de coesão. Nicolás Maduro vence as eleições por margem estreita, em meio a denúncias de fraude, o que fragiliza sua legitimidade inicial (Gombata, 2020). Nos anos seguintes, cresce o recurso à repressão, com protestos massivos em 2014 e aumento de prisões e restrições a liberdades civis (Semova & Pernía Peñalver, 2016).

Simultaneamente, a queda dos preços do petróleo corrói as bases do modelo rentista. Entre 2013 e 2015, o PIB encolhe de forma acelerada, enquanto o país enfrenta inflação alta, escassez de bens essenciais e fuga de capitais, configurando uma crise humanitária em formação (Nascimento, 2023). A vitória da oposição nas legislativas de 2015 abre uma disputa direta entre Executivo e Assembleia Nacional, rapidamente neutralizada pelo uso do Judiciário para esvaziar o parlamento.

No plano internacional, a União Europeia passa a emitir críticas mais contundentes, e Portugal, embora mantenha laços históricos e econômicos, adota postura mais cautelosa, alinhada à preocupação europeia com a deterioração democrática (Monteiro, 2017).

### ***5.1.8. Autoritarismo Consolidado e Reconfiguração Internacional (2016 em diante)***

A partir de 2016, o regime venezuelano sob Nicolás Maduro escancarou um ciclo de consolidação autoritária, marcado pela supressão de instituições de controle, militarização do Estado e aprofundamento da crise humanitária. O ponto de inflexão institucional ocorreu em 2017, quando o Executivo convocou uma nova Assembleia Nacional Constituinte (ANC), cujos 545 integrantes foram eleitos em processo boicotado pela oposição. Instaurada em agosto daquele ano, a ANC assumiu funções legislativas, jurídicas e executivas, esvaziando por completo a Assembleia Nacional eleita em 2015, onde a oposição havia conquistado maioria qualificada. A nova entidade não se dedicou à elaboração de uma nova Constituição, mas atuou como uma instância de poder paralelo ao serviço do Executivo (Nascimento, 2023; Andreani, 2018).

Em 2018, a realização de eleições presidenciais sob severas restrições à participação da oposição consolidou o novo arranjo institucional. Candidatos opositores foram

inabilitados ou detidos, coligações foram impedidas de se registrar e os prazos eleitorais foram comprimidos. Como resultado, Maduro foi reeleito com 67,8% dos votos em um pleito amplamente contestado por organismos internacionais e não reconhecido por grande parte da comunidade democrática internacional (Álvarez, 2020). Esse processo sinalizou o abandono da dinâmica plebiscitária e o fechamento do regime a qualquer forma de alternância de poder, caracterizando a supressão da competição política efetiva.

A repressão a protestos civis foi intensificada com o respaldo da Lei Constitucional contra o Ódio, aprovada ainda em 2017, que ampliou os poderes dos órgãos de inteligência e limitou a liberdade de expressão (Andreani, 2018). Ao mesmo tempo, consolidava-se uma crise humanitária de grandes proporções, impulsionada por hiperinflação (que superou 1.000.000% ao ano em 2018), colapso da renda real e escassez crônica de insumos essenciais. O êxodo populacional alcançou a marca de 8 milhões de venezuelanos vivendo fora do país até 2023, segundo dados da ONU citados por Bull e Rosales (2023), que detalharemos no próximo tópico.

O impacto econômico foi devastador: entre 2014 e 2020, o PIB venezuelano acumulou retração superior a 80%. Em resposta ao colapso, o governo adotou medidas liberalizantes, como dolarização parcial da economia, redução de controles estatais e privatizações, que marcaram um afastamento em relação ao modelo distributivista chavista, sem, contudo, renunciar à retórica bolivariana (Bull & Rosales, 2023). Essa inflexão gerou um novo tipo de acomodação entre o Estado autoritário e setores do capital privado, em que a recuperação econômica parcial convive com níveis extremos de pobreza e desigualdade.

No plano internacional, a União Europeia (UE) adotou uma postura progressivamente mais firme em relação ao regime de Nicolás Maduro. Em novembro de 2017, a UE impôs suas primeiras sanções à Venezuela, incluindo embargos de armas e o congelamento de ativos de autoridades venezuelanas, em resposta à deterioração da democracia e ao agravamento da crise humanitária no país (Euronews, 2017). Em 4 de fevereiro de 2019, Portugal, alinhando-se a outros países europeus, e reconheceu Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela. O então ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, afirmou que Portugal apoiava Guaidó na

missão de organizar eleições presidenciais democráticas, visando uma transição pacífica no país.

Em fevereiro de 2020, as relações bilaterais entre Portugal e Venezuela se deterioraram ainda mais quando o governo venezuelano suspendeu por 90 dias os voos da companhia aérea portuguesa TAP. A decisão foi tomada após acusações de que a TAP teria permitido o transporte de explosivos e ocultado a identidade de Juan Guaidó em um voo de Lisboa para Caracas. O governo português negou as acusações e solicitou uma investigação para esclarecer os fatos (Público, 2020).

Em janeiro de 2021, a União Europeia deixou de reconhecer Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, passando a considerá-lo um interlocutor privilegiado da oposição. Essa mudança ocorreu após as eleições parlamentares de dezembro de 2020, não reconhecidas pela UE, nas quais a oposição, incluindo Guaidó, não participou. Apesar disso, a UE continuou a apoiar os esforços por uma solução democrática para a crise venezuelana (Euronews, 2021). Em dezembro de 2024, a UE ampliou suas sanções contra o governo de Maduro, adicionando 15 novos funcionários à lista de sancionados, incluindo membros do Conselho Nacional Eleitoral, do Judiciário e das forças de segurança. As sanções incluem o congelamento de ativos e a proibição de entrada na UE, em reação direta à falta de transparência nas eleições presidenciais de julho daquele ano (El País, 2024).

A partir de 2016 as relações entre Brasil e Venezuela foram afetadas por tensões diplomáticas, rupturas institucionais e reposicionamentos estratégicos. O governo de Michel Temer alinhou-se à condenação internacional ao regime de Nicolás Maduro, sustentando o discurso da ruptura democrática na Venezuela. Em 2017, o Brasil participou ativamente da suspensão da Venezuela do Mercosul, com base na cláusula democrática do bloco, evidenciando a centralidade da defesa da institucionalidade como eixo de sua política externa.

Durante o governo Bolsonaro (2019 –2022), essa postura foi radicalizada, com o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente legítimo e o fechamento da embaixada brasileira em Caracas, além do apoio a ações coordenadas do Grupo de Lima contra o governo venezuelano (Cândido, 2023). Simultaneamente, o Brasil enfrentou um fluxo migratório crescente proveniente da Venezuela, especialmente pela fronteira com

Roraima, o que levou à implementação da Operação Acolhida como resposta institucional à crise humanitária (Rodrigues, 2020), sobre a qual trataremos ainda neste capítulo.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e a retomada de uma política externa baseada na integração regional, houve tentativas de reaproximação diplomática. Em maio de 2023, o governo brasileiro recebeu Nicolás Maduro em Brasília com a proposta de reintegração da Venezuela ao Mercosul, gesto que simbolizou a inflexão diplomática do novo governo. No entanto, a crise política interna venezuelana e as denúncias de falta de transparência nas eleições presidenciais de 2024 dificultaram a retomada plena das relações bilaterais.

O governo brasileiro, embora evitasse adotar uma postura confrontacional, expressou reservas quanto ao processo eleitoral venezuelano, o que produziu reações negativas por parte do governo Maduro, incluindo a suspensão de tratativas multilaterais e críticas à postura brasileira. Em março de 2024, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil publicou sua preocupação com o impedimento da candidatura de Corina Yoris, indicada pela oposição, destacando que tal ação não era compatível com os acordos de Barbados. A chancelaria venezuelana respondeu acusando o Brasil de ingerência, sugerindo que o comunicado brasileiro parecia ter sido ditado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (Agência Brasil, 2024). Posteriormente, em outubro de 2024, o presidente Lula vetou a entrada da Venezuela no grupo BRICS, alegando que Maduro havia descumprido sua promessa de apresentar as atas oficiais das eleições presidenciais, o que foi interpretado por Caracas como um gesto hostil e uma agressão à sua soberania (El País, 2024).

## **5.2. A Diáspora Venezuelana**

Apresentados os elementos sociais, econômicos e políticos que conformaram a emergência da crise venezuelana desde seus antecedentes, passamos a reduzir a altitude do voo, substituindo a perspectiva exploratória por um olhar mais específico, com vistas a uma aterrissagem segura no objeto central desta pesquisa. Para lidar com dados sobre a migração em massa da Venezuela para outros países, vamos priorizar fontes primárias, especialmente governos e as agências da ONU, organizações envolvidas na resposta

humanitária e governos. Quanto não estiverem disponíveis nessas fontes, observaremos com cuidado as publicações na imprensa, tendo como critério a presença de fonte oficial ou institucional como origem da informação citada. A emergência e dinâmica do fato social e a sua amplitude limitam a abrangência dos trabalhos acadêmicos de referência. Pela mesma razão há dados públicos e acessíveis diretamente ou por meio das leis de acesso à informação que já foram repassados para veículos de imprensa e publicados. Muitos desses dados são resumos de relatórios que não estão disponíveis, sem uma provocação legal.

### ***5.2.1. Europa e EUA***

Embora nosso foco seja o contexto sul-americano, o quadro geral é importante, sobretudo quando se refere a Europa e especificamente Portugal, retomando a hipótese de que as relações entre as sociedades envolvidas nos fluxos migratórios influenciam e enunciação e recepção do discurso jornalístico.

Em 2025, os venezuelanos tornaram-se a nacionalidade com maior número de pedidos de asilo na União Europeia, superando os sírios. Apenas no primeiro semestre de 2025, foram registrados 49 mil pedidos, representando um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior. A Espanha concentra 93% dessas solicitações, com cerca de 77 mil pedidos de asilo no total, dos quais 59% são de venezuelanos (Euronews, 2025; El País, 2025).

No que se refere à população residente, a Espanha é o principal destino europeu da diáspora venezuelana, com aproximadamente 599 mil pessoas vivendo no país em 2024, número que continua crescendo em 2025, impulsionado pelo endurecimento das políticas migratórias nos Estados Unidos (Instituto Nacional de Estadística [INE], 2023). As regiões metropolitanas de Madrid e Barcelona concentram a maior parte dessa população, seguidas pelas Ilhas Canárias, cujo histórico de mobilidade com a Venezuela contribui para a manutenção de laços migratórios. A alta proporção de indivíduos com dupla nacionalidade influencia a configuração estatística do grupo, ao mesmo tempo em que facilita processos de inserção legal e social (González, 2022).

Em Portugal, a presença venezuelana é numericamente inferior, mas socioculturalmente marcante. Estimativas do Observatório da Emigração indicam entre 50.000 e 55.000 residentes, número relativamente estável nos últimos anos, embora haja concentração significativa na Região Autónoma da Madeira (Observatório da Emigração, 2023). De acordo com dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2022 havia cerca de 46 mil venezuelanos registrados em Portugal (SEF, 2023). Apesar do fluxo migratório constante, esse número foi reduzido para aproximadamente 44 mil no ano seguinte, em razão de processos de naturalização e de migração para outros países da União Europeia (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2023; Público, 2023).

Predomina a migração de descendentes de portugueses que retornam ao país também por meio das vias migratórias. O Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres, aplicado a lusodescendentes, funciona como instrumento jurídico mais comum para a aceleração da regularização e naturalização, favorecendo o estabelecimento de uma comunidade com características distintas no interior do fluxo migratório mais amplo (Observatório da Emigração [de Portugal], 2023). Além dessa redução nos registros migratórios por naturalização, há também dados oficiais que captam um número bem menor, cerca de 9 mil venezuelanos residentes regularmente em Portugal, em contextos nos quais não se contemplam retornados e cidadãos com dupla nacionalidade em geral (SEF, 2023). Em contextos mais concentrados de migração de retorno, são estimados números bem mais representativos. A Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira (VENECOM), frequentemente citada por autoridades e veículos de imprensa, afirma que haja entre 10 mil e 12 mil venezuelanos e luso-venezuelanos residentes apenas na Região Autónoma da Madeira (SIC Notícias, 2024).

Como vimos no capítulo II, o fluxo de retorno de luso-venezuelanos configura um ambiente de integração mais fluido que um processo migratório convencional. Além disso, a presença de uma comunidade luso-venezuelana estabelecida contribui para a criação de redes de apoio que auxiliam na inserção social e econômica dos recém-chegados. Tais redes desempenham um papel crucial na facilitação do acesso ao mercado de trabalho e na adaptação cultural, aspectos fundamentais para a integração dos migrantes.

Outros países europeus, como Itália e França, também registram contingentes significativos de venezuelanos, embora com menor projeção institucional e visibilidade

pública quando comparados aos países ibéricos. Essa distribuição desigual reflete tanto elementos culturais e históricos quanto a heterogeneidade das políticas migratórias adotadas pelos Estados–membros da União Europeia, o que contribui para dinâmicas assimétricas de recepção e integração (Organização Internacional para as Migrações [OIM], 2023).

Nos Estados Unidos, a situação é marcada por instabilidade jurídica. Em 2023, havia cerca de 770 mil venezuelanos vivendo no país, dos quais 607 mil estavam protegidos pelo *Temporary Protected Status* (TPS). Contudo, em 2025, o governo norte–americano revogou essa proteção, colocando aproximadamente 250 mil pessoas em risco de deportação até novembro. Essa mudança tem provocado deslocamentos secundários, com muitos migrantes deixando os EUA em direção à Espanha ou retornando à América Latina, diante da insegurança jurídica e das políticas restritivas (Reuters, 2025).

Embora descolada da realidade social do México, Caribe e América do Sul, os EUA são um ator fundamental para os rumos das ações de resposta à crise migratória ao sul. Não cabe aqui tratar das estratégias e motivações estadunidenses, mas além da insegurança jurídica interna, vale ressaltar desde o ano fiscal de 2017, os Estados Unidos forneceram mais de US\$ 2,8 bilhões em assistência humanitária, de desenvolvimento, econômica e de saúde para ajudar venezuelanos dentro da Venezuela e em toda a região, bem como as comunidades anfitriãs. Desde 2018, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional alocou mais de US\$ 1,1 bilhão em assistência humanitária e programas de integração para migrantes e refugiados venezuelanos na América Latina, com destaque para ações na Colômbia, Brasil, Peru e Equador. (USAID, 2023)

A Colômbia recebeu mais de US\$148 milhões, especialmente voltados à implementação do Estatuto de Proteção Temporária e à expansão do acesso a saúde, educação e inclusão econômica (GovInfo, 2021). No Brasil, os recursos apoiaram a Operação Acolhida, voltada à recepção e interiorização de migrantes (Reuters, 2025). Durante a Cúpula das Américas em 2022, a USAID anunciou um aporte de US\$ 314 milhões, dos quais US\$171 milhões foram destinados à assistência humanitária e US\$35,9 milhões à integração socioeconômica (USAID, 2022). Esse financiamento abrange iniciativas como reconhecimento de diplomas, capacitação profissional, apoio a empreendedores e

acesso a serviços financeiros.

### **5.2.2. América Latina**

Para o contexto latino–americano, dedicamos uma atenção mais aprofundada, tanto aos dados quanto aos cenários sociais, uma vez que é nele que tanto se insere quanto se configura a migração venezuelana ao Brasil e, especificamente a fronteira terrestre de Roraima. O ponto de partida é uma compilação de dados públicos congregados na Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (*R4V – Regional Inter–Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela*), um mecanismo estabelecido em 2018, sob a liderança conjunta do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM) com objetivo de coordenar a resposta operacional e estratégica ao deslocamento de nacionais venezuelanos na América Latina e no Caribe. A Plataforma R4V reúne dados sobre os fluxos migratórios em 17 países da região e constitui a base da resposta humanitária implementada por agências das Nações Unidas, organizações não governamentais parceiras e estados nacionais. As ações realizadas abrangem áreas como proteção, educação, saúde, integração, segurança alimentar, nutrição, abrigo, transporte humanitário e saneamento básico (R4V, n.d.–b).

Estima-se que, até novembro de 2024, cerca de 7,89 milhões de venezuelanos tenham deixado o país de origem. Essa informação é atualizada por dados e estimativas em tempo real na plataforma. Aproximadamente 6,87 milhões estão distribuídos pelos países da América Latina e Caribe (R4V, 2025). Esses números, baseados em dados oficiais compartilhados pelos governos anfitriões, refletem tanto registros administrativos quanto estimativas elaboradas em conjunto com as Plataformas Nacionais da R4V. Ainda que não correspondam necessariamente à identificação individual de cada migrante ou refugiado, essas cifras oferecem um panorama dinâmico e atualizado sobre a mobilidade populacional venezuelana na região. Um exemplo: enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou por meio de um censo em 2022 que 271.514 venezuelanos residiam no Brasil, dados compilados pelo R4V demonstram que no mesmo período mais de 500 mil venezuelanos já tinham

CPF (Cadastro de Pessoa Física) e já acessavam serviços públicos de seguridade social, saúde e educação, com base em dados do Ministério da Justiça e Segurança Social.

Retomando o plano continental, a América Latina absorve a maior parte dos fluxos migratórios provenientes da Venezuela. A Colômbia lidera a recepção, com cerca de 2.8 milhões de venezuelanos registrados até setembro de 2024, embora esse número represente uma leve redução em relação à atualização anterior. Em seguida, o Peru, que abriga cerca de 1.7 milhões de indivíduos. O Brasil, com aproximadamente 680.000 migrantes e refugiados venezuelanos, aparece na terceira posição. Em sequência, destacam-se Chile (670.000), Equador (440.000) e Argentina (171.000), países que também exercem papel relevante na dinâmica regional de acolhimento (R4V, 2025).

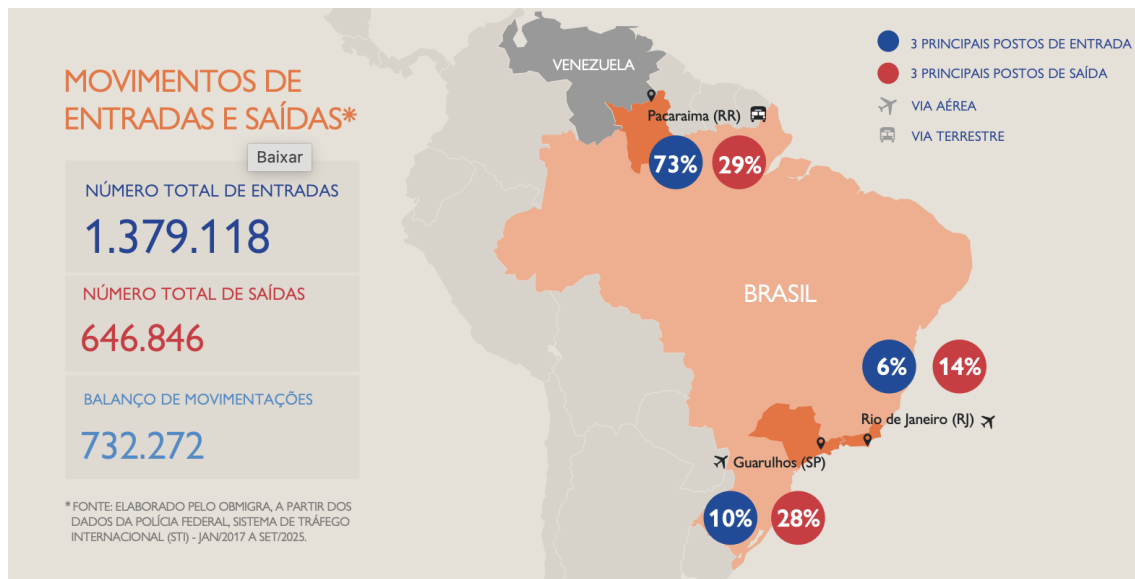
Outros países do Cone Sul e do Caribe, ainda que em menor escala, também participam dessa resposta humanitária integrada. No Uruguai, residem cerca de 41.000 venezuelanos; na Bolívia, 18.000; e no Paraguai, 5600. Entre os países caribenhos, destacam-se a República Dominicana, com cerca de 100.000 indivíduos, seguida por Trinidad e Tobago (30.000), Guyana (23.000), Aruba (11.000) e Curaçao (12.000). Já na América Central e no México, os números mais expressivos são os do México, com 106.000 venezuelanos, do Panamá, com 58.000, e da Costa Rica, com cerca de 30.000 (R4V, 2025).

### ***5.2.3. Migração venezuelana ao Brasil***

Entre janeiro de 2017 e setembro de 2025, o Brasil registrou 1.379.118 entradas e 646.846 saídas de nacionais da Venezuela, resultando em um saldo de 732.272 pessoas. Foram emitidos 731.807 CPFs (Cadastro de Pessoa Física) e concedidas 611.037 autorizações de residência. Até setembro de 2025, 147.097 venezuelanos foram reconhecidos como refugiados, enquanto 31.167 solicitações permanecem em tramitação (OBMigra, 2025).

**Figura 1.**

*Principais pontos de entrada e saída de migrantes venezuelanos no Brasil (2017–2025)*



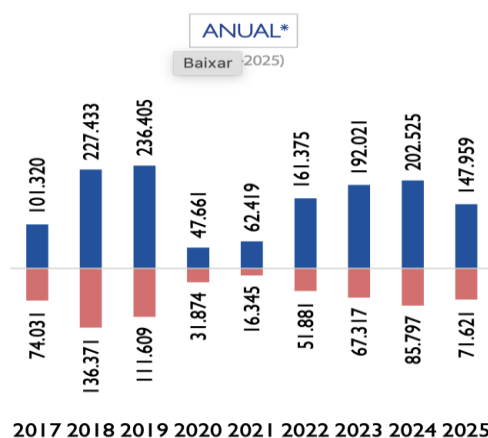
Nota. Fonte: Elaborado pelo OBMigra a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI), janeiro de 2017 a setembro de 2025. Disponível em: <https://portalmigrações.obmigra.gov.br>

Os principais pontos de entrada de venezuelanos no Brasil entre 2017 e setembro de 2025 foram Pacaraima (RR), responsável por 73% das entradas, seguido pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), com 10%, e pelo Aeroporto do Rio de Janeiro (RJ), com 6%. Os mesmos locais destacam-se como pontos de saída, porém com percentuais bem diferentes: Pacaraima (RR), com 29% das saídas, Guarulhos (SP), com 28%, e Rio de Janeiro (RJ), com 14%. Os dados foram elaborados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), a partir do Sistema de Tráfego Internacional da Polícia Federal, e apontam para um fluxo migratório constante ao longo de oito anos, condicionado por fatores estruturais nos países de origem e destino. O ano de 2019, por exemplo, teve um pico anual acima de 230 mil entradas, enquanto no auge da pandemia de COVID-19, os ingressos caíram abaixo de 50 mil (OBMigra, 2025). Essa distribuição espacial demonstra algo que veremos mais à diante: a importância e sobrecarga da fronteira norte como rota de entrada e saída, enquanto os principais centros urbanos do Sudeste concentram parte das conexões aéreas para outros destinos (OBMigra, 2025).

O perfil demográfico da população venezuelana registrada no Brasil entre 2017 e 2025 apresenta uma distribuição equilibrada entre os sexos, sendo 51% homens e 49% mulheres. Quanto à idade, 31% dos migrantes têm entre 30 e 59 anos, 35% entre 18 e 29 anos, 9% entre 12 e 17 anos, 7% entre 7 e 11 anos, 13% entre 0 e 6 anos, e 5% com 60 anos ou mais. A maior parte da população migrante, portanto, está em idade ativa (OBMigra, 2025).

## Gráfico 2.

*Entradas e saídas anuais de migrantes venezuelanos no Brasil (2017–2025)*



*Nota.* Fonte: Elaborado com dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI). Disponível em: <https://portalmigracoes.obmigra.gov.br>

Para entendermos o que esses números significam dentro do contexto migratório brasileiro geral, tomemos com perspectiva o perfil da imigração ao país em diferentes momentos da história. Nos dois séculos anteriores ao fluxo venezuelano o país já havia recebido grandes contingentes de migrantes, isso sem levar em conta os africanos escravizados. Entre 1872 e 1972, por exemplo, ingressaram no Brasil cerca de 5,35 milhões de indivíduos: portugueses representaram 31,06% do total, seguidos de italianos (30,32%), espanhóis (13,38%), japoneses (4,63%) e alemães (4,18%) (Levy, 1974). Em números reais aproximados, foram cerca de 1,7 milhão de portugueses e 1,6 milhão de italianos no período.

Contudo, a partir da metade do século passado o Brasil deixou de ser um destino prioritário, ao passo que os contingentes de imigrantes, em grande parte assimilados, passaram a responder por proporções bem menores na população do país. Avançando para o período imediatamente anterior à diáspora venezuelana, temos um retrato representativo de como se configurava o fluxo migratório destinado ao país. Entre os anos de 2000 e 2014, por exemplo, os principais grupos nacionais de imigrantes registrados pelo Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) foram os bolivianos (50.357 registros), seguidos pelos chineses (25.543), portugueses (21.788), argentinos (21.445) e haitianos (20.892) (Cavalcanti, Oliveira, Tonhati & Dutra, 2024).

Em 2015, o Brasil registrou um total de 114.473 novos imigrantes residentes, dos quais aproximadamente 42.000 obtiveram visto de residência e 58.000 foram admitidos com status temporário. As principais nacionalidades entre os imigrantes registrados foram haitiana, boliviana e colombiana. No mesmo ano, o país reconheceu 1.011 refugiados, sendo a Síria o principal país de origem com 417 reconhecimentos (OBMigra, 2020).

Já em 2022, após os anos mais intensos do fluxo venezuelano, os dados cumulativos mostram uma reconfiguração não apenas nos ingressos, mas sobretudo no número de residentes no Brasil, com os venezuelanos ultrapassando os portugueses, que historicamente mantinham a liderança. As principais nacionalidades de residentes estrangeiros no Brasil, de acordo com dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2023), eram em 2022:

1. **Venezuelanos:** aproximadamente 626.900 residentes, compondo o maior grupo de migrantes no país, impulsionado pelo fluxo de refugiados e migrantes forçados desde 2017.
2. **Portugueses:** cerca de 169.489 residentes, refletindo uma presença histórica contínua e consolidada no Brasil.
3. **Bolivianos:** estimados em 140.544 residentes, com forte concentração em áreas urbanas como São Paulo, em atividades econômicas informais e industriais.

4. **Haitianos:** aproximadamente 86.418 residentes, com chegada intensificada após o terremoto de 2010 e consolidação por meio de vias humanitárias e laborais.
5. **Senegaleses:** cerca de 81.036 residentes, muitos inseridos no mercado de trabalho informal e com presença crescente desde meados da década de 2010.
6. **Paraguaios:** estimados em 79.744 residentes, historicamente presentes nas regiões de fronteira e também em zonas urbanas do Sudeste e Centro-Oeste.
7. **Chineses:** com cerca de 66.380 residentes registrados, incluindo tanto trabalhadores quanto empreendedores e investidores.
8. **Espanhóis:** aproximadamente 50.512 residentes, refletindo vínculos históricos, empresariais e familiares com o Brasil.
9. **Peruanos:** cerca de 49.412 residentes, com participação em setores variados do mercado de trabalho formal e informal.
10. **Indianos:** totalizando 48.501 residentes, com aumento recente ligado a atividades técnicas e empresariais, especialmente em tecnologia e comércio.

#### ***5.2.4. Nova lei de migração***

Ao passo que a migração haitiana e, sobretudo, a venezuelana modificaram de fora para dentro o quadro geral das entradas, saídas e permanência de estrangeiros no Brasil, mudanças internas na legislação nacional reconfiguraram a recepção de cidadãos de outros países, inclusive retirando a palavra estrangeiro do léxico jurídico brasileiro. Em maio de 2017 foi sancionada a Lei nº 13.445/2017, que estabeleceu um novo paradigma jurídico, substituindo a abordagem securitária anterior por princípios baseados em direitos humanos, acolhimento humanitário e integração migratória (Oliveira, 2017).

Até então, o Brasil regulava as migrações com base no Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980), um marco jurídico herdado do regime militar e centrado na segurança

nacional. A antiga legislação enquadrava o imigrante como uma possível ameaça, privilegiando o controle seletivo de mão de obra estrangeira em detrimento de políticas de integração e direitos humanos. A inflexibilidade do Estatuto do Estrangeiro começou a ficar evidente diante da incapacidade de lidar com realidades emergentes, como a crescente emigração de brasileiros e a chegada de refugiados e apátridas. O Conselho Nacional de Imigração (CNIg), estabelecido pela lei antiga, operava sob uma lógica economicista, predominante no mundo de então como vimos no Capítulo I, emitindo resoluções pontuais sem uma visão estrutural, o que resultou em um sistema fragmentado e pouco eficaz (Oliveira, 2017).

A chamada Nova Lei de Migração, sancionada em 2017, substituiu o termo ‘estrangeiro’ por ‘migrante’, eliminando a conotação excludente. Essa mudança semântica está associada às garantias jurídicas previstas na lei, que asseguram ao migrante internacional a equivalência de direitos e o acesso às políticas públicas concedidas aos cidadãos brasileiros. A legislação também incorpora proteções específicas a populações vulneráveis, como crianças, adolescentes e vítimas de tráfico humano. A reforma instituiu ainda o novo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), com representação da sociedade civil, rompendo com a estrutura tecnocrática que caracterizava a legislação anterior (Oliveira, 2017; Claro, 2020). Schneider, Leviski e Lucas (2022) sublinham que a lei representou um passo na “efetivação dos direitos fundamentais e humanos na Federação Brasileira” (p. 30).

“O avanço mais geral reside na mudança de enfoque desse novo marco legal das migrações, agora com ênfase na garantia dos direitos das pessoas migrantes, tanto dos estrangeiros que por aqui aportam quanto para os brasileiros que vivem no exterior” (Oliveira, p. 176).

A nova legislação também flexibiliza e amplia as categorias de vistos, especialmente com a criação do visto humanitário, inexistente no antigo Estatuto do Estrangeiro. Além disso, permite a conversão de vistos temporários em permanentes dentro do território nacional, eliminando a necessidade de retorno ao país de origem para requisição, que

era uma das grandes barreiras do sistema anterior. Claro (2020) destaca que “a legislação instituiu um sistema de vistos mais flexível e equitativo, capaz de acolher fluxos humanitários e fortalecer a inserção social dos migrantes” (p. 55). O autor ressalta que a criação do visto humanitário e das autorizações de residência diretamente no Brasil, sem a exigência de tramitação prévia no país de origem, configura a ruptura definitiva com o modelo anterior.

### ***5.2.5. Refúgio no Brasil***

Enquanto a sanção de uma nova lei de migração representou uma ruptura, a questão do refúgio no Brasil seguiu um caminho que conjugou mudanças graduais no marco jurídico com transformações profundas no público demandante. Em 2017, por exemplo, o Brasil reconhecia a condição de refugiado de um total de 10.260 indivíduos. Em cinco anos, o número saltou para 143.033 pessoas, impulsionados pela diáspora venezuelana. Só em 2023, foram 77.193 novos casos de reconhecimento concedidos pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) (Junger da Silva et al., 2024). O enquadramento de venezuelanos migrantes na condição de refugiados, reflete um processo longo de mudanças na figura do refúgio, tanto em nível nacional quanto internacional.

Como vimos no Capítulo I, o refúgio foi formalizado no plano internacional com a Convenção de 1951 em Genebra, que definiu o conceito de refugiado e os parâmetros da proteção internacional, então restritos às populações afetadas pela Segunda Guerra Mundial. Em 1967, um novo protocolo retirou as restrições temporais e geográficas da Convenção, tornando-a aplicável a situações posteriores à Segunda Guerra Mundial e ocorridas fora da Europa. Na América Latina, a Declaração de Cartagena, de 1984, ampliou esse conceito ao incluir pessoas ameaçadas por violência generalizada, agressão externa, conflitos internos e violações de direitos humanos.

O Brasil tornou-se signatário da Convenção de 1951 apenas em 1960, quando ainda era vigente a cláusula de reserva geográfica europeia, o que atrasou a implementação de uma política nacional de refúgio efetiva. Os anos 1970 e 1980 foram marcados pelo acolhimento a pessoas perseguidas políticas na América Latina, especialmente dos países do Cone Sul. Foram organizações religiosas, especialmente a Igreja Católica, por meio das caritas arquidiocesanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que primeiro

prestaram assistência a esse público, muitas vezes desafiando o regime militar brasileiro. A ausência de um marco legal, contudo, impedia o reconhecimento formal da figura jurídica do refúgio, ainda que o país acolhesse, de fato, perseguidos políticos (Barreto, 2010).

Para o Brasil, a revogação da limitação aos europeus veio apenas em 1989 e o país passou a admitir formalmente refugiados independentemente de sua origem geográfica. Ainda assim, até 1997, o Brasil operava sem uma lei específica que definisse com clareza os critérios, os direitos e os deveres relacionados à condição de refugiado. A promulgação da Lei nº 9.474/1997, conhecida também como Lei do Refúgio, foi produto da articulação entre governo, sociedade civil e organismos internacionais, e institucionalizou o sistema brasileiro de refúgio. O texto incorporou os parâmetros da Convenção de 1951, do Protocolo de 1967 e da Declaração de Cartagena de 1984, ampliando o conceito de refugiado para além da perseguição individual (Barreto, 2010).

A lei também criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), responsável por deliberar sobre os pedidos de refúgio. O comitê foi concebido como um órgão interministerial e interinstitucional, com participação do Estado, do ACNUR e da sociedade civil, incluindo as caritas Arquidiocesanas, por sua tradição de acolhimento. Desde sua criação, o CONARE tornou-se o espaço institucional para o processamento dos pedidos de refúgio no país, atuando tanto na análise das solicitações quanto na formulação de políticas voltadas à integração local de refugiados reconhecidos (Barreto, 2010). Foi amparado tanto pela *Lei do Refúgio* quanto pela nova lei de migração brasileira, que em 2019 o CONARE reconheceu a situação política e social da Venezuela como de “generalizada violação aos direitos humanos”, tornando assim os imigrantes deste país elegíveis à solicitação do status de refugiado (CONARE, 2021).

A legislação brasileira prevê hoje, em duas frentes, a possibilidade de ingresso regular de pessoas em situação de vulnerabilidade, e permite que elas permaneçam no país enquanto aguardam a análise de seus pedidos de proteção. A Lei do Refúgio assegura no artigo 21 que a solicitação de reconhecimento da condição de refugiado suspende qualquer procedimento de expulsão, deportação ou extradição até decisão definitiva do CONARE (Brasil, 1997). Da mesma forma, a nova *Lei de Migração*, estabelece em seu artigo 30 que o solicitante de residência por razões humanitárias tem o direito de permanecer no país até que haja decisão administrativa sobre o pedido, assegurando-lhe

documentação provisória e acesso a direitos básicos (Brasil, 2017). Essa regulamentação expressa o compromisso do Estado brasileiro com os princípios da não devolução (*non refoulement*) e da proteção humanitária, conforme orientações internacionais promovidas pelo ACNUR.

### **5.2.6. Ilha das Guianas e o gargalo de Pacaraima**

Os cerca de 673.000 venezuelanos que oficialmente permaneceram no Brasil (OBMigra, 2025) representam apenas 0,34% da população nacional. No entanto, se tomarmos apenas o estado de Roraima, temos um retrato quantitativo bem mais representativo do cenário migratório local. Roraima é o estado brasileiro com a menor população, estimada em 716.793 habitantes, e somente entre os anos de 2023 e 2024, a população cresceu a uma taxa de 12,6% (IBGE, 2024).

Até setembro de 2025, incluindo entradas e saídas, cerca de 1.4 milhão de pessoas cruzaram a única fronteira terrestre com estrada e estrutura migratória entre Brasil e Venezuela, na cidade roraimense de Pacaraima. Esse número representa 196% da população total do estado.

Esse gargalo estatístico, com consequências estruturais e humanitárias, é ainda mais destacado se tratado em relação à cidade roraimense de Pacaraima. Pela cidade, que tinha pouco mais de 7 mil habitantes urbanos em 2016 (IBGE, 2016), passou um contingente equivalente a 150 vezes, ou 15.000% da população local, estimada agora em cerca de 9 mil pessoas, em seu núcleo urbano (IBGE, 2022). Apesar de eventuais desvios estatísticos ou imprecisões decorrentes do caráter emergencial da situação migratória, fica evidente a total desproporção entre o fluxo e a capacidade de assentamento e circulação da cidade fronteiriça. Em nenhuma outra fronteira terrestre da Venezuela com qualquer outro país se registrou um fluxo proporcionalmente tão intenso quanto esse.

**Tabela 1.**

*Distâncias rodoviárias entre Pacaraima e as grandes cidades da Venezuela e do Brasil*

<b>Origem (Venezuela)</b>	<b>Distância</b>	<b>Destino (Brasil)</b>	<b>Distância</b>
<b>Puerto Ordaz</b>	621 km	Boa Vista	213 km
<b>Ciudad Bolívar</b>	723 km	Manaus	958 km
<b>Caracas</b>	1.276 km	Brasília	4.363 km
<b>Valencia</b>	1.441 km	São Paulo	4.845 km
<b>Maracaibo</b>	1.836 km	Rio de Janeiro	5.237 km

*Nota. Tabela elaborada pelo autor com base em dados geoespaciais de provedores oficiais e bases públicas, processados por serviços de cálculo de rotas online (consulta em novembro de 2025).*

Antes de pensar em impactos sociais desse gargalo demográfico, é fundamental contextualizar aspectos que antecedem o fluxo de imigrantes. Além das diferenças linguísticas e das relações históricas reticentes entre os dois países, no plano geográfico, a fronteira entre Brasil e Venezuela constitui um espaço bastante peculiar. Um canal fluvial chamado Cassiquiare une o rio Negro, afluente do Amazonas, no Brasil, ao rio Orinoco, na Venezuela, formando a ‘Ilha das Guianas’, um espaço geográfico contínuo que abrange a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana, o sudeste da Venezuela (especialmente o estado de Bolívar) e parte do norte do Brasil, incluindo os estados de Roraima, Amapá e porções do Amazonas e do Pará (Fonseca, 2015). A porção venezuelana, tradicionalmente conhecida como Guayana, e o vale do Rio Branco, que ocupa cerca de 80% da superfície de Roraima, integram essa área que coincide com a formação geológica e sociocultural conhecida como o escudo das Guianas, que separa a planície amazônica e o Caribe.

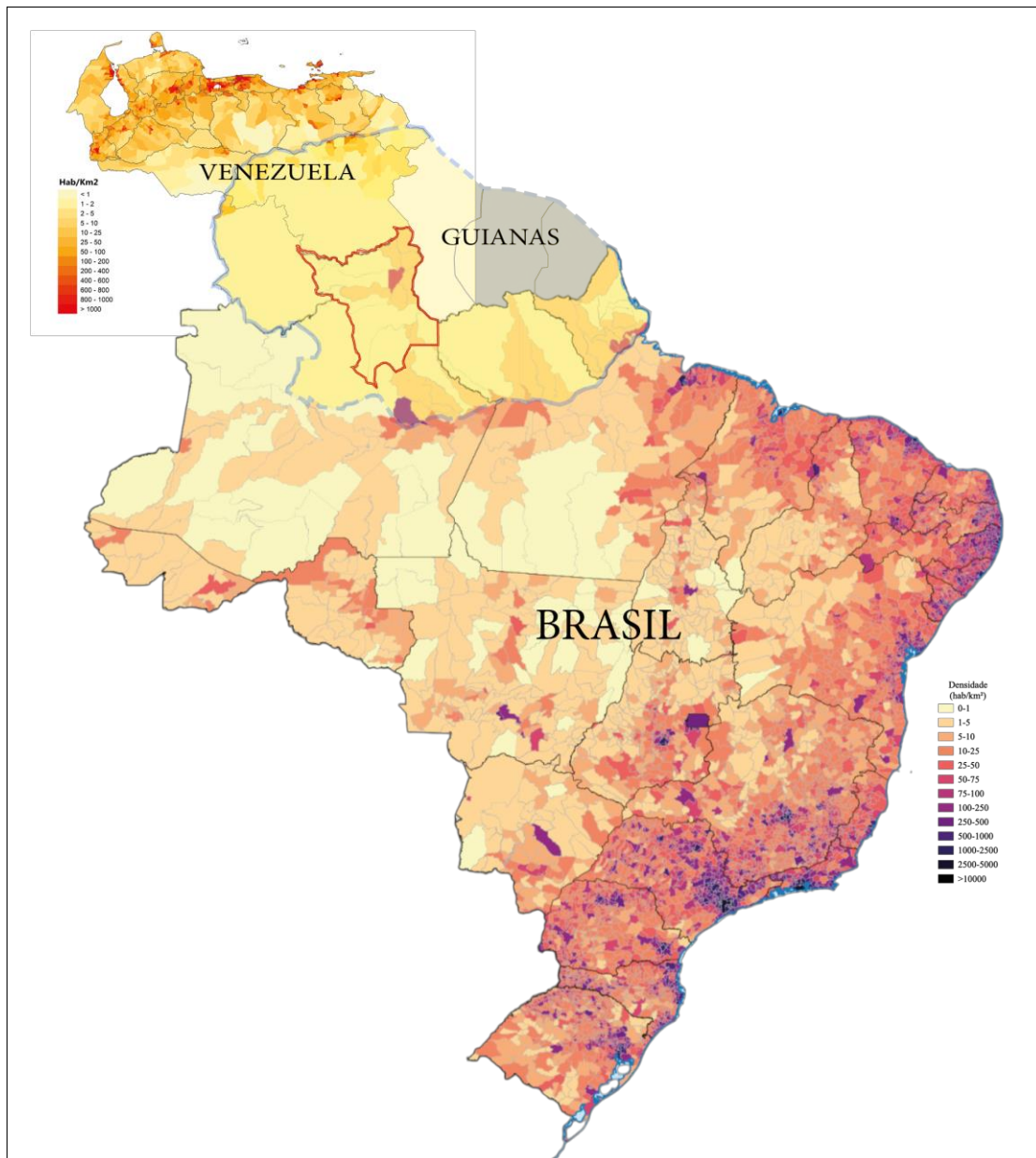
A expressão Ilha das Guianas é pouco conhecida fora do campo da geografia. Para o nosso trabalho, porém, trata-se de uma boa analogia ao isolamento, ou ao ilhamento em seu sentido mais literal. Roraima e a região oriental da Venezuela compartilham a baixa densidade demográfica, explicável pela combinação entre fatores geomorfológicos, como rios encachoeirados, florestas equatoriais densas e cadeias montanhosas elevadas.

Também têm marcas históricas semelhantes, como a ausência de vilas coloniais, a inexistência de uma economia de *plantation* e a presença de redes indígenas autônomas que, durante séculos, dificultaram o controle efetivo por parte dos poderes coloniais (Fonseca, 2015).

É nesse encontro entre quase vazios demográficos que se localiza o gargalo de Pacaraima. Chegar a Pacaraima a partir das cidades do leste venezuelano tanto quanto sair de Pacaraima rumo às grandes cidades da Amazônia e do centro sul do Brasil implica cruzar grandes distâncias e superar um terreno hostil, mesmo aqueles conectados por vias pavimentadas. Um exemplo disso é contado na reportagem '*Rota da fome: o caminho dos venezuelanos que enfrentam perigo, falta de comida e de água para chegar a Boa Vista*' (G1 Roraima, 2018), que acompanha o percurso a pé de famílias venezuelanas por cerca de 215 quilômetros de Pacaraima a Boa Vista.

**Figura 2.**

*Ilha das Guianas e Mapa de densidade populacional de Brasil e Venezuela*



*Nota.* Mapa elaborado pelo autor com base em: Brasil – Densidade populacional dos municípios do Brasil, em habitantes por quilômetro quadrado (IBGE,2022), e Venezuela – Densidad poblacional de Venezuela por parroquias, según resultados del Censos 2011. Apesar de usar escalas diferentes – identificadas em cada país – a reunião dos mapas de densidade revela o vazio demográfico da Ilha das Guianas. A delimitação pontilhada da Ilha das Guianas e o destaque do estado de Roraima em vermelho são de autoria do próprio autor.

### **5.2.7. Impactos sociais e percepção**

A passagem, estadia e permanência de um contingente humano tão grande em proporção à população local, evidentemente, impactou as condições e modos de vida da população local anterior e a estrutura dos serviços públicos. Trata-se de um subtema bastante prolífico e desafiador, dado que a migração é um processo dinâmico e o fluxo migratório até a data de composição deste texto, segue intenso. Contudo, é fundamental nos determos nesta questão o suficiente para compreendermos as questões sociais e econômicas decorrentes da migração em Roraima que, conseqüentemente, afetam a maneira como a população local percebe tanto os migrantes em geral, quanto a nacionalidade venezuelana. Cabe aqui a ressalva de que os dados apresentados a seguir referem-se a diferentes recortes temporais e, portanto, não devem ser utilizados para comparações diretas ou justaposições analíticas, mas apenas para a caracterização do cenário geral com base nas informações mais confiáveis e atualizadas disponíveis.

Com base em dados indiretos, como emissão de documento e acesso a benefícios sociais, o Estado de Roraima estima que entre 150 mil e 180 mil imigrantes venezuelanos residem atualmente em seus 15 municípios, o que equivale a aproximadamente 24% da população total (Governo de Roraima, 2023). Entre os Censos de 2010 e 2022 do IBGE (2022), a população de Roraima cresceu 41%, a capital Boa Vista cresceu 45,4% e Pacaraima, 85%, mostrando um desvio substancial no crescimento médio anual dessas localidades.

Um dos maiores impactos estruturais ocorre nos serviços públicos de saúde em Roraima. Entre 2016 e agosto de 2023, os três principais hospitais do Estado, localizados na capital, já haviam registrado 221.053 atendimentos e 9.926 internações de migrantes. Para termos a percepção mais aproximada do que isso representa, a ocupação de leitos de UTI por migrantes atingiu 40% do total disponível no estado, exigindo reorganização da rede hospitalar e reforço na gestão dos recursos.

O número de partos realizados por mães venezuelanas levou a Maternidade Estadual de Roraima a registrar, proporcionalmente à população, o maior volume de partos do país, com 9.550 partos normais e 4.535 cesarianas entre 2016 e 2023: uma média de um nascimento a cada três horas. A sobrecarga hospitalar também se expressou em procedimentos de alta complexidade. No mesmo intervalo, foram contabilizadas 88.679

sessões de hemodiálise e 257 remoções com Tratamento Fora do Domicílio (TFD) de imigrantes, todos custeados pelo sistema público. Cabe destacar que embora a maior parte do fluxo migrante tenha seguido para outros estados ou retornado à Venezuela após algum tempo, a crise no país vizinho gerou uma demanda reprimida por serviços de saúde que foram atendidos pelo em Roraima (SESAU - Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, 2023).

Um estudo realizado em 2021 pela OIM e Ministério da Cidadania (2021) observou por amostragem que 59% dos migrantes receberam algum atendimento médico nos três meses anteriores à pesquisa e 81% das gestantes receberam pré-natal no Brasil no mesmo período. Outro exemplo é que ainda no início da crise migratória, em 2016, dos 2.517 casos confirmados de malária em Roraima, 1.947 (77%) foram de pacientes vindos da Venezuela. Todas essas informações foram divulgadas à população por meio da imprensa local.

Sobre a percepção dessa sobrecarga pela população local pesa ainda o fato de que o Estado de Roraima em 2017 já tinha o maior gasto médio total per capita com saúde entre os estados brasileiros, de R\$ 1.771,13 por ano, superando a média nacional de R\$ 1.271,65. O estado também tem o maior percentual de usuários do sistema público de saúde, com cerca de 90% da população contra cerca de 74% da média nacional. (CFM, 2018).

No campo da educação, o fluxo migratório resultou no aumento substancial da presença de estudantes estrangeiros nas escolas públicas de Roraima, especialmente na rede municipal de Boa Vista. Em 2015, havia 53 alunos venezuelanos matriculados. Esse número subiu para 2.199 em 2018 e chegou a 7.615 em 2022, representando aproximadamente 16% do total de matrículas no município (Baptaglin & Oliveira, 2024). No mesmo ano, o Censo Escolar do INEP (2022) indicou que 143 escolas em todo o estado registraram somadas 8.136 estudantes estrangeiros, dos quais a maioria era de nacionalidade venezuelana. Em alguns casos, o contingente de alunos migrantes chega perto da metade do total de alunos matriculados. Em 2023, em uma escola municipal localizada ao lado de um abrigo de migrantes em Boa Vista, dos 533 alunos matriculados, 257 eram estrangeiros, sendo que 122 residiam em abrigos da Operação Acolhida (Baptaglin & Oliveira, 2024).

A ampliação do atendimento a essa população exigiu reorganizações pedagógicas e institucionais. Zambrano (2024) aponta que a inserção de alunos migrantes tem gerado mudanças nos modos de organização curricular, na formação continuada de professores e na adoção de estratégias de ensino bilíngue, embora de forma ainda incipiente e fragmentada. A ausência de diretrizes claras de política linguística nas esferas federal e estadual tem levado à adoção de soluções locais improvisadas, baseadas na ação de gestores escolares e docentes. Em algumas unidades, observou-se a criação de turmas de acolhimento e o uso funcional do espanhol em situações pedagógicas, mas sem respaldo normativo (Zambrano, 2024).

Enquanto em saúde e educação o incremento substancial da demanda pela migração provocou prejuízos mensuráveis e até o sufocamento de algumas atribuições do estado, no campo da segurança pública, além dos aumentos de fato, desenrola-se um processo mais complexo de impacto, sobretudo, na sensação de segurança. Trata-se sem dúvida do ponto mais sensível e impactante das relações entre residentes e migrantes, com impactos consequentes nos processos de percepção e representação do outro. Posto isso, vamos nos concentrar em números oficiais e dados concretos, uma vez que adentrar as searas da variação da criminalidade em termos proporcionais, percepção de segurança e xenofobia nos levaria a uma longa digressão, incompatível com o escopo desta pesquisa.

De acordo com o Ministério Público de Roraima (MPE-RR) Entre 2018 e 2024, o número de venezuelanos detidos no sistema penitenciário de Roraima aumentou de 77 para 414 presos, representando um crescimento de aproximadamente 500%. Esse grupo corresponde a cerca de 9% da população carcerária do estado, estimada em 4.460 detentos. A maior parte dos presos venezuelanos está concentrada na Ala 5 da Penitenciária Agrícola Monte Cristo, em Boa Vista, medida adotada pela administração prisional para organização interna. Além disso, há registros da atuação de grupos criminosos venezuelanos, como o *Tren de Aragua*, que exercem influência em áreas de predominância migrante (MPE-RR; Metrôpoles, 2024).

Quanto à distribuição dos delitos cometidos pela população estrangeira, 34% são relacionados a crime contra o patrimônio, 24% ao tráfico de drogas e 12% a homicídios. Em outubro de 2024, o governador de Roraima, Antonio Denarium, solicitou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a construção de um presídio federal no estado para

abrigar venezuelanos detidos e defendeu mudanças na Lei de Imigração para restringir a entrada de venezuelanos no Brasil, alegando que muitos entram como refugiados sem documentos ou antecedentes criminais (Poder360, 2024).

Retomando o plano geral, demonstramos aqui que o impacto da migração venezuelana em Roraima apresenta uma magnitude proporcionalmente muito superior à observada em nível nacional e pode representar um dos maiores impactos proporcionais desse fluxo migratório na América do Sul.

Esse quadro social tem potencial para influenciar a percepção geral da população local, sobretudo em relação às dificuldades de adaptação cultural e à redução efetiva do acesso e da qualidade dos serviços públicos. Essas percepções, por sua vez, tendem a repercutir no discurso jornalístico de forma diferente em Roraima em relação aos veículos de imprensa nacionais e internacionais, configurando diferentes discursos. Assim, a análise do impacto social em Roraima é fundamental para compreender não apenas a realidade vivida, mas também a forma como ela é representada e interpretada em diferentes esferas midiáticas.

#### ***5.2.8. Operação Acolhida e estratégias de Resposta***

Em resposta à intensificação do fluxo migratório e à consequente sobrecarga dos serviços públicos em Roraima, o Governo Federal criou em abril de 2018, a Operação Acolhida, sistematizando a gestão do trânsito de migrantes. A implementação foi formalizada por meio de decretos da Presidência da República e estruturada sob comando do Ministério da Defesa, com participação da Casa Civil; gestão das ações humanitárias coordenada por agências da ONU, especialmente o ACNUR e a OIM, envolvendo ainda mais de 100 organizações da sociedade civil (ACNUR, 2022; Jarochinski et al., 2024).

A operação encarna a mudança essencial na política migratória brasileira introduzida pela Nova Lei de Migração de 2017. A base legal para a ação governamental articulada teve também como base legal a Lei nº 9.474/1997 (Lei do Refúgio), e resultou no ‘Acordo de Sede’ entre o estado brasileiro e o ACNUR, aprovado em 2021, que regulamentou a atuação da agência no país. O orçamento da operação, embora distribuído entre diversas fontes, foi majoritariamente sustentado por recursos públicos

e cooperação internacional. Para se ter uma ideia, entre 2018 e 2022, o Governo Federal sozinho investiu R\$630 milhões em ações diretas da Operação.

Embora o fluxo migratório tenha resultado em sobrecargas nos serviços públicos, alterado a paisagem urbana e criado um cenário de resistência em setores da sociedade local, é importante pontuar que os investimentos associados à Operação Acolhida, a exportação de alimentos e os gastos dos migrantes que circularam pelo Estado tiveram um impacto positivo notável na economia. Entre 2019 e 2022 – anos que incluem o pico do fluxo migratório e a pandemia de COVID-19 – o PIB de Roraima acumulou um crescimento de 25,4%, quatro vezes maior que a média nacional. O PIB per capita também teve um incremento superior à média nacional, mesmo com o aumento populacional provocado pela migração (Governo de Roraima, 2024).

A Operação Acolhida federalizou as responsabilidades relacionadas aos migrantes em trânsito, dividindo suas ações em três eixos: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. O ordenamento foi iniciado no município de Pacaraima, com o objetivo de organizar o ingresso de pessoas por meio de ações sistemáticas e reunidas de identificação, triagem, imunização, regularização migratória e separação de perfis, como indígenas e não indígenas. O Posto de Recepção e Apoio (PRA) é a principal estrutura nesse contexto, funcionando como um polo de serviços de identificação, serviços sociais e atenção à saúde fundamentais. Os números de migrantes ingressantes e retornos expostos no início deste capítulo foram obtidos pelo PRA, ou seja, entre 2018 e setembro de 2025 mais de 1.4 milhão de pessoas já haviam passado e recebido atendimento posto.

O abrigamento foi estabelecido prioritariamente na cidade de Boa Vista e em Pacaraima. Em abril de 2024, havia 5.662 pessoas alocadas nos abrigos da Operação, além de 866 em trânsito no Posto de Recepção e Triagem, 1.108 pessoas em ocupações espontâneas e 503 em situação de rua (Jarochinski et al., 2024). Mais de 170 mil migrantes já passaram pelos abrigos da operação Acolhida entre 2018 e abril de 2025 (R4V, 2025). Os abrigos, operados em parceria com organizações humanitárias, foram concebidos como resposta emergencial e temporária e tem uma população que oscila de acordo com o fluxo e a capacidade de vazão dos programas de interiorização e do desabrigamento espontâneo. A estrutura dos abrigos inclui unidades de saúde, alimentação e controle de entrada e saída, e seguem critérios específicos de

classificação e permanência. Os abrigamentos são voluntários, e a gestão do processo é conduzida por um arranjo interinstitucional que envolve o Governo Federal, governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e agências internacionais, com destaque para o ACNUR e a OIM.

A interiorização figura é a principal estratégia de médio e longo prazo da Operação Acolhida. Foi iniciada já em 2018, com o objetivo redistribuir migrantes e refugiados para diferentes unidades da federação, mitigando, assim, a sobrecarga sobre os serviços públicos em Roraima e ampliando as possibilidades de inserção socioeconômica dessa população nos territórios de destino. A operacionalização da estratégia inclui modalidades diversas, como reunificação familiar, acesso a vagas de emprego previamente sinalizadas, acolhimento institucional e reunião social, além de contar com o suporte de ‘Casas de Passagem’, estruturas gerenciadas por entidades parceiras que oferecem acolhimento transitório durante o processo de deslocamento.

Até abril de 2025, 148.657 migrantes e refugiados venezuelanos foram interiorizados para 1.089 municípios brasileiros, com predomínio significativo da modalidade conduzida diretamente pelo Governo Federal, que responde por 76% dos deslocamentos assistidos, seguida pelos promovidos pela OIM (16%) e pelas organizações da sociedade civil (7%).

A distribuição espacial dos beneficiários revela uma concentração expressiva em determinados estados, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste. Santa Catarina (33.056 pessoas), Paraná (28.269), Rio Grande do Sul (22.665) e São Paulo (15.651) são os principais destinos, seguidos por Mato Grosso do Sul (8.427) e Minas Gerais (8.026). No recorte municipal, destacam-se as cidades de Curitiba (8.699), Chapecó (6.016), São Paulo (6.012), Manaus (5.571) e Dourados (4.598) como os maiores polos receptores no período analisado (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome [MDS] & Organização Internacional para as Migrações [OIM], 2025).

À semelhança dos impactos observados nas áreas de saúde, educação e segurança pública em Roraima, a interiorização não elimina os desafios associados à inclusão social e econômica dos migrantes venezuelanos. Afinal, ela desloca para outros contextos urbanos e sociais a necessidade de enfrentamento das tensões decorrentes da

migração em larga escala, com implicações diretas na formulação de políticas públicas e na dinâmica das relações sociais nos municípios de acolhida.

Embora a Operação Acolhida seja apresentada como modelo de resposta humanitária interinstitucional, pesquisadores como o de Jarochinski et al. (2024) tecem críticas quanto à lógica de controle que permeia suas práticas. A instalação dos abrigos e do PRA implicam não apenas a proteção emergencial, mas também o confinamento sistemático dos migrantes em espaços delimitados, sob vigilância, com acesso restrito ao espaço urbano.

Para tanto, por meio do tratamento dado aos migrantes venezuelanos vulneráveis, domesticam seus costumes, regulam seu modo de viver e impõem regras para dormir, comer e sair em uma microfísica que dispõe o poder não como propriedade, mas como uma estratégia cujos efeitos sejam vistos não como ‘apropriação’, mas como disposições, técnicas, manobras e funcionamentos (Jarochinski Silva, Villaça & Boson, 2024, p. 7).

Ainda que o enfoque de Jarochinski Silva, Villaça e Boson (2024) seja crítico quanto às lógicas de controle presentes na resposta humanitária, os autores reconhecem que a federalização do atendimento resultou em efeitos imediatos, sobretudo, no espaço urbano local. Conforme afirmam, “com a efetivação do plano de resposta federal, vê-se um primeiro amparo para tirar as pessoas da rua, a partir do abrigamento emergencial” (Jarochinski Silva, Villaça & Boson, 2024, p. 4). A instalação de estruturas para acolhimento emergencial viabilizou a reconfiguração da presença migrante no território, marcando o início de uma resposta coordenada e institucionalizada, ainda que passível de críticas e melhorias, uma vez que segue em curso.

## **CAPÍTULO VI – Análise das esferas de cobertura jornalística**

### **6.1. Percorso metodológico**

A escolha de métodos para análise de conteúdo em textos jornalísticos costuma ser um desafio à parte. O discurso noticioso, como fundamentamos no capítulo I, carrega características técnicas, ideológicas e produtivas que resultam em uma estrutura particular e rastreável por meio de marcadores mais ou menos estáveis, como gênero textual, uso de fontes, critérios de noticiabilidade. Porém, essas marcas são resultado e não, a motivação, de processos de produção que não seguem – pelo menos não preliminarmente – normas rígidas de composição. Em vez disso, mobilizam mais uma cultura profissional. Um exemplo simples é observar que um repórter não conta quantos valores-notícia são mobilizados por um fato antes de decidir escrever sobre ele: isso faz parte de uma percepção moldada pela cultura profissional e por sua inserção social no contexto noticiado. Do mesmo modo, o uso de apenas uma fonte para elaborar uma notícia pode ferir códigos éticos próprios da profissão e manuais de redação, mas não são casos raros de observar, como veremos em nossa análise.

Neste contexto, há pesquisadores que optam pela formulação de metodologias específicas, geralmente de base empírica. Em vez disso, produzimos uma articulação de metodologias consagradas em um arranjo original, até onde sabemos, e orientado para a resolução da proposta desta pesquisa. Em síntese, a análise apresentada neste capítulo articula e se sustenta no desenho de estudo de casos múltiplos (Yin, 2015), na análise de conteúdo (Bardin, 2011) e, de modo complementar, em modelos de detecção automática de tópicos (Blei, Ng, & Jordan, 2003).

Mantemos como eixo organizador a sequência efetiva de trabalho: partimos da definição dos casos e da unidade de análise; em seguida, estruturamos a análise de conteúdo em suas três fases clássicas; e, de forma complementar, acionamos a modelagem de tópicos tanto na pré-análise, como procedimento exploratório inicial do corpus, quanto ao final, como recurso de triangulação, reforço e tensionamento dos achados produzidos qualitativamente.

O ponto de partida do capítulo é o desenho de estudo de casos múltiplos, proposto por Yin (2015), que fornece o enquadramento geral da pesquisa. A migração venezuelana ao Brasil é tratada como um fenômeno contemporâneo inserido em contextos reais, nos quais as fronteiras entre acontecimento e ambiente social não são nítidas. Nessa perspectiva, cada jornal constitui um caso: a Folha de Boa Vista, como imprensa local de fronteira; a Folha de S. Paulo, como referência da esfera nacional; e o Diário de Notícias, como instância internacional ancorada na experiência portuguesa.

Organizamos o corpus de forma a permitir uma análise em dois níveis: dentro de cada caso (*within-case*), descrevemos padrões internos da cobertura; entre casos (*cross-case*), e comparamos recorrências, ausências e singularidades, seguindo a lógica de replicação teórica proposta por Yin (2015).

Uma vez delimitados os casos e constituído o corpus, a técnica central de leitura adotada é a análise de conteúdo segundo Bardin (2011): o conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, destinado a produzir inferências válidas e replicáveis sobre as condições de produção e recepção dos textos. Retomamos suas três grandes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento interpretativo, articulando cada uma delas às categorias construídas a partir do referencial sobre jornalismo e migrações. A unidade de análise é a matéria jornalística; a partir dela, desdobramos subunidades internas (título, subtítulo, lead, corpo, falas diretas e indiretas), o que permite aproximar a técnica de análise das discussões sobre valores-notícia, enquadramentos e gestão de fontes presentes na fundamentação teórica.

Na fase de pré-análise definimos o recorte temporal e temático, selecionamos as matérias nos arquivos digitais dos três jornais e consolidamos um banco de dados digital, no qual cada linha corresponde a uma matéria e traz informações como data, editoria, título, subtítulo, lead e texto integral. Esse movimento inicial de organização foi acompanhado por leituras exploratórias, que permitiram testar critérios de inclusão e exclusão, refinar a delimitação do corpus e elaborar um primeiro conjunto de indicadores.

Ainda nesta etapa, aproximamos o material das teorias migratórias, por meio da inserção no de novos eixos de leitura (fatores de repulsão e atração, regimes de fronteira, refúgio), e dos estudos sobre jornalismo (valores-notícia, gênero e uso de fontes), que orientam a formulação das categorias analíticas a serem aplicadas nas

etapas seguintes. É também nessa fase que a modelagem temática LDA é mobilizada de modo complementar, como sondagem automática de temas latentes no corpus, oferecendo um primeiro mapa de proximidades lexicais que dialoga com as hipóteses e categorias em construção (Blei, Ng, & Jordan, 2003).

Na etapa de exploração do material, passamos à construção e aplicação do sistema de categorias. Em diálogo com a literatura mobilizada na fundamentação, elaboramos um quadro analítico que inclui: nosso conjunto de valores-notícia (importância, proximidade, conflito, personalização, dramatização, entre outros); grupos de fontes (oficial, institucional, de referência, especializada, cidadã/testemunhal, fontes migrantes), em diálogo com Schmitz; fatores de repulsão e atração, receptibilidade e tensões entre integração e controle e interseccionalidade para a identificação de subgrupos (mulheres, crianças, indígenas, entre outros). A codificação consiste em associar cada matéria a esse conjunto de categorias, registrando em planilhas a presença, ausência ou modo de ocorrência dos elementos, sempre com base em leitura integral dos textos. Essa etapa combina a objetividade de um protocolo de codificação com a atenção às características discursivas do texto noticioso, o que mantém a análise de conteúdo próxima de sua articulação entre quantificação e interpretação (Bardin, 2011).

Na sequência, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, organizamos os dados codificados em tabelas e gráficos descritivos, mostrando a distribuição das categorias no conjunto do corpus e em cada caso. Produzimos frequências de valores-notícia, perfis de fontes, padrões de fatores de repulsão e atração, configurações de receptibilidade e de integração ou controle. Esses resultados descritivos alimentam dois movimentos: primeiro descrevemos em detalhe cada caso, ressaltando as características específicas da cobertura de cada jornal; por outro, comparamos os casos à luz das mesmas categorias, examinando convergências e diferenças nas formas de representar a migração venezuelana. Em todos os momentos, as sínteses numéricas não são tomadas como fim em si mesmas, mas como base para leituras qualitativas mais densas de matérias emblemáticas, nas quais discutimos enquadramentos, disputas de sentido e hierarquias de voz à luz das teorias reunidas no percurso anterior.

Em nível exploratório, o capítulo também aplica a modelagem temática LDA (Latent Dirichlet Allocation) como recurso complementar de exploração do corpus. LDA é um

modelo probabilístico que representa cada documento como uma mistura de tópicos e cada tópico como uma distribuição de probabilidades sobre termos, permitindo identificar temas latentes a partir de coocorrências linguísticas sem necessidade de categorias prévias (Blei et al., 2003). No contexto desta tese, o uso de LDA não substitui a análise de conteúdo, nem se torna eixo principal da metodologia. Sua função é indiciar agrupamentos de termos associados, por exemplo, a violência, acolhimento, fronteira, políticas públicas ou interiorização, oferecendo um mapa automático de proximidades lexicais que pode confirmar, tensionar ou refinar as categorias construídas teoricamente. Por isso, a modelagem é mobilizada em dois momentos articulados: na pré-análise, como instrumento inicial de mapeamento temático, e, ao final da análise, como procedimento de verificação e triangulação, quando alguns tópicos identificados são revisitados à luz dos padrões categoriais e dos resultados qualitativos previamente obtidos.

Ao longo do capítulo, a articulação entre essas três dimensões – Yin, Bardin e LDA – estrutura o caminho interpretativo. O estudo de casos múltiplos, conforme Yin (2015), organiza a comparação entre esferas de imprensa e assegura que a análise não se restrinja a um único contexto, mas acompanhe variações de proximidade, escala e história entre Brasil, Venezuela e Portugal. A análise de conteúdo, tal como formulada por Bardin (2011), fornece a técnica central de tratamento do corpus, permitindo combinar a disciplina de um sistema categorial com a sensibilidade à complexidade das narrativas jornalísticas. A modelagem temática LDA, por sua vez, comparece como ferramenta auxiliar de exploração automatizada, compatível com as fases de pré-análise e de exploração do material e retomada nas considerações finais como elemento de confirmação e triangulação dos achados.

A sequência de apresentação da análise segue uma ordem própria, organizada para uma leitura lógica, de aprofundamento gradual. Após a descrição do corpus, temos a modelagem temática LDA como primeira camada de exploração, indicando temas latentes como grandes eixos da cobertura. Em seguida, temos duas camadas predominantemente quantitativas: a contagem e distribuição de características jornalísticas e, depois, a contagem e distribuição de elementos ligados à questão migratória. Na sequência, a análise se aprofunda, com a abordagem qualitativa de matérias exemplares, com foco em enquadramentos e disputas de sentido. Por fim, a

LDA é retomada nas considerações da análise como camada adicional de verificação e triangulação.

## **6.2. O Corpus: Folha de Boa Vista, Folha de S. Paulo e Diário de Notícias**

O corpus foi definido com o objetivo de produzir a melhor amostragem possível para representar a cobertura mediática do fenômeno migratório observado em Roraima, a partir de diferentes esferas, levando a complexidade envolvida e respeitando a exequibilidade do estudo. O ponto de partida foi explorar um conjunto inicial formado pelo maior e único jornal impresso de Roraima, a Folha de Boa Vista (FBV), dois jornais de Manaus, Amazônia Atual e A Crítica, um jornal da maior cidade de cada região brasileira, Correio Braziliense, Diário do Nordeste e Zero Hora, um jornal brasileiro de perfil nacional, Folha de S. Paulo (FSP) e três grandes jornais portugueses, Diário de Notícias, Correio da Manhã e Público.

Realizamos a busca avançada no acervo de cada um desses veículos, considerando inicialmente os verbetes 'Roraima' e 'venezuelanos', bem como suas variáveis no singular e femininas. Observamos, nas primeiras tentativas, que o gentílico 'venezuelanos' e suas variações, aparecia na totalidade das matérias sobre a migração em Roraima, definindo ora grupos de migrantes, ora o próprio fluxo migratório. Após a depuração dos resultados, a partir da leitura de títulos e outros elementos textuais principais, observamos que as notícias sobre o tema começam a ser publicadas em Roraima no fim de 2015, ainda de forma esporádica, e ganham tração no ano de 2017, quando o assunto passa a ser efetivamente coberto pelas demais esferas jornalísticas.

Considerando que 2017 é o primeiro ano em que o fluxo é observado e mensurado por dados confiáveis, e que também marca a promulgação da Nova Lei Migratória brasileira, esse ano foi definido como ponto de partida cronológico para a análise. O ponto final do intervalo foi estabelecido em fevereiro de 2020, ao observarmos que o início da pandemia de COVID-19 modificou profundamente a pauta e as práticas jornalísticas, assim como o próprio fluxo migratório.

O resultado preliminar obtido, quanto ao número de publicações sobre a migração venezuelana em Roraima entre 2017 e fevereiro de 2020, foi o seguinte:

**Tabela 2.**

*Distribuição de textos por local, esfera e jornal/veículo do corpus analisado*

<b>Local</b>	<b>Esfera</b>	<b>Jornal/Veículo</b>	<b># textos</b>
<b>Roraima</b>	Local	Folha de Boa Vista	455
<b>Amazonas</b>	Regional	Amazônia Atual	60
<b>Amazonas</b>	Regional	A Crítica	8
<b>Ceará</b>	Regional	Diário do Nordeste	9
<b>Rio Grande do Sul</b>	Regional	Zero Hora	2
<b>Distrito Federal</b>	Regional	Correio Braziliense	8
<b>São Paulo</b>	Nacional	Folha de São Paulo	183
<b>Portugal</b>	Internacional	Diário de Notícias	93
<b>Portugal</b>	Internacional	Correio da Manhã	12
<b>Portugal</b>	Internacional	Público	12

*Nota.* Fonte: elaboração própria, a partir do corpus da pesquisa.

Os anos de 2018 e 2019 foram os mais intensos tanto no fluxo migratório quanto no número de publicações. Um exemplo são os periódicos portugueses analisados, que entre 2017 e 2019 publicaram somados mais de uma centena de matérias sobre a migração venezuelana por Roraima, enquanto, nos dois primeiros anos da pandemia, encontramos apenas nove registros com os verbetes estabelecidos.

O volume de publicações obtido nas buscas apresentou-nos um segundo resultado relevante para a configuração do corpus: os jornais de Manaus, a partir dos quais buscávamos configurar uma esfera amazônica, mostraram-se limitados. Apenas um dos veículos manauaras dedicou espaço relevante à questão migratória em Roraima e, quando o fez, utilizou quase exclusivamente conteúdo de agências estatais ou ligado a veículos de circulação nacional, como a própria Folha de S. Paulo.

O silenciamento na esfera amazônica da cobertura aponta para aspectos importantes apresentadas nos capítulos II e III. Primeiro, que a distância geográfica entre o planalto

das Guianas e a planície amazônica parece criar, de fato, uma ilha simbólica e de interesse humano; boa parte das matérias coletadas nos jornais de Manaus tratava de migrantes chegando ou vivendo na cidade, identificando a Venezuela como origem e mencionando Roraima apenas como ponto de passagem. O segundo é a percepção de que há mais proximidade entre a Venezuela e Portugal do que entre a Venezuela e o Brasil, mesmo se tomarmos região amazônica brasileira. Enquanto dois periódicos da capital amazonense publicaram 68 matérias, os veículos portugueses publicaram 117 textos especificamente sobre a crise migratória em Roraima, dentro de um conjunto muito maior de publicações sobre as outras questões venezuelanas.

A hipótese do distanciamento entre Brasil e Venezuela é reforçada pelas buscas nos jornais regionais brasileiros, nos quais, de forma geral, o tema teve um espaço ainda menor. Mesmo no Diário do Nordeste, de Fortaleza, de uma região com grande intercâmbio cultural com o Norte do Brasil. Em número de publicações, o tema teve referências esporádicas e ficou abaixo de outras referências a Roraima por conta de uma crise de segurança pública em cujo uma das facções criminosas envolvidas também atua no Nordeste. Já no veículo de circulação nacional, sediado em São Paulo, a Folha de S. Paulo (FSP), o assunto aparece com destaque e em uma gama de publicações que vão de artigos de opinião à cobertura factual com correspondentes em Roraima.

Para concluir a configuração do corpus, optamos por excluir da análise de conteúdo as esferas amazônica e as regionais. A omissão dessas esferas, contudo, já demonstram por si a confirmação de hipóteses de trabalho propostas na contextualização histórica das relações do Brasil com a Venezuela e na configuração regional da migração a Roraima. Também optamos por limitar a esfera internacional ao periódico com maior conteúdo veiculado, o Diário de Notícias. Inicialmente, consideramos que o distanciamento geográfico dos veículos portugueses produziria um volume baixo de textos, que precisariam ser somados para configurar um corpus relevante. Contudo, o veículo escolhido destacou-se com ampla margem no número de textos publicados em relação aos seus pares. Observamos que nos outros jornais portugueses quase a totalidade das matérias era proveniente de agências de notícias, como a Lusa e a Agência Brasil, cujo mesmo conteúdo também está presente na cobertura do DN. Ademais, escolher um veículo de cada esfera permite evitar as variáveis decorrentes das linhas editoriais e de práticas jornalísticas específicas. Essas variações são relevantes e não podem ser

ignoradas, contudo não serão aprofundadas dado o escopo e a proposta desta pesquisa, o que de antemão aponta para uma expansão ou derivação deste trabalho.

Assim, o corpus desta pesquisa é constituído por 731 textos publicados nos jornais Folha de Boa Vista (n=455), de Boa Vista, capital de Roraima; Folha de S. Paulo (n=183), de São Paulo; e o português Diário de Notícias (n=93). Todas as matérias selecionadas para análise fazem referência direta ou indireta à migração venezuelana e mencionam o estado brasileiro de Roraima ou suas cidades fronteiriças. Elas foram publicadas na internet, nos endereços eletrônicos dos periódicos, entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2020. A partir daqui utilizaremos também as siglas FBV, FSP e DN para designar, respectivamente, Folha de Boa Vista, Folha de S. Paulo e Diário de Notícias. A abreviação da de São Paulo para S. Paulo está no nome oficial do jornal paulista.

Assim, temos um conjunto interessante, numericamente representativa e, portando, com potencial para revelar as características das esferas de cobertura da migração venezuelana em seu fluxo ao Brasil através de Roraima. Nossa análise é única e essencialmente dos textos publicados, e não das motivações por trás das publicações nem dos processos produtivos e do perfil profissional dos jornalistas. Contudo entendemos que é relevante contextualizar os três jornais escolhidos, cujas características parecem ser tão distintas quanto a distância geográfica com que observam o fenômeno analisado.

### ***6.2.1. Folha de Boa Vista***

A Folha de Boa Vista é um jornal sediado em Boa Vista, capital de Roraima, fundado em 1983, quando o estado ainda era Território Federal. O dono, Getúlio Cruz, era ex-governador do Território. Getúlio e a família seguem à frente do comando do grupo Folha BV, que reúne o jornal impresso, o portal FolhaWeb, a Rádio Folha e a Editora Boa Vista.

O jornal passou de processos artesanais de produção, com impressão inicial em Manaus e para um modelo empresarial estruturado, com parque gráfico próprio e circulação ampliada ao longo dos anos 1990. Em 1998, o grupo lançou a edição on-line FolhaWeb, antecipando a convergência entre jornal impresso e plataformas digitais.

Em texto institucional de 2018 – ano central para nossa análise – o jornal afirmava que a tiragem diária era de 12.000 exemplares impressos e os acessos ao site eram cerca de 60 mil por dia, com a atualização média de 50 textos diários (Folha de Boa Vista, 2018a). Não há, contudo, auditoria externa sistemática (como IVC) que permita validar os números; para fins desta tese, esses dados são tratados como declarações institucionais do próprio veículo.

Desde a pandemia de COVID-19, a circulação em papel se tornou intermitente até parar indeterminadamente, embora o grupo negue o encerramento total da versão impresso e mantenha seu parque gráfico ativo com clientes externos. Do ponto de vista editorial, Silva (2010) destaca uma forte vinculação do jornal às elites políticas regionais, e descreve a Folha como jornal cuja estabilidade financeira depende historicamente de publicidade estatal, campanhas políticas e proximidade com grupos dominantes (Silva, 2010).

Assim temos a Folha de Boa Vista como único jornal impresso do estado de Roraima à época das publicações analisadas, o que, portanto, o constitui em uma referência local, cuja história empresarial e editorial está intrinsecamente ligada à economia dependente da folha de pagamento do setor público e às disputas políticas locais. A combinação entre protagonismo no mercado, dependência de recursos públicos e linha editorial próxima aos grupos dominantes torna o veículo estratégico para compreender como a imprensa roraimense enquadra temas como migração e políticas de fronteira.

### **6.2.2. Folha de S. Paulo**

A Folha de S. Paulo é um jornal diário sediado em São Paulo, fundado em 19 de fevereiro de 1921, com o Folha da Noite, por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, o jornal se desdobrou em Folha da Manhã e Folha da Tarde, unificados em 1960 sob a marca Folha de S. Paulo, que em pouco tempo se consolidou como diário de alcance nacional (Mota & Capelato, 1980).

A FSP é o principal ativo jornalístico do Grupo Folha, que controla também o Universo Online (UOL), um dos maiores portais de conteúdo e serviços de internet do país, e a empresa de meios de pagamento PagSeguro, que surgiu como braço de soluções de

pagamento digital do UOL e se tornou uma *fintech* listada em bolsa. Portanto, esse arranjo empresarial integra produção jornalística, distribuição digital e serviços tecnológicos e financeiros, o que posiciona o jornal no centro de uma estrutura de negócios mais ampla, o que deixa a FSP menos suscetível a problemas financeiros inerentes ao mercado jornalístico.

Do ponto de vista de circulação, a Folha mantém liderança entre os diários de referência no Brasil. Dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), divulgados em 2023, indicam que o jornal registrou em julho de 2023 um total de 796.088 exemplares pagos por dia, dos quais 752.019 em formato digital, superando O Globo e O Estado de S. Paulo tanto na circulação total quanto na circulação digital (Acontecendo Aqui, 2023). Em paralelo, iniciativas como o Projeto Folha e a sistematização de normas editoriais no *Manual da Redação* consolidam a imagem do jornal como referência editorial e de padronização no campo jornalístico brasileiro (Manual da Redação, 2007).

No plano institucional e profissional, a Folha foi pioneira na adoção de mecanismos de autorregulação e diálogo com o público. Em 1989, o jornal instituiu o primeiro *ombudsman* da imprensa brasileira, com mandato fixo, e atuação voltada à crítica interna e à mediação entre leitores e redação (Rosas, 2014). A linha editorial, portanto, combina postura crítica, abertura à diversidade vozes e preocupação com transparência nos processos de produção da notícia. São essas características de liderança e configuração editorial que fazem da Folha de S. Paulo um jornal de referência nacional, cuja inserção em nosso corpus possibilita a observação legítima da esfera nacional de cobertura jornalística.

### **6.2.3. Diário de Notícias**

O Diário de Notícias (DN) é um jornal sediado em Lisboa, fundado em 29 de dezembro de 1864, no contexto de modernização da imprensa portuguesa, como projeto de Eduardo Coelho e Tomás Quintino Antunes, concebido para ser “um jornal de todos e para todos” (Baptista, Sousa, & Azevedo, 2021, p.73). Hoje integra o *Global Media Group*, mantém sede em Lisboa se divide entre uma edição impressa semanal em formato tabloide e a presença digital contínua. As tiragens impressas, que alcançavam algumas dezenas de milhares de exemplares no início dos anos 2000, sofreram retração

progressiva na década seguinte, o que levou o grupo a direcionar a estratégia do DN ao ambiente digital.

A trajetória do DN acompanha as principais inflexões políticas e empresariais dos media portugueses. Durante o Estado Novo, integrou a Empresa Nacional de Publicidade e atuou como um dos diários alinhados ao regime (Eaman, 2009). Após o 25 de Abril, passou pela nacionalização e posterior privatização, integrando sucessivamente grupos como Lusomundo, Controlinveste e, por fim, o Global Media Group (Baptista et al., 2021). Do ponto de vista editorial, o DN é hoje identificado como diário de referência, com forte peso de política, economia, internacional e temas de sociedade. Sousa (2005) refere-se ao DN, ao lado do jornal Público, como diários de qualidade que servem de referência e de fonte para outros meios.

### **6.3. Primeira Camada: O Enquadramento Midiático**

Para a análise temática automatizada dos textos, empregamos o algoritmo *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), uma técnica de modelagem de tópicos sistematizada e descrita por Blei, Ng, & Jordan (2003) e amplamente utilizada em estudos de mineração de texto, como no estudo mencionado acima de Heidenreich et al. (2019). O LDA tem como base a inferência *bayesiana*, um modelo estatístico que aplica o Teorema de Bayes para atualizar a probabilidade de uma hipótese com base em evidências ou dados novos num ambiente de incerteza, bastante usado em áreas como ciências da saúde e ciências sociais, e com mais ênfase atualmente no aprendizado de máquinas.

Para identificar a relação probabilística entre palavras e atribuir tópicos latentes, a aplicação do LDA promove a associação de verbetes a temas recorrentes a partir de múltiplas ocorrências em documentos – em nosso caso, o conjunto de publicações de cada jornal. Essa técnica parte da hipótese de que cada documento é composto por uma mistura de tópicos, os quais, por sua vez, são compostos por distribuições específicas de palavras. Assim, o modelo permite a identificação de agrupamentos semânticos mesmo em grandes volumes de texto, como no caso do presente corpus.

O pré-processamento textual do nosso corpus consistiu na *tokenização*, ou seja, a fragmentação dos textos em unidades linguísticas mínimas, geralmente palavras ou expressões. Esse processo foi executado por meio de bibliotecas de processamento de linguagem natural em ambiente computacional, que transformaram os documentos em

listas de *tokens*. Por exemplo, a sentença “Venezuelanos cruzam a fronteira em busca de abrigo” foi convertida em: ‘venezuelanos’, ‘cruzam’, ‘fronteira’, ‘busca’ e ‘abrigo’.

Em seguida, o modelo executa a remoção de *stopwords*, ou seja, palavras de alta frequência que não contribuem para a diferenciação temática dos textos, como preposições, pronomes e artigos definidos (Blei, Ng, & Jordan, 2003). Essa filtragem foi realizada automaticamente a partir de listas padronizadas de *stopwords* em português, disponibilizadas por bibliotecas especializadas vinculadas pelo algoritmo da análise. Além disso, o processo foi complementado por comandos de programação do autor, que excluíram termos irrelevantes no contexto específico do corpus, como nomes de editoriais e provedores que hospedavam os textos extraídos, por exemplo.

A seguir, procedemos à lematização, que consiste na redução dos *tokens* às suas formas canônicas, ou lemas. Esse processo leva em consideração a classe gramatical e o contexto da palavra. Assim, termos como ‘chegaram’, ‘chegando’ e ‘chegada’ foram uniformizados para ‘chegar’. Essa padronização foi realizada por algoritmos baseados na língua portuguesa e visou assegurar que diferentes variações gramaticais de um mesmo verbo ou substantivo fossem tratadas como um único item analítico. O resultado foi uma base linguística mais consistente para a identificação automática dos temas recorrentes.

Em seguida, analisamos e rotulamos, por meio da leitura humana, os tópicos resultantes, com base na lista de palavras-chave mais representativas extraídas pelo modelo computacional. Essa etapa interpretativa é o cerne da análise, uma vez que o algoritmo, embora capaz de detectar padrões estatísticos robustos, não possui competência semântica nem sensibilidade sociopolítica para diferenciar, por exemplo, quando o termo ‘segurança’ está relacionado à proteção humanitária ou à repressão estatal. Da mesma forma, a máquina não distingue atores sociais nem reconhece ironias, ambiguidades ou silenciamentos presentes nas narrativas.

Os tópicos mais recorrentes foram agrupados nos temas que rotulamos com o padrão de duas palavras: ‘Segurança e Fronteira’, ‘Acolhimento e Bem-estar’, ‘Política Pública’, ‘Economia e Trabalho’, ‘Ajuda Humanitária’ e ‘Saúde Pública’. A forma de refinar as categorias e superar as limitações das máquinas foi realizar conferência amostral a partir da leitura integral de cinco matérias rotuladas com cada um dos tópicos gerados por

computação, a fim de verificar a, se necessário, adequá-las ao contexto semântico dos textos. A conferência revelou a consistência do método aplicado, sem necessidade de mudanças no resultado inicial.

Contudo, a partir da conferência humana, tópicos redundantes foram agrupados sob rótulos mais abrangentes, como no caso da fusão entre os tópicos ‘Acolhimento e Abrigo’ e ‘Bem-estar e Serviços’, resultando no tema unificado ‘Acolhimento e Bem-estar’.

Por fim, a frequência dos tópicos foi quantificada computacionalmente em cada veículo de comunicação e a associação entre os tópicos, por meio da identificação de duplas e trios temáticos mais recorrentes, o que, com base em estudos semelhantes, pode ajudar a identificar estratégias discursivas distintas entre os jornais. Adicionalmente, em um passo metodológico inédito em relação aos trabalhos de referência, criamos classificações transversais denominadas ‘Tópicos Institucionais’, que reúnem temas com forte presença de léxico vinculado a atores estatais e políticas governamentais, e ‘Tópicos de Humanização’, definidos por termos que evocam a experiência vivida dos migrantes, como pessoas, abrigo, doença, criança e família.

### ***6.3.1. Considerações Preliminares***

A primeira observação relevante desta camada analítica se deu na organização do corpus, quanto a frequência do fluxo de publicações. A distribuição temporal das matérias publicadas revela uma concentração significativa no segundo semestre de 2018, com destaque para os meses de agosto e setembro. A concentração coincide com a eclosão de episódios de violência em Pacaraima, em que moradores da cidade realizaram ataques a acampamentos de migrantes venezuelanos.

O pico de publicações é observado nos três jornais analisados, ainda que com intensidades distintas. Na Folha de Boa Vista, o aumento é menos agudo, refletindo uma cobertura diária de episódios relacionados a conflitos urbanos e tensões fronteiriças; na Folha de S. Paulo, o período coincide (ou motiva) com a amplificação do noticiário nacional sobre a presença de migrantes venezuelanos em cidades brasileiras; e no Diário de Notícias, o volume de matérias nesse intervalo acompanha a repercussão internacional da crise migratória na fronteira norte do Brasil. Embora

diferentes enquadramentos, a coincidência do pico de publicações pode ser explicada por mecanismos de gatilho comuns, no caso violência e conflitos sociais, com poder de promover um tema à pauta seja no nível local, nacional ou internacional. Trataremos desta variação mais à frente.

No jornal Folha de Boa Vista, a matéria intitulada ‘Em Pacaraima, moradores fazem manifestação contra imigrantes’, publicada em 18 de agosto, narra os acontecimentos violentos desencadeados por moradores da cidade contra venezuelanos que estavam abrigados em tendas e terminais públicos. O texto localiza o episódio dentro da escalada de tensões e relata com destaque factual os ataques com “paus e pedras” e a destruição dos pertences dos migrantes (Folha de Boa Vista, 2018b).

Na cobertura do jornal Folha de S. Paulo (2018), a matéria ‘Eles nos expulsaram como cachorro, diz imigrante venezuelana em Roraima’, publicada em 19 de agosto de 2018, oferece uma perspectiva centrada no drama humano vivido por famílias venezuelanas. A reportagem foca na história de Yineth Manzol e suas três filhas, que foram surpreendidas por uma onda de ataques motivada por rumores de que um comerciante local teria sido agredido por migrantes. O destaque recai sobre o sofrimento dos refugiados, enfatizando os danos materiais e emocionais: “Queimaram a tenda, as coisas que a gente guarda, não deixaram nada” (Folha de S. Paulo, 2018a).

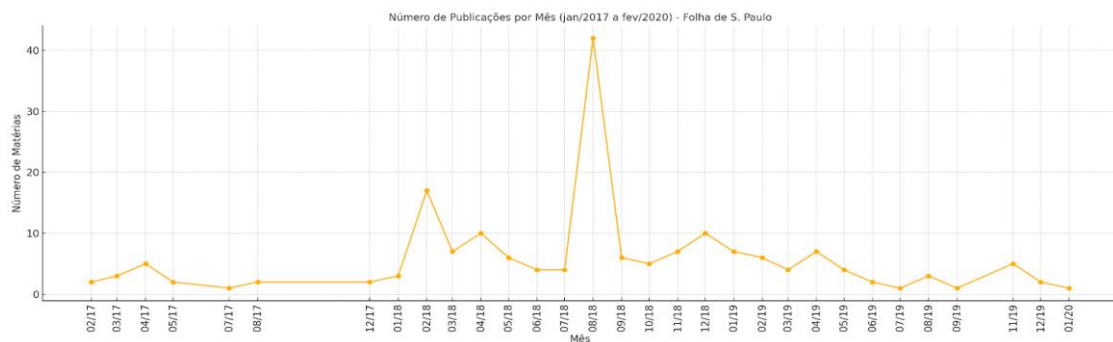
Já no Diário de Notícias (2018) publica, em 20 de agosto de 2018, a matéria ‘Brasil autoriza Forças Armadas para garantir segurança na fronteira com a Venezuela’, traz o foco às medidas institucionais adotadas pelo Governo Federal brasileiro em resposta ao agravamento da crise migratória. O conteúdo destaca a autorização dada ao uso das Forças Armadas como mecanismo de controle e segurança em Pacaraima, evidenciando a repercussão internacional do episódio e o reposicionamento do Estado frente à violência (Diário de Notícias, 2018a).

A Folha de Boa Vista apresenta ainda um segundo pico de publicações, de maior intensidade isolada, entre os meses de março e maio de 2018. Uma leitura exploratória sobre esse intervalo sugere três explicações: primeiramente, a proximidade geográfica com a fronteira e a vivência cotidiana da chegada de migrantes possibilitaram que o aumento do fluxo migratório em direção à capital roraimense fosse rapidamente incorporado à pauta jornalística, mesmo antes de ganhar atenção no cenário nacional.

Em segundo lugar, a cobertura recorrente de conflitos interpessoais e de eventos cotidianos, como disputas em praças públicas, relatos de furtos e situações de tensão nos abrigos, contribuiu para a configuração de um noticiário atento às percepções locais de desconforto e insegurança.

### Gráfico 3.

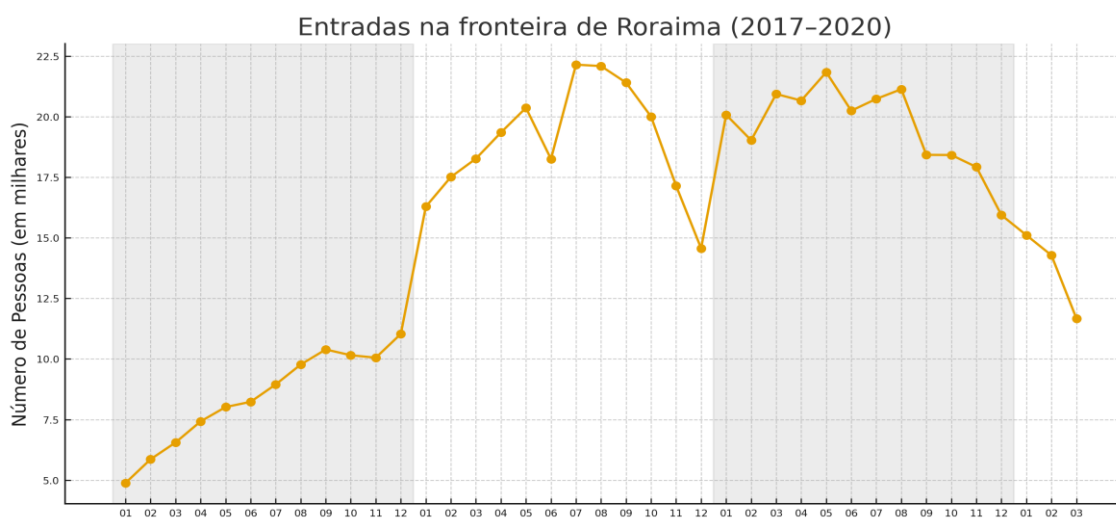
*Distribuição cronológica mensal das publicações nos três veículos analisados (Total)*



Nota. Gráfico elaborado pelo autor.

### Gráfico 4.

*Entradas de migrantes por Pacaraima mês a mês, de 2017 a 2020*



Nota. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI), janeiro de 2017 a fevereiro de 2020.

Por fim, a implementação das fases iniciais da Operação Acolhida, marcada pela atuação institucional do Exército, de ministérios do Governo Federal, de agências das Nações Unidas e de organizações da sociedade civil, estimulou uma cobertura próxima e contínua por parte do jornal, especialmente no que diz respeito ao acolhimento emergencial e ao início do processo de interiorização dos migrantes. Da perspectiva das rotinas produtiva, as organizações da operação passaram a subsidiar os jornais com conteúdos de divulgação para imprensa que, segundo nossa leitura exploratória, foram amplamente aproveitados pela FBV, na grande maioria das vezes sem nenhuma adição de nenhuma nova fonte.

### **6.3.2. Enquadramentos predominantes por veículo**

#### **6.3.2.1. Folha de Boa Vista: fronteira e segurança**

Na Folha de Boa Vista, a aplicação do modelo *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), identificou como tema mais frequente, ‘Segurança e Fronteira’, com ocorrência registrada em 226 matérias. Este enquadramento é marcado por vocábulos como ‘polícia’, ‘crime’, ‘fronteira’, ‘entrada’, ‘rua’ e ‘conflito’, combinados em maior ou menor escala nos textos identificados. Essa ênfase nos parece indicar uma narrativa centrada na percepção de ameaça, desordem e controle territorial. Vale lembrar que temos essa e as demais inferências deste tópico, como preliminares. Como explicado no início do capítulo, as retomaremos após a verificação nas etapas qualitativas, na interpretação dos resultados gerais.

Em seguida, o enquadramento ‘Acolhimento e Bem-estar’ é identificado em 149 matérias, enquanto ‘Economia e Trabalho’ ocorre em 78 textos. Esses três eixos representam a maioria dos textos do jornal e apontam para um papel de observador direto próximo da crise, com foco no impacto concreto e cotidiano da migração sobre a população local.

Os tópicos e as respectivas palavras-chave mais incidentes no jornal local são:

- a. Segurança e Fronteira (49,9%) – vocábulos: polícia, crime, fronteira, entrada, rua, conflito.

- b. Acolhimento e Bem-estar (32,9%) – vocábulos: abrigo, acolhimento, crianças, famílias.
- c. Economia/Trabalho (17,2%) – vocábulos: emprego, ambulantes, ajuda, renda
- d. Saúde Pública (6,4%) – vocábulos: saúde, atendimento, hospital, doenças, vacina, fila.
- e. Política Pública (6,0%) – vocábulos: governo, federal, ação, programa, decreto, ministério.

É importante ressaltar que as análises de enquadramento são aplicadas a um conjunto de textos e seus resultados tratam deste conjunto e não de textos individuais. Nas respostas tabuladas pelo algoritmo é possível ver em valores percentuais quanto cada texto analisado se aproxima dos enquadramentos. Portanto, nessa etapa, a referência a textos será meramente ilustrativa, diferente do que faremos nas etapas qualitativas da análise.

Feita a ressalva, temos como exemplo dos enquadramentos predominantes na FBV, a matéria ‘Roraima pede reforço da PF e Forças Armadas para coibir entrada de venezuelanos’, publicada em 8 de setembro. O texto aborda a solicitação feita pelo governo estadual ao Ministério da Justiça para ampliar o contingente da Polícia Federal na fronteira com a Venezuela, e descreve a atuação das Forças Armadas na contenção do fluxo migratório. A ênfase recai sobre o aumento da criminalidade, a presença de migrantes em situação de rua e o impacto sobre a segurança pública. Trechos como “o agravamento da crise na Venezuela e o aumento do número de imigrantes” e “o governo de Roraima teme que o estado perca o controle da situação”, configuram uma narrativa pautada pela lógica do controle e da ameaça. (Folha de Boa Vista, 2017)

### **6.3.2.2. Folha de S. Paulo: políticas públicas e gestão federal**

Na Folha de São Paulo, o tema predominante é ‘Política Pública’, demarcado por palavras como ‘governo’, ‘ministério’ e ‘programa’ com 67 matérias. Esse enquadramento, em conjunto com os demais, sugere uma ênfase no papel do Estado e das decisões federais sobre a resposta à crise migratória. Os tópicos e palavras-chave são:

- a. Política Pública (42,4%) – vocábulos: governo, ministério, decreto, ação, interiorização, programa.
- b. Acolhimento e Bem-estar (36,1%) – vocábulos: abrigo, acolhimento, pessoas, famílias, serviços, crianças.
- c. Economia/Trabalho (17,1%) – vocábulos: emprego, trabalho, renda, mercado, crise, apoio.
- d. Segurança/Fronteira (4,4%) – vocábulos: exército, fronteira, operação, entrada, controle, tensão.

Um exemplo desse enquadramento é a matéria ‘Temer decretará emergência social devido a refugiados em Roraima’, publicada em 14 de fevereiro de 2018. A reportagem informa que o então presidente planejava decretar situação de emergência social em Roraima, em virtude do aumento expressivo do número de imigrantes venezuelanos e do conseqüente impacto sobre os serviços públicos locais. A matéria destaca ainda a mobilização de ministérios como Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, além de mencionar reuniões com autoridades estaduais e municipais (Folha de S. Paulo, 2018b).

### **6.3.2.3. Diário de Notícias: geopolitização e diplomacia humanitária**

No *Diário de Notícias*, o tema com maior incidência também é ‘Política Pública’, com 32 matérias, demarcado pelas palavras ‘governo’, ‘Brasil’, ‘Venezuela’, ‘Maduro’, ‘crise’ e ‘Itamaraty’, seguido de perto por ‘Acolhimento e Bem-estar’ (24 matérias), ‘Segurança e Fronteira’ (24 matérias) e ‘Economia e Trabalho’ (13 matérias). Por trazer um olhar internacional, a partir de Portugal, o conjunto de enquadramentos observados indica que a cobertura do DN prioriza a atuação estatal brasileira e venezuelana, mas inclui também a mobilização de respostas humanitárias e os impactos geopolíticos da crise, com menor atenção aos impactos no território brasileiro. Os tópicos e vocábulos são:

- a. Política Pública (34,4%) – Vocábulos: governo, Brasil, Venezuela, Maduro, crise, Itamaraty.
- b. Acolhimento e Bem-estar (25,8%) – vocábulos: refugiados, famílias, abrigo, assistência, crianças.

- c. Segurança e Fronteira (25,8%) – vocábulos: fronteira, exército, controle, entrada, tensão, Brasil.
- d. Economia/Trabalho (14,0%) – vocábulos: crise, escassez, alimentos, falta, trabalho.

Vale ressaltar que os três principais enquadramentos detectados na cobertura do DN estão distribuídos de maneira equilibrada, indicando uma diversidade de abordagens, que vamos verificar nas etapas qualitativas. Um exemplo do enquadramento predominante ‘Política Pública’ ser ilustrado pela matéria ‘Brasil prepara plano de contingência para conter crise da Venezuela’, publicada em 17 de maio de 2017. A reportagem descreve a mobilização do governo brasileiro frente ao agravamento da crise migratória venezuelana, com foco na elaboração de estratégias federais diante da intensificação do fluxo migratório. O texto menciona diretamente a atuação do Itamaraty, o envolvimento do Exército e a previsão de ações articuladas entre diferentes ministérios (Diário de Notícias, 2017).

### ***6.3.3. Alocação de Tópicos nos Títulos***

A escolha por aplicar uma análise restrita aos títulos busca demonstrar as estratégias discursivas e editoriais mais explícitas, na síntese e ênfase utilizadas pelo jornal no processo de construção de sentido logo na apresentação da matéria, momento em que o enquadramento jornalístico é, muitas vezes, mais evidente. A modelagem foi parametrizada para gerar três tópicos, cujas palavras mais representativas foram interpretadas e categorizadas com base em critérios de recorrência, coesão semântica e aderência empírica. Aqui apresentaremos o enquadramento predominante nos títulos de cada veículo.

O agrupamento temático predominante na Folha de Boa Vista foi rotulado como ‘Emergência migratória e números’. É marcado pela predominância de vocábulos como ‘venezuelanos’, ‘mil’, ‘imigrantes’, ‘Roraima’, ‘refugiados’ e ‘emergência’. Os títulos associados a esse tópico enfatizam a dimensão quantitativa da migração e a percepção de crise. A repetição de termos relacionados à contagem de migrantes e ao uso de expressões associadas à urgência sugere a construção de uma narrativa de alarme, que associa o volume migratório a um quadro de colapso institucional iminente.

Nos da Folha de S. Paulo, o tópico principal identificado nos títulos está relacionado à assistência humanitária e ao acolhimento emergencial. Palavras como ‘ajuda’, ‘abrigo’, ‘emergência’, ‘acolhimento’ e ‘humanitário’ delineiam um enquadramento que enfatiza as respostas institucionais imediatas frente à crise migratória. Enquanto o enquadramento mediático observado no conteúdo integral dos textos da FSP indica uma ênfase institucional federa, os títulos apontam para uma construção discursiva mais humanitária.

O enquadramento mais observado nos títulos do Diário de Notícias foi rotulado como ‘Governança estatal e controle de fronteiras’. Foi delineado pelas palavras ‘estado’, ‘governo’, ‘brasil’, ‘encerramento’, ‘fronteira’, ‘Roraima’ e ‘venezuelanos’. O conjunto de palavras apontam o protagonismo do Estado brasileiro na gestão da fronteira e na mediação institucional da crise migratória. No caso do DN, a ênfase dos títulos se aproxima mais da observado no corpo dos textos.

#### ***6.3.4. Composição e recorrência de tópicos***

Embora o uso da modelagem computacional sugira a possibilidade de delimitar conteúdos a partir de tópicos probabilísticos, é importante destacar que não há, neste processo, uma correspondência absoluta entre cada matéria e um único tópico. Um mesmo texto pode apresentar, em diferentes graus, a presença de múltiplos tópicos. Da mesma forma, um único tópico pode aparecer com diferentes intensidades em diversas matérias. Então, para aprofundar a interpretação hermenêutica, observamos também as combinações mais frequentes entre tópicos em cada jornal analisado.

Na Folha de Boa Vista, a correlação mais comum foi entre os tópicos ‘Segurança e Fronteira’ e ‘Acolhimento e Bem-estar’, com incidência em 58 textos. Tal convergência parece refletir a sobreposição entre a presença de migrantes em áreas públicas, como terminais, ruas e praças, e as medidas institucionais de abrigo e assistência coordenadas pelo Estado brasileiro e por entidades humanitárias. A coexistência desses enquadramentos aponta para uma representação ambivalente da migração, que alterna a imagem dos venezuelanos como grupo vulnerável, digno de acolhimento, com a de elemento de desordem urbana.

Na Folha de S. Paulo, a associação mais frequente envolve os tópicos ‘Política Pública’ e ‘Acolhimento e Bem-estar’, presentes em 23 matérias. A recorrência dessa combinação reforça a nossa percepção de uma cobertura centrada nas estratégias institucionais de enfrentamento da crise migratória, com ênfase na interiorização, no funcionamento dos abrigos e na atuação das Forças Armadas. Essa abordagem, predominantemente estrutural, aponta para um distanciamento geográfico que contrasta com uma proximidade editorial que aparentemente busca posicionar o jornal como observador e interlocutor das diretrizes do Estado, mais do que um mero relator direto das experiências vividas nas regiões de acolhimento.

No Diário de Notícias, a principal combinação observada foi entre os tópicos ‘Política Pública’ e ‘Segurança e Fronteira’, detectada em 11 textos. Essa relação aponta para uma pauta orientada pelos desdobramentos diplomáticos e institucionais da crise migratória venezuelana, com ênfase na gestão de fronteiras, nas reações de governos latino-americanos e no papel de atores internacionais, como a ONU e o Itamaraty. Ao reunir os domínios da segurança e da diplomacia, o veículo português apresenta uma leitura transnacional da migração, destacando mais uma vez suas implicações geopolíticas.

### ***6.3.5. Dimensão institucional e representações estatais***

A análise já nesta fase exploratória indicou uma expressiva predominância de referências a atores institucionais, tanto do poder público quanto de organismos internacionais, nos três veículos examinados. A combinação de *tokens* realizada pelo LDA já aponta um predomínio institucional, sobretudo, estatal, na construção dos discursos. Na próxima camada analítica observamos este mesmo aspecto ao tratar do perfil das fontes jornalísticas, contudo, vale observar desde aqui, sob a perspectiva quantitativa probabilística, como essa predominância se desenha.

Na Folha de Boa Vista, 93,2% das reportagens (n = 424 de 455) contêm menções explícitas a órgãos governamentais, autoridades políticas, agências da ONU ou organizações não governamentais. Na Folha de S. Paulo, esse percentual corresponde a 83,1% (n = 152 de 183), enquanto no Diário de Notícias, de Portugal, alcança 93,5% (n = 87 de 93). Independentemente da abrangência editorial ou do escopo geográfico, a

presença institucional figura como componente transversal quase omnipresente nas narrativas sobre a migração venezuelana. Esses tópicos latentes, que se mostram como um pilar estruturante do discurso midiático nos três jornais, foram categorizados com base na frequência de *tokens* vinculados a estruturas governamentais e agentes estatais, como ‘governo’, ‘ministério’, ‘decreto’, ‘presidente’, ‘Itamaraty’, ‘exército’ e ‘ação estatal’, entre outros.

Na cobertura da Folha de Boa Vista, os tópicos institucionais aparecem frequentemente em articulação com a temática da segurança pública, o que pode ser explicado por uma leitura local em que o Estado é retratado simultaneamente como agente de regulação e como instrumento de resposta à crise migratória. Já na Folha de S. Paulo, os tópicos relacionados à institucionalidade apresentam maior densidade e relativa autonomia, configurando-se como eixo interpretativo próprio. Nessa abordagem, o estado é representado prioritariamente como administrador da crise, com destaque para políticas de interiorização, planejamento federal e ações logísticas. No caso do Diário de Notícias, os tópicos institucionais estão essencialmente ligados a uma perspectiva externa sobre os acontecimentos no Brasil e na Venezuela. A cobertura lusa enfatiza as dimensões diplomáticas e a atuação de entidades multilaterais, articulando a narrativa jornalística à lógica geopolítica. O foco recai sobre sanções internacionais, relações exteriores e mecanismos de ajuda humanitária, inserindo o fenômeno migratório em uma moldura transnacional. Vamos observar nas próximas camadas analíticas, a repetição desse padrão na cobertura do DN.

### ***6.3.6. Representações humanitárias e sujeitos migrantes***

Em contraste com a centralidade dos atores institucionais na construção das matérias, observamos que quase totalidade dos textos analisados também faz alguma referência direta a indivíduos, grupos ou aos próprios migrantes. Na Folha de Boa Vista, 98,2% das matérias (n = 447 de 455) incluem menções a sujeitos concretos – como migrantes, famílias, crianças ou refugiados. Veremos, contudo, que isso não se traduz na seleção de fontes no diário roraimense. Na Folha de S. Paulo, esse índice atinge 85,8% (n = 157 de 183), enquanto no Diário de Notícias, o valor é de 97,8% (n = 91 de 93). Nos jornais nacional e internacional, esse enquadramento se associa mais frequentemente à voz direta dada a pessoas migrantes nos textos.

**Figura 3.**

*Cobertura em três esferas da violência em Pacaraima – agosto de 2018*



*Nota.* Apesar de enquadramentos diferentes, a violência e o conflito são um gatilho comum à pauta dos três veículos analisados.

Temos, portanto, nesse contexto, a incidência relevante de tópicos de humanização nos três jornais analisados. Os enquadramentos foram definidos a partir da recorrência de

tokens que expressam a vivência dos migrantes, como ‘criança’, ‘família’, ‘vulnerabilidade’, ‘situação’, ‘refugiado’, ‘vivência’, ‘mãe’, ‘fome’ e ‘ajuda’. Há diversas possibilidades de recortes dentro do LDA que poderíamos aplicar ao corpus em questão. Contudo, nos limitamos a questões cuja confirmação e a interpretação estão presentes em nosso caminho metodológico.

Na Folha de Boa Vista, os enquadramentos de caráter humanitário aparecem com maior frequência e guardam relação direta com o cotidiano urbano, frequentemente retratando migrantes em situação de rua ou nos abrigos. Já na Folha de S. Paulo, a humanização aparece, em geral, subordinada ao enquadramento institucional: o migrante aparece no discurso a partir de sua inserção nas políticas públicas ou como beneficiário de ações humanitárias organizadas. No Diário de Notícias, os enquadramentos humanizantes atuam como dispositivos retóricos voltados à construção de empatia com o leitor estrangeiro, utilizando imagens de crianças e cenas de privação como símbolo do colapso social venezuelano.

#### **6.4. Segunda Camada: Características Jornalísticas e Marcas de Apuração**

Nesta segunda camada, aprofundaremos a análise do corpus a partir de marcadores específicos relacionados ao discurso noticioso. Por tratar de um corpus volumoso, produzido ao longo de um recorte temporal dilatado e em veículos de imprensa com características bastante diversas, temos como desafio inicial selecionar marcadores relevantes na configuração dos textos, tanto sob um olhar individualizado quanto em sua composição geral.

Organizamos o corpus em dois recortes, com os quais prosseguiremos até o fim da análise. O primeiro é a versão integral, compreendendo o período de 2017 a fevereiro de 2020, e o segundo concentra as publicações dos três jornais no mês de agosto de 2018, período de emergência factual e no qual o número de publicações da FSP e do DN crescem e se equiparam à cobertura local da FBV em volume. O primeiro utilizaremos nas análises predominantemente quantitativas – como a contagem de caracteres –, enquanto o segundo será o campo de observação de marcadores qualitativos e das interpretações subsequentes. Do ponto de vista metodológico, a seleção deste segundo período recortado torna possível a aplicação rigorosa da análise de conteúdo ancorada

pelos marcadores jornalísticos apresentados e a hermenêutica comparativa entre as publicações dos três veículos.

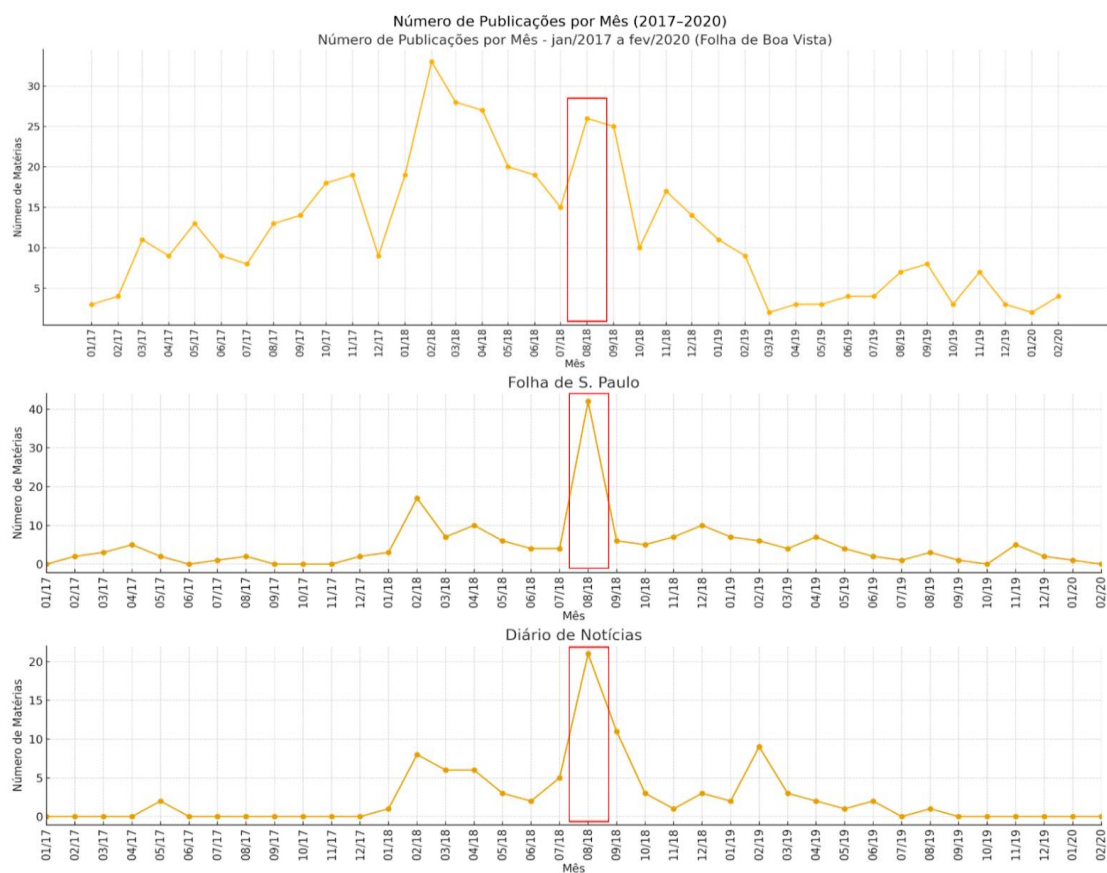
Temos ciência de que há fatores que extrapolam o discurso textual publicado que não serão aprofundados aqui, como rotinas produtivas, orientações editoriais, formação pessoal e profissional dos repórteres, e a presença/ausência de repórteres no local. Na mesma linha, temos, por exemplo, a assinatura dos autores: enquanto todas as matérias da Folha de S. Paulo são assinadas, a Folha de Boa Vista ora identifica autores ora não, e o Diário de Notícias não tem identificação autoral em nenhum dos textos analisados. O contexto das coberturas dos três jornais também é uma variável importante: sabemos pelas leituras preliminares que o DN traz um conjunto expressivo de publicações sobre outros contextos das crises venezuelanas, a FSP tem na crise migratória em Roraima o elemento predominante para tratar das demais questões venezuelanas e a FBV tem no plano geral centenas de publicações sobre ocorrências policiais em Roraima envolvendo migrantes e praticamente nenhuma publicação se referindo ao plano nacional ou internacional geral. Essa questão será retomada apenas na interpretação e apresentação dos resultados desta pesquisa. A nossa justificativa para essas omissões é a exequibilidade, considerando a proposta metodológica descrita anteriormente, e a certeza de que o tema não se esgota com esta pesquisa, abre caminho e provoca novas abordagens e estudos.

#### ***6.4.1. Panorama do Corpus Integral***

Como vimos na primeira camada de análise, a Folha de Boa Vista tem em pico de publicações entre janeiro e fevereiro de 2017, época em que o fenômeno migratório passou a impactar socialmente o cotidiano de Pacaraima e Boa Vista, ao passo que a Folha de S. Paulo e o Diário de Notícias passam a dar uma atenção mais frequente ao tema em agosto de 2018, quando eclodem eventos violentos na fronteira entre Brasil e Venezuela e isso desloca as atenções dos dois veículos para a região. Nesse período de pico, temos 43 publicações na Folha de S. Paulo, 21 no Diário de Notícias e 26 na Folha de Boa Vista, que se mantêm mais perto de suas médias no período.

## Gráfico 5.

### Convergência de publicações em agosto de 2018



*Nota.* Elaborado pelo autor

Antes de tratar propriamente dos gêneros jornalísticos, processamos eletronicamente a contagem de caracteres, a fim de obter média e mediana do volume dos textos. O resultado indicou uma relativa homogeneidade dos textos dentro dos veículos e na comparação, o que se confirmou como marca também na hora de categorizá-los. A Folha de Boa Vista apresentou uma média de 2.905 caracteres e mediana de 2.754, com o texto mais longo chegando a 8.299 caracteres. A proximidade entre média e mediana indica a distribuição relativamente uniforme no tamanho das matérias, compatível com a natureza de um jornal regional que privilegia atualizações frequentes e objetivas.

Na Folha de S.Paulo, a média foi de 3.123 caracteres e a mediana de 2.945, sendo que o texto de maior extensão atingiu 17.364 caracteres. Os valores indicam uma prática editorial que combina reportagens de fôlego, com análises mais detalhadas, e textos de

menor porte voltados para a atualização diária. No Diário de Notícias, os textos apresentam em média 2.642 caracteres, com uma mediana de 2.422. O maior texto publicado pelo jornal alcança 8.568 caracteres.

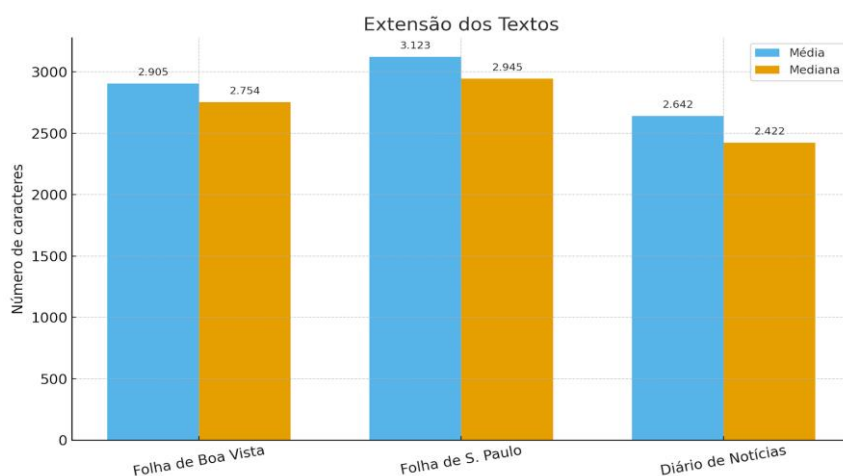
Na Folha de S. Paulo, um texto mais extenso é ‘Monitoramento e coordenação de ONGs é para melhorar resultados, afirma ministro’, uma matéria em parceria com a *BBC News*, publicado pela Folha em janeiro de 2019; tem como fonte uma entrevista com o então ministro da Secretaria de Governo, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz. Por sua vez, no Diário de Notícias, é ‘No Brasil, militares venezuelanos desertores lembram rotina de fome e abusos’, texto assinado pela ‘Redação DN’, contudo, notamos que o material é baseado totalmente em informações publicadas anteriormente na Folha de São Paulo. O texto reúne relatos de militares venezuelanos que abandonaram o serviço militar e refugiaram-se no Brasil, em um movimento sistemático que marcou aquele período. O uso de veículos brasileiros e agências de notícias pelo DN será tratado adiante.

Na Folha de Boa Vista, o maior texto encontrado também é uma exceção ao caráter mais factual noticioso adotado pelo jornal. Trata-se de uma reportagem, com várias fontes migrantes, sobre os primeiros migrantes venezuelanos que conseguiram emitir a Carteira de Trabalho no Brasil, publicada em março de 2017, sem assinatura. O olhar exploratório às publicações do veículo local indica que no início da crise, a questão migratória ainda era distante da problemática social subsequente. Assim, por não estar presente na cobertura diária, o tema recebia eventualmente a atenção em textos mais aprofundados, algo que se encerra no fim de 2017 (vide o gráfico acima), quando a cobertura factual passa a ocupar definitivamente a agenda midiática roraimense.

Os três jornais apresentam médias e medianas de extensão próximas, com a Folha de S. Paulo exibindo leve predomínio de textos mais longos e, em conjunto com o *Diário de Notícias*, a presença de algumas matérias de grande extensão. A Folha de Boa Vista, por sua vez, demonstra um limite máximo de tamanho menor, o que pode ser entendido por seu perfil de cobertura local. Considerando que a FSP e o DN precisam contextualizar social e espacialmente os fatos, enquanto a FBV pode noticiar sem essa mediação, temos uma clara convergência na extensão das matérias.

### Gráfico 6.

Médias e medianas de Extensão dos textos publicados



*Nota.* Elaborado pelo autor

#### 6.4.2. Gêneros Textuais

Para estabelecer os parâmetros objetivos para classificar os estilos textuais presentes no corpus, tomamos inicialmente autores de referência como José Marques de Melo (2009) e Nelson Traquina (2005), cuja sistematização dos gêneros jornalísticos é muito usada no Brasil e em Portugal. Contudo, a leitura do corpus evidenciou uma homogeneidade considerável, marcada pela predominância absoluta de textos que seriam classificados noticiosos factuais. Diante desse cenário, estabelecemos um critério empírico híbrido para diferenciação das matérias factuais, as quais dividimos em dois subgrupos: textos noticiosos factuais centrados em acontecimentos específicos, datados e claramente identificáveis no tempo e no espaço; e textos factuais que utilizam o relato de fatos como porta de entrada para abordagens temáticas ou contextuais mais amplas. As poucas reportagens identificadas, agrupamos ao segundo grupo. A proposta é diferenciar a partir dos gêneros, quais textos tratam do fenômeno social a partir dos fatos em sua dimensão de urgência e de uma presumida demanda por atualização rápida, e quais fazem o caminho inverso, tratando os fatos como decorrência de um contexto. Artigos de opinião, colunas, editoriais e entrevistas, foram considerados à parte do

modelo proposto, contudo, estão praticamente restritos à Folha de S. Paulo, e não impactam o olhar geral inicial dedicado ao corpus integral.

Com base nesses critérios, definimos as seguintes categorias para análise: (1) Noticioso Factual; (2) Reportagem ou Noticioso Aprofundado (agrupados em uma mesma classe, dado o caráter interpretativo e de maior densidade informativa); (3) Opinião Editorial; (4) Opinião Externa; e (5) Entrevista. Essa tipologia possibilita considerar nuances internas do jornalismo informativo sem perder de vista a predominância do gênero noticioso que caracteriza o conjunto de dados.

O procedimento classificatório foi conduzido a partir da leitura atenta de títulos, subtítulos, *leads* e, em seguida, do texto completo das matérias, registrando, nessa ordem, elementos factuais e contextuais. Essa hierarquia de leitura permitiu interpretar, texto a texto, a ênfase predominante de cada peça, garantindo rigor analítico e coerência metodológica.

#### **6.4.2.1. Gêneros na Folha de Boa Vista**

Dos 455 textos analisados da Folha de Boa Vista, 349 (76,7%) foram classificados como Noticioso Factual e 106 (23,3%) como Reportagem ou Noticioso Aprofundado, sem ocorrências de Opinião Editorial ou Opinião Externa. Essa configuração pode refletir a atuação de um veículo geograficamente próximo do epicentro do fluxo migratório, que atende a uma demanda de informação imediata da população de Roraima. É plausível supor que a necessidade de atualizações frequentes, associada a equipes de redação reduzidas, favoreça matérias objetivas e de rápida apuração. Outra hipótese é que a proximidade com fontes governamentais e comunitárias reforce a ênfase em dados operacionais recentes enviados às redações.

Quanto à ausência de textos de opinião, cabe registrar duas ressalvas que podem ter resultado em um pequeno desvio: o jornal roraimense mantém a coluna ‘Parabólica’, composta por notas opinativas diárias, porém sem acervo digital – possivelmente por conta da fluidez política da empresa jornalística frente à política local. A busca direta no acervo do jornal teve resultado pouco expressivo para o escopo desta pesquisa, pela baixa ocorrência e também por inserirem as referências à migração num contexto de

outras notas opinativas. Verificamos o mesmo na coluna social do jornal. Embora trate-se de seções historicamente importantes para o jornal, trazê-las à análise poderia comprometer os resultados globais. A seção de participação de leitores, embora com diversas menções ao tema migratório, foi excluída por não se tratar de produção jornalística profissional e editorial do jornal. Ao optar pela exclusão deste conteúdo, procedemos da mesma forma nos outros veículos, tomando como padrão a seleção apenas de textos autóctones cujo título ou subtítulo tenham relação direta com o fenômeno migratório.

A análise das editoriais atribuídas pelo jornal a cada texto, mostra predominância absoluta da seção ‘Cotidiano’, seguida por ‘Política’, ‘Policia’ e outras categorias de menor frequência. Essa concentração em Cotidiano reforça a hipótese de que a cobertura da migração está fortemente ligada ao dia a dia da cidade de Boa Vista e ao acompanhamento de fatos imediatos, em sintonia com a rotina local e com a necessidade de atualização constante. A distribuição sugere que a migração venezuelana é enquadrada principalmente como um acontecimento que impacta a vida urbana e os serviços públicos de Boa Vista, mais do que como um tema político ou internacional. Isso é reforçado pela observação cronológica das publicações no jornal. Em 2017, a Folha de Boa Vista mantinha um volume de textos publicados semelhantes aos dos jornais paulista e português. Àquela época, a migração ainda era um processo novo, e a sociedade demandava mais explicações quanto ao fenômeno. Isso foi se alterando à medida que o fluxo se tornou constante e prolongado, e as questões sociais decorrentes da migração passaram à primeira ordem nas demandas da sociedade local.

#### **6.4.2.2. Gêneros na Folha de S. Paulo**

Na Folha de S. Paulo foram identificados 104 textos (56,8%) como ‘Reportagem e Noticioso Aprofundado’, 59 (32,2%) como ‘Noticioso Factual’, 11 (6,0%) em ‘Opinião Editorial’ e nove (4,9%) em ‘Opinião Externa’. À primeira vista, o equilíbrio entre textos factuais e matérias de aprofundamento sugere que, dada a distância geográfica em relação ao fenômeno migratório, a redação tende a inserir a migração venezuelana em debates sobre políticas públicas, economia e direitos humanos, enquanto mantém a atualização das informações consideradas mais urgentes. A predominância de textos de

aprofundamento também se insere na tradição da Folha de S. Paulo de organizar dossiês e séries especiais (Azeredo, 2019).

A presença de artigos de opinião internos e externos sugere uma estratégia editorial de estimular debate público e pluralidade de vozes. Neste aspecto, o distanciamento também parece atuar, conferindo ao jornal uma relativa neutralidade em temas que perpassam questões políticas locais. No dia 25 de agosto de 2018, por exemplo, a Folha publicou dois artigos de opinião assinados por personalidades externas, sob o mesmo título: ‘O Brasil deve fechar em caráter temporário a fronteira com a Venezuela para conter a imigração?’. O artigo com a resposta ‘sim’ à questão é assinado pela então governadora de Roraima Suely Campos, e o artigo que responde ‘não’ foi escrito pelo professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, João Jarochinski (Folha de S. Paulo, 2018c, 2018d).

O texto de Suely Campos, intitulado ‘O Brasil começa em Roraima’, defende o fechamento ao enfatizar a sobrecarga dos serviços públicos de Roraima, a omissão do Governo Federal e o colapso social diante do fluxo migratório, tratando o fechamento como resposta emergencial para proteger a população local. Em contraposição, o internacionalista e professor João Jarochinski, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), afirma no texto ‘Além das razões humanitárias’, que a restrição violaria acordos internacionais, reduziria o prestígio do Brasil, seria ineficaz historicamente e aumentaria a vulnerabilidade dos migrantes, propondo em vez disso políticas de integração e proteção humanitária.

#### **6.4.2.3. Gêneros no Diário de Notícias**

No Diário de Notícias, são 39 (41,9%) textos enquadrados como ‘Noticioso Factual’, 53 (57,0%) de ‘Reportagem e Noticioso Aprofundado’ e uma (1,1%) ‘Entrevista’, sem ocorrências de ‘Opinião Editorial’ ou ‘Opinião Externa’. A predominância relativa de reportagens e textos aprofundados também parece ser reflexo do distanciamento geográfico e político do jornal em relação ao Brasil e à Venezuela, favorecendo a produção de narrativas que situam a migração em debates internacionais, como políticas europeias de refúgio ou relações Sul-Sul, como veremos nas análises temáticas mais à diante.

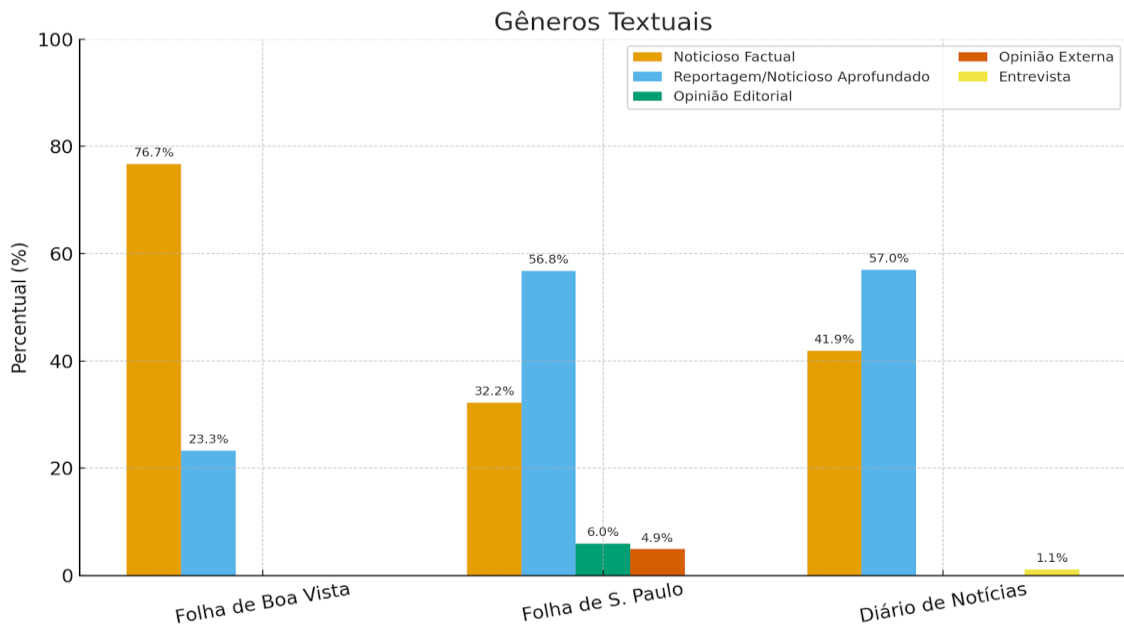
Também veremos à frente, a dependência de agências, documentos oficiais e publicações em veículos de imprensa brasileiros estimula reportagens que utilizem fontes secundárias e contextualização detalhada em vez do noticiário diário. A escassez de textos opinativos parece refletir uma política editorial que privilegia análises embutidas nas reportagens, uma vez que da perspectiva portuguesa, por mais que haja um espaço para as notícias, a questão específica de Roraima não é um tema de grande relevância no agendamento mediático local.

E justamente por estar direcionada a um público geograficamente distante, a cobertura do DN resulta em textos interessantes, que tratam de questões factuais sob a ótica humana, como na reportagem ‘Samuel, o voluntário que mata a fome dos venezuelanos nas ruas do Brasil’, publicada em 9 de setembro de 2018. O texto, assinado como ‘Redação DN’, relata a rotina de Samuel, brasileiro que distribui alimentos a imigrantes venezuelanos em situação de rua em Boa Vista. O texto descreve as ações noturnas do voluntário, de entrega de comida e sua interação direta com famílias e jovens que enfrentam fome e insegurança, inserindo esse trabalho voluntário no contexto da crise migratória venezuelana, das tensões locais e das respostas do Governo Federal, como o envio de tropas para a região (Diário de Notícias, 2018b).

A ausência de textos opinativos, restritos a uma única entrevista produzida pela agência Lusa, não surpreende. Aliás, o que é surpreendente é o número de publicações dedicadas pelo periódico à migração venezuelana em Roraima, com números muito superiores aos jornais brasileiros regionais e aos demais portugueses, como mostramos no início do capítulo. Portanto é fundamental ter em conta que a inserção da crise local em Roraima à crise global dentro da pauta do DN é significativa, contudo, como verificamos posteriormente, os artigos de opinião e editoriais do jornal estão voltados a demandas mais centrais do seu público, como a migração venezuelana a Portugal, os impactos das crises aos luso-venezuelanos e aos temas políticos e econômicos que explicam o cenário de repulsão de cidadãos venezuelanos a outras partes do mundo.

**Gráfico 7.**

Distribuição dos gêneros textuais



Nota. Elaborado pelo autor

**6.4.3. Classificação das Fontes**

O texto jornalístico tem em sua essência na relação entre jornalistas e fontes. No contexto desta pesquisa, em que trabalhamos com um corpus extenso que inviabiliza o exame minucioso das rotinas produtivas, tomamos a seleção e o uso das fontes como elementos centrais e estruturantes do discurso noticioso. É a partir deles que se tornam visíveis, ainda que de forma parcial, prioridades editoriais e certos procedimentos de apuração adotados pelas redações.

Tomamos como base desta análise o trabalho ‘Classificação das Fontes de Notícias’, de Aldo Antonio Schmitz (2010). Essa sistematização, produzida no campo luso-brasileiro dos estudos jornalísticos, parte da revisão de autores clássicos e contemporâneos, como Gieber e Johnson (1961), Sigal (1973), Molotch e Lester (1974), Hall et al. (1978), Gans (1980), Pinto (2000), Lage (2001) e Chaparro (2009). Sobre esse alicerce teórico, o autor propõe uma classificação dinâmica das fontes jornalísticas com base em cinco dimensões analíticas: categoria, grupo, ação, crédito e qualificação (Schmitz, 2010).

Schmitz (2010) entende que as tipificações tradicionais são fragmentadas e sobrepostas, muitas vezes limitadas à distinção entre fontes oficiais e não oficiais. A partir da síntese teórica e empírica de manuais de redação de veículos brasileiros, o autor desenvolve uma matriz classificatória que amplia o entendimento da relação entre jornalistas e fontes. Essa matriz organiza as fontes conforme sua categoria (primária ou secundária), grupo (oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência), modo de ação (proativa, ativa, passiva ou reativa), crédito (identificada ou sigilosa) e qualificação (confiável, fidedigna ou duvidosa). Esses critérios têm por finalidade identificar, classificar e interpretar a presença e o papel das fontes nos textos jornalísticos, observando a natureza informativa de cada citação e inferindo o grau de agência exercido pelo jornalista na construção do discurso.

Na análise que realizamos, adaptamos o conjunto de critérios metodológicos proposto por Schmitz (2010) às especificidades do corpus. Adotamos a noção de fonte jornalística que considera como fonte todo ator ou entidade que introduza informação nova no texto, seja por meio de fala direta ou indireta, seja pela apresentação de dados ou documentos atribuídos explicitamente. Menções a instituições, parcerias e cooperações não configuram fonte quando não houver atribuição informativa autônoma; do mesmo modo, ser citado por outra fonte não equivale a ser fonte.

Organizamos o sistema classificatório em seis grupos hierarquizados: oficial, institucional, referência, especializada e cidadã/testemunhal. Consideramos fontes oficiais aquelas vinculadas a órgãos estatais ou autoridades públicas que falam em nome do Estado. As fontes institucionais abrangem entidades da sociedade civil organizada, organizações religiosas e organismos internacionais quando expressam fala própria, relatos de campo ou informações operacionais. O grupo referência reúne instituições que produzem e divulgam dados agregados, como IBGE, IPEA, OBMigra ou R4V, classificadas assim apenas quando as matérias as citam explicitamente como origem de dados. Fontes especializadas correspondem a profissionais ou acadêmicos que oferecem interpretações técnicas qualificadas, e fontes cidadãs ou testemunhais englobam indivíduos direta ou indiretamente afetados pelos fatos narrados, incluindo migrantes quando há fala atribuída.

Identificamos como fontes primárias aquelas diretamente envolvidas nos fatos e que fornecem dados em primeira mão, enquanto as secundárias são as que contextualizam,

interpretam ou analisam os acontecimentos. Essa distinção, inspirada em autores como Lage (2001) e Pinto (2000), permite identificar o grau de proximidade da fonte em relação ao evento noticiado e a natureza de sua contribuição informativa. No caso desta pesquisa, aplicamos esse parâmetro especialmente para observar em que condição as fontes migrantes são posicionadas nos textos, avaliando se sua fala atua como testemunho do acontecimento ou como comentário posterior, o que nos permite inferir o lugar discursivo concedido aos sujeitos migrantes dentro das narrativas jornalísticas.

Analisamos cada matéria promovendo o registro de um conjunto fixo de variáveis. O número de fontes indica quantos atores autônomos efetivamente introduzem informação nova no texto, sem repetições de um mesmo órgão. A lista de fontes reúne nominalmente as entidades identificadas, normalizando eventuais variações de nomenclatura. A fonte principal é aquela cuja contribuição estrutura o núcleo factual do texto, definida por critérios hierárquicos que incluem sua presença no título ou lead, o tipo de citação (fala direta ou indireta), a frequência de menção e sua centralidade temática. O grupo da fonte principal identifica a categoria a que pertence essa fonte conforme o sistema tipológico. Utilizamos a variável ‘há fonte migrante?’, marcada positivamente apenas quando há fala direta ou indireta atribuída a indivíduo migrante, sendo irrelevantes menções genéricas a grupos, abrigos ou instituições sem atribuição pessoal. Quando há fonte migrante, indicamos sua categoria como primária (relato de vivência ou acontecimento) ou secundária (interpretação ou opinião sem vínculo factual direto).

O item ‘perfil de ação do jornalista’ avalia o grau de agência do repórter na composição das informações. Embora, conforme já explicamos, não incluamos nesta pesquisa a investigação pormenorizada das práticas e rotinas produtivas dos jornalistas em cada matéria, o olhar sobre as fontes oferece indícios consistentes sobre a forma pela qual a informação chega à publicação. Textos classificados como passivos/reativos recorrem a apenas uma fonte ou de um mesmo campo de poder, reproduzindo seu discurso sem articulação. Textos mistos articulam diferentes fontes dentro de um mesmo campo, geralmente órgãos estatais de distintos níveis, demonstrando alguma mediação narrativa. Já os textos ativos/proativos apresentam diversidade de campos informativos (por exemplo, combinação de fontes oficiais, institucionais e cidadãos) e revelam iniciativa interpretativa do jornalista. Para assegurar a centralidade das vozes

diretamente afetadas, mantemos uma regra adicional: toda matéria que contiver pelo menos uma fonte migrante é classificada como de perfil ativa/proativa.

Aplicamos ainda três regras complementares. Primeiramente, expressões participativas como “em parceria com” ou “com apoio de” não caracterizam fonte autônoma. Em segundo lugar, citações mediadas não configuram fonte quando a informação é apenas mencionada por outra entidade sem fala ou dado próprio. Por fim, a classificação de organismos internacionais segue distinção semântica: OIM, ACNUR e IBGE são considerados fontes institucionais quando falam por si e fontes de referência apenas quando citados por seus relatórios ou dados agregados.

Aplicamos todos os campos definidos no protocolo especificamente às matérias publicadas no mês de agosto de 2018 nos três jornais analisados. Essa delimitação temporal visa aprofundar a interpretação qualitativa dos resultados e examinar, em escala reduzida, as dinâmicas discursivas identificadas no conjunto mais amplo. Concentramos a observação em quatro dimensões centrais: o número de fontes presentes em cada texto, a ocorrência de fontes migrantes, o grupo a que pertence a fonte principal e o perfil da ação do jornalista.

Ressaltamos que o uso do recorte de agosto de 2018 justapõe as coberturas por parte das três esferas de um período de fatos emergentes e, conseqüentemente, de coincidências frequentes na pauta dos três veículos. A análise das fontes no corpus geral, realizada durante as leituras exploratórias iniciais, demonstrou uma diferença muito maior no perfil das vozes mobilizadas. Contudo, essa diferença ocorre, sobretudo, pela seleção de fatos e assuntos bastante diferentes entre si ao longo dos três anos contemplados no corpus, resultando em dados que não podem ser comparados num campo ancorado por parâmetros objetivos.

Em todas as etapas, sustentamos as classificações por trechos de evidência: falas, dados ou atribuições explícitas, registrando metodologicamente as decisões em casos de ambigüidade. Preservamos a coerência longitudinal: uma mesma entidade mantém o grupo classificatório ao longo do corpus, salvo mudança explícita de papel discursivo. Essa sistemática nos permite mensurar com rigor a arquitetura de fontes nas coberturas e, sobretudo, compreender como se distribuem as posições de fala e de poder informativo no discurso jornalístico sobre o tema.

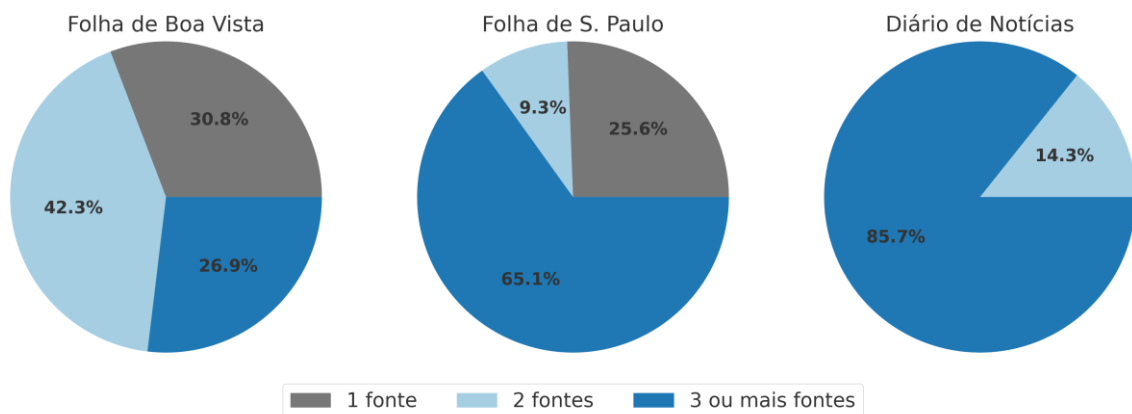
### 6.4.3.1. Panorama de uso das Fontes

Quanto ao número de fontes por matéria, na Folha de Boa Vista, observamos que oito textos (30,8%) apresentaram apenas uma fonte; 11 textos (42,3%) tiveram duas fontes; e apenas sete textos (26,9%) contaram com três ou mais fontes. Na Folha de S. Paulo, 11 matérias (25,6%) apresentaram uma única fonte. Importante observar que destas, oito são textos autorais, como artigo de opinião, editorial ou entrevista. Se excluídos, o percentual de textos com fonte única cai para 7%. Foram quatro textos (9,3%) com duas fontes, e 28 (65,1%) recorreram a três ou mais fontes.

No Diário de Notícias, considerando o conjunto de 21 textos publicados no período examinado, temos 18 textos (85,7%) que utilizaram três ou mais fontes. Não foram registradas matérias que apresentassem apenas uma fonte e três (14,3%) recorreram a duas fontes. O DN, especificamente, faz referência a veículos da imprensa brasileira e agências de notícias em sete matérias (33,3% do total). Essas menções não foram contabilizadas como uma fonte à parte e sua presença será tratada nas interpretações dos resultados.

#### Gráfico 8.

Número de fontes mobilizadas por matéria



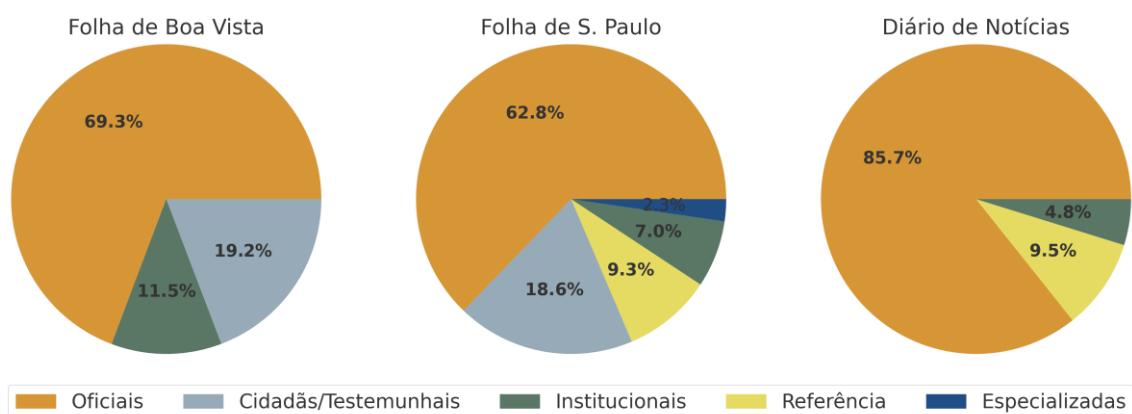
Nota. Elaborado pelo autor

Na distribuição por grupo da fonte principal, identificamos na Folha de Boa Vista a predominância robusta de fontes oficiais, presentes em 18 matérias (69,2%). As fontes institucionais foram identificadas em três textos (11,5%) enquanto as cidadãs/testemunhais são mobilizadas em cinco (19,2%). O jornal não traz, como fonte principal, nenhuma do grupo especializada ou referência, no período.

Na Folha de S. Paulo também predominam as fontes oficiais, presentes em 27 textos (62,8%), seguidas das fontes cidadãs/testemunhais, em oito (18,6%), e das de referência, em quatro (9,3%). As institucionais apareceram em três matérias (7,0%), enquanto as especializadas foram identificadas em apenas uma (2,3%). No Diário de Notícias, a predominância de fontes oficiais se apresenta em 18 textos (85,7%), seguida das de referência, em duas matérias (9,5%), e das institucionais, em uma (4,8%). As fontes cidadãs/testemunhais e especializadas não foram registradas como fonte principal em nenhum texto.

### Gráfico 9.

Comparação dos grupos das fontes principais



Nota. Elaborado pelo autor

Quanto ao total de fontes mobilizadas, tomando o total de 60 fontes contabilizadas em todas as matérias da Folha de Boa Vista, predomina expressivamente o grupo oficial, responsável por 56,7% das ocorrências (34 fontes), seguido das fontes cidadãs/testemunhais, com 25,0% (15 fontes), das institucionais, com 13,3% (oito

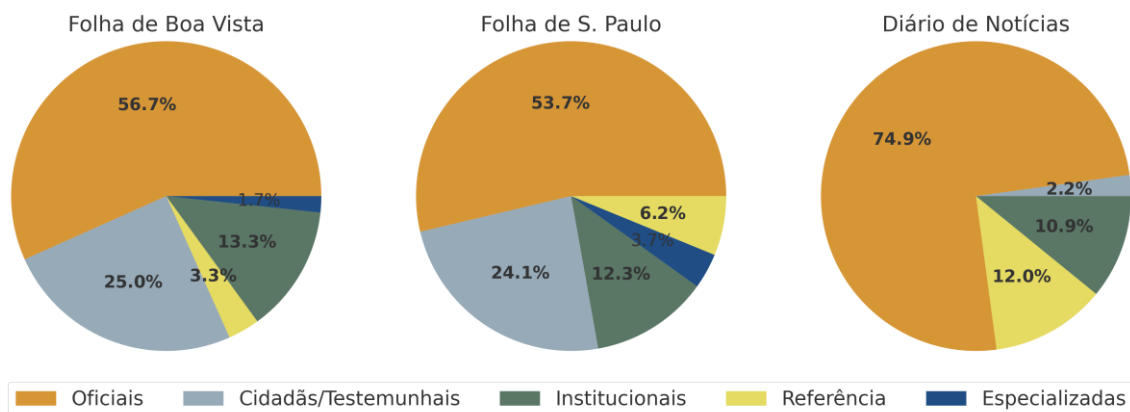
fontes), das de referência, com 3,3% (duas fontes), e das especializadas, com 1,7% (uma fonte).

No conjunto de 162 fontes identificadas em todas as matérias da Folha de S. Paulo, há uma configuração mais equilibrada entre os diferentes grupos, embora ainda haja predomínio das fontes oficiais, responsáveis por 53,7% do total (87 fontes); as fontes cidadãs/testemunhais correspondem a 24,1% (39 fontes), seguidas pelas institucionais, com 12,3% (20 fontes), pelas de referência, com 6,2% (10 fontes), e pelas especializadas, com 3,7% (6 fontes).

No Diário de Notícias, o conjunto de todas as fontes identificadas soma 92 ocorrências. Desse total, 75,0% (69 fontes) pertencem ao grupo oficial, 12,0% (11 fontes) ao grupo de referência, 10,9% (10 fontes) ao grupo institucional e 2,2% (duas fontes) ao grupo cidadã/testemunhal. Não foram registradas ocorrências de fontes especializadas.

### Gráfico 10.

Comparação dos grupos das fontes totais



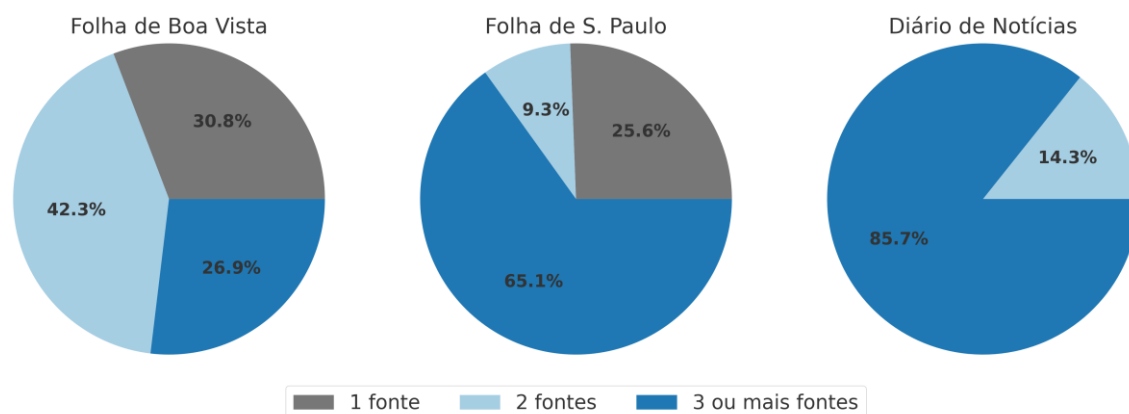
Nota. Elaborado pelo autor

Quanto à presença de fontes migrantes, na Folha de Boa Vista, apenas cinco matérias identificam de forma explícita a presença dessas vozes (19,2%), enquanto em 21 textos (80,8%) não se identificou fala ou informação atribuída a migrantes. Na Folha de S. Paulo, elas foram identificadas em 10 textos (23,3%), enquanto 33 (76,7%) não

apresentaram esse tipo de fonte. No Diário de Notícias, não foram registrados textos com fala ou informação atribuída a indivíduos migrantes.

### Gráfico 11.

Presença de Fontes Migrantes



*Nota.* Elaborado pelo autor

Quanto ao perfil de ação do jornalista, na Folha de Boa Vista, a classificação ativa/proativa foi observada em apenas cinco textos (19,2%), a mista em nove (34,6%) e a passiva/reativa em 12 (46,2%). Na Folha de S. Paulo, os resultados indicaram 33 textos (76,7%) de ação ativa ou proativa, quatro (9,3%) como mista e seis (14,0%) como passiva ou reativa. No Diário de Notícias, predomina a atuação ativa ou proativa, em 18 matérias (85,7%), seguida pela mista, em três (14,3%). Não foi registrada a atuação passiva/reativa em nenhuma matéria.

#### 6.4.4. Valores-notícia

A lista de valores-notícia foi composta especificamente para esta análise, em função do recorte temático do corpus, marcado por crise migratória, fronteira, políticas públicas e disputas institucionais e dos enquadramentos percebidos na primeira camada de análise. Como ponto de partida, recorreremos aos valores clássicos de Galtung e Ruge (1965), cuja formulação orienta dimensões essenciais como proximidade, relevância, negatividade e continuidade. Em seguida, essa base é aproximada das contribuições de

autores brasileiros e portugueses, em especial Erbolato, Chaparro e Lage, que adaptam e refinam esses critérios para o contexto do jornalismo nacional dos dois países, enfatizando atualidade, proximidade, interesse humano, identificação social, dramaticidade e impacto.

A partir desse conjunto de referências, a lista é reorganizada à luz da proposta de Traquina (2008), cuja sistematização distingue explicitamente entre valores de seleção e valores de construção, apoiada também na discussão de critérios substantivos e contextuais em Wolf (2003). Os valores de seleção permitem captar por que determinados acontecimentos entram na agenda noticiosa (por exemplo, importância, proximidade, relevância, atualidade/atualização, proeminência, imprevisibilidade, conflito/controvérsia, continuidade), enquanto os valores de construção ajudam a descrever como esses acontecimentos são narrados (personalização, dramatização, simplificação, amplificação, visualização). mobilizado na análise empírica está ancorado em pelo menos um desses referenciais teóricos.

#### A. Valores de seleção

São os critérios que orientam quais acontecimentos se tornam notícia, determinando sua relevância e o grau de atenção que recebem no processo de produção jornalística:

- Importância: relaciona-se ao impacto social, político ou econômico do fato e à sua relevância pública.
- Proximidade: refere-se à ligação geográfica, cultural ou afetiva entre o acontecimento e o público.
- Relevância: expressa o valor social atribuído ao tema, especialmente quando mobiliza interesse coletivo.
- Imprevisibilidade/Ineditismo: diz respeito ao caráter inesperado ou raro do acontecimento.
- Conflito/Controvérsia: envolve a presença de disputa, oposição ou tensão entre atores ou grupos.
- Proeminência: valoriza figuras públicas, autoridades ou instituições reconhecidas socialmente.
- Atualidade/Atualização: privilegia acontecimentos recentes ou em curso, reforçando a

ideia de novidade.

### B. Valores de construção

Dizem respeito às estratégias narrativas utilizadas para tornar o fato compreensível e atraente ao público, estruturando a forma da notícia:

- Personalização: aproxima o leitor por meio de histórias individuais ou testemunhos humanos;
- Dramatização: enfatiza o conflito, o sofrimento ou a emoção presente nos acontecimentos;
- Simplificação: organiza o discurso em termos claros, binários ou de fácil interpretação;
- Polarização: reforça a oposição entre lados, posições ou interesses distintos;
- Amplificação: intensifica a gravidade ou importância de um fato por meio de ênfases retóricas;

O ponto de partida da análise é olhar para a ‘negatividade’, princípio sintetizado pela expressão recorrente entre jornalistas de que “*bad news are good news*” (Galtung & Ruge, 1965, p. 68). Na obra de Traquina, a ‘negatividade’ se insere em outros valores, como ‘conflito/controvérsia’, ‘dramatização’ e ‘importância, mas aqui vamos destacá-lo por entender desde a composição do corpus que se trata de um valor marcante na cobertura em análise.

A negatividade constitui um dos valores-notícia mais recorrentes na cobertura da migração venezuelana, confirmando o entendimento de que acontecimentos marcados por conflito, tragédia ou perturbação da ordem social tendem a receber maior atenção jornalística. No corpus da Folha de Boa Vista, referente ao mês de agosto de 2018, esse valor esteve presente em 19 dos 25 textos analisados (76%). Na Folha de S. Paulo, a incidência foi ainda mais expressiva: dos 43 textos publicados no mesmo período, 38 apresentaram indicadores claros de negatividade, o que representa 94,6% do conjunto. Já no Diário de Notícias, a presença do valor foi absoluta, observada em 100% das 21 matérias analisadas. Como observamos na análise dos enquadramentos mediáticos, a

negatividade se configura num gatilho comum, que é depois organizado por temas diferentes.

Esse valor-notícia aponta a razão pela qual o mês de agosto de 2018 recebeu tanta atenção de veículos distantes, como a Folha de S. Paulo e o Diário de Notícias: o período coincidiu com episódios críticos e conflituosos na fronteira entre Brasil e Venezuela. A Folha de Boa Vista, por sua vez, tem no período uma continuidade de sua cobertura sobre a migração, marcada também pela negatividade, mas sem uma atenção tão grande aos eventos que chamaram a atenção dos outros dois jornais. A menor incidência de negatividade deve ser interpretada com cautela, pois provavelmente decorre da predominância de textos baseados em uma única fonte, geralmente oficial, o que limita a possibilidade de conflito intertextual. Além disso, os episódios de tensão já não apresentavam ineditismo para o público local.

Entre os valores-notícia analisados, destacam-se, em primeiro lugar, aqueles com ocorrência elevada e praticamente universal nos três jornais: atualidade/atualização (92% na Folha de Boa Vista, 82,9% na Folha de S. Paulo e 100% no Diário de Notícias), proximidade (100%, 100% e 100%) e importância (64%, 92,7% e 90,5%). O que temos não é algo específico de nossa análise, mas confirma um consenso estrutural sobre critérios básicos de noticiabilidade. Esses valores compõem o núcleo comum da cobertura e refletem o compromisso jornalístico com a atualização dos fatos, a hierarquização dos temas e a vinculação contextual entre o acontecimento e o público.

Em seguida, observam-se valores com resultados próximos entre os três veículos, como conflito/controvérsia (4% na Folha de Boa Vista, 34,1% na Folha de S. Paulo e 33,3% no Diário de Notícias) e dramatização (52%, 78% e 76,2%). Essas taxas elevadas e convergentes revelam uma tendência compartilhada à valorização de eventos de ruptura e de narrativas centradas no sofrimento humano e nas tensões sociais. O resultado reforça a hipótese de que o enquadramento da migração venezuelana é predominantemente ancorado na lógica da crise, tanto na imprensa local quanto na nacional e internacional.

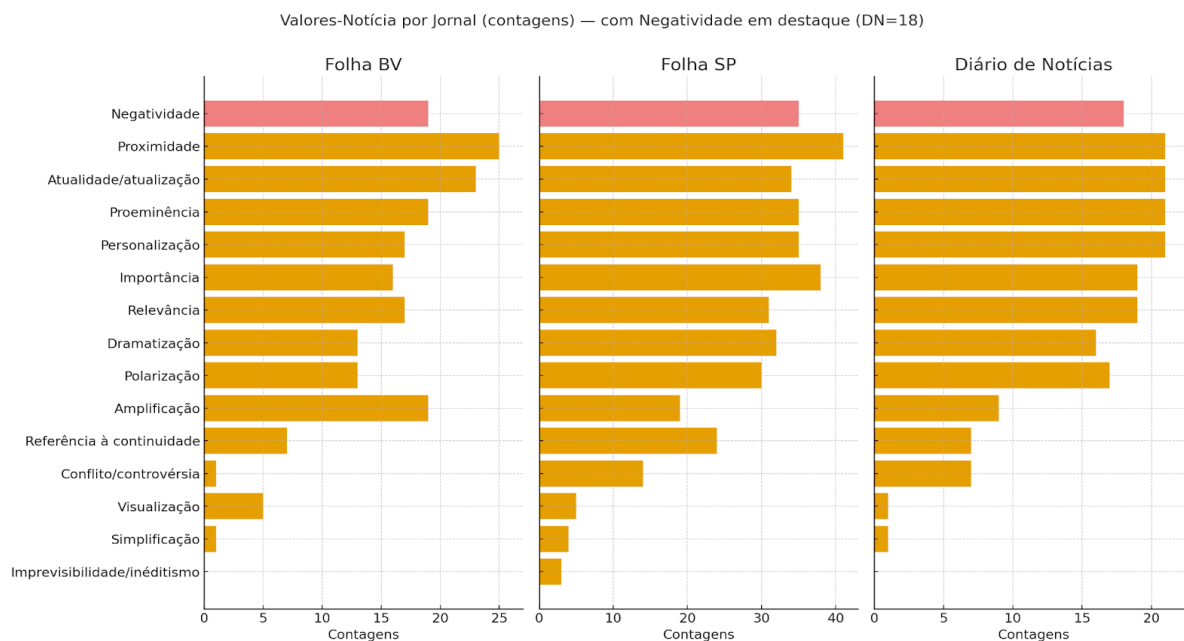
Por fim, os valores com maior discrepância entre os jornais evidenciam diferenças editoriais significativas. A personalização (68% na Folha de Boa Vista, 85,4% na Folha de S. Paulo e 100% no Diário de Notícias) relaciona-se ao perfil e ao número de fontes

utilizadas pelos veículos. A simplificação (4%, 9,8% e 4,8%, respectivamente), associada à clareza e à função explicativa das matérias, reflete tanto o nível de envolvimento dos públicos com o fenômeno quanto estratégias narrativas distintas. Em linhas gerais, enquanto a Folha de Boa Vista tende a representar o fenômeno migratório a partir de atores locais e situações concretas, a Folha de S. Paulo e o Diário de Notícias privilegiam construções discursivas mais amplas, de caráter institucional ou político. Essas variações confirmam que, embora compartilhem um núcleo estável de valores-notícia, cada jornal constrói sua própria gramática de noticiabilidade conforme o lugar que ocupa no sistema mediático.

No contexto dos valores-notícia, que é marcado por subjetividade hermenêutica, a observação do conjunto do corpus – seja integral, seja no recorte de agosto de 2018 – tem caráter mais expositivo. Dentro do contexto geral da análise, os valores estão associados a outros aspectos discursivos e temáticos, os quais, reunidos, permitiram inferências mais objetivas.

## Gráfico 12.

### Valores-notícia observados no recorte de agosto de 2018



*Nota.* Elaborado pelo autor

## **6.5. Terceira Camada: Questões Migratórias**

Esta camada de análise tem como marcadores teóricos, aspectos relacionados às teorias migratórias apresentadas na fundamentação teórica da pesquisa. Para possibilitar maior objetividade na observação, iniciamos com uma análise de caráter lexical, de representações valorativas da migração, aplicada ao corpus completo, o que permitiu situar o contexto discursivo em que as matérias foram produzidas. Em seguida, sobre o recorte temporal de agosto de 2018, foram aplicadas três leituras qualitativas: (1) identificação dos fatores de repulsão e de atração; (2) classificação dos textos no eixo integração/controlado; e (3) verificação de marcações de identificação e interseccionalidade.

A opção por trabalhar com múltiplos eixos sobre o mesmo corpus tem como finalidade revelar padrões que não aparecem apenas na superfície do lead ou do título, mas que emergem quando se cruzam enquadramentos, escolhas lexicais e perfis de fontes. Assim, os resultados apresentados a seguir devem ser lidos de forma integrada, pois é justamente na convergência dessas leituras que se torna visível a hierarquização implícita entre migrantes ‘desejados’ e ‘indesejados’, discutida na base teórica da pesquisa.

### ***6.5.1. Representações Valorativas da Migração***

A análise lexical dos três jornais revela três dimensões discursivas predominantes na forma como a migração venezuelana é representada: a fuga, que expressa a necessidade e a repulsão; a invasão, que traduz o conflito e a hostilidade; e o êxodo, que reforça a percepção de volume e descontrole do fluxo migratório. A escolha dos termos revela não apenas diferenças de enfoque, mas também gradações na forma como a experiência migratória é narrada, ora com ênfase humanitária, ora sob o signo da ameaça, ora sob a ótica da crise global.

O primeiro campo lexical, associado à fuga, é o mais recorrente entre os três jornais. Ele aparece em 50 matérias na Folha de Boa Vista (11,0% do total de textos analisados), em 48 matérias na Folha de S. Paulo (26,2%) e em 44 no Diário de Notícias (47,3%). Esses

números mostram que a fuga e suas derivações (como fugir ou fugindo) são amplamente empregadas para descrever a motivação da saída e as condições de repulsão enfrentadas pelos venezuelanos.

Um exemplo desse uso aparece na Folha de S. Paulo, em reportagem de agosto de 2018: “O Exército brasileiro recorreu à fabricante sueca de móveis Ikea [...] para abrigar temporariamente os cerca de 500 venezuelanos que chegam diariamente a Roraima fugidos da crise no país de Nicolás Maduro.” (Folha de S. Paulo, 2018e). O enunciado constrói uma imagem de deslocamento forçado, associando o movimento à sobrevivência e à falta de alternativas, e configurando a fuga como vocabulário da necessidade.

A segunda categoria, centrada na noção de invasão, expressa uma leitura conflitiva do processo migratório por parte da sociedade receptora. As palavras invadir, invasão e invasores aparecem em 15 matérias na Folha de Boa Vista (3,3%), em 12 matérias na Folha de S. Paulo (6,6%) e em dois textos no Diário de Notícias (2,1%). Essa distribuição indica que, embora menos frequente que a fuga, a ideia de invasão tem peso simbólico relevante, pois desloca o foco da crise humanitária para a percepção de ameaça e desordem. O uso dos termos recorre a uma metáfora territorial, que opõe os que chegam aos que já estão, convertendo o movimento migratório em uma narrativa de ocupação e resistência.

Um exemplo dessa formulação aparece na Folha de Boa Vista, em matéria publicada em março de 2018: “A rodovia BR-174 que liga Boa Vista a Mucajaí, no perímetro urbano, também foi fechada pelos populares que pediam o fim do que consideram ‘invasão venezuelana’ na cidade” (Folha de Boa Vista, 2018b). O enunciado reproduz o vocabulário de ameaça e reforça a percepção de conflito entre moradores locais e migrantes, consolidando o discurso da invasão como representação da alteridade e do descontrole.

A formulação revela a tensão entre acolhimento e rejeição, marcando o discurso jornalístico por uma gramática da ameaça e da defesa. Por fim, o terceiro grupo lexical envolve expressões como êxodo, onda, avalanche e massa, que intensificam o sentido de magnitude e de descontrole dos fluxos. Esses termos ocorreram em sete matérias na

Folha de Boa Vista (1,5%), em 24 na Folha de S. Paulo (13,1%) e em 12 no Diário de Notícias (12,9%).

Palavras como êxodo, avalanche e onda, ou vaga, naturalizam o fenômeno, transformando pessoas em movimentos impessoais e reforçando a imagem de uma crise transnacional fora de controle. Um exemplo desse uso aparece no Diário de Notícias: “... Roraima, um dos estados mais pobres do país e que tem sido atingido pelo êxodo dos venezuelanos” (Diário de Notícias, 2018c).

O emprego de êxodo amplia a percepção de escala e gravidade, substituindo o sujeito migrante por uma coletividade abstrata e despersonalizada. A partir desses resultados, observamos que a Folha de Boa Vista tende a enfatizar a fuga como narrativa dominante, aproximando a migração da ideia de necessidade e sofrimento; a Folha de S. Paulo privilegia metáforas de conflito e impacto social, reforçando uma perspectiva de sobrecarga e insegurança; e o Diário de Notícias adota um enquadramento mais distante e amplificador, caracterizando o deslocamento como fenômeno massivo e global.

### **6.5.2. Fatores de Repulsão e Atração**

A formulação clássica de Everett Lee (1966), concebe a migração como resultado da interação entre forças de expulsão e de atração, que incluem motivações econômicas, sociais e institucionais para os deslocamentos. Para esta etapa de análise, adotamos como ancoragem teórica o modelo dos fatores de repulsão e atração, definidos em linhas gerais pela presença explícita de causas da saída (*push*) e/ou justificativas para a chegada (*pull*).

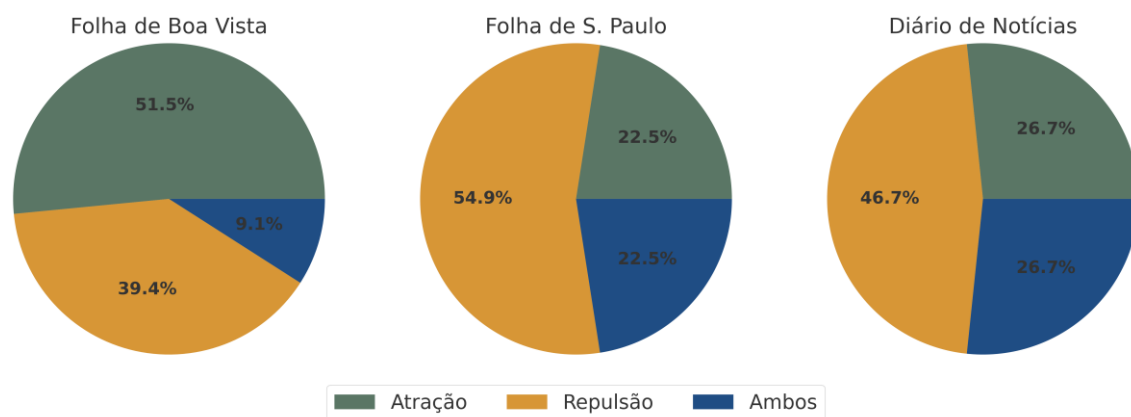
Há variáveis interpretativas neste enquadramento. Se adotado um critério estrito – que compreenda a repulsão como vetor exclusivo e predominante do processo migratório –, o resultado seria a ausência completa de fatores de atração, uma vez que a diáspora venezuelana decorre, sobretudo, de condições internas adversas. No entanto, a decisão de migrar ou permanecer e a escolha do país de destino também envolvem a percepção de acolhimento nos lugares de chegada. Assim, consideramos que a presença de políticas públicas de recepção, ações da sociedade civil e referências a direitos reconhecidos judicialmente constituem indicadores legítimos de fatores de atração,

ainda que derivados, por expressarem a expectativa de proteção e integração no território de destino.

Tomando as publicações de agosto de 2018, temos que na Folha de Boa Vista, 65,4% (17 matérias) apresentaram fatores de atração, 50,0% (13 matérias) registraram fatores de repulsão e 11,5% (3 matérias) combinaram ambos. Na Folha de S. Paulo, 40,0% (16 matérias) apresentaram fatores de atração, 97,5% (39 matérias) exibiram fatores de repulsão e 40,0% (16 matérias) reuniram ambos os fatores. No Diário de Notícias, 57,1% (12 matérias) apresentaram fatores de atração, 100% (21 matérias) registraram fatores de repulsão e 57,1% (12 matérias) combinaram ambos os fatores. Na FSP e no DN, todas as ocorrências de atração estão presentes em textos que também contêm fatores de repulsão. Na Folha de Boa Vista, essa coincidência é restrita a três ocorrências.

### Gráfico 13.

Fatores de Atração e Repulsão



Nota. Elaborado pelo autor

De forma geral, a comparação entre os três jornais demonstra que o fator de repulsão constitui o eixo dominante das narrativas jornalísticas, confirmando a centralidade da crise venezuelana como principal motivação para o deslocamento. Em todos os casos, a presença de fatores de atração é acompanhada por referências simultâneas à repulsão, o

que indica que o acolhimento e as ações institucionais são mencionados no mesmo contexto em que se destacam as causas da saída. Essa sobreposição sugere que, embora o discurso jornalístico reconheça elementos de integração e assistência, a migração venezuelana permanece predominantemente representada como consequência direta da deterioração das condições internas do país de origem.

### ***6.5.3. Integração e Controle***

A questão da integração e do controle nas políticas migratórias expressa a tensão entre ações voltadas à inclusão social dos migrantes e medidas de vigilância e contenção adotadas pelos Estados nacionais. A integração envolve práticas de acolhimento, acesso a direitos e inserção comunitária, enquanto o controle se relaciona à gestão de fronteiras, triagem e segurança interna. Essa dualidade reflete o equilíbrio instável entre soberania estatal e cooperação internacional.

Na Folha de Boa Vista, em 61,5% das matérias (16) foram percebidos aspectos de integração, em 42,3% (11), de controle, em 11,5% (três), ambas as ênfases, e 7,7% (duas), sem ênfase definida. Na Folha de S. Paulo, 50,0% das matérias (21) apresentaram integração, 40,5% (17) controle, 2,4% (uma) ambas e 11,9% (cinco) nenhuma. No Diário de Notícias, 47,6% (10) foram enquadradas como integração, 80,9% (17) como controle, 23,8% (cinco) como ambas e 14,3% (três) sem ênfase definida.

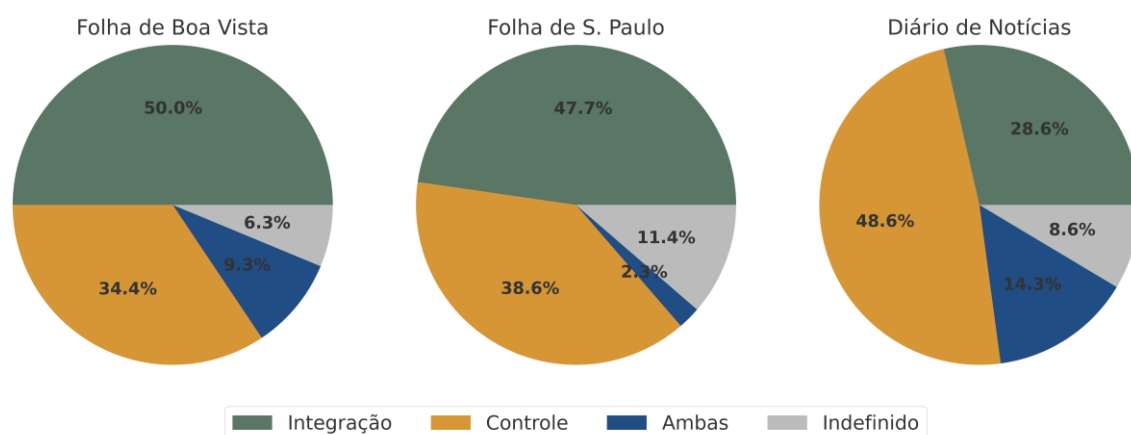
Um exemplo de integração é a matéria Ministra do STF suspende decreto que restringia serviços para venezuelanos (Folha de S. Paulo, 2018f). O texto relata a decisão da ministra Rosa Weber, que suspendeu um decreto do governo de Roraima por entender que ele “podia restringir o acesso deles [imigrantes venezuelanos] a serviços públicos”. O caso expressa a atuação do Judiciário na garantia de acesso a direitos e na reversão de medidas excludentes, enquadrando-se na categoria de integração, caracterizada pela presença de ações voltadas ao acolhimento e à inclusão.

O controle está presente em textos como ‘Venezuelanos são expulsos de Pacaraima’ (Folha de Boa Vista, 2018c), que descreve a expulsão de imigrantes por moradores, com ações como a “destruição com fogo das barracas improvisadas e dos pertences dos

imigrantes” e o uso de uma retroescavadeira para demolir abrigos, com o objetivo de impedir o retorno dos venezuelanos. A narrativa enfatiza a reação da população local e a adoção de medidas de contenção, configurando um enquadramento de controle vinculado à gestão da fronteira e à manutenção da ordem pública.

### Gráfico 14.

#### Integração e Controle



*Nota.* Elaborado pelo autor

Embora em menor escala, a presença de ambos os elementos se dá em textos, como ‘Governo brasileiro adota medidas de 43 ME face a fluxo de venezuelanos na fronteira’ (Diário de Notícias, 2018d). A matéria apresenta, no mesmo eixo narrativo, medidas de assistência social e ações de segurança: o lead informa que “o Governo brasileiro anunciou ter adotado mais medidas de assistência social a imigrantes venezuelanos e de segurança para as populações locais”. No corpo da matéria, essa coexistência é explicitada pela menção ao “ordenamento da fronteira, com controle e triagem adequados” (elemento de controle) e à “construção de 10 instalações que abrigam, temporariamente, os venezuelanos e à interiorização dos migrantes” (elemento de integração) (Diário de Notícias, 2018d).

#### **6.5.4. Identificação e Interseccionalidade**

A questão da identificação nas coberturas jornalísticas sobre migração está diretamente ligada ao modo como os migrantes são nomeados, descritos e enquadrados nos textos, refletindo relações de poder e reconhecimento simbólico. O jornalismo, enquanto mediador das zonas de contato, opera entre o conhecimento e o reconhecimento dos sujeitos migrantes, podendo tanto reforçar estigmas quanto validar identidades. Conforme Honneth (2003), o reconhecimento é um ato comunicativo que atribui valor social ao outro, e, nesse sentido, a linguagem jornalística atua como instrumento capaz de confirmar ou negar pertencimentos. A escolha de designações como ‘refugiados’, ‘imigrantes ilegais’ ou ‘pessoas em situação de vulnerabilidade’ ultrapassa a mera descrição factual e pode revelar a posição discursiva do emissor. Assim, a forma como os jornais identificam os migrantes traduz não apenas um enquadramento informativo, mas também uma dimensão moral do reconhecimento (Cardoso de Oliveira, 2006), na medida em que o ato de nomear participa da constituição pública de quem é considerado sujeito de direitos ou, ao contrário, objeto de controle e exclusão.

Com base na leitura exploratória do corpus total, adotamos cinco categorias de análise que aplicamos ao recorte de 2018, a fim de observar como os jornais nomeiam e descrevem os indivíduos e grupos migrantes. A primeira categoria, ‘cidadania e nacionalidade’, reúne expressões que associam diretamente os migrantes à sua origem, como venezuelanos, imigrantes venezuelanos e estrangeiros. A segunda, ‘status legal ou administrativo’, engloba designações vinculadas à situação documental ou institucional, como refugiados, solicitantes de refúgio, interiorizados e abrigados. A terceira categoria, ‘condição socioeconômica’, abrange formas de identificação baseadas na vulnerabilidade, como famílias carentes, pobres e desempregados. A quarta, pertencimento étnico ou cultural, refere-se a menções a grupos específicos, como povos indígenas. Por fim, a categoria de gênero e idade contempla menções a grupos como mulheres, mães e crianças, evidenciando tentativas de humanização individualizante. Juntas, essas categorias evidenciam diferentes modos de construção da identidade migrante na narrativa jornalística, oscilando entre designações genéricas, administrativas e socioculturais.

A ‘cidadania e nacionalidade’ foi o modo de nomeação mais recorrente nos três jornais, aparecendo em todas as matérias da Folha de Boa Vista (100,0%; 26), da Folha de S. Paulo (100,0%; 43) e do Diário de Notícias (100,0%; 21). Isso se explica por ser a nacionalidade uma modalidade de identificação essencial na cobertura jornalística sobre migrações, tanto foi este o critério para a composição do corpus.

A categoria ‘status legal ou administrativo’ apresentou frequência intermediária na imprensa brasileira, com ocorrência em 57,7% (15) das matérias da Folha de Boa Vista e em 52,4% (22) da Folha de S. Paulo, enquanto no Diário de Notícias alcançou 95,2% (20) das publicações. A matéria publicada em 3 de agosto de 2018 pelo Diário de Notícias, intitulada ‘Governo do Brasil pede a Tribunal suspensão de decreto contra venezuelanos’, apresenta uma construção discursiva integralmente orientada por um enquadramento de natureza legal–administrativa. O texto descreve a ação do Governo Federal contra o decreto do estado de Roraima que “restringe o acesso de imigrantes e refugiados venezuelanos a serviços como saúde e educação”, fundamentando essa posição no argumento de que “o Brasil, como signatário de diversos tratados e acordos internacionais que garantem princípios e direitos aos estrangeiros no país, tem a obrigação de contribuir para a universalização dos direitos humanos” (Diário de Notícias, 2018e). Essa perspectiva é reforçada no texto pela manifestação da Advocacia–Geral da União, que solicita ao Supremo Tribunal Federal “a suspensão imediata do decreto acima mencionado, bem como a declaração desta medida como um ato que ameaça a dignidade da justiça” (Diário de Notícias, 2018e). Ao empregar de forma reiterada as expressões imigrantes e refugiados venezuelanos e ao ancorar a narrativa na defesa de normas internacionais de proteção, o texto enquadra os migrantes como sujeitos de direito no plano jurídico–institucional, privilegiando a dimensão normativa da acolhida em detrimento de aspectos socioeconômicos ou identitários

A condição socioeconômica foi identificada em três das matérias da Folha de Boa Vista, em 16 da Folha de S. Paulo e em três do Diário de Notícias. A maioria dos textos dos três periódicos mencionam aspectos socioeconômicos das crises venezuelanas como fator de repulsão, como já descrevemos. Neste tópico buscamos atribuições diretas de valores relacionados à condição socioeconômica, aos grupos ou indivíduos já na condição de migrantes no Brasil. Na matéria ‘Migrantes vivem cotidiano de fome, preconceito e violência’, publicada na Folha de S. Paulo em 26 de agosto, os

venezuelanos são categorizados primordialmente por sua condição de extrema privação material, sendo explicitamente caracterizados pela situação de desempregados e aqueles que “vivem em espaços públicos. O texto detalha que “65% dos venezuelanos na cidade estão desempregados e 10% deles vivem em espaços públicos” (Folha de S. Paulo, 2018g). A abordagem enfatiza a vulnerabilidade socioeconômica profunda como elemento definidor da experiência migrante, representando-os, sobretudo, como um grupo populacional em situação de pobreza, dependência e exclusão social.

Quanto ao pertencimento étnico ou cultural, as ocorrências são pontuais, sendo uma na Folha de Boa Vista, uma na Folha de S. Paulo e uma no Diário de Notícias. O mesmo ocorre em relação aos marcadores de gênero e idade, que apareceram em uma das matérias da Folha de Boa Vista, cinco da Folha de S. Paulo e não foram observados no Diário de Notícias.

Embora essas duas categorias apresentem menor incidência em termos absolutos, sua ocorrência é relevante. As migrações em grande escala não se configuram como processos homogêneos, mas como movimentos plurais, no qual motivações, expectativas e formas de tratamento atribuídas aos migrantes refletem hierarquias e assimetrias estruturais das sociedades de origem e destino (Elias, 1994). Portanto a presença de representações jornalística da diversidade de identidades e experiências, observada entre mulheres, crianças, indígenas, idosos e outros subgrupos, alinha-se à percepção de que a mobilidade é vivida de maneiras distintas, e que esses marcadores geram desigualdades no acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento social, produzindo diferentes graus de vulnerabilidade e integração (Figueiredo, 2020). A diferença dos olhares local, nacional e internacional condiciona a pauta dos jornais quanto à representação dessa diversidade.

A matéria ‘Brasil vacinou 45 mil venezuelanos que entraram no país pela fronteira’ de nove de agosto de 2018 menciona que “os índios venezuelanos da tribo Warao estão a ser abrigados em lugares diferentes das demais populações da Venezuela que pediram abrigo no Brasil”. A referência à etnia Warao e à atuação da ‘Secretaria de Saúde do Índio’ indica a percepção e reconhecimento de um subgrupo específico de migrantes, identificado por sua origem étnica e pertencimento tribal, mesmo em notícia destinada a um público distante, e do enquadramento predominantemente institucional estatal dado pelo DN.

Em ‘Venezuelanas grávidas cruzam fronteira para ter bebê no Brasil’, publicada na Folha de S. Paulo em 22 de agosto, as migrantes são categorizadas primordialmente por sua condição de gênero e pela especificidade de sua saúde reprodutiva, sendo explicitamente identificadas como “venezuelanas grávidas”. O texto detalha a experiência específica dessas mulheres ao relatar que “Venezuelanas grávidas estão deixando seu país devido à falta de cuidados pré-natais, remédios e fraldas e cruzando a fronteira com o Brasil para ter o bebê” (Folha de S. Paulo, 2018h).

Um exemplo relevante de referência a marcadores de idade encontra-se na cobertura da Folha de Boa Vista, na matéria ‘É a chance de recomeçarmos as nossas vidas, afirmam refugiados venezuelanos’, publicada em 30 de agosto. A abordagem centraliza o projeto familiar e de proteção à prole como definidor da experiência migratória, utilizando a condição de pais e filhos como um marcador social: “Pais de três crianças, eles enaltecem o espírito solidário [...] Indo morar nessa nova cidade, o nosso desejo é o de recomeçar a vida e oferecer para nossos filhos um futuro melhor” (Folha de Boa Vista, 2018d).

#### ***6.5.5. Considerações sobre os Marcadores Migratório: Desejados e Indesejados***

Os quatro marcadores das teorias migratórias que usamos para observar características do discurso apontam para algo que está abaixo dos enquadramentos mais visíveis: há uma divisão recorrente entre migrantes cuja presença é validada e migrantes cuja presença é problematizada. Isso se alinha no que Figueiredo (2020) propõe ao falar em categorias socialmente construídas de “desejados” e “indesejados”: não é o jornalista que nomeia assim, mas o conjunto de escolhas do texto, das fontes e do contexto que empurra certos grupos para o campo do acolhimento e outros para o do controle.

Quando os jornais acionam o vocabulário da fuga – majoritário nos três títulos, chegando a 50 matérias na Folha de Boa Vista, 48 na Folha de S. Paulo e 44 no Diário de Notícias – o migrante aparece como alguém que sofre expulsão e, por isso, pode ser destinatário legítimo de políticas de proteção (interiorização, vacinação, abrigamento). Já quando surge o léxico de ‘invasão’, mesmo em proporções menores, o mesmo sujeito passa a ser visto como excedente ou risco, o que aproxima o resultado empírico da ambivalência descrita por Sayad (1998), para quem o imigrante é aceito como trabalhador e recusado como presença social.

O recorte de atração e repulsão reforça isso: mesmo onde há atração quase sempre ela aparece junto com repulsão, indicando que o acolhimento deriva mais da obrigação diante do deslocado do que de uma política de receber. O par 'Integração e Controle' repete o padrão: há matérias que destacam acolhimento e serviços, mas um bloco expressivo introduz controle, triagem e gestão de fluxo, como no DN, em que a integração fica abaixo do controle. Isso é muito próximo da formulação de Sayad (1998) sobre 'acolher vigiando'.

Por fim, a camada de identificação mostra que certos grupos, como indígenas Warao, mulheres, famílias com crianças, são mais nomeados e protegidos, enquanto os demais permanecem como 'venezuelanos genéricos' e, por isso, mais expostos à leitura de indesejabilidade. Em conjunto, os dados permitem entender que, sob abordagens diferentes, opera uma matriz binária de recepção: quem pode ser incorporado e quem deve ser contido (Figueiredo, 2020; Sayad, 1998).

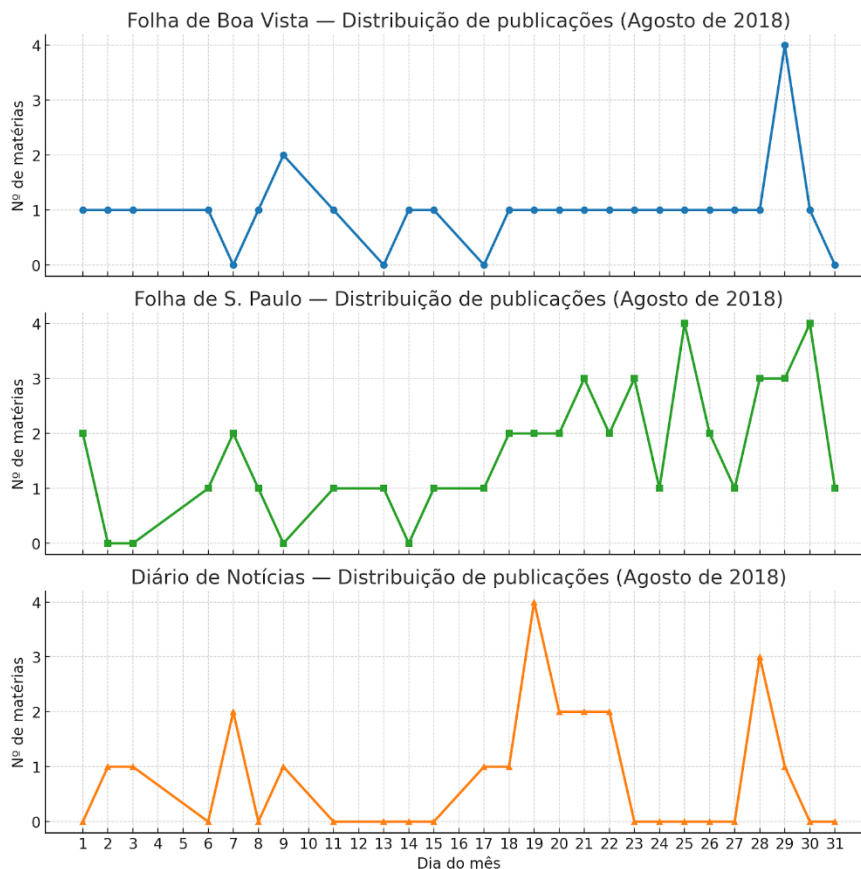
Temos posto desde o início desta pesquisa que os jornais ocupam uma posição dupla no campo: eles ativam pautas, temas e enquadramentos que ajudam a organizar a percepção social sobre a migração, mas, ao mesmo tempo, são influenciados por expectativas, medos e valores em geral da própria sociedade que os produz e consome. Essa dupla condição de agendadores e de produtos de um campo social historicamente situado, nos afasta da leitura moralizante centrada na intenção individual do repórter e aproxima a análise de uma lógica de circulação de sentidos, tal como descreve Bourdieu (1997). Em outras palavras, aquilo que aparece no jornal sobre venezuelanos não resulta apenas de uma escolha isolada da redação, mas de uma sinergia entre rotinas profissionais, critérios de noticiabilidade e disputas simbólicas mais amplas pelo direito de dizer o que é problema público e o que é caso humanitário. É nesse ponto que a distinção entre migrantes desejados e indesejados deixa de ser vista como opção editorial contingente – embora possa ser, em alguns casos – e passa a ser entendida como efeito de um campo que seleciona, filtra e hierarquiza acontecimentos para convertê-los em notícia.

## 6.6. Cobertura nas esferas local, nacional e internacional

As camadas analíticas apresentadas neste capítulo até este ponto têm como objetivo a exposição descritiva dos aspectos discursivos observados. As interpretações pontuais que aparecem nas camadas anteriores buscam dar conta da compreensão dos próprios dados obtidos. Neste tópico final trataremos os resultados das três camadas de forma entrelaçada, tanto entre os níveis de cobertura mediática quanto em perspectiva com a fundamentação teórica e fenomenológica dos capítulos anteriores. Como expressa o título escolhido para este tópico, trata-se, portanto, do principal conjunto de resultados e interpretações da pesquisa. O capítulo seguinte, de considerações e conclusões, será dedicado a inferir hipóteses de caráter geral ao tema da cobertura jornalística de fluxos migratórios, a partir dos resultados interpretados descritos aqui.

### Gráfico 15.

Distribuição diária das publicações – agosto de 2018



Nota. Elaborado pelo autor com dados do corpus

O conteúdo do tópico está organizado em sequência pelas esferas jornalísticas local, nacional e internacional: os jornais ‘Folha de Boa Vista’, ‘Folha de S. Paulo’ e ‘Diário de Notícias’. Enquanto nos tópicos anteriores do capítulo trouxemos exemplos pontuais, com recortes textuais, além dos dados quantitativos, neste traremos ao foco, textos publicados pelos jornais no recorte temporal de agosto de 2018, o que nos permite referendar resultados gerais e, a partir das comparações, descrever e interpretar as diferenças e coincidências.

### ***6.6.1. Matérias Comparadas***

Neste tópico, examinamos comparativamente quatro conjuntos de matérias publicadas em agosto de 2018 pela Folha de Boa Vista, pela Folha de S. Paulo e pelo Diário de Notícias, tomando como eixo comum episódios centrais da crise migratória venezuelana e seus desdobramentos. Ao longo do texto, descrevemos como os jornais tratam, em sequência, a reabertura da fronteira em Pacaraima, os conflitos violentos entre migrantes e moradores de Pacaraima, a interiorização de migrantes a outros estados do Brasil e o surto de sarampo no país, realçando as diferenças entre as esferas local, nacional e internacional. Em cada bloco, acompanhamos de que modo as matérias organizam a disputa entre obrigações humanitárias e demandas de controle, articulam segurança, saúde pública e gestão da fronteira, e constroem representações sobre vulnerabilidade, violência, redistribuição interna e risco epidemiológico, com especial atenção às tensões entre integração e contenção, bem como às percepções implícitas de migrantes desejados e indesejados.

#### **6.6.1.1. Reabertura da Fronteira em Pacaraima**

As matérias ‘Fronteira é reaberta e imigrantes voltam a entrar em Roraima’ (Folha de Boa Vista, 2018e), ‘Após 15 horas fechada, fronteira com a Venezuela é reaberta em Roraima’ (Folha de S. Paulo, 7 agosto 2018i) e ‘Brasil reabre fronteira com a Venezuela’ (Diário de Notícias, 7 agosto 2018), mostram fechamento e a reabertura da passagem em Pacaraima, com forte protagonismo do Judiciário e disputa entre Governo Federal e governo de Roraima. As três coberturas convergem na representação da fronteira como espaço de tensão entre obrigações humanitárias e demandas de controle,

tendo como pano de fundo o aumento do fluxo de venezuelanos e a pressão sobre serviços e políticas públicas.

*A. Folha de Boa Vista.*

A matéria ‘Fronteira é reaberta e imigrantes voltam a entrar em Roraima’, publicada em 8 de agosto de 2018 pela Folha de Boa Vista, é texto factual centrada na disputa judicial em torno do fechamento da fronteira Brasil–Venezuela em Pacaraima e na retomada do fluxo de entrada de venezuelanos após decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF–1) (Folha de Boa Vista, 2018e). O texto articula a reabertura da fronteira com o debate sobre responsabilidades federais, tratados internacionais e efeitos da crise migratória sobre o estado de Roraima.

O lead sintetiza esse enquadramento:

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF–1) decidiu na madrugada de ontem, 7, pela reabertura da fronteira Brasil–Venezuelana, em Pacaraima. A fronteira estava fechada desde o final da tarde de segunda–feira, 6, após liminar expedida pelo juiz federal Helder Girão Barreto (Folha de Boa Vista, 2018e, para. 1).

A partir dessa abertura, o texto segue com a confirmação da normalidade pelo Exército Brasileiro e a retomada visível do fluxo de imigrantes, descritos como “centenas de venezuelanos carregando seus pertences e atravessando a fronteira”, sob vigilância de PF, PRF e Exército (Folha de Boa Vista, 2018e, para. 2).

Quanto às fontes, vemos a centralidade das instâncias judiciais e estatais, como de costume no jornal. O desembargador Kassio Marques é apresentado como voz principal ao suspender a liminar anterior por considerá-la contraditória em relação aos pedidos do MPF–RR e da AGU, que buscavam ampliar o acesso de venezuelanos a serviços públicos, não impedir seu ingresso. A decisão é qualificada como defesa do marco migratório, dos tratados internacionais e da “dignidade da pessoa humana”, ao afirmar que o fechamento da fronteira representaria “rompimento no epicentro do marco migratório brasileiro” (Folha de Boa Vista, 2018e, para. 3).

Em contraponto, a nota do Governo de Roraima aparece como fonte oficial local, que lamenta a decisão, afirma que “o Brasil está alheio à tragédia social e sanitária vivida na sua fronteira” e reivindica ressarcimento de R\$ 184 milhões, além de recursos adicionais e implantação de “barreira sanitária na fronteira”, vinculando diretamente imigração à sobrecarga em saúde, educação e segurança (Folha de Boa Vista, 2018e, para. 3).

Quanto às questões migratórias, o texto opera numa tensão explícita entre integração e controle. De um lado, a decisão do TRF-1 reafirma o direito de ingresso e o acolhimento humanitário, sugerindo que a solução passa pela interiorização e pelo “ordenamento na fronteira”, com documentação, alimentação, abrigo e vacinação dos venezuelanos, em especial diante da epidemia de sarampo (Folha de Boa Vista, 2018e). De outro, o Governo de Roraima reivindica barreira sanitária e maior controle federal, associando a fronteira “aberta sem nenhum tipo de controle” à violação de direitos dos brasileiros, que “já não têm acesso aos serviços de saúde e vivem uma onda de violência sem precedentes em Roraima” (Folha de Boa Vista, 2018e, para. 4). A matéria, assim, registra o embate entre uma leitura que valoriza direitos humanos e obrigações internacionais e outra que enfatiza o peso da crise migratória sobre a capacidade do estado em proteger sua população.

#### *B. Folha de S. Paulo.*

A matéria ‘Após 15 horas fechada, fronteira com a Venezuela é reaberta em Roraima’, publicada em 7 de agosto de 2018 pela Folha de S. Paulo, é um texto factual com articulação entre fato e contexto, centrada na disputa judicial sobre o fechamento da fronteira em Pacaraima e na reabertura decidida pelo TRF-1 após a liminar do juiz Helder Girão Barreto (Folha de S. Paulo, 2018i). O lead é:

O desembargador Kassio Nunes Marques suspendeu a liminar dada no último domingo (5) pelo juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima, que por sua vez tinha determinado a suspensão da entrada no Brasil de venezuelanos pela fronteira até que se encontrasse um “equilíbrio numérico” com o processo de interiorização dos estrangeiros (Folha de S. Paulo, 2018i, para.1).

Quanto às fontes, o foco são as instâncias judiciais superiores e o Governo Federal. A decisão de Nunes Marques é apresentada como resposta ao argumento da União de que o veto violaria obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e contraria medidas já em curso para mitigar as condições precárias dos imigrantes (Folha de S. Paulo, 2018i). Rosa Weber, ministra do STF, aparece como voz de autoridade ao negar o pedido do governo de Roraima de fechar a fronteira, afirmando que “a proteção ao refugiado é regra solidamente internalizada” e citando tratados de direitos humanos e de proteção a refugiados dos quais o país é signatário. MPF e DPU surgem como atores que contestam o decreto estadual que exigia passaporte para acesso à saúde e à educação, medida que, na prática, excluía a maioria dos venezuelanos recém-chegados. A presença do constitucionalista José Duarte Neto, criticando a decisão de Barreto como mais gravosa que o próprio decreto, acrescenta uma camada de leitura técnica ao conflito.

No campo das questões migratórias, é explícita a tensão no eixo integração e controle. De um lado, o STF e o TRF-1 reafirmam o direito de ingresso e o acesso ao procedimento de refúgio, rejeitando o fechamento da fronteira e restrições indiscriminadas à migração irregular, o que reforça uma orientação de integração jurídica mínima e respeito a compromissos internacionais. Do outro, o decreto estadual e a decisão inicial de Barreto, ao condicionar atendimento em saúde e educação à apresentação de passaporte e ao buscar equilíbrio numérico com a interiorização, inscrevem a presença dos venezuelanos na chave do controle e da contenção, reforçada pela menção à sobrecarga dos serviços públicos no estado. Dessa forma, a matéria projeta a disputa sobre a fronteira como embate entre diferentes modelos de gestão da migração venezuelana: um ancorado em direitos e obrigações internacionais, outro orientado pela lógica de proteção interna e limitação do acesso a políticas públicas.

### *C. Diário de Notícias.*

A matéria “Brasil reabre fronteira com a Venezuela”, publicada em 7 de agosto de 2018 pelo Diário de Notícias, é um texto factual, centrada na reversão da decisão judicial que havia determinado o bloqueio da fronteira em Pacaraima. O lead factual introduz a discussão:

O Brasil reabriu hoje a fronteira com a Venezuela no estado de Roraima, um dia depois de a polícia ter bloqueado a passagem para cumprir uma decisão de um juiz federal. A entrada dos venezuelanos foi reaberta às 13:00 (17:00 Lisboa), após um tribunal de segunda instância revogar uma medida adotada no domingo pelo juiz federal Helder Girão Barreto. Para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1), fechar a fronteira significa não reconhecer o imigrante como igual ao brasileiro (Diário de Notícias, 2018f, para. 1).

O texto trata, a partir desse ponto, do movimento de fechamento e reabertura em curto intervalo de tempo, com ênfase na instabilidade institucional e na centralidade do Judiciário na gestão da fronteira.

Há um forte protagonismo de fontes oficiais e judiciais. A decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região é destacada ao afirmar que “fechar a fronteira significa não reconhecer o imigrante como igual ao brasileiro”, o que introduz um enquadramento normativo explícito sobre igualdade de tratamento entre nacionais e migrantes (Diário de Notícias, 2018f, para. 2). A menção à juíza Rosa Weber, do STF, que rejeita o pedido do governo de Roraima para impedir a entrada de venezuelanos, reforça a leitura de que instâncias superiores corrigem iniciativas locais de restrição ao ingresso. A posição do governo de Roraima surge como fonte oficial subnacional ao alegar sobrecarga e fracasso do Governo central em cumprir o seu papel constitucional de controlo de fronteira, explicitando conflito federativo e disputa de responsabilidades. Também se registram dados que estimam em 50 mil o número de venezuelanos já recebidos àquela altura pelo estado e cita a interiorização de 820 imigrantes para outras capitais, o que introduz a política de redistribuição interna como resposta parcial à crise.

No campo das questões migratórias, a matéria articula de modo sintético os eixos integração e controle. De um lado, decisões de TRF-1 e STF reafirmam o direito de entrada e a igualdade de tratamento jurídico, aproximando o enquadramento de uma perspectiva de integração mínima e de reconhecimento de vulnerabilidade. De outro, o discurso do governo de Roraima insiste na impossibilidade de manter a fronteira aberta sem recursos e associa a presença venezuelana à sobrecarga de serviços, reforçando a demanda por controle mais rígido. O texto, assim, projeta a reabertura da fronteira como resultado de uma correção institucional que recoloca o Brasil no marco dos

compromissos humanitários, ao mesmo tempo em que evidencia a persistência de tensões internas em torno da gestão do fluxo venezuelano.

*D. Análise Comparada.*

Na Folha de Boa Vista, a reabertura da fronteira é narrada como acontecimento diretamente inscrito no cotidiano de Pacaraima: acompanha-se a decisão do TRF-1, a retomada do fluxo e a presença visível de “centenas de venezuelanos carregando seus pertences”, sob vigilância de Exército, PF e PRF, com forte ênfase na sobrecarga de serviços e na reivindicação de barreira sanitária por parte do governo estadual. Essa perspectiva retoma o lugar do jornal como sentinela local da crise migratória, descrito neste capítulo como cobertura de proximidade contínua, ancorada na experiência roraimense.

Na Folha de S. Paulo, o mesmo movimento de fechamento e reabertura é deslocado para um enquadramento nacional. A matéria enfatiza a atuação do TRF-1 e do STF, a disputa federativa entre União e governo de Roraima e a tensão jurídica em torno do decreto estadual que restringia acesso de venezuelanos a saúde e educação. Como observado anteriormente, a Folha constrói proximidade simbólica ao tratar Roraima como problema de interesse público nacional, articulando fronteira, direitos humanos e obrigações internacionais do Estado brasileiro, em linha com a esfera “nacional ampliada”.

No Diário de Notícias, a reabertura aparece como correção institucional de uma decisão local, sintetizada na frase de que “fechar a fronteira significa não reconhecer o imigrante como igual ao brasileiro”, articulando igualdade jurídica e responsabilidade humanitária. A fronteira é apresentada como ponto de fricção de um êxodo já descrito neste capítulo como crise regional, em que o Brasil figura simultaneamente como país de acolhimento e como Estado sob pressão, o que corresponde à esfera internacional de observação atribuída ao DN.

Nos três jornais, identificam-se semelhanças importantes na forma como a questão migratória estrutura a narrativa. As decisões judiciais são lidas sempre à luz dos impactos da chegada de venezuelanos: sobrecarga de serviços e onda de violência sem precedentes na Folha BV; conflito federativo e debate sobre refúgio e direitos sociais na

Folha SP; risco humanitário e falha do “Governo central em cumprir o seu papel de controlo de fronteira” no DN.

Em termos do eixo integração–controle, as três coberturas reconhecem, em graus distintos, a legitimidade do direito de ingresso e do estatuto de refugiado, mas privilegiam soluções centradas no controle: ordenamento da fronteira, interiorização, barreiras sanitárias, critérios mais rígidos de acesso a políticas públicas. A figura do migrante surge menos como sujeito em processo de integração e mais como alvo de gestão, confirmando, no recorte da reabertura da fronteira, a predominância de enquadramentos que combinam acolhimento jurídico mínimo com forte ênfase em contenção e administração do fluxo.

#### **6.6.1.2. Conflitos em Pacaraima**

No período de 18 a 20 de agosto de 2018, os três jornais registraram publicações sobre os episódios de violência em Pacaraima. A Folha de Boa Vista publicou em 20 de agosto ‘Venezuelanos são expulsos de Pacaraima’. A Folha de S. Paulo publicou em 18 de agosto, texto com o título ‘Venezuelanos e brasileiros se confrontam’ e no dia seguinte, ‘Eles nos expulsaram como cachorro, diz imigrante’. No mesmo intervalo, o Diário de Notícias veiculou as matérias ‘Violência contra imigrantes e tensão na fronteira’ (dia 18) e ‘Mais de 1000 venezuelanos abandonam Brasil’ (dia 19). A seguir analisaremos uma das notícias de cada veículo.

##### *A. Folha de Boa Vista.*

A matéria ‘Venezuelanos são expulsos de Pacaraima’, publicada em 20 de agosto, apresenta um relato detalhado dos episódios de hostilidade e expulsão de imigrantes venezuelanos na cidade fronteira. Trata-se de uma notícia factual, que descreve, em tom direto, a escalada de violência desencadeada após a agressão a um comerciante local, culminando na destruição de barracas e pertences de refugiados, bem como na intervenção de forças de segurança federais. O texto enfatiza o clima de tensão coletiva, o medo e a percepção local de insegurança diante do fluxo migratório intensificado na região.

O lead da matéria é:

Os moradores de Pacaraima viveram um dia de tensão, revolta e violência, nesse sábado, 18. O que iniciou na parte da manhã como uma movimentação pacata de brasileiros insatisfeitos com o episódio ocorrido na sexta-feira, 17, onde um comerciante foi agredido dentro de sua casa, supostamente por venezuelanos, resultou na expulsão de centenas de refugiados da cidade, e a intervenção da força segurança nacional (Folha de Boa Vista, 2018c, para. 1).

As vozes predominantes no texto são de fontes ‘cidadãs / testemunhais’, sobretudo moradores que articulam um discurso de insegurança, indignação e abandono estatal. Entre elas, destaca-se a fala de Simeão Peixoto, que expressa a percepção de colapso da ordem cotidiana: “Quantos de nós ainda seremos espancados por imigrantes dentro das nossas casas? (...) Estamos sendo reféns de estrangeiros dentro do nosso próprio país” (Folha de Boa Vista, 2018c, para. 2).

A dimensão securitária se reforça com a presença de fontes oficiais, como o Exército Brasileiro e a Força Nacional, acionadas tanto pela intervenção direta no episódio quanto pela relação com a Operação Acolhida, mencionada no texto como foco de críticas por priorizar o atendimento aos refugiados. Nesse sentido, a fala de Peixoto revela essa tensão: “O Exército só tem a visão do acolhimento dos venezuelanos, não enxerga os problemas que o povo de sua própria pátria enfrenta” (Folha de Boa Vista, 2018c, para. 3).

Outro ator importante no enquadramento é Isac Dantas, fotógrafo amador que comenta o impacto histórico da manifestação e reforça a associação entre presença migrante e criminalidade ao relatar que “a população encontrou durante a manifestação, armas brancas e munições, mostrando que há venezuelanos de má índole aqui na cidade” (Folha de Boa Vista, 2018c, para. 3). Suas observações ligam diretamente o evento à percepção local de ameaça e justificam, no âmbito discursivo, a hostilidade direcionada aos imigrantes.

No que se refere às questões migratórias, o texto evidencia um enquadramento de receptibilidade negativa, articulando a presença venezuelana à ideia de descontrole urbano, insegurança e pressão sobre os serviços públicos. O vínculo entre migração e

violência aparece como explicação direta para a revolta: “A revolta da população devido ao crescimento exponencial da violência, com emprego de armas e tráfico de drogas na cidade, derivados da crise migratória, foi demonstrada por meio da destruição (...) dos pertences dos imigrantes” (Folha de Boa Vista, 2018c, para. 4).

Esses elementos reforçam uma leitura de ameaça difusa, em que o migrante é construído simbolicamente como vetor de insegurança. A matéria também evidencia práticas de controle territorial, observadas na destruição das barracas e no uso de uma retroescavadeira para impedir o retorno dos venezuelanos ao espaço urbano. O envolvimento das forças de segurança federais e a crítica explícita às políticas de acolhimento vinculam o episódio à esfera política nacional. A manifestação, segundo o texto, funciona como uma mensagem direta ao Governo Federal, articulando reivindicações locais e insatisfação com a gestão da crise fronteiriça.

#### *B. Folha de São Paulo.*

A matéria ‘Venezuelanos e brasileiros se confrontam nas ruas de cidade de Roraima’, publicada em 18 de agosto de 2018, descreve uma escalada de violência em Pacaraima após a agressão a um comerciante local, quando manifestações inicialmente pacíficas se transformam em confrontos, perseguições e expulsão de imigrantes venezuelanos. Trata-se de uma notícia factual ancorada em observação direta e em relatos de atores locais, estruturada para registrar a intensificação do conflito fronteiriço.

O lead apresenta o cenário de forma direta e estabelece o enquadramento inicial:

Pacaraima se transformou em uma zona de conflito entre brasileiros e venezuelanos neste sábado (18), com pedradas, ataques com bombas de gás improvisadas, incineração de pertences de refugiados e vandalização de carros dos moradores locais (Folha de S. Paulo, 2018j, para. 1).

A partir dessa abertura, o texto amplifica o caráter simultaneamente caótico e bilateral do conflito, mostrando tanto ações de agressão de brasileiros contra refugiados quanto episódios posteriores de reação venezuelana na fronteira.

O conjunto das fontes mobilizadas articula diferentes posições diante da crise. Entre as fontes oficiais, o Exército surge com uma fala institucional que repudia os atos de violência e vandalismo “contra qualquer cidadão, independentemente de sua nacionalidade”, ao mesmo tempo em que anuncia que não interviria no confronto naquele momento. Em seguida, o Ministério da Segurança Pública informa o envio de um contingente de 60 homens da Força Nacional para reforço da região. A autoridade municipal aparece pela voz do prefeito Juliano Torquato, que relata feridos atingidos por balas de borracha, o que insere a polícia na cena de confrontos e amplia a dimensão institucional da crise. Há também presença política do governo estadual, que reivindica apoio federal, denuncia a sobrecarga nos serviços públicos e volta a defender o fechamento temporário da fronteira como medida de contenção.

As fontes cidadãs compõem parcela importante da narrativa e contribuem para a construção do ambiente de medo e desordem. O depoimento do brasileiro Cledson Vieira, que relata ataques de revide efetuado contra seu carro ao cruzar a fronteira, enfatizando a percepção de vulnerabilidade: “Quebraram meu carro todinho com paus e pedras (...) Se não fosse a guarda venezuelana, eles tinham matado a gente”. Outro ator relevante, o padre Jesus Lopez Fernandez de Bobadilla, descreve a cidade como “um caos” ao relatar a rotina de atendimento a refugiados, afirmando servir mais de 1.500 refeições por dia: evidência concreta da pressão humanitária sobre os recursos locais (Folha de S. Paulo, 2018j, para.5).

A matéria também registra dados demográficos e operacionais fornecidos por organismos oficiais, como a estimativa do Exército de que mais de 2.000 venezuelanos dormiam em barracas improvisadas, e informações sobre o fluxo crescente de entrada (cerca de 500 pessoas por dia à época), o que contextualiza a sobrecarga estrutural vivida pela região.

No que se refere às questões migratórias, o texto acentua a relação entre violência, pressão demográfica e fragilidade institucional. A agressão ao comerciante local, identificada pela polícia como tentativa de assalto cometida por quatro venezuelanos, torna-se o estopim que desencadeia atos de expulsão, destruição de tendas com o uso de trator e perseguições pelas ruas da cidade. Grupos de moradores procurando pertences de venezuelanos e queimando incorporam elementos de retaliação social, enquanto a reação posterior na fronteira, com venezuelanos quebrando carros de brasileiros e a

guarda venezuelana efetuando disparos de advertência, afirma o caráter transfronteiriço do conflito.

Em paralelo, a matéria articula explicitamente o fluxo migratório à crise humanitária na Venezuela, ao mencionar o colapso econômico, a hiperinflação estimada em 1.000.000% e as condições de escassez que impulsionam a saída em massa, conectando o episódio local ao quadro macroestrutural. A pressão sobre serviços públicos e a tensão entre níveis de governo também são elementos centrais, como mostrado na nota do governo de Roraima, que afirma assumir “de forma isolada” a manutenção dos serviços e solicita novamente o fechamento da fronteira.

### *C. Diário de Notícias.*

A matéria ‘Violência contra imigrantes e tensão na fronteira do Brasil com a Venezuela’, publicada em 18 de agosto de 2018, descreve os episódios de agressão e hostilidade ocorridos em Pacaraima após ataques de moradores a acampamentos de venezuelanos. Trata-se de uma notícia factual que registra a escalada de tensão desencadeada pelo assalto a um comerciante local, seguido por represálias coletivas contra grupos de refugiados instalados na cidade. O texto enfatiza o colapso dos serviços públicos e a sobrecarga diante do aumento do fluxo migratório.

O lead sintetiza o episódio:

A cidade brasileira de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, foi hoje palco de violência e tensão na sequência de vários ataques de residentes aos acampamentos de imigrantes venezuelanos, denunciou uma organização internacional humanitária (Diário de Notícias, 2018g, para. 1).

A narrativa se estrutura a partir da denúncia realizada pela Força Tarefa Humanitária da ONU, que identifica moradores como autores das ações violentas e contextualiza a sequência dos acontecimentos, associando o episódio à agressão sofrida por um comerciante. As fontes presentes no texto mobilizam diferentes perspectivas sobre o impacto da migração e o agravamento da crise local. A Força Tarefa Humanitária da ONU atua como fonte central, descrevendo o início dos ataques após o assalto ao

comerciante e apresentando a reação dos moradores, que se manifestaram e acabaram envolvidos em “atos violentos contra grupos de venezuelanos instalados na cidade”, com “pedras” arremessadas, “queimados pneus” e destruição de bens pessoais (Diário de Notícias, 2018g, para. 2).

A fala da voluntária Milene de Souza, que atua no apoio a imigrantes, reforça a percepção de colapso humanitário e a necessidade de atenção internacional: “A situação é desesperante. O mundo tem de ver o que se está a passar aqui, já ninguém sabe o que fazer” (Diário de Notícias, 2018g, para. 4). Citada pela Associated Press, ela destaca que atende diariamente profissionais qualificados venezuelanos (engenheiros, médicos, advogados) que dormem nas ruas, revelando a deterioração das condições de acolhimento. O texto também incorpora informações institucionais sobre o debate jurídico em torno do fechamento da fronteira, mencionando decisões judiciais e a intervenção do Supremo Tribunal Federal, além do pedido da governadora Sueli Campos para o encerramento temporário do fluxo migratório (Diário de Notícias, 2018g, para. 6).

No campo das questões migratórias, a matéria articula três eixos principais: a narrativa de violência direta, o colapso da infraestrutura pública de Roraima e a dimensão humanitária associada aos fluxos de saída da Venezuela. O texto sublinha que “mais de 50 mil venezuelanos já cruzaram a fronteira” e vivem em condições precárias, entre abrigos, ruas e barracas improvisadas (Diário de Notícias, 2018g, para. 7). Esse dado contextualiza a pressão sobre os serviços de saúde, habitação e educação, descritos como “em colapso”. A narrativa também situa a crise no âmbito internacional, mencionando medidas judiciais, solicitações políticas e o papel do STF ao impedir o fechamento da fronteira, argumento que reforça a fricção entre a obrigação humanitária do Estado brasileiro e a sobrecarga vivida pelas instituições locais.

#### *D. Análise Comparada.*

A comparação entre as três matérias sobre os confrontos em Pacaraima reforça as considerações deste capítulo sobre as esferas local, nacional e internacional. A Folha de Boa Vista descreve a expulsão de venezuelanos sobretudo a partir do ponto de vista dos moradores e da intervenção das forças de segurança, com foco na experiência local de medo e de ruptura da ordem cotidiana. Essa opção dialoga com o padrão de vigilância contínua e com a centralidade do eixo ‘Segurança e Fronteira’.

Na matéria da Folha de S. Paulo, o mesmo episódio aparece como zona de conflito entre brasileiros e venezuelanos, com pedradas, bombas improvisadas e destruição de bens, mas inserido em moldura nacional que aciona Ministério da Segurança Pública, Força Nacional, governo de Roraima e Supremo Tribunal Federal. Como observamos anteriormente, a Folha constrói proximidade simbólica ao tratar Pacaraima como problema de interesse público nacional, articulando crise migratória, gestão federal e disputas político-eleitorais. O confronto funciona como gatilho para discutir responsabilidade da União, uso das Forças Armadas e efeitos da migração na agenda política, deslocando o foco do episódio em si para sua repercussão federativa.

O Diário de Notícias, por sua vez, aborda a violência em Pacaraima a partir da denúncia de uma força-tarefa humanitária da ONU, destacando a fragilidade dos imigrantes e o colapso dos serviços de saúde, habitação e educação em Roraima. Assim o DN projeta a crise para uma arena transnacional e integra migração e saúde pública em um mesmo fio narrativo. Na matéria analisada, essa opção aparece na articulação entre ataques aos acampamentos, fluxo de dezenas de milhares de venezuelanos e decisões judiciais sobre a fronteira, situando Pacaraima como ponto crítico de um processo regional mais amplo.

As três matérias partilham um núcleo de valores-notícia: atualidade, proximidade e negatividade sustentam a transformação dos confrontos em notícia, tal como mapeado nas leituras quantitativas deste capítulo. No entanto, cada jornal ativa esse núcleo a partir de posições distintas. A Folha de Boa Vista privilegia a voz de moradores e colaboradores locais e associa a presença venezuelana à escalada da violência, reforçando o sentimento de ameaça e a defesa do território fronteiriço. A Folha de S. Paulo enfatiza o conflito e o drama, mas reinsere o episódio em quadro institucional mais amplo, no qual a crise migratória é problema de Estado e objeto de disputa discursiva sobre direitos humanos, segurança e governança. O DN aciona principalmente fontes humanitárias e voluntárias, descreve profissionais qualificados dormindo nas ruas e enfatiza o caráter desesperador da situação, reforçando a gramática do risco e da urgência.

### **6.6.1.3. Interiorização de migrantes**

No conjunto de publicações de agosto de 2018, observamos que o tema da interiorização de migrantes venezuelanos é tratado de forma articulada pelos três

jornais, ainda que em escalas e momentos distintos do processo. Na esfera local, a Folha de Boa Vista registra a dimensão operacional da política ao informar, em 27 de agosto, que ‘mais venezuelanos serão transferidos’ e, no dia 28, que ‘mais de 150 embarcaram’ (Folha de Boa Vista, 2018f, 2018g). Em perspectiva nacional, a Folha de S. Paulo noticia em 22 de agosto que ‘mil venezuelanos serão distribuídos pelo Brasil’, destacando o alcance federativo da estratégia (Folha de S. Paulo, 2018k). Já o Diário de Notícias, adotando um enquadramento internacional, enfatiza o anúncio oficial e a magnitude numérica da operação ao publicar, também em 22 de agosto, a transferência de ‘mais de mil venezuelanos’ e, em 28 de agosto, o envio de 278 pessoas para outros estados (Diário de Notícias, 2018h, 2018i). Esses registros nos permitem comparar como cada veículo retratou os diferentes estágios da política de interiorização ao longo do período.

#### *A. Folha de Boa Vista.*

A matéria ‘189 venezuelanos deixam Roraima’, publicada em 29 de agosto de 2018 pela Folha de Boa Vista, apresenta um texto noticioso factual, centrado na execução de mais uma etapa do processo de interiorização conduzido pelo Governo Federal em parceria com organismos humanitários. O texto destaca o embarque de quase 190 venezuelanos rumo a diferentes capitais brasileiras, descrevendo o procedimento logístico e a atuação das instituições envolvidas. O lead aponta que

A Casa Civil da Presidência da República, por meio da Força–Tarefa Logística Humanitária, realizou ontem, 28, mais uma etapa do processo de interiorização de imigrantes venezuelanos. Pelo menos cinco ônibus foram utilizados para o transporte dos imigrantes até o Aeroporto Internacional de Boa Vista – Atlas Brasil Cantanhede (Folha de Boa Vista, 2018g, para. 1).

As fontes identificáveis no corpo da matéria concentram-se em órgãos federais – principalmente a Casa Civil e a Força–Tarefa Logística Humanitária. A matéria também inclui a participação do ACNUR na seleção voluntária dos imigrantes, o que introduz uma fonte de caráter institucional humanitário. Além disso, há a presença de uma fonte

cidadã, representada por Arquimedes Diaz, migrante que viaja para João Pessoa e expressa expectativas de encontrar trabalho e sustentar a família.

O trecho que afirma que “Quase 190 imigrantes deixaram Roraima em busca de oportunidade em outros estados” (Folha de Boa Vista, 2018g, p. 2) aponta para o movimento interno como estratégia de redistribuição e também como resposta às condições adversas enfrentadas pelos venezuelanos. Outro fragmento relevante indica que a ação visa “minimizar os efeitos da crise migratória em Roraima e ajudar os venezuelanos em situação de extrema vulnerabilidade social” (Folha de Boa Vista, 2018g, para. 2), evidenciando a articulação entre gestão da crise e assistência humanitária.

#### *B. Folha de S. Paulo.*

A matéria ‘Mil venezuelanos serão distribuídos pelo Brasil após crise na fronteira’, publicada em 22 de agosto de 2018, é um texto de gênero noticioso factual com ênfase temática, que articula o agravamento da crise migratória em Pacaraima com a decisão do Governo Federal de ampliar o processo de interiorização para outras regiões do país. O jornal enquadra o episódio como resposta institucional aos confrontos do dia 18, situando a interiorização como política nacional de gestão da mobilidade e de contenção de tensões na fronteira. O lead estabelece o foco da narrativa ao afirmar que “o Governo Federal anunciou nesta terça-feira (21) que mais de mil venezuelanos que estão no estado de Roraima serão distribuídos por outras cidades do Brasil, após os incidentes envolvendo imigrantes na cidade de Pacaraima” (Folha de S. Paulo, 2018k, para. 3).

As fontes mobilizadas do texto evidenciam a circulação de informações entre diferentes escalas de poder e diferentes atores da crise. A fala de Viviane Esse, representante da Casa Civil, centraliza a dimensão institucional da interiorização ao explicar que o processo começaria ao final de agosto, que é voluntário e que “há vagas” em estados do Sul do país, detalhando ainda a participação do Exército e da ONU na alimentação, gestão e aluguel de abrigos (Folha de S. Paulo, 2018k, para. 4). Ao mencionar sua atuação em comissão interministerial e sua visita a Pacaraima, o texto reforça o caráter coordenado e multi-institucional da operação.

A matéria inclui ainda a presença de fontes cidadãos migrantes, como o caminhoneiro Miguel Ángel García, que relata ter sido atacado, ter perdido pertences e, mesmo assim,

ter retornado ao Brasil para buscar vacinação e protocolo de refúgio. O relato é apresentado em tom dramático, com o migrante afirmando: “Levaram tudo, até minhas roupas... fiquei só com o documento” (Folha de S. Paulo, 2018k, para. 7). Esse tipo de depoimento amplia o significado social da interiorização ao destacar as vulnerabilidades e as motivações individuais que atravessam o fluxo migratório.

O texto insere dados operacionais – como o total de 820 interiorizados desde o início do ano e o envio de 120 homens da Força Nacional para a região – que reforçam o caráter administrativo e securitário da narrativa. A interiorização é apresentada como forma de “desafogar Roraima” e redistribuir migrantes para centros urbanos mais estruturados (Folha de S. Paulo, 2018k, para. 8). A matéria também destaca que cerca de 1.200 venezuelanos retornaram espontaneamente à Venezuela após os ataques, associando a violência recente à mudança imediata nos padrões de mobilidade.

### *C. Diário de Notícias.*

A matéria ‘Brasil vai transferir mais de mil venezuelanos de Roraima para outras cidades’, publicada em 22 de agosto de 2018 pelo Diário de Notícias, é texto noticioso factual, com ênfase temática explicativa, que aborda a decisão do governo brasileiro de realocar imigrantes venezuelanos após os episódios de violência em Pacaraima. O foco recai sobre a reação institucional brasileira e sobre o impacto dos confrontos na formulação de políticas emergenciais de redistribuição populacional. O lead sintetiza esse enquadramento ao afirmar que

O Governo brasileiro anunciou na terça-feira que mais de mil venezuelanos que estavam acampados no estado fronteiro de Roraima serão transferidos para outras cidades do país, após violentos confrontos no sábado entre migrantes e a população local (Diário de Notícias, 2018h, para. 1).

As fontes do texto concentram-se em autoridades federais e estaduais, reforçando a relação entre violência fronteira e articulação institucional. A fala de Viviane Esse, representante do governo brasileiro, apresenta o processo de “distribuição interna” dos migrantes, assinalando que a medida começaria no final de agosto e que a comissão

interministerial visitou Pacaraima após os confrontos (Diário de Notícias, 2018h, para. 2). Já a governadora Suely Campos justifica a transferência como forma de evitar um “derramamento de sangue” e reitera ao Supremo Tribunal Federal o pedido de fechamento temporário da fronteira, o que reforça o enquadramento securitário do evento e a pressão sobre o Estado brasileiro diante da escalada da violência (Diário de Notícias, 2018h, para. 4). O texto articula essas posições com dados demográficos que indicam a entrada de cerca de 60 mil imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil no ano e meio anterior, caracterizando um fluxo contínuo que alimenta tensões locais e sobrecarga dos serviços públicos.

No campo das questões migratórias, a matéria relaciona diretamente os confrontos de Pacaraima com a adoção de políticas emergenciais de deslocamento interno. A descrição dos moradores expulsando venezuelanos das tendas e queimando seus objetos pessoais estabelece a gravidade da ruptura social: “Os habitantes de Pacaraima [...] protestaram contra a presença dos venezuelanos expulsando-os das tendas de campismo onde dormiam e queimaram os seus objetos pessoais” (Diário de Notícias, 2018h, para. 6).

Essa explicitação das ações de retaliação é combinada, no texto, com a caracterização da crise humanitária no estado, descrito como um dos mais pobres do país, com serviços em colapso e com forte concentração de imigrantes em condição precária. Ao enfatizar simultaneamente o conflito, a fragilidade estrutural e a dimensão política do episódio, o jornal delimita a interiorização como consequência direta da violência e como instrumento de redistribuição de pressões sobre a infraestrutura estadual.

#### *D. Análise Comparada.*

Ao longo do corpus ampliado (2017–2020), a Folha de Boa Vista publicou 70 matérias sobre a interiorização, das quais 55 concentraram-se em 2018. Trata-se do tema mais recorrente de todo o período, e essa centralidade se manifesta não apenas na frequência, mas também na homogeneidade formal dos textos: prevalecem registros de números de embarcados, atualizações agregadas do fluxo e identificação dos destinos interestaduais. Antes de examinarmos o comportamento específico do jornal local no texto analisado acima, é necessário destacar um aspecto que o conteúdo explícito não formula, mas que o conjunto de publicações revela: a interiorização é apresentada, de modo sistemático, como um movimento positivo, quase comemorado a cada novo embarque. O padrão

recorrente de cobertura também revela a forte aderência da pauta do jornal às informações distribuídas pelos órgãos responsáveis pela Operação Acolhida, reforçando nossa percepção de uma elevada dependência dos materiais institucionais que alimentam a imprensa local.

Na matéria de 29 de agosto de 2018, a Folha de Boa Vista lida com a interiorização como uma operação logística concreta, ancorada no cotidiano de Boa Vista: acompanhamos horários de embarque, número de ônibus, quantidades de pessoas e destinos, com ênfase em “quase 190 imigrantes” que deixam o estado em busca de oportunidades em outras cidades. Essa forma de narrar se ajusta ao padrão de vigilância contínua e de atenção à pressão imediata sobre os serviços locais que já identificamos para o jornal ao longo de agosto de 2018, com centralidade do eixo segurança–fronteira.

Quando lemos a Folha de S. Paulo, nós vemos que a mesma política de interiorização é deslocada para um enquadramento nacional. O texto associa diretamente os incidentes envolvendo imigrantes na cidade de Pacaraima ao anúncio de que mais de mil venezuelanos serão distribuídos para outras cidades do país, acionando Casa Civil, comissão interministerial, Exército, ONU e Força Nacional como atores centrais. Como observamos anteriormente neste capítulo, o jornal constrói proximidade simbólica ao tratar Roraima como problema de interesse público nacional, integrando crise migratória, gestão federal e disputa em torno de direitos e segurança em um mesmo campo de relevância.

No Diário de Notícias, a interiorização é representada como um processo de distribuição interna decidido após violentos confrontos entre migrantes e população local, mas inserida em uma narrativa transnacional. O texto enfatiza o risco de derramamento de sangue, lembra que dezenas de milhares de venezuelanos cruzaram a fronteira em um ano e meio e caracteriza Roraima como um dos estados mais pobres do Brasil, em situação de crise humanitária. Dessa forma, o jornal confirma o papel de observar o caso brasileiro como parte do êxodo venezuelano e da agenda internacional sobre migrações, articulando fronteira, pobreza e responsabilidade humanitária.

Identificamos um núcleo comum de sentido nas três coberturas: a interiorização aparece sempre como resposta à crise migratória e à violência em Pacaraima. As diferenças se organizam em torno do lugar de fala de cada jornal. A Folha de Boa Vista enfatiza o alívio da pressão sobre o território local e a dimensão logística da operação; a Folha de

S. Paulo transforma a mesma política em problema federativo e de governança nacional; o Diário de Notícias integra a medida a uma narrativa de crise humanitária e risco de conflito. Em conjunto, esses textos ilustram bem como um mesmo dispositivo de política pública assume sentidos distintos quando circula entre o local, o nacional e o internacional.

#### **6.6.1.4. Retorno do Sarampo ao Brasil**

A cobertura sobre o surto de sarampo em agosto de 2018 é um exemplo muito claro de como os três jornais, embora convergentes no eixo epidemiológico, organizam narrativas distintas segundo o papel editorial de cada jornal. Na Folha de Boa Vista, a matéria ‘Ministério da Saúde quer ampliar número de venezuelanos vacinados’ (15/08) articula diretamente a gestão da crise migratória venezuelana ao enfrentamento local do sarampo; a Folha de S. Paulo, em ‘Com surto no Norte do país, total de casos de sarampo já é o maior desde 1999’ (1/8), amplia a escala interpretativa ao relacionar mobilidade, queda de cobertura vacinal e risco nacional; já o Diário de Notícias, com a matéria ‘Brasil registou mais de mil casos de sarampo até agosto’ (2/8), projeta o surto para o público português, sublinhando a reintrodução viral a partir da Venezuela e o impacto nacional da crise sanitária brasileira.

##### *A. Folha de Boa Vista.*

A matéria ‘Ministério da Saúde quer ampliar número de venezuelanos vacinados’, publicada em 15 de agosto de 2018, apresenta uma notícia factual que articula a gestão da crise migratória venezuelana com a resposta sanitária ao surto de sarampo em Roraima. O lead estabelece esse enquadramento ao afirmar:

O Ministério da Saúde anunciou a elaboração de uma nota técnica recomendando ampliar o alcance da vacina contra sarampo entre os venezuelanos que ingressam no Brasil. A medida foi tomada mais de seis meses após a confirmação do primeiro caso de sarampo em Roraima e início do surto da doença no país (Folha de Boa Vista, 2018h, para. 1).

Observamos que as fontes presentes, o ministro Gilberto Occhi, a Secretaria Estadual de Saúde e a prefeitura, conduzem o argumento que associa a vulnerabilidade epidemiológica ao fluxo migratório, reforçando a necessidade de ampliar a vacinação também a turistas e trabalhadores venezuelanos. A fala de Occhi, ao afirmar que “a doença não escolhe a vítima” e ao criticar a “fronteira muito aberta”, articula risco sanitário e controle territorial, enquanto os dados da Sesau sobre 281 casos confirmados dimensionam a pressão sobre o sistema de saúde. A avaliação do governo estadual, que considera a medida “primordial”, e a reivindicação municipal por maior rigor vacinal complementam o quadro institucional (Folha de Boa Vista, 2018h, para. 4).

*B. Folha de S. Paulo.*

A matéria ‘Com surto no Norte do país, total de casos de sarampo já é o maior desde 1999’, publicada em 1º de agosto de 2018 pela Folha de S. Paulo, apresenta uma notícia factual que relaciona o avanço do sarampo no Brasil ao fluxo migratório venezuelano e à queda das coberturas vacinais. O lead afirma:

Em novo sinal do avanço do sarampo, o Brasil já soma 1.053 casos confirmados da doença, patamar que não era registrado desde 1999. Naquele ano, o país havia confirmado 908 casos, segundo dados de série histórica do Ministério da Saúde, analisados pela Folha (Folha de S. Paulo, 2018l, para. 1).

Observamos que a matéria organiza sua narrativa a partir de fontes oficiais do Ministério da Saúde, responsáveis por dados históricos, comparativos e séries epidemiológicas. O texto destaca que surtos anteriores foram sempre associados à importação do vírus, reforçando que o genótipo D8, o mesmo que circula na Venezuela, está presente nos casos de Roraima e Amazonas. A matéria também traz informações sobre a criança venezuelana atendida em Roraima, caso inaugural do surto atual, o que estabelece a ligação entre mobilidade, vulnerabilidade e reintrodução viral. A matéria incorpora ainda fontes institucionais como a Opas, ao mencionar o risco de perda do certificado de eliminação do sarampo, e dados que vinculam diretamente a crise sanitária ao fluxo migratório: “70% dos casos ocorreram em venezuelanos” que buscam fugir da crise no país vizinho (Folha de S. Paulo, 2018l, para. 6).

### *C. Diário de Notícias.*

A matéria ‘Brasil registou mais de mil casos de sarampo até agosto’, publicada em 2 de agosto de 2018 pelo Diário de Notícias, é uma notícia factual centrada na atualização epidemiológica do sarampo no Brasil. O lead traz que:

O sarampo estava erradicado no Brasil, mas voltou devido à importação do vírus da Venezuela, onde a doença se espalhou e tem aumentado os problemas da população que sofre os efeitos de uma grave crise económica e social. Segundo o Governo brasileiro, até esta quarta-feira, foram confirmados 742 casos de sarampo no Amazonas e outros 4.470 permanecem em investigação (Diário de Notícias, 2018i, para. 1).

Observamos que o texto se apoia integralmente em fontes oficiais do Ministério da Saúde, que fornecem números atualizados e destacam o avanço dos surtos em Roraima e Amazonas. A matéria articula a reintrodução do vírus ao contexto venezuelano ao afirmar que “o sarampo estava erradicado no Brasil, mas voltou devido à importação do vírus da Venezuela”, conectando crise sanitária, mobilidade populacional e agravamento da situação humanitária no país vizinho (Diário de Notícias, 2018i, para. 3).

Também menciona a expansão territorial dos casos para São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Pará, reforçando a dimensão nacional do surto. Na segunda parte, ao descrever a campanha que prevê 28,3 milhões de doses para vacinar 11 milhões de crianças, observamos a centralidade da fala do ministro Gilberto Occhi, que alerta para o retorno de doenças “supostamente eliminadas” e reforça a necessidade de manter altas coberturas vacinais.

### *D. Análise Comparada.*

Na Folha de Boa Vista, temos como esperado a abordagem ancorada no cotidiano roraimense: o surto aparece diretamente associado à chegada de venezuelanos e à pressão imediata sobre a rede de saúde local, com ênfase nos 281 casos confirmados no estado e na articulação entre Secretaria Estadual de Saúde, Prefeitura e Ministério da

Saúde. A matéria reforça a lógica de vigilância territorial que já identificamos anteriormente, em que a fronteira funciona como ponto de encontro dos riscos epidemiológico e migratório.

Na Folha de S. Paulo, a mesma crise é deslocada para um enquadramento nacional. O jornal destaca que o Brasil alcança o maior número de casos desde 1999 e que 70% das infecções ocorreram em venezuelanos, articulando a circulação transfronteiriça ao risco de perda do certificado de eliminação da doença. A narrativa integra a dimensão simbólica da proximidade: a crise migratória deixa de ser um problema regional e passa a constituir ameaça nacional, vinculando queda vacinal, retorno do vírus e governança federal.

No Diário de Notícias, o surto é inserido numa chave transnacional, enfatizando que o sarampo voltou devido à importação do vírus da Venezuela e que o país vive um ano de intensificação epidêmica. A abordagem confirma o que observamos melhor neste capítulo sobre o DN: o jornal ocupa o lugar de observador externo, articulando crise humanitária venezuelana, fragilidade sanitária brasileira e repercussões globais.

Apesar das já previstas diferenças na enunciação do texto, há semelhanças interessante na forma como os três jornais integram elementos migratórios às narrativas sobre o sarampo, especialmente no eixo integração–controle. Nos três casos, o migrante venezuelano aparece principalmente associado à vulnerabilidade epidemiológica, o que desloca a interpretação pública para medidas de contenção: reforço vacinal, vigilância na fronteira, protocolos sanitários e ações coordenadas entre municípios, estados e Governo Federal. Como visto neste capítulo, essa ênfase no risco reforça o polo do controle, pois sustenta a necessidade de monitorar deslocamentos, ampliar barreiras sanitárias e reorganizar o fluxo de entrada. Mesmo quando ações de acolhimento são mencionadas – ampliação de vacinação, atendimento de casos, acesso aos serviços – elas surgem subordinadas a discursos de mitigação de risco, e não como promoção mais ampla de integração social e sanitária.

Há também convergência na reprodução de percepções de desejados e indesejados, embora de forma implícita. Na Folha de Boa Vista, a pressão sobre a rede local reforça a leitura dos migrantes como portadores involuntários de risco; na Folha de S. Paulo, a reintrodução viral como ameaça nacional amplia essa percepção para o conjunto do país; no DN, a crise é interpretada como extensão do colapso venezuelano,

consolidando a associação entre mobilidade, precariedade e perigo sanitário. Nos três jornais, os migrantes não aparecem como agentes integrados ao sistema de saúde, mas como grupos cuja presença demanda respostas emergenciais. Assim, a crise sanitária funciona como lente pela qual a migração é enquadrada predominantemente na chave do controle, com pouco espaço para discursos de integração ou receptividade positiva.

### **6.6.2. *Matérias Exclusivas***

Neste tópico, reunimos um conjunto de matérias que não encontram equivalentes diretos nos outros dois jornais, seja pela natureza dos acontecimentos selecionados, seja pelas especificidades editoriais e de cobertura de cada veículo. Em vez de episódios compartilhados, como a reabertura da fronteira, os confrontos em Pacaraima, a interiorização ou o surto de sarampo, passamos a analisar textos que emergem como exclusivos de cada esfera – local, nacional e internacional – e que, por isso, evidenciam com maior nitidez as prioridades temáticas, os enquadramentos recorrentes e os limites de visibilidade de cada jornal. Ao longo do tópico, observamos como a Folha de Boa Vista aciona acontecimentos ancorados no cotidiano roraimense, como a Folha de S. Paulo projeta determinados episódios para a arena política nacional e como o Diário de Notícias seleciona fatos que dialogam com a agenda informativa portuguesa e com o interesse internacional na crise venezuelana. O objetivo é compreender de que modo essas matérias singulares, não espelhadas nos demais veículos, reforçam ou tensionam os padrões de cobertura identificados nos tópicos anteriores, ampliando a leitura sobre as diferenças estruturais entre as três esferas de enunciação jornalística.

#### **6.6.2.1. Folha de Boa Vista**

*A. 'Cálculo do FPE não leva em conta chegada de imigrantes' (01/08).*

A matéria discute os efeitos da migração venezuelana sobre o financiamento público de Roraima. O lead estabelece o enquadramento ao articular sobrecarga de serviços e insuficiência de recursos:

Gente demais e espaço de menos. Muita demanda e sem recursos suficientes para atender a todos. A continuada migração de venezuelanos para Roraima tem

refletido diretamente nas principais políticas públicas do estado, dando trabalho para administrar as mudanças que aconteceram principalmente nos últimos três anos (Folha de Boa Vista, 2018i, para. 1).

Ao longo do texto, observamos a articulação entre projeções demográficas do IBGE e a crítica do governo estadual ao fato de que o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) não incorporam o aumento populacional decorrente da imigração. A principal fonte é o secretário estadual de Planejamento, Haroldo Amoras, que aparece com múltiplas falas diretas, quantificando o crescimento de quase 170 mil pessoas em uma década, estimando a necessidade de R\$ 140 milhões adicionais e projetando a continuidade do fluxo migratório a partir da reeleição de Nicolás Maduro. IBGE e Tribunal de Contas da União surgem como referências técnico-institucionais, acionadas para explicar o mecanismo de cálculo e os prazos de atualização, enquanto o Governo Federal aparece como alvo da cobrança por mais recursos.

Esta situação tornou-se notícia apenas na Folha de Boa Vista porque trata de uma questão estritamente localizada do pacto federativo brasileiro: a discrepância entre a fórmula nacional de distribuição de fundos e a pressão demográfica concentrada em um estado de fronteira. Em um jornal nacional, o tema seria diluído entre outras tensões federativas; em um diário português, o detalhe do cálculo do FPE não configura relevância noticiosa. Na cobertura da Folha de Boa Vista, porém, a pauta é exemplar das características já identificadas: forte ancoragem na proximidade local, centralidade da voz do Executivo estadual, dependência de fontes oficiais e tradução da crise migratória em argumento financeiro. Ao vincular diretamente imigração, colapso de serviços e subfinanciamento federal, a matéria reforça a narrativa de um estado sobrecarregado e desassistido, em linha com o padrão de cobertura que associa a presença venezuelana ao estrangulamento das políticas públicas em Roraima.

*B. 'Atendimentos médicos quadruplicaram' (02/08).*

A matéria focaliza os impactos da migração venezuelana sobre os serviços públicos em Pacaraima, com ênfase na saúde. O lead enquadra a narrativa a partir da posição do gestor local:

Na esfera municipal, todo prefeito tem inúmeras funções, todas elas relacionadas a preservação e melhorias do município, bem como o bem-estar dos cidadãos. Em Pacaraima não é diferente. À frente do município desde o início do ano passado, o prefeito Juliano Torquato (PRB) já iniciou a gestão com a crise migratória em andamento. Atualmente, após 17 meses de mandato, ele avalia a situação do município como um descaso total (Folha de Boa Vista, 2018j, para. 1).

Observamos a construção de um quadro de sobrecarga generalizada dos serviços municipais, tendo a saúde como eixo principal. O texto traz dados objetivos para informar que os atendimentos diários em postos de saúde passaram de, no máximo, 40 para aproximadamente 160, sendo 95% da demanda composta por venezuelanos. Quanto às fontes, temos o prefeito de Pacaraima, Juliano Torquato, com sucessivas falas diretas que descrevem a situação como descaso total, e a Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), que fornece dados sobre mais de 10 mil atendimentos da cidade fronteiriça, dos quais 6.509 são de venezuelanos. Outras instituições aparecem como referências de contexto, como Sesai, Operação Acolhida, Força Nacional e programas federais (Mais Médicos), compondo um mosaico em que a prefeitura se coloca como ente pressionado e insuficientemente assistido.

Percebemos que a matéria se distingue por articular, em um único texto, múltiplas dimensões da crise em Pacaraima: saúde, segurança, educação, comércio e finanças municipais. A migração é apresentada como vetor que quadruplica atendimentos, eleva gastos com medicamentos, tensiona a rede escolar com aumento de matrículas e provoca conflitos em torno do comércio ambulante. Nesse arranjo, a voz do prefeito organiza o argumento, reforçando a imagem de um município que “paga tudo em dia”, mas não recebe apoio efetivo da União, exceto medicamentos próximos ao vencimento.

Esse tipo de abordagem tende a se tornar notícia apenas na Folha de Boa Vista porque se ancora em uma escala de proximidade estritamente local, centrada na experiência de Pacaraima como porta de entrada da crise. Em um jornal nacional, a narrativa provavelmente seria diluída em disputas federativas mais amplas; em um diário português, dificilmente haveria espaço para o detalhamento da gestão cotidiana de um pequeno município de fronteira. Na cobertura da Folha de Boa Vista, porém, a matéria

exemplifica características já observadas: focalização na sobrecarga dos serviços públicos, uso intensivo de fontes oficiais locais, ênfase na linguagem de colapso e escassez e enquadramento da migração como fator central de desorganização da vida municipal.

C. *‘Espetáculo de dança retrata imigração venezuelana em Roraima’ (09/08).*

A matéria “Espetáculo de dança retrata imigração venezuelana em Roraima”, associada à editoria de Cultura da Folha de Boa Vista, apresenta a montagem “Mi Clamor”, de um corpo de dança roraimense. Após apresentar data e local, o *lead* organiza a informação, contextualizando o espetáculo na temática migratória local:

Com 50 minutos de duração, o espetáculo retrata com muita sensibilidade todas as situações vivenciadas pelos imigrantes venezuelanos, como a fome, a falta de trabalho, o desespero, as doenças, a caminhada para chegar no Brasil, a esperança, e também a violência, a prostituição e o envolvimento em situações ilícitas (Folha de Boa Vista, 2018k, para. 1).

O texto descreve o espetáculo como uma leitura artística da experiência migratória venezuelana, condensando em cena fome, desemprego, doenças, violência, prostituição, atividades ilícitas, deslocamento e esperança. Em termos de fontes, a voz central é a da coreógrafa Soraya Souza, citada em discurso direto ao afirmar que a atual crise migratória tem dimensão inédita desde a Segunda Guerra Mundial e que não se limita ao Brasil, situando Roraima em um fluxo global de busca por abrigo e refúgio. O texto também informa que a criação coreográfica resulta de pesquisas, entrevistas, visitas a abrigos e convivência com refugiados, o que indica um processo de escuta prévia que não aparece como citação direta de migrantes, mas sustenta o conteúdo do espetáculo.

O destaque apenas na Folha de Boa Vista se dá porque articula, em chave cultural, dois eixos privilegiados pela cobertura do jornal: a crise migratória venezuelana e a vida cotidiana em Roraima. Em um veículo nacional, o espetáculo local dificilmente ultrapassaria a seção de agenda; em um jornal português, a especificidade do grupo e do teatro em Boa Vista não alcançaria o limiar de noticiabilidade. Aqui, a migração

aparece menos como problema de gestão de fronteira e mais como matéria-prima simbólica para a produção artística local, o que evidencia a capacidade do jornal de inscrever a crise em diferentes esferas da experiência social – da política e dos serviços públicos à cultura.

A matéria tem forte ênfase na proximidade, valorização de iniciativas locais e uso de pautas culturais para reforçar a centralidade de Roraima como território diretamente afetado e, ao mesmo tempo, capaz de produzir narrativas próprias sobre a imigração venezuelana. Importa notar que, mesmo dentro do conjunto ampliado do corpus, a notícia é uma exceção por sua ênfase positiva, ou ao menos, propositiva.

#### **6.6.2.2. Folha de S. Paulo**

*A. 'Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos' (11/08).*

O artigo de opinião, assinado pelo economista Rodrigo Zeidan, apresenta um posicionamento explícito e argumentação normativa, articulando ética humanitária, economia e responsabilidade pública. O parágrafo inicial explica a afirmação do título: “Sim, tragam para nossas casas. A primeira crítica infantil à política de refugiados é: você gostaria de um na sua casa? Sim, é claro” (Folha de S. Paulo, 2018m, para. 1).

A argumentação se desenvolve a partir de referências históricas, como o legado escravocrata brasileiro, e de episódios recentes, como o tratamento dispensado a haitianos em 2010 e os pedidos de fechamento da fronteira em Roraima. O autor aciona exemplos internacionais, citando o acordo entre União Europeia e Turquia e estudos econômicos sobre ondas migratórias em Miami e na Turquia, mobilizando pesquisadores como Clemens, Hunt e Tumen. O texto sustenta que os custos iniciais da integração de refugiados não anulam seus benefícios e afirma que a abertura total das fronteiras é um imperativo ético antes de ser uma medida econômica.

Ao analisarmos por que este conteúdo se torna notícia apenas na Folha de S. Paulo, observamos um traço recorrente do jornal: a acolhida de vozes externas e especializadas na forma de colunas e artigos que ampliam o debate público sobre temas sensíveis. A FSP opera, com frequência, em um registro interpretativo–opinativo que combina valores-notícia de relevância, importância e proximidade simbólica, especialmente quando se trata de políticas migratórias e direitos humanos. A publicação deste texto

alinha-se a essa identidade editorial que observamos no corpus, oferecendo espaço para interpretações que tensionam discursos de restrição e securitização.

Diferentemente de seus pares analisado, o diário paulista investe na discussão normativa e argumentativa, utilizando artigos de opinião para construir enquadramentos mais amplos e disputas de sentido sobre a política migratória brasileira. Esse texto insere-se em um conjunto de publicações factuais e opinativas sobre o possível impedimento de trânsito na fronteira, e é complementado como par de artigos já mostrados na pesquisa: ‘O Brasil deve fechar em caráter temporário a fronteira com a Venezuela para conter a imigração? NÃO’ e ‘O Brasil deve fechar em caráter temporário a fronteira com a Venezuela para conter a imigração? SIM’, ambos do dia 25 de agosto.

*B. ‘Violência na fronteira’ (23/10/2018).*

O editorial ‘Violência na fronteira’ é o texto mais contundente publicado ao longo do período analisado, no que tange aos valores envolvidos nos conflitos e decisões políticas por parte da sociedade e estado brasileiro, em relação ao fluxo venezuelano. O editorialista o abre enunciado categórico: “As agressões contra imigrantes venezuelanos em Pacaraima (RR), no sábado (18), envergonham o país” (Folha de S. Paulo, 2018n, para. 1).

Vemos no texto que a Folha trata os ataques como expressão de tensões sociais agravadas pelo fluxo contínuo de refugiados, mas afirma que nenhuma dessas tensões justifica o recurso à violência. O texto reconstrói o contexto de saída dos venezuelanos – fome, repressão, desabastecimento e criminalidade – e estabelece um paralelo com movimentos internos de migração que povoaram Roraima, embora tenham ocorrido sem o caráter forçado.

O argumento é construído sobre referências institucionais: o envio de 120 policiais da Força Nacional, a judicialização do pedido de fechamento da fronteira, a atuação da AGU, o surto de sarampo e a necessidade de organização federativa da resposta. Nesse gênero, a ‘voz’ é a própria instituição jornalística, mobilizando dados já publicizados e episódios recentes para fundamentar uma posição editorial normativa: rejeição à xenofobia, crítica a soluções de bloqueio da fronteira e defesa de um plano nacional de redistribuição e acolhimento.

A emergência deste editorial como conteúdo exclusivo da Folha de S.Paulo reforça nossa percepção do perfil interpretativo e da cultura editorial do jornal. A FSP costuma tratar crises migratórias como temas de interesse público nacional, transcendendo a escala local e enfatizando valores-notícia como relevância, importância e proximidade simbólica – proximidade não geográfica, mas ética e política, como já observamos na análise de outras publicações do jornal.

Neste caso, a escolha de editorializar o episódio sinaliza que o jornal interpreta os ataques como ameaça à ordem democrática, ao humanitarismo e à tradição histórica de acolhimento no Brasil, justificando que o tema assumiu, no veículo, um lugar de destaque que não se reproduz automaticamente nos demais jornais analisados. A Folha de S.Paulo utiliza o editorial para marcar posição institucional em momentos de conflito, reforçando seu papel de ator no debate público.

*C. ‘Brasil tem lei avançada para proteger imigrante, mas falta efetividade’  
(25/08).*

O terceiro texto escolhido para representar a unicidade da cobertura nacional desempenhada pela Folha de S. Paulo é também um artigo de opinião, contudo assinado pelos repórteres Roberto Quiroga e Bianca Waks, fundamentados e introduzidos por uma compilação de dados da migração e fatos noticiados pelo jornal no mês de agosto de 2018. O texto parte de um enunciado factual: “O agravamento da crise na Venezuela já deslocou para o Brasil mais de 52 mil pessoas em situações migratórias diversas ou em situação irregular. Destas, 25 mil são solicitantes de refúgio” (Folha de S. Paulo, 2018o, para. 1)

A argumentação passa pelo ordenamento jurídico do refúgio e da migração no Brasil: a Declaração de Genebra de 1951, a ampliação conceitual da Declaração de Cartagena, a incorporação do princípio de *non-refoulement* e a Lei nº 9.474/1997, chegando à nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), seguindo roteiro semelhante ao que percorremos anteriormente neste trabalho. Os autores destacam a inovação normativa brasileira: o fortalecimento da integração latino-americana, o repúdio à xenofobia e a criação do visto de acolhida humanitária. Em seguida, articulam decisões recentes, como a manifestação da ONU e o entendimento do STF na Ação Cível Originária nº 3.121, que reconhecem a amplitude da violação de direitos humanos na Venezuela e reforçam o dever de proteção.

A exclusividade editorial da Folha de S.Paulo na publicação deste arquivo mais uma vez aponta para a identidade editorial do jornal, que reserva espaço para especialistas no debate público com análises ancoradas em expertise técnica e revisita os fatos cobertos no jornalismo diário com o olhar de aprofundamento e ampliação de relevância ao nível nacional e internacional. Assim, ao destacar a distância entre o ‘avanço legal’ e a ‘falta de efetividade’, o artigo tensiona omissões do poder público e oferece interpretações estruturais sobre temas que, em outros veículos, aparecem primordialmente associados ao impacto imediato da chegada de imigrantes.

### 6.6.2.3. Diário de Notícias

*A. Venezuela: ACNUR felicita tribunal brasileiro que rejeitou encerramento de fronteira (07/08).*

Publicado em 7 de agosto de 2018, o texto apresenta o enfoque esperado do Diário de Notícias, que organiza a cobertura internacional a partir de temas com relevância para o contexto da diáspora e dos vínculos histórico–culturais entre Portugal e outros países. O título já orienta a leitura nesse sentido: embora o conteúdo elogie uma decisão do Brasil, a ênfase recai desde o início sobre a Venezuela, alinhando-se ao interesse português pela situação naquele país, um interesse que decorre, como vimos, da forte presença de luso-venezuelanos, do retorno migratório ao longo da década e da historicidade da relação entre Portugal e a Venezuela.

O lead apresenta a informação central de forma direta:

O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) felicitou hoje o tribunal brasileiro que rejeitou uma decisão que determinava o encerramento da fronteira terrestre com a Venezuela para impedir a entrada de refugiados e imigrantes no Brasil (Diário de Notícias, 2018j, para. 1).

A matéria resume o episódio envolvendo a suspensão temporária da entrada de venezuelanos por decisão de um juiz federal de Roraima e a sua anulação pelo Supremo Tribunal Federal, comentada pelo porta-voz do ACNUR, William Spindler, que é a

fonte central do texto. Essa opção se reflete em declarações diretas e dados oficiais sobre pedidos de asilo, transferências internas, registros migratórios e medidas humanitárias adotadas pelo governo brasileiro. Também são mencionados o contexto da recepção de cerca de 50 mil venezuelanos em Roraima, o programa de interiorização e as tensões pontuais no estado, embora o porta-voz enfatize que a situação se encontrava ‘tranquila’ no momento da declaração.

Esse texto ganha espaço no Diário de Notícias por alinhamento direto com as características já identificadas da sua cobertura: a construção de janelas de crise, a atenção a organismos internacionais e a articulação de acontecimentos latino-americanos com temas globalmente relevantes, especialmente aqueles que envolvem a Venezuela. Embora trate de uma decisão positiva do STF brasileiro, o DN a inscreve dentro de uma narrativa transnacional sobre refúgio, proteção internacional e mobilidade forçada, com forte marca da presença venezuelana.

*B. ‘Governo brasileiro adota medidas de 43 ME face a fluxo de venezuelanos na fronteira’ (19/08).*

A matéria intitulada ‘Governo brasileiro adota medidas de 43 ME face a fluxo de venezuelanos na fronteira’, é identificada pela editoria ‘Internacional’, e já no lead apresenta de forma direta o foco da cobertura, ancorado no ator estatal:

O Governo brasileiro anunciou ter adotado mais medidas de assistência social a imigrantes venezuelanos e de segurança para as populações locais da fronteira entre os dois países, ascendendo a 43 milhões de euros (200 milhões de reais) (Diário de Notícias, 2018d, para. 1).

O enunciado inicial já marca o governo brasileiro como sujeito da ação e introduz o montante em euros, traduzindo o custo da resposta estatal para a escala monetária familiar ao leitor português. Ao longo do texto, acompanhamos a enumeração das medidas anunciadas após reunião do então presidente brasileiro Michel Temer com ministros e integrantes de vários gabinetes: ordenamento da fronteira com controle e triagem, ampliação da presença social e de segurança, construção de centros de

acolhimento e interiorização de migrantes para outros estados brasileiros. As fontes predominantes são comunicados oficiais do Executivo federal, complementados por dados numéricos sobre o fluxo migratório (estimativa de 50 mil venezuelanos em um ano e meio, 400 entradas diárias) e sobre os deslocamentos internos (cerca de 800 interiorizados e 1.200 que deixaram o país após protestos em Pacaraima). A voz estatal organiza o relato, enquanto a presença de migrantes aparece mediada por referências indiretas a acampamentos, centros de acolhimento e protestos de moradores.

Isso configura um enquadramento que privilegia a capacidade de resposta institucional frente ao “êxodo venezuelano”. O uso explícito do valor “43 milhões de euros (200 milhões de reais)” funciona como chave de leitura para o público português, convertendo o esforço orçamentário brasileiro em linguagem econômica local e reforçando a dimensão de política pública e gestão de crise.

Esse texto é notícia no Diário de Notícias e não consta nos pares analisados porque articula dois eixos que identificamos como centrais na cobertura do jornal: a atenção continuada à crise venezuelana e o interesse por respostas estatais em contextos de mobilidade forçada. A Venezuela permanece como pano de fundo constante, mas o Brasil surge aqui como cenário de ação governamental, com o DN a traduzir medidas internas brasileiras para um público que acompanha a situação venezuelana por laços históricos, migratórios e afetivos.

*C. ‘Parlamento do Mercosul anuncia envio de missão à fronteira do Brasil com a Venezuela’ (21/08).*

A matéria da editoria Internacional do Diário de Notícias integra um conjunto de textos de agosto de 2018 que acompanha a resposta regional à escalada de tensão em Pacaraima, de forma factual. O lead concentra a informação essencial ao destacar a decisão do órgão: “O Parlamento do Mercosul (Parlasur) decidiu enviar uma missão para analisar a tensão na fronteira do Brasil com a Venezuela, onde no último final de semana foram registados incidentes violentos” (Diário de Notícias, 2018k, para. 1).

Ao longo do texto, acompanhamos a construção de um enquadramento centrado em instituições regionais e organismos internacionais. O Parlasul surge como ator principal, por meio de comunicado e de declarações de seu presidente, o paraguaio Thomas Bittar,

que defende a necessidade de visita às cidades de Pacaraima, Boa Vista e Cúcuta (Colômbia) para atender no terreno à situação e elaborar planos de ajuda humanitária.

A matéria mobiliza ainda dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) sobre o volume de saídas venezuelanas em dezoito meses (mais de dois milhões de pessoas, sendo 1,5 milhão na América do Sul à época) e estimativas das autoridades brasileiras quanto às entradas por Pacaraima (cerca de 60 mil no último ano e meio). Os migrantes são mencionados apenas no plano coletivo descrito (cerca de 2.000 imigrantes venezuelanos em acampamento improvisado) e não como voz individualizada.

Com base nas observações e análises anteriores, temos que a exclusividade desta matéria no Diário de Notícias se dá por alinhar-se ao padrão cobertura fundado na articulação entre a crise venezuelana e instâncias multilaterais, com ênfase em respostas políticas regionais e humanitárias. O Brasil aparece como cenário central dos incidentes e das medidas de acolhimento, mas o foco desloca-se para o Parlasur como instância de mediação e observação, em sintonia com o interesse português por organismos internacionais que atuam em contextos de crise.

### ***6.6.3. Considerações Finais Sobre as Esferas de Cobertura***

Neste tópico, concluímos a apresentação dos resultados de nossa análise sobre as esferas de cobertura da crise migratória venezuelana em Roraima, tal como observadas nos jornais Folha de Boa Vista, Folha de S. Paulo e Diário de Notícias. Organizamos a discussão na sequência das esferas – local, nacional e internacional –, delineando um panorama analítico do conjunto de publicações de agosto de 2018 e destacando, em cada caso, padrões de volume, temas, gêneros jornalísticos, valores-notícia e configurações de fontes. Nosso objetivo aqui é fechar a etapa descritivo-analítica do trabalho, oferecendo uma visão de conjunto dos resultados empíricos e de sua articulação com a fundamentação teórica, sem ainda avançar para generalizações conclusivas. As interpretações mais amplas, as implicações teóricas e as conexões com o debate sobre comunicação, migrações e fronteiras serão retomadas e desenvolvidas no capítulo seguinte, dedicado às considerações finais.

### **6.6.3.1. A Esfera Local: Folha de Boa Vista**

O conjunto de publicações da Folha de Boa Vista referente ao mês de agosto de 2018 reúne 26 matérias centradas na intensificação da crise migratória. A distribuição temporal das publicações mostra um fluxo regular de notícias ao longo do período, com presença quase diária de reportagens e platôs sutis na cobertura, em momentos de maior tensão, que coincidem com acontecimentos críticos, como os conflitos em Pacaraima, entre os dias 18 e 21 de agosto, e as decisões judiciais sobre o fechamento da fronteira, ocorridas entre 6 e 9 de agosto. Diferente do que ocorre na Folha de S. Paulo e no Diário de Notícias, esse padrão mais indica a atenção contínua do jornal ao tema migratório, associando o acompanhamento factual à resposta imediata a eventos de alta repercussão pública.

O único pico de fato ocorre entre os dias 28 e 31 de agosto no jornal de Boa Vista, e reproduz-se também nos jornais paulista e português. Trata-se de medidas administrativas do Governo Federal no sentido de restringir e ordenar o fluxo nas fronteiras. Aqui observamos que as ações públicas na esfera federal brasileira são o principal ponto de convergência: para a Folha de Boa Vista pela emergência dos resultados para o contexto local, para a Folha de S. Paulo e Diário de Notícias por apontar políticas públicas de caráter nacional, com impacto abrangente e indicativos de políticas de direitos humanos.

A ausência de picos proeminentes na Folha de Boa Vista nos dias de conflito entre migrantes e moradores de Pacaraima e no registro do fechamento da fronteira reforça o caráter contínuo da cobertura factual, na qual conflitos e fechamento de fronteiras não foram novidades para a cobertura local, enquanto para as esferas nacional e internacional, tais fatos foram pontos latentes de emergência jornalística e com potencial interesse público fora de Roraima e em Portugal.

Há um segundo aspecto relevante na configuração das fontes da Folha de Boa Vista: Quase um terço (30,8%) das matérias utilizem uma única fonte, e esse grupo é marcado integralmente por vozes oficiais e, quando não, institucionais. O jornal traz também uma parcela importante de textos que recorrem a duas fontes, mas permanecem ancorados em combinações que reproduzem o mesmo polo institucional (por exemplo, duas fontes oficiais ou pares entre órgãos públicos e instituições formais). No conjunto do corpus, 69,2% das matérias têm como fonte principal um ator oficial e, quando

observamos o total de 60 fontes mobilizadas, 70% pertence à combinação oficial e institucional, enquanto as fontes cidadãos somam apenas 25,0%. Essa predominância de falas estatais e institucionais, combinada à baixa incidência de especialistas, dados documentais e, sobretudo, de fontes cidadãos e migrantes, sustenta a interpretação de que o jornal adota, na maior parte das vezes, um perfil de cobertura passivo (ou reativo), dependente de agendas e discursos institucionais, em vez de um movimento sistemático de diversificação de vozes e problematização própria dos acontecimentos.

Assim, assunto contextuais relevantes como o incremento da economia local pela circulação de bens, mercadorias e serviços devido ao fluxo migratório, e mesmo fatos emergentes, não mobilizam a redação da Folha de Boa Vista, apesar da proximidade geográfica. A constância de publicações se alinha, portanto, à gestão uniforme do fluxo de *releases* e paitas enviados à redação, que parecem seguir uma lógica quantitativa. Um exemplo é que nos dias de 18 a 21 de agosto, marcados por conflitos violentos em Pacaraima, foram quatro publicações na Folha de Boa Vista, uma por dia, enquanto a Folha de S. Paulo publicou 11 textos e o Diário de Notícias, nove.

As matérias publicadas pela *Folha de Boa Vista* em agosto de 2018 foram as seguintes:

1. **01/08**, *Cálculo do FPE não leva em conta chegada de imigrantes*
2. **02/08**, *Atendimentos médicos quadruplicaram*
3. **03/08**, *MPF recomenda revogação de decreto*
4. **06/08**, *Juiz manda suspender entrada de venezuelanos em Roraima*
5. **08/08**, *Fronteira é reaberta e imigrantes voltam a entrar em Roraima*
6. **09/08**, *Espectáculo de dança retrata imigração venezuelana em Roraima*
7. **09/08**, *Rosa Weber suspende decreto de Roraima sobre venezuelanos*
8. **11/08**, *Abrigos atendem menos de 10 % dos venezuelanos que chegam a RR*
9. **14/08**, *Metade dos currículos entregues em supermercados é de imigrantes*
10. **15/08**, *Ministério da Saúde quer ampliar número de venezuelanos vacinados*
11. **18/08**, *Governo pede envio da Força Nacional novamente para Roraima*
12. **19/08**, *Comércios de Santa Elena são fechados após expulsão de venezuelanos*
13. **20/08**, *Venezuelanos são expulsos de Pacaraima*

14. **21/08**, *Comissão Interministerial discute situação de Pacaraima com autoridades*
15. **22/08**, *Governo Federal quer intensificar interiorização de venezuelanos*
16. **23/08**, *Ministro da Segurança Pública visita Pacaraima*
17. **24/08**, *Rosa Weber afirma que envio de venezuelanos para outros estados é necessário*
18. **25/08**, *Moradores organizam ato contra a entrada descontrolada de venezuelanos*
19. **26/08**, *Governo Federal promove mutirão de saúde para venezuelanos em Roraima*
20. **27/08**, *Mais venezuelanos serão transferidos nesta terça-feira*
21. **28/08**, *Mais de 150 venezuelanos embarcaram hoje para três localidades*
22. **29/08**, *189 venezuelanos deixam Roraima*
23. **29/08**, *Governo avalia como positiva limitação da entrada de venezuelanos*
24. **29/08**, *Temer diz que governo pode limitar entrada de venezuelanos em Roraima*
25. **29/08**, *Internautas enviam contatos para contratar imigrantes*
26. **30/08**, *É a chance de recomeçarmos as nossas vidas, afirmam refugiados venezuelanos*

Quanto ao gênero textual, temos 19 (73%) das matérias de jornalismo factual, priorizando o relato direto de acontecimentos específicos. Nessa categoria, predominam textos sobre decisões judiciais, operações de segurança, interiorização de migrantes e ações governamentais, exemplificados por títulos como ‘Juiz manda suspender entrada de venezuelanos em Roraima’ (06/08), ‘Mais de 150 venezuelanos embarcaram hoje para três localidades’ (28/08) e ‘Ministro da Segurança Pública visita Pacaraima’ (23/08).

Importante ressaltar que neste item a Folha de Boa Vista mobiliza o gênero textual temático em questões transversais ligadas ao cotidiano local, enquanto o DN usa essa categoria textual para abordagens explicativas destinadas ao público português, e a FSP dedica um espaço maior à interpretação do fenômeno social. Nessa vertente, destacamos na Folha de Boa Vista, matérias como ‘Cálculo do FPE não leva em conta chegada de

imigrantes’ (01/08), ‘Abrigos atendem menos de 10% dos venezuelanos que chegam a RR’ (11/08) e ‘Metade dos currículos entregues em supermercados é de imigrantes’ (14/08).

Os temas predominantes nas matérias podem ser agrupados em quatro eixos: impacto nos serviços públicos, respostas institucionais, conflitos e tensões sociais e acolhimento e integração. Aqui vale destacar que essa interpretação temática do recorte de agosto de 2018 coincide de forma bastante clara com os principais enquadramentos mediáticos detectados no corpus integral da Folha de Boa Vista: Segurança e Fronteira (49,9%), Acolhimento e Bem-estar (32,9%) e Economia/Trabalho (17,2%).

O primeiro eixo descreve a sobrecarga dos sistemas de saúde e segurança, com relatos sobre a falta de leitos, medicamentos e profissionais, bem como sobre o aumento da criminalidade e os pedidos de reforço da Força Nacional. O segundo enfatiza as ações governamentais e judiciais: o Governo Federal aparece vinculado à Operação Acolhida, à interiorização e ao envio de ministros e comissões interministeriais; o Governo do Estado é retratado por meio de decretos restritivos e de pedidos de fechamento da fronteira; e o Poder Judiciário surge como mediador, ao suspender medidas estaduais e garantir a reabertura da fronteira. O terceiro eixo aborda os conflitos sociais, com destaque para a expulsão violenta de venezuelanos em Pacaraima, as manifestações populares e os casos de xenofobia. Por fim, o quarto eixo trata do acolhimento institucional e da integração social, incluindo o funcionamento de abrigos, a inserção laboral de migrantes e ações de saúde pública e cultura, como campanhas de vacinação e atividades artísticas sobre migração.

Em síntese, a cobertura da Folha de Boa Vista em agosto de 2018 apresenta um retrato abrangente de um estado submetido a intensa pressão humanitária e institucional. As matérias articulam a urgência noticiosa dos acontecimentos com a análise contextual de seus efeitos sobre a sociedade roraimense. A presença de diferentes esferas de poder – Executivo, Judiciário, Forças Armadas e organizações internacionais – revela o entrelaçamento entre decisões políticas e desafios sociais. Esse panorama evidencia a complexidade e a multidimensionalidade da crise migratória venezuelana em Roraima, situando o jornal como um observador ativo de um processo histórico, contudo, com uma ação passiva diante de suas limitações estruturais típicas de pequenos veículos de comunicação, uma sinergia econômica bastante intensa com os poderes locais e uma

imersão social em uma sociedade que é tradicionalmente refratária a movimentos humanos em seu território (Camargo, 2017).

### **6.6.3.2. A Esfera Nacional: Folha de S. Paulo**

A cobertura da Folha de S. Paulo em agosto de 2018 reuniu 43 matérias, número significativamente superior ao da Folha de Boa Vista (26 matérias) e do Diário de Notícias (21 matérias). Como mostrado anteriormente, o que justifica este recorte temporal de agosto de 2018 é justamente a observação de um pico de publicações no jornal paulista, seguido pelo diário português, enquanto para o jornal local trata-se de um mês sem grandes sobressaltos no volume da cobertura. Além de permitir a justaposição de um volume equivalente de textos – como veremos nas matérias analisadas mais abaixo – a diferença de comportamento dos três veículos diante do fenômeno social, demonstra aspectos mais profundos, mapeados por marcadores como os valores-notícia.

Enquanto o jornal de Roraima manteve uma vigilância contínua e cotidiana sobre os acontecimentos, o periódico paulista apresentou maior variação temática e densidade interpretativa, mantendo publicações diárias ao longo de todo mês, porém com concentração mais nítida em momentos críticos de repercussão nacional. Na primeira semana (1º a 7 de agosto), as matérias destacaram decisões judiciais e medidas restritivas iniciais, assim como o surto de sarampo – tema tratado pela Folha de Boa Vista de modo pontual, com foco local e exclusivamente com informações oficiais. No período intermediário (13 a 20 de agosto), observa-se um pico de cobertura sobre os conflitos em Pacaraima, a xenofobia e as respostas governamentais, contrastando com a ausência de pico equivalente na cobertura local, que tratou esses eventos como parte de uma rotina de tensão já consolidada. Já no final do mês (21 a 31 de agosto), a Folha de S. Paulo destacou as dimensões político–eleitorais e de políticas públicas, associando a interiorização de venezuelanos a discussões sobre governança e responsabilidade federal – abordagem ausente ou secundária na Folha de Boa Vista, mais voltada à operacionalidade local das ações.

As matérias publicadas pela Folha de S. Paulo em agosto de 2018 foram:

1. **01/08**, Com surto no Norte do país, total de casos de sarampo já é o maior desde 1999
2. **01/08**, RR obrigará venezuelanos a mostrar passaporte para ter atendimento médico
3. **06/08**, Juiz veta entrada de venezuelanos na fronteira com o Brasil em Roraima
4. **07/08**, Após 15 horas fechada, fronteira com a Venezuela é reaberta em Roraima
5. **07/08**, STF indefere pedido de fechamento da fronteira com a Venezuela
6. **08/08**, Ministra do STF suspende decreto que restringia serviços para venezuelanos
7. **11/08**, Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos
8. **13/08**, Ensaaios xenófobos
9. **15/08**, Venezuelanos em Roraima vivem em tendas tecnológicas da Ikea
10. **17/08**, MDB transformou tragédia venezuelana em politicagem, diz governadora de Roraima
11. **18/08**, Venezuelanos e brasileiros se confrontam nas ruas de cidade de Roraima
12. **18/08**, Eles nos expulsaram como cachorro, diz imigrante venezuelana em Roraima
13. **19/08**, Governo Federal vai enviar 120 efetivos da Força Nacional a Roraima
14. **19/08**, Venezuela pede ao Brasil que proteja imigrantes em Roraima
15. **20/08**, Após pedido de RR, Governo Federal diz que fechar fronteira é impensável
16. **20/08**, Temos que defender o município, diz morador de cidade palco de confronto em RR
17. **21/08**, Crise de imigração venezuelana sucumbe à exploração política
18. **21/08**, Governo Temer pede que STF negue pedido para fechar fronteira de Roraima
19. **21/08**, Boatos alimentam conflito com venezuelanos em região de fronteira
20. **22/08**, Mil venezuelanos serão distribuídos pelo Brasil após crise na fronteira
21. **22/08**, Venezuelanas grávidas cruzam fronteira para ter bebê no Brasil
22. **23/08**, 'Há pólvora no chão' diz general que comanda missão humanitária em Roraima
23. **23/08**, Violência na fronteira
24. **23/08**, 'Há grupos de brasileiros caçando venezuelanos na fronteira', diz imigrante
25. **24/08**, A pior maneira de combater a xenofobia
26. **25/08**, O Brasil deve fechar em caráter temporário a fronteira com a Venezuela para conter a imigração? NÃO

27. **25/08**, O Brasil deve fechar em caráter temporário a fronteira com a Venezuela para conter a imigração? SIM
28. **25/08**, Governo Federal diz que não haverá limites para entrada de venezuelanos
29. **25/08**, Brasil tem lei avançada para proteger imigrante, mas falta efetividade
30. **26/08**, Migrantes vivem cotidiano de fome, preconceito e violência
31. **26/08**, Venezuelanos sobrecarregam serviços públicos em RR, que vive crise fiscal
32. **27/08**, Romero Jucá deixa liderança do governo Temer no Senado
33. **28/08**, Governo Federal autoriza envio de Forças Armadas a Roraima para conter crise
34. **28/08**, Abrigos para waraos lotam na região Norte e dois bebês morrem em Belém
35. **28/08**, Para governadora de Roraima, reforço das Forças Armadas é 'insuficiente'
36. **29/08**, Temer avalia entregar senhas para frear entrada de venezuelanos em Roraima
37. **29/08**, A exploração dos trabalhadores venezuelanos em Roraima
38. **29/08**, Venezuelanos dizem que Boa Vista colapsou e querem deixar Roraima
39. **30/08**, Panaceia Militar
40. **30/08**, Temer diz que fechamento de fronteira com a Venezuela é incogitável
41. **30/08**, Não é verdade que venezuelanos recém-chegados ao Brasil podem tirar título eleitoral e votar
42. **31/08**, Crise migratória vira principal assunto da eleição em Roraima
43. **31/08**, A exploração dos trabalhadores venezuelanos em Roraima

Na segunda camada de análise, observamos uma predominância quase absoluta e homogênea dos valores-notícia proximidade, atualidade e importância entre os três jornais. Esses valores constituem elementos estruturantes da prática jornalística factual e, portanto, sua alta incidência não causa surpresa. Entretanto, no caso específico do critério 'proximidade', há um aspecto essencial a ser destacado: esse valor não se limita à dimensão geográfica, mas envolve também vínculos culturais, históricos e afetivos entre o jornal e seu público em relação ao acontecimento noticiado (Traquina, 2005). Nessa perspectiva, enquanto a proximidade da Folha de Boa Vista com os eventos analisados parece não ter tido por si o poder de uma maior mobilização da pauta, o interesse demonstrado pela Folha de S. Paulo e pelo Diário de Notícias na cobertura da

crise migratória em Roraima constitui um dado significativo, revelando a expansão simbólica do tema para além do espaço local.

Enquanto no DN a proximidade histórica e afetiva de portugueses com venezuelanos e brasileiros configura essa proximidade, a FSP tem no inédito e massivo fluxo migratória de um vizinho sul-americano ao Brasil através de Roraima, um elemento de interesse tanto cultural, quanto político-ideológico. Note-se que, como mostramos na descrição do corpus, jornais brasileiros de referência regional, situados mais próximos de Roraima, praticamente ignoraram a movimentação migratória no período analisado. Geograficamente, Pacaraima é o ponto mais distante da redação da Folha de S. Paulo em todo o território brasileiro. Contudo, desde o início da percepção nacional da crise, o jornal dedicou um espaço de destaque e enviou jornalistas de prestígio, como Patrícia de Campos Mello e Thais Bilenky, para a fronteira.

A cobertura da Folha de S. Paulo sobre a crise migratória venezuelana em Roraima, em agosto de 2018 constrói uma noção de proximidade que transcende o território físico e se ancora em dimensões políticas, culturais e ideológicas de relevância nacional. O jornal estabelece um vínculo simbólico com o tema ao tratá-lo como questão de interesse público e humanitário, enquadrando-o como fenômeno social e político de amplitude nacional. Dessa forma, a Folha reafirma sua identidade como veículo de alcance nacional, atribuindo proximidade a todo acontecimento que afete o Brasil em termos estruturais, sociais, políticos e simbólicos.

Importa destacar que o fluxo migratório analisado se desenvolve em um contexto marcado pelo fortalecimento do discurso da extrema-direita nacional e mundial e, em contrapartida, a promulgação da nova Lei de Migração e a criação da Operação Acolhida, caracterizada por um arranjo institucional singular que combina a gestão militar e a atuação de organismos humanitários internacionais. Nesse cenário, a cobertura da Folha de S. Paulo reflete não apenas a dimensão factual da crise, mas também as tensões ideológicas e humanitárias que permeiam o debate público brasileiro sobre migração e direitos humanos. Assim, podemos afirmar em termos comparativos que, sob a perspectiva dos valores-notícia, Pacaraima esteve tão próxima da Folha de S. Paulo no Período quanto um bairro central da capital paulista.

O valor-notícia ‘importância’ opera de forma interdependente com a proximidade: a importância emerge da construção da crise como problema nacional, com implicações

para a política externa e a imagem do Brasil; a proximidade, por sua vez, é construída simbolicamente, posicionando o leitor diante de um evento distante fisicamente, mas próximo em suas repercussões éticas e políticas. Identificamos essa estratégia em textos analíticos e opinativos, como no artigo ‘Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos’ assinado pelo professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral, Rodrigo Zeidan (Folha de S. Paulo, 2018p). O autor propõe uma leitura humanista e ética do acolhimento, afirmando, em síntese, que solidariedade é o papel de uma sociedade humanista moderna. Já no editorial ‘Violência na fronteira’, a Folha denuncia os ataques xenófobos e a omissão estatal, afirmando que as agressões envergonham o país, e conclamando à responsabilidade nacional. Por fim, Campos Mello (Folha de S. Paulo, 2018m), em ‘A pior maneira de combater a xenofobia’, evita simplificações, reconhecendo os dilemas locais e advertindo que tachar de xenófobo qualquer um que viva em Roraima e aponte os problemas causados pela imigração venezuelana é contraproducente. Assim, a FSP amplia o alcance simbólico da crise ao situá-la no centro do debate nacional. Por meio de colunistas, editoriais e reportagens interpretativas, o jornal constrói uma importância simbólica fundada na relevância política e humanitária do tema, convertendo a distância territorial em engajamento cívico e analítico.

Quanto aos gêneros jornalísticos, a cobertura do jornal foi a mais diversificada, englobando 22 matérias de caráter factual, 12 reportagens temáticas, seis artigos de opinião, dois editoriais e uma entrevista. Essa variedade supera a predominância factual da Folha de Boa Vista (73%), cujo enfoque principal foi o relato direto de acontecimentos e decisões institucionais. Em contraste, a Folha de S. Paulo ampliou o espaço para interpretação e debate público, com textos analíticos e opinativos que problematizam a crise sob perspectivas éticas, humanitárias e políticas. Exemplos como Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos' (11/08) e ‘A pior maneira de combater a xenofobia’ (24/08) ilustram um posicionamento editorial mais reflexivo e propositivo, que diferencia a abordagem paulistana da narrativa predominantemente descritiva e institucional adotada em Boa Vista.

Os principais temas tratados também revelam distinções significativas entre os dois jornais. A Folha de S. Paulo estruturou sua cobertura em torno de cinco eixos complementares: crise fronteiriça, respostas institucionais, impactos sociais e sanitários, contexto humanitário e disputas políticas, enquanto a Folha de Boa Vista organizou seus

temas em quatro eixos de impacto local (serviços públicos, ações governamentais, conflitos sociais e acolhimento). Essa diferença expressa a escala de observação: a cobertura paulista articulou o fenômeno migratório a debates nacionais sobre direitos humanos, política federal e responsabilidade institucional, ao passo que a cobertura roraimense se concentrou nas consequências imediatas da migração para a população e a infraestrutura local.

Além disso, a Folha de S. Paulo dedicou atenção especial ao uso político da crise nas eleições de 2018, enfatizando a instrumentalização do tema migratório por lideranças estaduais, como Suely Campos (PP) e Romero Jucá (MDB). Essa dimensão eleitoral sequer aparece na Folha de Boa Vista, que privilegiou o acompanhamento das medidas práticas do governo estadual e das ações da Força Nacional. O jornal paulista também inseriu o Brasil no contexto latino-americano mais amplo, retomando a crise venezuelana como pano de fundo geopolítico, enquanto o veículo roraimense manteve o foco no território fronteiriço e em sua gestão cotidiana.

#### **6.6.3.3. A Esfera Internacional: Diário de Notícias**

O Diário de Notícias (DN) publicou 21 matérias sobre o fluxo migratório venezuelano para o Brasil por Roraima, entre 2 e 29 de agosto de 2018. A distribuição das publicações foi irregular, com concentração na segunda quinzena do mês, especialmente entre os dias 19 e 22, período que coincidiu com episódios de violência contra imigrantes venezuelanos. Houve picos de produção nos dias 19 (cinco matérias), entre 20 e 22 (cinco matérias) e no dia 28 (três matérias), o que indica uma cobertura intensiva de eventos críticos, como ataques, decisões governamentais e seus desdobramentos imediatos.

Em contraste com a regularidade observada na Folha de Boa Vista, o DN estruturou sua cobertura em janelas de crise e, diferentemente da Folha de S. Paulo, baseou-se menos em debates opinativos e mais em ciclos factuais, ainda que sustentados por maior contextualização do que no jornal local. O periódico português privilegiou o gênero noticioso factual com contexto (17 matérias), mas combinou com mais intensidade o relato de acontecimentos recentes com enquadramentos políticos e sociais, e contextualizações locais destinada ao público português. Publicou em menor número textos do gênero interpretativo (quatro matérias), voltados à análise de causas,

consequências e implicações dos eventos. Não foram identificados textos opinativos ou editoriais no período, o que confirma o perfil predominantemente informativo do DN, orientado por uma narrativa factual, porém atenta à complexidade do processo migratório. Cabe registrar que outras frentes da crise migratória venezuelana ocuparam espaços editoriais e opinativos no DN. As publicações do DN em agosto de 2018 foram:

1. **02/08**, Brasil registou mais de mil casos de sarampo até agosto
2. **03/08**, Governo do Brasil pede a Tribunal suspensão de decreto contra venezuelanos no país
3. **07/08**, Brasil reabre fronteira com a Venezuela
4. **07/08**, Venezuela: ACNUR felicita tribunal brasileiro que rejeitou encerramento de fronteira
5. **09/08**, Brasil vacinou 45 mil venezuelanos que entraram no país pela fronteira
6. **17/08**, Senador deixa Governo por discordar do tratamento dado aos venezuelanos no Brasil
7. **18/08**, Violência contra imigrantes e tensão na fronteira do Brasil com a Venezuela
8. **19/08**, Governadora brasileira promete fechar temporariamente fronteira com a Venezuela
9. **19/08**, Governo brasileiro adota medidas de 43 ME face a fluxo de venezuelanos na fronteira
10. **19/08**, Mais de 1000 venezuelanos abandonam Brasil depois de violência
11. **19/08**, Temer reuniu-se com ministros para debater ataques a imigrantes
12. **20/08**, Brasil reforça segurança e diz que não pretende fechar fronteira com a Venezuela
13. **20/08**, Estado brasileiro de Roraima volta a pedir encerramento da fronteira com a Venezuela
14. **21/08**, Ministro brasileiro defende que o país deve ser generoso com os venezuelanos
15. **21/08**, Parlamento do Mercosul anuncia envio de missão à fronteira do Brasil com a Venezuela
16. **22/08**, Brasil vai transferir mais de mil venezuelanos de Roraima para outras cidades
17. **22/08**, Roraima pede 39,3 ME a Temer para apoiar venezuelanos que entram no Brasil
18. **28/08**, Brasil autoriza Forças Armadas para garantir segurança na fronteira com a Venezuela
19. **28/08**, Brasil vai transferir 278 venezuelanos que estão em Roraima para outros Estados do país
20. **28/08**, Decreto que autoriza o uso do exército brasileiro em Roraima entra em vigor hoje
21. **29/08**, Brasil estuda adotar senhas para limitar entrada de venezuelanos no país – Temer

Os eixos temáticos que estruturam o conjunto de publicações do Diário de Notícias (DN) organizam-se em dois blocos principais. O primeiro aborda a crise migratória venezuelana e as tensões em Roraima. O jornal acompanha o vaivém institucional relacionado ao fechamento e à reabertura da fronteira, decisões judiciais, disputas políticas e episódios de violência contra imigrantes – como os ataques em Pacaraima, a queima de acampamentos e os retornos forçados. Destacam-se também as respostas federais, como a assistência humanitária, o envio de tropas, os processos de interiorização e a autorização para o uso das Forças Armadas, além de posicionamentos políticos e repercussões internacionais envolvendo organismos como o ACNUR e o Parlasul. A diferença em relação à Folha de Boa Vista está na escala de abordagem: o DN projeta a crise local para uma arena transnacional. Já em comparação com a Folha de S. Paulo, compartilha o interesse pelas decisões federais, mas sem o caráter opinativo e o embate editorial: Os estados nacionais – Brasil e Venezuela – são os atores principais na abordagem do DN, que representa a migração por Roraima dentro de um tabuleiro global. Isso não significa insensibilidade às questões humanas que, pelo contrário, são trazidas à tona com frequência, mobilizando a identificação humana como forma de amplificar a relevância dos fatos noticiados para seu público distante.

O segundo eixo diz respeito ao surto de sarampo e às políticas de saúde pública, vinculando o retorno da doença à entrada do vírus proveniente da Venezuela. O DN cobre campanhas de vacinação, incluindo a imunização de 45 mil venezuelanos, e enfatiza a vigilância sanitária sobre povos indígenas, como os Warao. Embora o escopo desta pesquisa não permita inferir motivações psicológicas ou culturais por trás da decisão de publicar os textos, a ênfase dada à relação entre uma doença contagiosa e a migração revela a atuação de eixos de controle e repulsão predominantes na cobertura portuguesa. Ao enquadrar a questão sanitária sob a ótica da mobilidade transnacional, o jornal associa a migração à ideia de risco, reforçando a gramática da ameaça e da vigilância, um tipo de representação próxima das formulações de Sayad (1998) e Figueiredo (2020), segundo as quais o migrante indesejado é aquele cuja presença se associa à desordem ou à insegurança.

Entre os três jornais analisados, o DN distingue-se por integrar explicitamente saúde e migração. Enquanto a Folha de Boa Vista trata o tema como demanda local pontual e a Folha de S. Paulo enfatiza o debate político–institucional, o DN adota um fio condutor sanitário–humanitário, de natureza essencialmente informativa. Ainda que seja o mais

distante geograficamente, aproxima-se da Folha de Boa Vista ao privilegiar textos factuais. No entanto, essa coincidência se limita ao gênero textual, pois o DN constrói narrativas mais diversas e humanizadas, articuladas a um público distante.

Os dados reforçam essa diferença: enquanto a Folha de Boa Vista apresenta predominância de matérias com apenas uma fonte, o DN registra 87,5% de textos com duas ou mais fontes, sem nenhum texto publicado com apenas uma fonte, no período. Essa pluralidade se reflete também na incidência do valor-notícia ‘conflito/controvérsia’, presente em um terço das matérias do DN (33,3%), contra apenas 4% na Folha de Boa Vista, onde apenas um lado foi ouvido, impossibilitando dissonâncias textuais.

No conjunto total, o enquadramento mediático mais recorrente no DN foi ‘Política Pública’, associado a vocábulos como ‘governo’, ‘Brasil’, ‘Venezuela’, ‘Maduro’, ‘crise’ e ‘Itamaraty’, predominantemente vinculados a atores estatais. Na Folha de S. Paulo, o mesmo enquadramento combina termos de natureza governamental e humanitária (‘ministério’, ‘decreto’, ‘ação’, ‘interiorização’ e ‘programa’), enquanto na Folha de Boa Vista prevalece o eixo Segurança e Fronteira, com a política pública aparecendo de forma marginal.

Em seis das 21 matérias analisadas, o Diário de Notícias (DN) cita diretamente outras fontes jornalísticas e agências, como Lusa, EFE, AP, O Globo e menções genéricas à imprensa local, indicando um modelo de triangulação informativa baseado na combinação entre agências internacionais, conexões com a imprensa brasileira e atuação remota de repórteres localizados em Portugal, no Brasil ou na Venezuela. A opção editorial por dedicar um volume expressivo de publicações a um tema geograficamente distante reforça a relevância simbólica e histórica da relação entre Portugal e Venezuela, já discutida na fundamentação teórica desta pesquisa. No corpus total (2017–2020), identificam-se 20 matérias que trazem a palavra ‘Venezuela’ imediatamente anterior ao título, o que indica que o envolvimento do país caribenho funciona como principal vetor de decisão editorial para a seleção e enquadramento das notícias. Para termos uma dimensão geral desse fato: no mesmo período dos textos analisados neste capítulo (agosto de 2018) o periódico português publicou outras 145 matérias sobre a Venezuela, além dos 21 textos que mencionam a imigração ao Brasil.

Por fim, observamos que a Folha de Boa Vista se ancora em fontes públicas e institucionais locais, a Folha de S. Paulo, em reportagens próprias, colunistas e editoriais, já o DN combina agências e contextualização remota, mantendo foco analítico e informativo. Sob uma perspectiva panorâmica, o conjunto de textos do DN em agosto de 2018 constrói um quadro da migração venezuelana ao Brasil permeado por desafios humanitários e sanitários, articulando facticidade e contextualização, sem recorrer ao campo opinativo. O jornal diferencia-se, assim, da Folha de Boa Vista por internacionalizar o olhar sobre a crise, e da Folha de S. Paulo por preservar uma narrativa informativa, atenta às causas e implicações políticas do fenômeno migratório.



## Conclusão

Retomamos neste último ato da pesquisa, as hipóteses formuladas de antemão e apresentadas na Introdução, confrontando os resultados obtidos ao longo do percurso analítico. A hipótese geral sustentava que uma mesma dinâmica migratória tende a adquirir relevâncias, léxicos e focos distintos conforme a esfera jornalística –local nacional e internacional – e que a proximidade pode funcionar como chave explicativa dessa variação. No plano específico, foram propostas três hipóteses correlatas: (1) na esfera local, a migração seria narrada sobretudo a partir da fricção com o cotidiano de fronteira, com centralidade de serviços, segurança e conflitos; (2) na esfera nacional, o fenômeno seria reconfigurado como questão de políticas públicas, governança e disputa federativa, com maior distanciamento analítico; e (3) na esfera internacional, a migração tenderia a ser inscrita em repertórios de crise humanitária e leitura geopolítica, com menor ênfase nos efeitos territoriais imediatos do Brasil.

A hipótese geral encontra confirmação parcial, ainda que robusta no recorte comparativo central. Os resultados evidenciaram que os três jornais reinscrevem o mesmo fenômeno em escalas distintas: como problema de gestão cotidiana e tensão social no território de chegada; como questão de Estado e coordenação de respostas no plano nacional; e como parte de um quadro transnacional observado à distância no plano internacional. Ao mesmo tempo, o percurso também registrou uma ressalva relevante para a própria noção de proximidade: a escassez relativa de cobertura regional amazônica indica que a continuidade geográfica do bioma, por si só, não se traduz automaticamente em proximidade jornalística, o que limita a hipótese quando ela é tomada como regra geral e suficiente.

A hipótese referente à esfera local encontra confirma-se pela elevada aderência nos eixos substantivos que a compõem. A Folha de Boa Vista se mostrou particularmente sensível a uma gramática de fronteira, ordem e segurança, em que a migração aparece frequentemente conectada a pressão sobre serviços, reorganização de espaços urbanos e episódios de conflito. Essa marca local não elimina a presença de pautas de acolhimento e trabalho, mas tende a organizá-las sob a sombra de urgências concretas da vida ordinária em Boa Vista e Pacaraima. Consideramos confirmação como parcial não por ausência do padrão central, mas porque nem todos os componentes previstos pela hipótese aparecem

como resultados destacados de forma homogênea ao longo do corpus. Dois exemplos ajudam a qualificar essa parcialidade: (1) a hipótese pressupõe uma atenção contínua a decisões administrativas e operações, mas a evidência empírica indica que a intensidade do acompanhamento se organiza por picos e janelas críticas (por exemplo, a concentração inicial em 2017, quando o fenômeno passa a impactar socialmente o cotidiano local, e a centralidade de agosto de 2018 como recorte crítico comparativo); (2) a hipótese inclui ‘reorganização de espaços urbanos’ como eixo recorrente, mas a tese mostrou que, quando comparada à incidência de enquadramentos de segurança e fronteira, essa dimensão não se impõe com a mesma força como foco estruturante, aparecendo de modo mais episódico e subordinado aos momentos de negatividade (crise, conflito, violência) que ativam a pauta.

A hipótese referente à esfera nacional também se confirma de forma parcial. O principal elemento de confirmação mais forte é a predominância da dimensão de políticas públicas e governança na cobertura, mais do que para qualquer expectativa de uniformidade temática. A Folha de S. Paulo prioriza o tratamento da migração como questão de Estado, com ênfase em decisões federais, programas, coordenação institucional e desenho de respostas. Em termos de estrutura narrativa, essa cobertura tende a operar com maior distanciamento em relação ao território de chegada, deslocando o foco do cotidiano local para o debate público nacional sobre responsabilidades, instrumentos e efeitos de políticas. Consideramos a confirmação como parcial porque os resultados demonstram também que outras dimensões previstas como centrais na hipótese não aparecem com o mesmo peso em todos os recortes. Três exemplos são centrais: (1) a hipótese prevê a ‘crise de direitos humanos’ como categoria potencialmente organizadora; na tese, embora o repertório de direitos esteja presente, ele não se impõe como eixo estável acima da gramática da crise e da institucionalidade, que estrutura a entrada do tema na agenda; (2) a hipótese menciona compromissos internacionais e coordenação federativa como operadores recorrentes, mas a evidência indica que esses elementos se distribuem de forma desigual, ganhando densidade em momentos específicos e não como linha narrativa constante; (3) a hipótese pressupõe maior abertura para atores diretamente implicados, mas a tese mostrou, como traço transversal às três esferas, a pouca voz em primeira pessoa dos migrantes.

Na esfera internacional, a hipótese indicou tendência a enquadrar migrações em narrativas de crise humanitária, instabilidade política e risco de conflito, com atenção concentrada

em janelas de crise e decisões emblemáticas, lidas à luz de agendas multilaterais, da atuação de organismos internacionais e das relações entre Estados, e com a possibilidade de configurar a migração como parte de fluxos transnacionais mais amplos, condicionada pelo país de origem da cobertura e por seu público-alvo. A tese confirmou a centralidade do fio humanitário transnacional no Diário de Notícias e sua capacidade de reinscrever a fronteira Brasil–Venezuela em cartografias globais, com aproximações a debates europeus sobre migração e tensões geopolíticas. Ainda assim, a confirmação não é integral, porque a própria materialidade da produção noticiosa do DN relativiza a ideia de uma perspectiva sempre ancorada no país de origem da cobertura. Um exemplo direto dessa limitação está no uso recorrente de conteúdos oriundos de agências e da imprensa brasileira, inclusive com casos em que textos do DN se baseiam integralmente em material anteriormente publicado por veículo brasileiro. Esse traço não elimina o enquadramento internacional, mas o torna menos consistente como “olhar de origem” autônomo, e ajuda a explicar por que elementos como “risco de conflito” e “decisões emblemáticas” aparecem como componentes relevantes em algumas leituras, porém não se estabilizam de modo uniforme como eixo exclusivo ou permanente ao longo do corpus.

Em síntese, ao organizar os resultados pela chave das hipóteses, a tese confirmou o princípio comparativo de que a cobertura se modula por escala (proximidade/distanciamento) e por rotinas e repertórios institucionais, mas também mostrou limites empíricos importantes para confirmações totais: a proximidade não produz, por si, uma esfera regional amazônica ativa; as dimensões previstas para cada esfera aparecem com intensidades diferentes e, em pontos decisivos, são atravessadas por um traço comum – a centralidade da negatividade como valor-notícia e a predominância de vozes institucionais – que reduz, de maneiras distintas, a presença sistemática de migrantes como sujeitos de enunciação e restringe a regularidade de alguns elementos previstos nas hipóteses específicas.

Ao longo de todo o percurso – da apresentação dos objetivos à interpretação dos resultados – esta pesquisa também gerou achados transversais. Muito dessa produção foi articulada nas interpretações dos resultados objetivos das análises, outra parte ficou pelo caminho como suporte e marca do percurso. Aqui retomaremos os principais elementos dessa produção, tanto como base para comentários gerais dos objetivos alcançados pela pesquisa quanto como contributo e provocação para novos estudos. Primeiro, temos já na

fundamentação teórica, os diálogos entre áreas do conhecimento e as contextualizações históricas e geográficas.

O percurso metodológico que seguimos foi uma combinação de métodos e procedimentos que propusemos como resposta tanto às demandas desta pesquisa especificamente, quanto à demanda geral do campo de estudos dos textos jornalísticos, que carecem de métodos eficientes que considerem as particularidades deste tipo de enunciação. A articulação original da análise de conteúdo com os estudos de casos múltiplos e a modelagem temática por LDA, em vez de operar como blocos estanques, funcionaram como um caminho em espiral: em alguns momentos, as leituras qualitativas confirmaram de forma direta as tendências captadas pelas estatísticas descritivas e pelos tópicos automatizados; em outros, tensionaram ou negaram hipóteses preliminares, obrigando a refinar categorias, redistribuir casos e revisar interpretações; em outros ainda, expandiram os sentidos inicialmente previstos, abrindo espaço para dimensões que não estavam formuladas de antemão, como os modos específicos de articulação entre integração e controle ou as diferenças entre as esferas de cobertura. A redundância aparente – voltar às mesmas matérias por chaves distintas, repetir contagens em cortes variados, contrastar resultados numéricos com leituras linha a linha – cumpriu, nesse contexto, uma função de consistência: ao cruzar procedimentos e níveis de análise, o percurso metodológico deu maior robustez às hipóteses formuladas no início e aos resultados decorrentes de cada uma delas, permitindo que fossem sustentadas não por um único tipo de evidência, mas por um conjunto articulado de provas empíricas e interpretações.

No caso da modelagem por LDA, sua contribuição foi dupla e alinhada à proposta inicial de mapear de forma sistemática – quase obsessiva – os enquadramentos predominantes em cada um dos três jornais. Cumprida essa etapa, o modelo permitiu em um segundo nível, de forma transversal, identificarmos a configuração de dois grandes planos temáticos – institucional e de humanização –, que depois seriam confirmados, tensionados e refinados na análise de conteúdo. Do desenho de Yin, a principal contribuição foi fornecer uma estrutura comparativa que deu forma ao percurso empírico: ao tratar cada jornal como um caso e, ao mesmo tempo, articular análises *within-case* e *cross-case*, o modelo permitiu observar a crise migratória em camadas, preservando as especificidades de cada esfera (local, nacional, internacional) sem perder de vista o fenômeno comum que as atravessa. Já a análise de conteúdo de Bardin contribuiu sobretudo para dar disciplina e transparência às operações de leitura, categorização e

contagem. Ao ancorar o trabalho nas etapas clássicas de pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação, o método ajudou a transformar impressões de leitura em categorias operacionais, a organizar o corpus em unidades de registro e de contexto e a articular, de forma controlada, os movimentos entre quantificação descritiva e interpretação qualitativa.

Em um percurso inverso ao percorrido pelo texto da tese, temos como segundo destaque, digno de aprofundamento e estudos específicos, a relação entre os contextos histórico, geográfico, socioeconômico e de interação cultural entre povos, com a enunciação jornalística dos fenômenos migratórios. Na cobertura da crise migratória venezuelana em Roraima, destaca-se o contraste entre o silêncio amazônico e o eco atlântico, que produziu vieses analíticos importantes. De um lado, há escassez de matérias oriundas de centros urbanos amazônicos que compartilham com Roraima o mesmo bioma e desafios fronteiriços. Esse silêncio midiático regional aparece como um vazio paradoxal: a Amazônia, espaço geográfico contínuo e historicamente interligado, não se converte automaticamente em espaço de proximidade jornalística. De outro lado, Portugal, separado por um oceano inteiro, se apresenta como um polo de atenção sistemática ao que ocorre na fronteira Brasil–Venezuela, produzindo um eco atlântico que ressoa, em Lisboa, eventos vividos na chamada Ilha das Guianas.

Essa assimetria ganha profundidade quando retomamos o enquadramento histórico e geográfico da própria Ilha das Guianas, entendida como região que articula, para além das fronteiras nacionais, partes do norte do Brasil, da Venezuela e dos três países guianenses. Roraima não é apenas um estado periférico no mapa político brasileiro; é também um ponto de borda de um complexo histórico de circulação, trabalho, contrabando, migração e presença indígena transfronteiriça. No entanto, essa posição estratégica não se traduz, no plano da imprensa, em uma rede amazônica de visibilidade compartilhada. Quem faz esse movimento de costura é, com frequência, o olhar distante de jornais sediados nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, e mesmo um jornal europeu. Nesse sentido, Portugal funciona como um atalho para o global. Ao tratar a crise roraimense como parte de uma cartografia mais ampla de deslocamentos forçados e tensões geopolíticas, o Diário de Notícias reinsere a fronteira Brasil–Venezuela em narrativas globais que dialogam com a história da migração luso-venezuelana, com debates europeus sobre migração e com a memória colonial que liga, de modos diversos, Portugal, Brasil e o espaço caribenho–guianense.

A articulação entre os autores de abordagem sociológica interacionista, de um lado, e os autores revisionistas das migrações, de outro, ajudou a recentrar o eixo global da análise. Ao mobilizar Barth, Pratt e Elias, sustentamos a ideia de que a fronteira Brasil–Venezuela em Roraima configura uma zona de contato assimétrica, em que grupos estabelecidos e recém-chegados disputam fronteiras identitárias, reconhecimento e direitos. Nesse cenário, o jornalismo profissional opera como a língua nativa dos estabelecidos: é por meio dele que se definem quais diferenças são realçadas ou apagadas, quais conflitos são dramatizados e quais demandas ganham ou não legitimidade pública.

Apoiados nas ideias de autores que revisam as teorias migratórias a partir dos fluxos Sul–Sul, como Sayad e Figueiredo, posicionamos o cenário amazônico no mapa mais amplo dos estudos de migração e agregamos à nossa análise a oposição entre migrantes “desejados” e “indesejados”. Em vez de tratar a fronteira Brasil–Venezuela como caso periférico, essas leituras permitem vê-la como laboratório central para pensar categorias como refúgio, mobilidade forçada, integração e controle em contextos pós-coloniais e intra-periféricos.

Retornando ao objeto de estudo desta pesquisa, agora com uma visão essencialmente interpretativa e – diferente das análises ancoradas por dados – com possíveis desvios da subjetividade autoral, interessa-nos destacar algumas linhas de leitura que emergem com mais nitidez quando suspendemos, por um momento, as tabelas e os gráficos. Em primeiro lugar, sobressai a centralidade da negatividade como valor-notícia: é por meio de episódios de crise, violência, conflito ou colapso institucional que a migração venezuelana em Roraima entra na agenda dos três jornais, ainda que cada um organize essa negatividade à sua maneira. Essa gramática comum opera no interior daquilo que tratamos, ao longo da tese, como o jornalismo enquanto língua nativa nas zonas de contato: uma linguagem que pertence sobretudo aos grupos estabelecidos e por meio da qual se definem as fronteiras simbólicas entre quem pertence, quem ameaça e quem merece proteção. Nessa língua, quem fala majoritariamente são atores institucionais – governos, forças de segurança, organismos internacionais, organizações da sociedade civil formalizada –, cuja predominância estrutural nas três esferas ajuda a fixar os termos em que a crise é narrada e as soluções imaginadas.

É nesse horizonte que se estabiliza, ainda que de forma nem sempre explícita, a matriz que distingue migrantes desejados e indesejados, associando os primeiros ao trabalho, à família, à vulnerabilidade humanitária e à infância, e os segundos à desordem, à

criminalidade ou à pressão sobre serviços públicos. Ao mesmo tempo, os migrantes aparecem de forma abundante nas matérias – são corpos, filas, famílias, fluxos – mas dispõem de pouca voz em primeira pessoa, permanecendo muitas vezes como personagens descritos por terceiros e não como fontes que enunciam suas próprias interpretações.

A amplificação de vozes oficiais e institucionais, que sobrepõem também às de especialistas, estreita a margem de ação do jornalista. Em contextos mais dependentes de uma única ou de mais fontes de perfil institucional, a cobertura tende a ser reativa e refletir os mais interesses e ideologia dos grupos de poder, ao passo que onde há maior diversidade de fontes e presença de migrantes como enunciadores, abre-se um espaço para a construção ativa de enquadramentos e para a complexificação da experiência migratória nas páginas dos jornais.

Se deslocarmos o foco para a questão migratória em si, a cobertura examinada parece contar sempre a mesma história com ênfases muito específicas. Em primeiro lugar, as causas da saída da Venezuela são descritas com grande riqueza de detalhes: crise econômica, escassez de alimentos e medicamentos, colapso de serviços, conflito político. Os fatores de repulsão aparecem como pano de fundo quase obrigatório, compondo o quadro de uma população empurrada para fora de seu território em condições de vulnerabilidade extrema. Em contrapartida, os fatores de atração do Brasil surgem de maneira muito mais difusa: raramente formulados como promessa de futuro ou projeto de vida, tendem a aparecer diluídos na mera existência da fronteira ou na possibilidade abstrata de melhores condições.

No interior desse quadro, a humanização é seletiva. Quando grupos específicos são nomeados – mulheres, crianças, indígenas, pessoas doentes ou com deficiência –, a narrativa tende a acionar registros de cuidado, proteção e responsabilidade ética. Entretanto, uma parte significativa do corpus opera com a categoria genérica “venezuelanos”, sem marca de gênero, idade ou etnia, produzindo uma massa indiferenciada de migrantes que contrasta com poucos grupos mais expostos à compaixão.

Esse desequilíbrio se prolonga na forma como as políticas e práticas de acolhimento são narradas. A chave de leitura integração/controla ajuda a perceber que os dispositivos de acolhimento – abrigos, interiorização, assistência – são frequentemente apresentados em

associação a léxicos de triagem, disciplinamento, vigilância e segurança. Em muitas matérias, acolher significa, ao mesmo tempo, ordenar, separar, monitorar. O resultado é a configuração do paradigma de acolher vigiando, no qual a presença venezuelana é admitida desde que submetida a um conjunto de filtros administrativos, humanitários e securitários que procuram, simultaneamente, socorrer e conter.

É latente a percepção de que o novo horizonte normativo brasileiro posto pela Lei de Migração de 2017 destoa da gramática efetiva da cobertura jornalística. Enquanto a lei aposta em um paradigma de direitos, não criminalização e integração, o noticiário recorre de forma persistente a léxicos de controle, vigilância, triagem e disciplina, especialmente quando trata de abrigos, interiorização e presença militar. A própria ideia de acolhimento é narrada em termos que reaproximam a migração de uma questão de segurança, mais do que de direitos, sinalizando o peso residual do paradigma securitário do contexto jurídico formalmente reformado.

Se a negatividade funciona como gatilho central de noticiabilidade, a irrupção de uma emergência ainda mais grave – como a pandemia de COVID-19 – tende a deslocar, quase por completo, a visibilidade conquistada pela crise migratória venezuelana. Os dados de concentração de matérias em 2018–2019, seguidos por uma queda abrupta no período pandêmico, indicam que a permanência do problema nas fronteiras não garante a permanência de sua centralidade simbólica; basta que um novo evento de alta carga negativa se imponha para que a pauta anterior seja, em grande medida, desarmada e relegada a um plano secundário, mesmo num contexto no qual as condições concretas de vulnerabilidade migrante se acentuaram.

Ao final deste percurso, é importante lembrar o lugar exato de onde falamos. Embora a pesquisa tenha comparado sistematicamente três esferas de cobertura e evidenciado diferenças relevantes entre elas, não foi objetivo julgar a qualidade do trabalho jornalístico nem emitir um juízo de valor sobre quem faz melhor jornalismo. Essa tentativa existe, sobretudo quando a Folha de S. Paulo se aproxima, em vários momentos, do jornalismo descrito pelos manuais: maior diversidade de fontes, maior investimento em contextualização, maior distância crítica em relação aos atores oficiais. No entanto, as assimetrias entre os três jornais são tão profundas que qualquer avaliação direta de qualidade exigiria outra pesquisa: o Diário de Notícias opera em um mercado europeu consolidado e publica majoritariamente em ambiente digital; a Folha de Boa Vista é um diário de uma pequena capital amazônica, inserida no estado com menor PIB do Brasil e

em uma economia fortemente dependente de repasses federais; a própria escala das redações, a estrutura empresarial, as rotinas produtivas e as condições materiais de trabalho são incomparáveis. Colocamos, na mesma arena da cobertura sobre a migração venezuelana, empresas assimétricas em quase todos os sentidos.

Por isso, optamos deliberadamente por não seguir esse caminho. Entender de fato as assimetrias que tanto influenciam o resultado discursivo implicaria inevitavelmente em rastrear a autoria de muitos textos não assinados, reconstruir trajetórias profissionais, recolher depoimentos de repórteres e editores, analisar balanços financeiros, descrever modelos de negócio e rotinas internas de produção. Nada disso cabia no escopo desta tese. O recorte adotado foi outro: observar o que se manifesta nos textos, isto é, nas escolhas de enquadramento, nos campos lexicais, nas arquiteturas de fontes, nos valores-notícia acionados e nas formas concretas de fazer da migração um problema público. As diferenças e semelhanças descritas ao longo da análise devem, portanto, ser lidas principalmente como diferenças e semelhanças discursivas. É nesse plano que o trabalho se pretende avaliativo: não de empresas, indivíduos ou rotinas, mas das formas textuais pelas quais a crise migratória venezuelana em Roraima se torna visível, inteligível e discutível nas três esferas de imprensa estudadas.

Assumido esse lugar, o balanço que fazemos é inevitavelmente crítico. Ao mesmo tempo, se quisermos fechar este texto de modo honesto com o próprio objeto, é preciso registrar outra dimensão que permeia toda a pesquisa. Conduzimos o estudo em um momento em que dispositivos móveis permitem a qualquer pessoa fotografar, filmar e transmitir em tempo real; em que plataformas digitais conectam, em poucos segundos, periferias urbanas, aldeias indígenas, campos de refugiados e salões de governo; em que redes sociais fazem circular, sem mediação profissional, narrativas, boatos, denúncias, discursos de ódio e apelos de solidariedade; em que tecnologias de inteligência artificial já conseguem gerar imagens, vozes e textos verossímeis, com crescente opacidade das fronteiras entre o que é documento e o que é simulação.

É nesse cenário saturado de produção e circulação de conteúdo que o jornalismo profissional, com todas as suas limitações e contradições, se revela ainda como prática insubstituível. Ao longo dos recortes analisados, três redações, situadas em contextos econômicos, políticos e geográficos muito distintos, dedicaram tempo, recursos e esforço interpretativo a acompanhar um fenômeno superlocal – a chegada massiva de venezuelanos a Roraima – e a reinscrevê-lo em escalas diversas: como problema de

serviços públicos, estrutura e segurança em uma pequena capital amazônica; como questão de políticas de Estado e disputa federativa no cenário brasileiro; e como parte de uma crise humanitária e geopolítica de um povo amigo observada à distância, a partir de um país europeu. Essa tríplice cobertura, assimétrica e incompleta, mas contínua, produziu algo que não se confunde com o fluxo caótico das redes sociais: um acervo organizado de textos, fotos, manchetes, infográficos, editoriais e relatos que permite reconstruir, em retrospecto, como a sociedade pensou a migração, de que modo a tematizou, quais medos e expectativas projetou sobre ela.

Nesse sentido, mesmo quando criticamos a centralidade da negatividade como gatilho de noticiabilidade, é preciso reconhecer que foi justamente essa negatividade que manteve a crise em pauta por um período significativo. Durante alguns anos, o jornalismo profissional dedicou espaço, páginas, equipes e viagens a cobrir um processo que poderia ter permanecido quase invisível fora da Amazônia. Nosso diagnóstico é duro em relação aos enquadramentos, às hierarquias de voz, aos limites da interseccionalidade e à persistência do paradigma de acolher vigiando; mas ele se apoia, paradoxalmente, na própria existência de uma cobertura suficientemente volumosa e variada para ser analisada em profundidade. Se é possível pensar em uma lição geral desta experiência investigativa, talvez seja esta: em um tempo em que qualquer pessoa pode postar algo, o jornalismo profissional segue sendo o lugar onde a sociedade, ainda que de modo desigual e conflituoso, tenta ordenar o excesso de acontecimentos e construir narrativas compartilháveis sobre o que importa: o mundo, a humanidade e sua história.

Se acreditamos que esta tese pode ser um contributo relevante para os estudos de migrações e para a reflexão sobre o papel da imprensa, é porque houve, antes, repórteres, fotógrafos, editores e diagramadores que, dia após dia, decidiram que a crise migratória venezuelana em Roraima merecia ser notícia. A eles, ainda que à distância e sem romantização, também se dirige a aposta final deste trabalho: a de que vale continuar olhando criticamente para o jornalismo justamente porque ele continua sendo um dos lugares onde a história se escreve em tempo real.

## Referências do Corpus

### *A. Folha de Boa Vista*

Folha de Boa Vista. (2018a). Sobre a Folha. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/sobre-a-folha-bv/>

Folha de Boa Vista. (2018b, 18 de agosto). Em Pacaraima, moradores fazem manifestação contra imigrantes. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/policia/em-pacaraima-moradores-fazem-manifestacao-contr-imigrantes/>

Folha de Boa Vista. (2018c, 20 de agosto). Venezuelanos são expulsos de Pacaraima. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/policia/venezuelanos-sao-expulsos-de-pacaraima/>

Folha de Boa Vista. (2018d, 30 de agosto). É a chance de recomeçarmos as nossas vidas, afirmam refugiados venezuelanos. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/%C2%93e-a-chance-de-recomecarmos-as-nossas-vidas%C2%94-afirmam-refugiados-venezuelanos/>

Folha de Boa Vista. (2018e, 8 de agosto). Fronteira é reaberta e imigrantes voltam a entrar em Roraima. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/fronteira-e-reaberta-e-imigrantes-voltam-a-entrar-em-roraima/>

Folha de Boa Vista. (2018f, 27 de agosto). Mais venezuelanos serão transferidos. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/politica/mais-venezuelanos-serao-transferidos-nesta-terca-feira/>

Folha de Boa Vista. (2018g, 29 de agosto). 189 venezuelanos deixam Roraima. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/189-venezuelanos-deixam-roraima/>

Folha de Boa Vista. (2018h, 15 de agosto). Ministério da Saúde quer ampliar número de venezuelanos vacinados. Recuperado de

<https://www.folhabv.com.br/saude-e-bem-estar/ministerio-da-saude-quer-ampliar-numero-de-venezuelanos-vacinados/>

Folha de Boa Vista. (2018i, 1 de agosto). Cálculo do FPE não leva em conta chegada de imigrantes. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/calculo-do-fpe-nao-leva-em-conta-chegada-de-imigrantes/>

Folha de Boa Vista. (2018j, 2 de agosto). Atendimentos médicos quadruplicaram. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/atendimentos-medicos-quadruplicaram/>

Folha de Boa Vista. (2018k, 9 de agosto). Espetáculo de dança retrata imigração venezuelana em Roraima. Recuperado de <https://www.folhabv.com.br/variedades/cultura/espetaculo-de-danca-retrata-imigracao-venezuelana-em-roraima/>

#### *B. Folha de S. Paulo*

Folha de S. Paulo. (2018a, 19 de agosto). Eles nos expulsaram como cachorro, diz imigrante venezuelana em Roraima. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/eles-nos-expulsaram-como-cachorro-diz-imigrante-venezuelana-em-roraima.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018b, 14 de fevereiro). Temer decretará emergência social devido a refugiados em Roraima. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/1957584-temer-decretara-emergencia-social-devido-a-refugiados-em-roraima.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018c, 25 de agosto). O Brasil deve fechar em caráter temporário a fronteira com a Venezuela para conter a imigração? SIM. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/08/o-brasil-deve-fechar-em-carater-temporario-a-fronteira-com-a-venezuela-para-conter-a-imigracao-sim.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018d, 25 de agosto). O Brasil deve fechar em caráter temporário a fronteira com a Venezuela para conter a imigração? NÃO. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/08/o-brasil-deve->

fechar-em-carater-temporario-a-fronteira-com-a-venezuela-para-conter-a-imigracao-nao.shtml

Folha de S. Paulo. (2018e, agosto). Venezuelanos em Roraima vivem em tendas tecnológicas da Ikea. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/venezuelanos-em-roraima-vivem-em-tendas-tecnologicas-da-ikea.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018f, agosto). Ministra do STF suspende decreto que restringia serviços para venezuelanos. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/ministra-do-stf-suspende-decreto-que-restringia-servicos-para-venezuelanos.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018g, 26 de agosto). Migrantes vivem cotidiano de fome, preconceito e violência. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/migrantes-vivem-cotidiano-de-fome-preconceito-e-violencia.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018h, 22 de agosto). Venezuelanas grávidas cruzam fronteira para ter bebê no Brasil. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/venezuelanas-gravidas-cruzam-fronteira-para-ter-bebe-no-brasil.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018i, 7 de agosto). Após 15 horas fechada, fronteira com a Venezuela é reaberta em Roraima. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/apos-15-horas-fechada-fronteira-com-a-venezuela-e-reaberta-em-roraima.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018j, 18 de agosto). Venezuelanos e brasileiros se confrontam nas ruas de cidade de Roraima. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/venezuelanos-e-brasileiros-se-confrontam-nas-ruas-de-cidade-de-roraima.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018k, 22 de agosto). Mil venezuelanos serão distribuídos pelo Brasil após crise na fronteira. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/mil-venezuelanos-serao-distribuidos-pelo-brasil-apos-crise-na-fronteira.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018l, 1 de agosto). Com surto no Norte do país, total de casos de sarampo já é o maior desde 1999. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/com-surto-no-norte-do-pais-total-de-casos-de-sarampo-ja-e-o-maior-desde-1999.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018m, 11 de agosto). Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/08/brasil-deveria-abrir-completamente-as-fronteiras-para-os-venezuelanos.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018n, 23 de agosto). Violência na fronteira [Editorial]. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/08/violencia-na-fronteira.shtml>

Folha de S. Paulo. (2018o, 25 de agosto). Brasil tem lei avançada para proteger imigrante, mas falta efetividade. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/brasil-tem-lei-avancada-para-proteger-imigrante-mas-falta-efetividade.shtml>

### *C. Diário de Notícias*

Diário de Notícias. (2018a, 20 de agosto). Brasil autoriza Forças Armadas para garantir segurança na fronteira com a Venezuela. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/brasil-autoriza-forcas-armadas-para-garantir-seguranca-na-fronteira-com-a-venezuela-9736860.html>

Diário de Notícias. (2018b, 9 de setembro). Samuel, o voluntário que mata a fome dos venezuelanos nas ruas do Brasil. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/samuel-o-voluntario-que-mata-a-fome-dos-venezuelanos-nas-ruas-do-brasil-9820921.html>

Diário de Notícias. (2018c, 28 de agosto). Decreto que autoriza o uso do exército brasileiro em Roraima entra em vigor hoje. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/decreto-que-autoriza-o-uso-do-exercito-brasileiro-em-roraima-entra-em-vigor-hoje-9773410.html>

Diário de Notícias. (2018d, 19 de agosto). Governo brasileiro adota medidas de 43 ME face a fluxo de venezuelanos na fronteira. Recuperado de

<https://www.dn.pt/mundo/governo-brasileiro-adota-medidas-de-43-me-face-a-fluxo-de-venezuelanos-na-fronteira-9734133.html>

Diário de Notícias. (2018e, 3 de agosto). Governo do Brasil pede a Tribunal suspensão de decreto contra venezuelanos. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/governo-do-brasil-pede-a-tribunal-suspensao-de-decreto-contra-venezuelanos-9674066.html>

Diário de Notícias. (2018f, 7 de agosto). Brasil reabre fronteira com a Venezuela. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/brasil-reabre-fronteira-com-a-venezuela-9689882.html>

Diário de Notícias. (2018g, 18 de agosto). Violência contra imigrantes e tensão na fronteira do Brasil com a Venezuela. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/violencia-contra-imigrantes-e-tensao-na-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela-9733475.html>

Diário de Notícias. (2018h, 22 de agosto). Brasil vai transferir mais de mil venezuelanos de Roraima para outras cidades. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/brasil-vai-transferir-mais-de-mil-venezuelanos-de-roraima-para-outras-cidades-9749842.html>

Diário de Notícias. (2018i, 2 de agosto). Brasil registou mais de mil casos de sarampo até agosto. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/brasil-registou-mais-de-mil-casos-de-sarampo-ate-agosto-9671192.html>

Diário de Notícias. (2018j, 7 de agosto). Venezuela: ACNUR felicita tribunal brasileiro que rejeitou encerramento de fronteira. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/venezuela-acnur-felicita-tribunal-brasileiro-que-rejeitou-encerramento-de-fronteira-9692484.html>

Diário de Notícias. (2018k, 21 de agosto). Parlamento do Mercosul anuncia envio de missão à fronteira do Brasil com a Venezuela. Recuperado de <https://www.dn.pt/mundo/parlamento-do-mercosul-anuncia-envio-de-missao-a-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela-9742416.html>



## Bibliografia

- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2006). *Economic origins of dictatorship and democracy*. Cambridge University Press.
- ACNUR. (2004). *Manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado: de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados*. Brasília, DF: ACNUR.
- ACNUR. (2022). *O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira*. Brasília, DF: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.
- Acontecendo Aqui. (2023, 30 agosto). *Dados do IVC apontam que a Folha lidera ranking de assinaturas*. Acontecendo Aqui. Recuperado de <https://acontecedoaqui.com.br/comunicacao/dados-do-ivc-apontam-de-a-folha-lidera-ranking-de-assinaturas/>
- Acosta Saignes, M. (1959). *Historia de los portugueses en Venezuela*. Caracas: Dirección de Cultura, Universidad Central de Venezuela.
- Agência Brasil. (2024, 26 de março). *Venezuela critica comunicado do Itamaraty sobre eleições*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/venezuela-reclama-de-comunicado-do-itamaraty-sobre-eleicoes>
- Agência Lusa. (2008, 22 de setembro). *Portugal e Venezuela assinam acordos de habitação e alimentação*. Público. Recuperado de <https://www.publico.pt/2008/09/22/mundo/noticia/portugal-e-venezuela-assinam-acordos-de-habitacao-e-alimentacao-1347177>
- Agência para a Integração, Migrações e Asilo. (2024). *Relatório de migrações e asilo 2023*. Lisboa: AIMA, I. P.

Amaral, V. (2012). A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania ativa. In J. C. Correia (Org.), *Jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades*. Covilhã, Portugal: LabCom Books.

Almeida, P. R. de. (2012). *Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório UNESP.

Álvarez, C. (2020). A crise do chavismo e a eleição de 2018: autoritarismo e erosão democrática na Venezuela. *Estudos Latino-Americanos*, (38).

Andreani, F. (2018). The authoritarian drift in Venezuela: the use of constituent power in the Bolivarian Revolution. *Revista de Derecho Constitucional Europeo*, (30), 47–66.

Aron, R. (2000). *Paz e guerra entre as nações*. Editora UnB.

Arroteia, J. C. (1983). *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Azeredo, D. de. (2019). *A crítica da cobertura jornalística nos 30 anos da coluna de ombudsman da Folha de S. Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Bandeira, L. A. M. (2003). *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul*. Revan.

Baptaglin, L., & Oliveira, G. (2024). A imigração venezuelana e o contexto da alfabetização de crianças brasileiras e venezuelanas em escolas municipais de Boa Vista, Roraima, Brasil: Um olhar para as considerações da gestão. *Educar em Revista*, 40.

Baptista, C., Sousa, J. P., & Azevedo, C. (Orgs.). (2021). *Para uma história do jornalismo em Portugal II*. Lisboa, Portugal: ICNOVA.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.

Barros, P. S., Lima, R. C., & Carneiro, H. C. (2022). *Brasil-Venezuela: Evolução das relações bilaterais e implicações da crise venezuelana para a inserção regional brasileira (1999-2021)* [Texto para Discussão nº 2761]. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

- Barreto, L. P. T. F. (Org.). (2010). *Refúgio no Brasil: A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.
- Barth, F. (1995). *Grupos Étnicos e Suas Fronteiras*. Rio de Janeiro: Editora XYZ.
- Bello, O., & Bermúdez, A. (2014). The incidence of labor market reforms on employment in the Venezuelan manufacturing sector, 1995–2001. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 115–156). Pennsylvania State University Press.
- Benedeti, N. (2009). *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Bermeo, N. (2003). *Ordinary people in extraordinary times: The citizenry and the breakdown of democracy*. Princeton University Press.
- Blei, D. M., Ng, A. Y., & Jordan, M. I. (2003). Latent Dirichlet Allocation. *Journal of Machine Learning Research*, 3, 993–1022.
- Boas, F. (1940). *Race, Language, and Culture*. New York: Macmillan.
- Bourdieu, P. (1986). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, Pierre, 1930-2002. *A economia das trocas simbólicas/ Pierre Bourdieu; introdução, organização e seleção Sergio Miceli.*- São Paulo: Perspectiva, 2007.
- Brasil. (1997). Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados.
- Brasil. (2017). Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração.
- Braun, M. (2014). Understanding economic growth in Venezuela, 1970–2005: The real effects of a financial collapse. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 157–186). Pennsylvania State University Press.
- Briceño-Ruiz, J. (2016). Projeção, fragmentação e justaposição de processos – Regionalismo pós-hegemônico, retorno do regionalismo aberto: A atualidade do regionalismo na América Latina e no Caribe. *Conjuntura Internacional*, 13(1), 16–21.

- Brinca, P. (2012). *Jornalismo de proximidade e participação: por uma dieta equilibrada de informação, contra a fast-information*. In J. C. Correia (Org.), *Jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades*. Covilhã, Portugal: LabCom Books.
- Bueno, C. (2003). *Política externa da primeira república: Os anos de apogeu (1902-1918)*. Paz e Terra.
- Bull, B., & Rosales, A. (2023). The authoritarian mutation of rentierism in Venezuela: Crisis, migration and the decline of petro-socialism. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, (115), 1–24.
- Buxton, J. (2003). Economic policy and the rise of Hugo Chávez. In S. Ellner & D. Hellinger (Eds.), *Venezuelan politics in the Chávez era: Class, polarization, and conflict* (pp. 113–132). Lynne Rienner Publishers.
- Byrd, D. P. (2023). Nationalism and National Identity in North America. *Nationalities Papers*, 51(6), 1205–1214. doi:10.1017/nps.2023.31
- Cadena SER. (2025, 13 de janeiro). El Consulado de Venezuela en Vigo atribuye a la extrema derecha las pintadas de su fachada.
- Calloni, S. (2006). *Operación Cóndor: pacto criminal*. Fondo Cultural del ALBA / Editorial de Ciencias Sociales.
- Camargo, T. (2017). *Notícias na zona de contato: o jornalismo e a representação da identidade dos povos indígenas em Roraima* [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima].
- Camponez, C. (2012). *Jornalismo regional: proximidade e distanciamentos no espaço ibérico*. In J. C. Correia (Org.), *Jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades*. Covilhã, Portugal: LabCom Books.
- Cardoso de Oliveira, R. (1976). *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Cardoso de Oliveira, R. (2006). *Os diários e suas margens: Viagem aos territórios Terenas e Tükunas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

- Carothers, T. (2002). The end of the transition paradigm. *Journal of Democracy*, 13(1), 5–21.
- Castles, S., & Kosak, G. (1973). *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*. London: Oxford University Press.
- Castles, S., & Miller, M. J. (2003). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. London: Guildford.
- Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Lemos Silva, S. (2024). Dados consolidados da imigração no Brasil 2023. *Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral.
- Cervo, A. L. (2003). *A Venezuela e seus vizinhos*. IPRI.
- Cervo, A. L., & Bueno, C. (2008). *História da política exterior do Brasil*. Editora UnB.
- Chaparro, M. C. (2009). Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes. *O Xis da Questão* [Blog]. Recuperado de
- Charaudeau, P. (2009). *Discurso das mídias* (A. Corrêa, Trad.). São Paulo, SP: Contexto.
- Christensen, S. F. (2007). *South American regional integration: Two moments in Mercosur's integration trajectory* [Tese de doutorado, Aalborg University]. Aalborg Universitets forskningsportal.
- Claro, C. B. B. (2020). Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: Avanços e expectativas. *Boletim de Economia e Política Internacional*, (26), 51–66. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- CNN Brasil. (2023, 9 de dezembro). *Imigração venezuelana: Roraima convive com crescimento populacional acelerado*.
- Cohen, Y. (1994). *Radical breakthroughs in comparative perspective*. State University of New York Press.
- Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). (2021, 1º de julho). *Nota Técnica n.º 15/2021/CONARE\_Administrativo/CONARE/DEMIG/SENAJUS/MJ – Reconhecimento da existência de grave e generalizada violação de direitos*

humanos na Venezuela e prorrogação dos seus efeitos até 31 de dezembro de 2022 (SEI nº 08018.001832/2018-01). Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Conselho Federal de Medicina. (2014, 14 de julho). Roraima gasta em média R\$ 2,48 ao dia na saúde de cada habitante. Portal CFM.

Conselho Federal de Medicina. (2018, 14 de novembro). Roraima teve maior gasto per capita em saúde, aponta CFM. Folha BV.

Coppedge, M. (2003). Venezuela: Popular sovereignty versus liberal democracy. In S. Mainwaring & F. Bizzarro (Eds.), *The crisis of democratic representation in the Andes* (pp. 165–193). Stanford University Press.

Coronil, F. (2002). *The magical state: Nature, money, and modernity in Venezuela*. University of Chicago Press.

Corrales, J. (2002). *Presidents without parties: The politics of economic reform in Argentina and Venezuela in the 1990s*. Penn State Press.

Corrales, J. (2011). Why polarize? Advantages and disadvantages of a rational-polarizing strategy. *Journal of Democracy*, 24(2), 27–39.

Corrales, J. (2014). Explaining Chavismo: The unexpected alliance of radical leftists and the military in Venezuela under Hugo Chávez. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 371–406). Pennsylvania State University Press.

Corrales, J., & Penfold, M. (2011). *Dragon in the tropics: Hugo Chávez and the political economy of revolution in Venezuela*. Brookings Institution Press.

Costa, C. T. (2004). O primeiro ombudsman da imprensa brasileira. *Observatório da Imprensa*. Recuperado de

Cuche, D. (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC.

Cunha, M. C. (1987). *Cultura com Aspas*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Cândido, R. M. (2023). A relação Brasil-Venezuela e os desafios atuais da política externa brasileira para a integração. *O Cosmopolítico*, 9(1), 1–15.

Da Rosa, V. M. P., Gandsman, A., & Trigo, S. (2010). The Portuguese in Venezuela: A Continuous Presence. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, nº 7. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

- De Krivoy, R. (2000). *Collapse: The Venezuelan banking crisis of 1994*. Group of Thirty.
- Deutsche Welle. (2002). Chávez visita Portugal e destaca relações com UE.
- Di John, J. (2014). The political economy of industrial policy in Venezuela. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 321–370). Pennsylvania State University Press.
- Di Tella, R., Donna, J., & MacCulloch, R. (2014). Oil, macro volatility, and crime in the determination of beliefs in Venezuela. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 407–424). Pennsylvania State University Press.
- Dinneen, M. (2015). El transnacionalismo de los inmigrantes: los portugueses e luso-venezolanos en Caracas. *Revista de Ciências Sociais*, 21(4), 15–34.
- Dinneen, M. (2015). El transnacionalismo de los inmigrantes: los portugueses y luso-venezolanos en Caracas. *Revista de Ciências Sociais*, 21(4), 15–34.
- Dinneen, M. (2015). *Transnational Practices of Portuguese Immigrants in Venezuela*. Londres: Routledge.
- Drexler, J. (2004). Todo se transforma [Gravada por Jorge Drexler]. In *Eco [Álbum]*. Madrid, Espanha: Dro East West.
- Eaman, R. (2009). *The A to Z of journalism*. Lanham, MD: Scarecrow Press.
- El País. (2024, 20 de dezembro). La UE aumenta su presión sobre Venezuela ampliando las sanciones al Gobierno de Maduro. Recuperado de <https://elpais.com/internacional/2024-12-20/la-ue-aumenta-su-presion-sobre-venezuela-ampliando-las-sanciones-al-gobierno-de-maduro.html>
- El País. (2024, 25 de outubro). Brasil diz que vetou a Venezuela nos BRICS porque abusou de sua confiança após as eleições. Recuperado de <https://elpais.com/america/2024-10-25/brasil-dice-que-veto-a-venezuela-en-los-brics-porque-abuso-de-su-confianza-tras-las-elecciones.html>
- Elias, N., & Scotson, J. L. (1994). *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*. London: SAGE Publications.

Ellner, S. (1993). Organized labor in Venezuela, 1958–1991: Behavior and concerns in a democratic setting. *Latin American Research Review*, 28(3), 101–128.

Ellner, S. (2001). Resource mobilization theory as an approach to the study of social movements: A case study of Venezuela's Movimiento al Socialismo. *Latin American Perspectives*, 28(2), 73–91.

Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58.

Euronews. (2017, 13 de novembro). UE impõe sanções à Venezuela. Euronews. Recuperado de <https://pt.euronews.com/2017/11/13/ue-aprova-sancoes-a-venezuela>

Euronews. (2021, 7 de janeiro). União Europeia deixa de tratar Juan Guaidó como presidente interino. Euronews. Recuperado de <https://pt.euronews.com/my-europe/2021/01/07/ue-ja-nao-apelida-guaido-de-presidente-interino-da-venezuela>

Expresso. (2009, 27 de maio). Hugo Chávez compra 175 milhões de euros em portáteis portugueses. Recuperado em <https://expresso.pt/actualidade/hugo-chavez-compra-175-milhoes-de-euros-em-portateis-portugueses=f727644>

Farias, E. A. (2004). Evolução da economia na Venezuela. Academia Nacional de História.

Fassin, D. (2011). Policing Borders, Producing Boundaries. The Governmentality of Immigration in Dark Times. *Annual Review of Anthropology*, 40, 213–226.

Favell, A. (2001). *Philosophies of Integration: Immigration and the Idea of Citizenship in*

*France and Britain*. London: Palgrave Macmillan.

Figueiredo, J. P. de. (2020). *Novos fluxos de imigrantes para o sul do Brasil: O caso dos senegaleses em Porto Alegre* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Maxwell PUC-Rio.

Flaounas, I., Ali, O., Lansdall-Welfare, T., De Bie, T., Mosdell, N., Lewis, J., & Cristianini, N. (2013). *Research methods in the age of digital journalism:*

- Massive-scale automated analysis of news-content—Topics, style and gender. *Digital Journalism*, 1(1), 102–116.
- Folha de Boa Vista. (2017, 8 de setembro). Roraima pede reforço da PF e Forças Armadas para coibir entrada de venezuelanos.
- Folha de Boa Vista. (2018). Sobre a Folha BV. FolhaBV. Recuperado de
- Folha de Boa Vista. (2018, 14 de fevereiro). Temer decretará emergência social devido a refugiados em Roraima.
- Folha de Boa Vista. (2018, 18 de agosto). Em Pacaraima, moradores fazem manifestação contra imigrantes.
- Folha de Boa Vista. (2023, 21 outubro). Folha completa 40 anos contando histórias com responsabilidade e credibilidade. FolhaBV. Recuperado de
- Folha de Boa Vista. (n.d.). Folha BV – Jornal Online de Roraima.
- Folha de S. Paulo. (2018, 19 de agosto). ‘Eles nos expulsaram como cachorro’, diz imigrante venezuelana em Roraima.
- Folha de S. Paulo. (n.d.). Folha de S. Paulo – Notícias, Imagens, Vídeos e Entrevistas.
- Fonseca, A. A. da. (2015). Roraima como uma das Guianas: o vale do Rio Branco e a “Ilha da Guiana”. *Outros Tempos*, 12(20), 158–172.
- Freije, S. (2014). Income distribution and redistribution in Venezuela. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 207–238). Pennsylvania State University Press.
- G1 Roraima. (2018, 2 de março). ‘Rota da fome’: o caminho dos venezuelanos que enfrentam perigo, falta de comida e de água para chegar a Boa Vista. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/rota-da-fome-o-caminho-dos-venezuelanos-que-enfrentam-perigo-falta-de-comida-e-de-agua-para-chegar-a-boa-vista.ghtml>
- Galp Energia. (2008, 13 de maio). Galp Energia e Petróleos de Venezuela, S.A. (PDVSA) assinam acordos de cooperação na área energética.

- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64–91.
- Gans, H. J. (1980). *Deciding what's news: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. New York: Pantheon Books.
- Gavin, M., & Perotti, R. (1997). Fiscal policy in Latin America. In B. S. Bernanke & J. J. Rotemberg (Eds.), *NBER Macroeconomics Annual 1997* (Vol. 12, pp. 11–72). National Bureau of Economic Research, Inc.
- Gehre, T. (2011). *Parceria relutante: As relações entre Brasil e Venezuela (1810-2010)* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais].
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Giddens, A. (1989). *A Constituição da Sociedade: Esboço da Teoria da Estruturação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gieber, W. (1964). *News is what newspapermen make it*. New York: F.A. Praeger.
- Glick Schiller, N., Basch, L., & Blanc-Szanton, C. (1992). *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*. New York: New York Academy of Sciences.
- Golding, P., & Elliott, P. (1979). *Making the news*. London: Longman.
- Golding, P., & Elliott, P. (1979). *Making the news*. London: Longman. ISBN 0582504600.
- Gombata, M. (2020). *The evolution of a hybrid regime in Chavista Venezuela: Between democracy and authoritarianism* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Gomes, N. (2009). Os portugueses na Venezuela. *Relações Internacionais*, 24, 83–92. Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA), Universidade NOVA de Lisboa.

González, M. (2022). La migración venezolana en España: Dinámicas y políticas de integración. Instituto Elcano.

González, M. (Diretor da Coleção), & Hernández, T. (Coordenador). (2003). Atlas práctico de Venezuela siglo XXI. Representaciones gráficas: Editora Nacional. ISBN: 978-980-6518-22-3.

González, M. (Diretor da Coleção), & Hernández, T. (Coordenador). (2003). Atlas práctico de Venezuela século XXI. Representações gráficas: Editora Nacional. ISBN: 978-980-6518-22-3.

Gonçalves, F. C. N. I., & Araujo, R. (2018). As políticas externas do Brasil e da Venezuela para a América do Sul entre 1999-2013: Entre a cooperação e a competitividade. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 12(2), 297-314.

Gonçalves, J. (2004). *Crítica Política da Antropologia*. Lisboa: Edições 70.

Gordon, D. M. (1982). *Segmented Work, Divided Workers: The Historical Transformation of Labor in the United States*. Cambridge: Cambridge University Press.

Governo da República Portuguesa. (2019, 4 de fevereiro). Portugal reconhece Juan Guaidó como Presidente interino da Venezuela [comunicado]. Recuperado de

Governo de Roraima. (2023, 18 outubro). Congresso Nacional: Solenidade celebra cinco anos de Operação Acolhida em Roraima. Portal do Governo de Roraima. <https://portal.rr.gov.br/congresso-nacional-solenidade-celebra-cinco-anos-de-operacao-acolhida-em-roraima/>

GovInfo. (2021). U.S. policy on Venezuela: Hearing before the Subcommittee on Western Hemisphere, Transnational Crime, Civilian Security, Democracy, Human Rights, and Global Women's Issues.

Green Eagle Nation: The Politicization of Sports Journalism in the Post-Independence Nigerian Press. (2022). *African Studies Review*. Cambridge Core.

Hagopian, F. (2005). *Parties and democracy in Latin America*. Stanford University Press.

- Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Harcup, T., & O'Neill, D. (2001). What is news? Galtung and Ruge revisited. *Journalism Studies*, 2(2), 261–280.
- Harcup, T., & O'Neill, D. (2017). What is news? News values revisited (again). *Journalism Studies*, 18(12), 1470–1488.
- Harris, J. R., & Todaro, M. P. (1970). Migration, Unemployment and Development: A Two-sector Analysis. *American Economic Review*, 60(1), 126–142.
- Hausmann, R., & Rodríguez, F. (2014). Introduction. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 1–14). Pennsylvania State University Press.
- Hausmann, R., & Rodríguez, F. (2014). Understanding the collapse: Venezuela's experience in cross-national perspective. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 425–442). Pennsylvania State University Press.
- Hausmann, R., & Rodríguez, F. (2014). Why did Venezuelan growth collapse? In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 15–50). Pennsylvania State University Press.
- Hausmann, R., & Rodríguez, F. (Eds.). (2014). *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse*. The Pennsylvania State University Press
- Heidenreich, T., Lind, F., Eberl, J.-M., & Boomgaarden, H. G. (2019). Media framing dynamics of the 'European refugee crisis': A comparative topic modelling approach. *Journal of Refugee Studies*, 32(Special\_Issue\_1), i172–i182.
- Hermano Nectario María. (1991). *Juan Fernández de León, fundador de Guanare*. Caracas: Congreso de la República.
- Hoffmann, L. B., & Hameleers, M. (2024). Unequal framing in times of hardship? How newspapers from Germany, Spain, the United Kingdom and Switzerland portray Syrian and Ukrainian refugees: Evidence from a deductive and inductive automated content analysis. *Mass Communication and Society*, 27(6), 1685–1716.

Hohlfeldt, A. (2003). Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Porto Alegre: Editora Sulina.

Honneth, A. (2003). Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016. IBGE.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). Estimativas da população dos municípios para 2020. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2020/estimativa\\_dou\\_2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf) [ftp.ibge.gov.br]

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). Censo demográfico 2022: população e domicílios – primeiros resultados (Coordenação técnica do censo demográfico). IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Estimativas populacionais para os municípios e unidades da federação brasileiros em 2024. IBGE.

Recuperado de <https://www.ibge.gov.br>

Instituto Nacional de Estadística (INE). (2023). Padrón Municipal de Habitantes. Recuperado de [https://ine.es/dyngs/INEbase/es/operacion.htm?c=Estadistica\\_C&cid=1254736177011&menu=resultados&idp=1254734710990](https://ine.es/dyngs/INEbase/es/operacion.htm?c=Estadistica_C&cid=1254736177011&menu=resultados&idp=1254734710990)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2022). Censo Escolar 2022: Resumo Técnico. Brasília, DF: INEP.

International Organization for Migration. (2019). Glossary on Migration (A. Sironi, C. Bauloz, & M. Emmanuel, Eds.). International Migration Law, No. 34. Geneva: IOM.

International Organization for Migration. (2023). International migration and development: Continuing the dialogue. IOM Publications. Recuperado de

<https://publications.iom.int/books/international-migration-and-development-continuing-dialogue-legal-and-policy-perspectives>

Isturiz, R. G. da S. (2020). *Roots Migration: The Post-‘Return’ Experiences of Second-Generation Venezuelan-Portuguese Migrants* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Lisboa, Portugal.

Jarochinski Silva, J. C., Villaça, G., & Boson, V. P. (2024). Espacialidade e controle dos corpos: Boa Vista e a mobilidade humana venezuelana. *Cadernos Metrópole*, 26(61), e6166412.

Jones, M. P., et al. (2002). Amateur legislators-Professional politicians: The consequences of party-centered electoral rules in a federal system. *American Journal of Political Science*, 46(1), 1–17.

Jubilut, L. L., Jarochinski Silva, J. C., & Kosiak, A. C. C. (2023). Panorama histórico do direito internacional dos refugiados no Brasil no marco dos 25 anos da Lei 9.474/97. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 15(30), 367-389.

Junger da Silva, G., Cavalcanti, L., Lemos Silva, S. F., & de Oliveira, A. T. R. (2024). *Refúgio em Números* (9ª ed.). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações.

Katz, E., & Stark, O. (1986). Labor migration and risk aversion in less developed countries. *Journal of Labor Economics*, 4, 131-149.

Kollias, A., Kountouri, F., & Kalamanti, S. (2025). Framing migration through the crisis era 2015–2022: A content and semantic network analysis of the Greek press. *Journalism and Media*, 6(1), 4.

Kwak, H., An, J., & Ahn, Y.-Y. (2020). A systematic media frame analysis of 1.5 million New York Times articles from 2000 to 2017. arXiv.

Lage, N. (2001). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Lander, E. (2017). *Venezuela: Implosión del modelo rentista y alternativas emancipatorias*. CLACSO.

- Lapierre, J. W. (1995). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Lauby, J., & Stark, O. (1988). Individual migration as a family strategy: Young women in the Philippines. *Population Studies*, 42, 473-486.
- Lee, E. (1966). A Theory of Migration. In R. Cohen (Ed.), *Theories of Migration* (pp. 47-57). Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Levy, D., & Yang, D. (2014). Competing for jobs or creating jobs? The impact of immigration on native-born unemployment in Venezuela, 1980–2003. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 239–258). Pennsylvania State University Press.
- Levy, M. S. F. (1974). O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, 8(Supl.), 49–90.
- Lewis, W. A. (1954). Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School*, 22(2), 139-191.
- Lustig, N., López-Calva, L. F., & Ortiz-Juárez, E. (2011). Declining inequality in Latin America in the 2000s: The cases of Argentina, Brazil, and Mexico. *World Development*, 39(4), 555–571.
- López Maya, M. (2017). La crisis del chavismo en la Venezuela actual. *Estudios Latinoamericanos*, Nueva Época (38).
- López Maya, M., & Uzcátegui, R. (2016). Venezuela: Las protestas de 2014 y sus implicaciones políticas. *Revista Nueva Sociedad*, (256), 34–48.
- Macrotrends. (n.d.). Venezuela GDP 1960–2024.
- Manual da Redação. (2007). *Manual da redação: Folha de S.Paulo*. São Paulo, SP: Publifolha.
- Manzano, O. (2014). Venezuela after a century of oil exploitation. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 51–90). Pennsylvania State University Press.
- Mariano, M. (2007). A política externa brasileira e a integração regional. SciELO.
- Marques de Melo, J. (2009). *Teoria do jornalismo: Identidade, mudanças e desafios* (4. ed.). São Paulo: Paulus.

- Massey, D. S. (1990). The social and economic origins of immigration. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 510, 60-72.
- Massey, D. S. (1990). The social and economic origins of immigration. *Annals, AAPSS*, 510, July.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1997). *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford University Press.
- Massey, D. S., et al. (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.
- McCoy, J. (2004). Chávez and the end of ‘Partyarchy’ in Venezuela. *Journal of Democracy*, 10(3), 64–77.
- McCoy, J., & Diez, M. (2011). International influences on Venezuela’s democracy. In S. Levitsky & K. M. Roberts (Eds.), *The resurgence of the Latin American left* (pp. 242–265). Johns Hopkins University Press.
- Media Ownership Monitor Brasil. (2017). UOL [Perfil]. Repórter Brasil / Reporters Without Borders. Recuperado de
- Melo, J. M. de. (2010). *Jornalismo local, regional e nacional: Tensões e desafios na era da globalização*. São Paulo: Editora Contexto.
- Mendible, A., & Gehre, T. (2011). As relações Brasil-Venezuela: imagens internacionais em perspectiva (1810-2010). *Anos 90*, 18(33), 217-241.
- Mennell, S. (1992). *Norbert Elias: An Introduction*. Oxford: Blackwell.
- Metrópolis. (2024). Número de venezuelanos presos em Roraima aumentou 500% em 6 anos. Recuperado de <https://www.metropoles.com/brasil/numero-de-venezuelanos-presos-em-roraima-aumentou-500-em-6-anos>
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome & Organização Internacional para as Migrações. (2025). *Deslocamentos Assistidos de Venezuelanos: Abril 2018 – Abril 2025*. Recuperado de <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2025-05/deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos-abril-2025.pdf>

- Ministério Público de Roraima. (2024). Relatório sobre imigração e impactos institucionais.
- Monaldi, F., & Penfold, M. (2014). Institutional collapse: The rise and decline of democratic governance in Venezuela. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 285–320). Pennsylvania State University Press.
- Monaldi, F., Penfold, M., & Corrales, J. (2005). Institutional collapse: The rise and breakdown of democratic governance in Venezuela. Manuscript.
- Montanini, M. (2023). As novas eleições venezuelanas e seus possíveis desdobramentos para as relações Brasil-Venezuela. *Conjuntura Internacional*.
- Moreno, M. A., & Shelton, C. A. (2014). Sleeping in the bed one makes: The Venezuelan fiscal policy response to the oil boom. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 259–284). Pennsylvania State University Press.
- Moreira, P. G. (2021). *Imigração Venezuela–Roraima: evolução, impactos e perspectivas*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Mota, C. G. S. S. da, & Capelato, M. H. (1980). *História da Folha de S. Paulo: 1921–1981*. São Paulo, SP: Impres.
- Munaro, L. F. (2014). *História do jornalismo: origens e desenvolvimento*. Lisboa: Edições 70.
- Munaro, L. F. (2015). *Jornalismo e formação do espaço público*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Naim, M., & Piñango, R. (1984). *El caso Venezuela: Una ilusión de armonía*. Ediciones IESA.
- Nascimento, J. (2023). Ciclos políticos, conjunturas críticas e o chavismo na Venezuela. *Cadernos PROLAM/USP - Brazilian Journal of Latin American Studies*, 22(45), 271–305.
- Nascimento, J. (2023). Conjunturas críticas, mudanças de ciclos políticos e desdemocratização na Venezuela ao longo dos governos chavistas. *Cadernos Nascimento, J. (2023). Conjunturas críticas, mudanças de ciclos políticos e*

desdemocratização na Venezuela ao longo dos governos chavistas. *Cadernos Prolam/USP - Brazilian Journal of Latin American Studies*, 22(45), 271–305.

Nascimento, J. do. (2009). *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)* [Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira]. Funchal, Portugal.

Ramos Rodrigues, F. (2012). *La Presencia Portuguesa en Barquisimeto, 1940-1980*. Caracas: Universidad Central de Venezuela.

Observatório da Emigração. (2020). *Venezuela – Emigração Portuguesa*. Recuperado em 2 de janeiro de 2025, de <https://observatorioemigracao.pt/pt/indicadores/venezuela-emigracao-portuguesa>

Observatório da Emigração. (2023). *Venezuelanos em Portugal: Perfil sociodemográfico*. Recuperado de <https://observatorioemigracao.pt/pt/indicadores/venezuelanos-em-portugal-perfil-sociodemografico>

Observatório da Imprensa. (2005). *Classificação mundial da liberdade de imprensa 2005*. Recuperado de [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/rsf\\_divulga\\_balanco\\_de\\_2005\\_ano\\_ruim\\_para\\_jornalistas/](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/rsf_divulga_balanco_de_2005_ano_ruim_para_jornalistas/)

Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). (2020). *Relatório Anual – 2020: Migrações e Refúgio no Brasil*. Ministério da Justiça e Segurança Pública & Ministério do Trabalho. [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra\\_RELATÓRIO\\_ANUAL\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELATÓRIO_ANUAL_2020.pdf)

Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). (2023). *9ª edição do Anuário Refúgio em Números*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Recuperado de [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2023/Refugio\\_em\\_Numeros/Refugio\\_em\\_Numeros\\_-\\_final.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Refugio_em_Numeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf)

Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). (2025, janeiro). *Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil: Relatório mensal do OBMigra – Ano 6, nº 01*. Brasília, DF: OBMigra. Recuperado de

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/publicacoes-obmigra/grupos-de-pesquisa/2-sem-categoria/401931-ano-6-numero-01-janeiro-2025>

Oliveira, A. T. R. (2017). Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 171–179.

Organização Internacional para as Migrações (OIM) & Ministério da Cidadania. (2021). Perfil socioeconômico de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil: Dados primários em Roraima, Amazonas, Pará e Distrito Federal (1ª ed.). Organização Internacional para as Migrações.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). (2011). Glossary on migration (2nd ed.). Genève: International Organization for Migration (OIM).

Organização Internacional para as Migrações (OIM). (2023). Informe sobre la diáspora venezolana.

Ortega, D., & Pritchett, L. (2014). Much higher schooling, much lower wages: Human capital and economic collapse in Venezuela. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 187–206). Pennsylvania State University Press.

PagSeguro Digital Ltd. (2025). Shareholders' structure. PagBank PagSeguro – Investor Relations. Recuperado de <https://investor.pagseguro.com>

Pecequillo, C. (2013). *O Brasil e os Estados Unidos: De Washington a Obama*. Editora Unesp.

Physis – Revista de Saúde Coletiva. (2024). Migrantes venezuelanos e direito à saúde: percepções de trabalhadores no Hospital Geral de Roraima.

Pineda, J., & Rodríguez, F. (2014). Public investment and productivity growth in the Venezuelan manufacturing industry. In R. Hausmann & F. Rodríguez (Eds.), *Venezuela before Chávez: Anatomy of an economic collapse* (pp. 91–114). Pennsylvania State University Press.

Pinto, E. (2011). O General Abreu e Lima. *Ciência & Trópico*, 11(1). Recuperado de

Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: Contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 2, 277–294.

- Piore, M. J., & Doeringer, P. B. (1971). *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*. Lexington: Heath.
- Poder360. (2024). Governador de Roraima pede penitenciária para venezuelanos.
- Ponte, C. (2004). *Notícias e mundos possíveis*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Portes, A. (1981). Modes of Structural Incorporation and Present Theories of Labor Immigration. In M. Kritz, et al. (Eds.), *Global Trends in Migration* (pp. 179-197). New York: Center for Migration Studies.
- Portillo, J. (1983). *Venezuela-Brasil: Relações diplomáticas (1842-1982)*. Editorial Arte.
- Poutignat, P., & Streiff-Fenart, J. (1995). *Teorias da Etnicidade: Seguindo de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Pratt, M. L. (1999). *Os olhos do império: Relatos de viagem e transculturação* (J. H. B. Gutierrez, Trad.; M. H. Machado & C. Valero, Revisão técnica). EDUSC.
- Pritchett, L. (2001). Where has all the education gone? *The World Bank Economic Review*, 15(3), 367–391.
- Przeworski, A., et al. (2000). *Democracy and development: Political institutions and well-being in the world, 1950–1990*. Cambridge University Press.
- Público. (2020, 17 de fevereiro). Venezuela suspende voos da TAP por 90 dias e acusa-a de ocultar identidade de Guaidó. Público. Recuperado de <https://www.publico.pt/2020/02/17/mundo/noticia/venezuela-suspende-voos-tap-90-dias-acusa-ocultar-identidade-guaido-1904323>
- Quadros, C. & Sponholz, L. (2006). *Gatekeeping and Newsmaking*. São Paulo: Editora da USP.
- R4V - Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela. (n.d.-a). *Refugiados e migrantes da Venezuela*. Recuperado de <https://www.r4v.info/pt>
- R4V. (n.d.-b). *Regional Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela*. Recuperado de <https://www.r4v.info/en>

- R4V. (n.d.-c). Who we are – Platform structure. Recuperado de <https://www.r4v.info/en>
- R4V. (n.d.-d). RMRP 2025–2026 – Regional Refugee and Migrant Response Plan. Recuperado de <https://rmp.r4v.info/rmp-2025-2026/>
- R4V. (n.d.-e). Refugee and Migrant Needs Analysis 2024 – RMNA. Recuperado de <https://rmp.r4v.info/rmna2024/>
- Ramos Rodríguez, F. (2012). *La Presencia Portuguesa en Barquisimeto, 1940-1980*. Caracas: Universidade Central de Venezuela.
- Ramos Rodríguez, F. (2020). *Travesía de la Esperanza: La inmigración portuguesa en Barquisimeto (1948-1958)*. Santiago: Ariadna Edições.
- Ramos Rodríguez, F. J. (2010). La historia de los portugueses en Venezuela (1959), de Miguel Acosta Saignes. *Revista Mañongo*, 34(18), 9–30. Caracas: Universidade Simón Bolívar.
- Ranis, G., & Fei, J. C. H. (1961). A Theory of Economic Development. *American Economic Review*, 51(4), 533-565.
- Reis, R. R., & Menezes, T. S. (2014). Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do status de refugiado. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná.
- Reuters. (2025, 2 de dezembro). Trump administration pauses all immigration applications from 19 non-European countries. *CBC News*. Recuperado de <https://www.cbc.ca/news/world/trump-immigration-pause-somalia-9.7001078>
- Rodrigues, F. (2018). Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*, 32(93), 173–188.
- Reuters. (2025, 29 de janeiro). Brazil seeking funds for Venezuelan migrant program after Trump freezes US aid.
- Richmond, A. H. (1988). *Immigration and Ethnic Conflict*. London: MacMillan Press.

- Rodrigues, J. C. (2020). Migração venezuelana para o Brasil: considerações geopolíticas e fronteiriças sobre a atuação governamental brasileira. *Revista Geopolítica*, 11(2), 1–20.
- Romero, C. (2006). *Jugando con el globo: La política exterior de Hugo Chávez*. Ediciones B.
- Romero, D. (1992). *Los portugueses en Venezuela*. Caracas: Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, Universidad Católica Andrés Bello.
- Romero, D. (1992). *Los portugueses en Venezuela*. Caracas: Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, Universidade Católica Andrés Bello.
- Rosa, B. J. A., & Nunes Júnior, E. M. (2019). A instabilidade da democracia na Venezuela: entre a hegemonia chavista e a contestação opositora. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, (50), 139–164.
- Rosa, M. T. A., & Nunes Júnior, E. (2023). Venezuela entre o autoritarismo e a resistência popular. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (128), 123–150.
- Rosas, J. de A. (2014). O ombudsman como estratégia de comunicação organizacional [Trabalho apresentado no Intercom Sul]. Intercom. Recuperado de
- Rosenblat, A. (1969). *Buenas y malas palabras en el castellano de Venezuela*. Caracas: Ediciones E. M.
- Rosenblat, A. (1969). *Buenas y malas palabras en el castellano de Venezuela*. Caracas: Edições E. M.
- Salgado, R. (1999). *Gobierno y economía en Venezuela*. Caracas: Ediciones Centauro.
- Santos, M. (2002). As relações Brasil-Venezuela: imagens internacionais em perspectiva comparada. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45(2), 5–26.
- Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade* (C. Murachco, Trad.). Editora da Universidade de São Paulo.
- Sasaki, E. M., & Assis, G. de O. (2000). *Teorias das Migrações Internacionais*. XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu.
- Schneider Leviski, D. S., & Lucas, D. C. (2022). Análise da Nova Lei de Migração no contexto da efetivação dos direitos fundamentais e humanos na

Federação Brasileira. *Revista Direito & Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, 22(42), 27–49.

Schmitz, A. A. (2010). As fontes nas teorias do jornalismo. In *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recuperado em de <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0779-1.pdf>

Semova, D., & Pernía Peñalver, N. O. (2016). Crisis política y narrativas transmedia en las protestas de 2014 en Venezuela. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 7(1), 163–177.

SESAU - Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde (2023). Relatório situacional: Migração venezuelana em Roraima (Atualização: Novembro/2023). Boa Vista, RR: Autor. Recuperado de [https://vigilancia.saude.rr.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/relatorio\\_migracaovenezuelanaemroraima\\_11.2023.pdf](https://vigilancia.saude.rr.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/relatorio_migracaovenezuelanaemroraima_11.2023.pdf)

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). (2023). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo. Recuperado de <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalhe.aspx?nID=92>

SIC Notícias. (2024, 11 de agosto). Perto de 12 mil venezuelanos vivem no arquipélago da Madeira [Vídeo]. Recuperado de <https://sicnoticias.pt/pais/2024-08-11-video-perto-de-12-mil-venezuelanos-vivem-no-arquipelago-da-madeira-42f16fff>

Sigal, L. V. (1986). *Sources make the news*. Washington, D.C.: American University Press.

Silva, F. (2004). *Noticiabilidade: o que é notícia*. São Paulo: Contexto.

Silva, F., & Wunsch, L. (2024). Acesso à educação básica para migrantes na rede municipal de ensino de Boa Vista – Roraima – Brasil. *Revista de Administração de Roraima (RARR)*, 16(Extra 1).

Silva, M. V. G. da. (2020). *Impactos da migração venezuelana sobre os serviços públicos de saúde em Roraima* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Roraima].

- Silva, P. S. R. da. (2010). Uma breve análise histórica do jornal Folha de Boa Vista e suas influências políticas e ideológicas. *Norte Científico*, 5(1), 145–154. Recuperado de
- Sousa, J. P. (2005). Estereotipização no discurso fotojornalístico: Os casos do Público e Diário de Notícias. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, (2), 103–116.
- Sousa, J. P. (2008). *Teoria do agendamento*. Covilhã: Livros LabCom.
- Sousa, J. P. (2011). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia* (2ª ed.). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2024). *Uma história do jornalismo no Ocidente: Génese e desenvolvimento de uma instituição social até ao final do século XX*. LabCom – Comunicação e Artes.
- Sponholz, L. (2008). Neutralizando conhecimento: Como jornalistas lidam com experts. *Sociedade e Estado*, 23(3), 591–619.
- Tanner, C. (1980). *Venezuelan Migration*. Dissenhofen: Verlag Ruegger.
- The Guardian. (2025, 30 de janeiro). Trump aid freeze hits Latin America migrant programs.
- Tichenor, P. J., Donohue, G. A., & Olien, C. N. (1970). Mass media flow and differential growth in knowledge. *Public Opinion Quarterly*, 34(2), 159–170.
- Todaro, M. P. (1969). A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. *American Economic Review*, 59(1), 138-148.
- Todaro, M. P. (1976). *Internal Migration in Developing Countries: A Review of Theory, Evidence, Methodology, and Research Priorities*. International Labour Office.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são* (2. ed.). Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são* (Vol. 2). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2008). *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa*. Florianópolis: Insular.

- Traquina, N. (2012). *O estudo do jornalismo no século XXI*. Lisboa: Edições 70.
- Tribunal de Contas da União (TCU). (2025, 19 de abril). Saúde pública em Roraima enfrenta dificuldades “acentuadas”, aponta TCU [Notícia]. Jusbrasil.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: A study in the construction of reality*. New York: Free Press.
- U.S. Census Bureau. (2022). American Community Survey. Recuperado de <https://www.census.gov/programs-surveys/acs/>
- U.S. Citizenship and Immigration Services (USCIS). (2023). Temporary Protected Status for Venezuela. Recuperado de <https://www.uscis.gov/humanitarian/temporary-protected-status/temporary-protected-status-designated-country-venezuela>
- UOL. (s.d.). Our history. Sobre UOL. Recuperado de <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/en/our-history/>
- USAID. (2022, 10 de junho). United States announces more than \$314 million in new stabilization efforts for Venezuela. Recuperado de <https://www.usaid.gov/news-information/press-releases/jun-10-2022-united-states-announces-more-314-million-new-stabilization-efforts-venezuela>
- U.S. Department of State. (2023, março 23). U.S. humanitarian and development assistance for Venezuela regional crisis [Assistência humanitária e de desenvolvimento dos EUA para a crise regional da Venezuela]. Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental. Recuperado de <https://2021-2025.state.gov/u-s-humanitarian-and-development-assistance-for-venezuela-regional-crisis/>
- Uzcátegui, R. (2014). Movilizations estudiantiles en Venezuela: del carisma de Chávez al conflicto en redes. *Nueva Sociedad*, (252).
- Wheeler, D. L., & Opello, W. C., Jr. (2010). *Historical dictionary of Portugal* (3rd ed.). Lanham, MD: Scarecrow Press.
- White, D. M. (1950). *The gate keeper: A case study in the selection of news*. Chicago: University of Chicago Press.
- White, D. M. (1950). The “gate keeper”: A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27(4), 383–390.

- Wimmer, A., & Glick Schiller, N. (2002). *Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration, and the modern world*. Columbia University.
- Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são* (2. ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- van Dijk, T. A. (1988). *News as discourse*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- WorldData.info. (n.d.). *Inflation rates in Venezuela*.
- Wouters, C. (2007). *Informalization: Manners and Emotions since 1890*. London: SAGE Publications.
- Wright, E. O. (1997). *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5. ed.; C. M. Herrera, Trad.). Bookman.
- Zambrano, C. (2024). Políticas linguísticas e educacionais para acolhimento entre línguas. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 40.
- Zavala, J. (2023). *La diáspora venezolana en EE.UU.: Tendencias y desafíos*. Migration Policy Institute.

